SÉRIE COMUNIDADES ESTRANGEIRAS
IMIGRANTES EM CABO VERDE

Nº 2

A IMIGRAÇÃO DA GUINÉ BISSAU EM CABO VERDE

ALTA AUTORIDADE
PARA A IMIGRAÇÃO, I.P

2022

SÉRIE COMUNIDADES ESTRANGEIRAS
IMIGRANTES EM CABO VERDE

A IMIGRAÇÃO DA GUINÉ BISSAU EM CABO VERDE

A IMIGRAÇÃO DA GUINÉ BISSAU EM CABO VERDE

Alta Autoridade para a Imigração - AAI, I.P

Achada Santo António

Praia, Cabo Verde

Tel.: (+238) 333 8000

Site: www.aai.gov.cv

Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)

Zona K do Palmarejo Grande

Praia, Cabo Verde

Tel.: (+238) 3340200

Coordenação

AAI, I.P - Departamento de Estudos, Projetos, Cooperação e Relações Internacionais (DEPCRI)

Ângela Ramos Valentim

Jacira Amarílis Moreno

Organização

Clementina Furtado – Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF)

Odair Barros-Varela – Mestrado em Integração Regional Africana (MIRA)

Design Gráfico e Capa

Alberto Fortes

Impressão

Tipografia Santos, Lda.

2022

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	**7**
NOTA DOS ORGANIZADORES	**9**
PREFÁCIO	**15**
PERCURSO HISTÓRICO DAS MOBILIDADES ENTRE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE **- DAVIDSON ARRUMO GOMES**	**23**
DESAFIOS NO PERCURSO MIGRATÓRIO DE GUINEENSES PARA CABO VERDE (1990-2020) **- PAULINO OLIVEIRA DO CANTO**	**43**
IMIGRANTES BISSAU-GUINEENSES EM CABO VERDE – ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DA INSERÇÃO NO MERCADO LABORAL **- CLEMENTINA BAPTISTA DE JESUS FURTADO**	**65**
AS NARRATIVAS DOS BISSAU-GUINEENSES FACE ÀS POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE: O CASO DA CIDADE DA PRAIA **- EUCLIDES FERNANDES CORREIA**	**89**
AS ESCOLAS CORÂNICAS NA ÁFRICA OCIDENTAL: INTRODUÇÃO AO ENSINO ISLÂMICO EM CABO VERDE **- IDRISSA DJOLÓ**	**111**
RELAÇÕES INTERCULTURAIS MÚLTIPLAS – ADAPTAÇÕES E NEGOCIAÇÕES: O CASO D@S MUÇULMAN@S EM SANTA CRUZ **- MARIA SÁBADO RAMOS SEMEDO TAVARES**	**133**
A IMIGRAÇÃO BISSAU-GUINEENSE EM CABO VERDE: ENTRE O ESTIGMA E A MESTIÇAGEM **- EUFÉMIA VICENTE ROCHA**	**155**
A AÇÃO SOLIDÁRIA BISSAU-GUINEENSE EM CABO VERDE **- CARLOS ELIAS BARBOSA / ODAIR BARROS - VARELA**	**181**

NOTA DE ABERTURA

A Série «Comunidades Estrangeiras e Imigrantes em Cabo Verde» constitui uma linha de publicações que, através da divulgação de estudos, relatórios e pesquisas institucionais e académicas, intenta melhorar o conhecimento e disseminar informações sobre a diversidade de perfis, origens, características e dinâmicas dos mais variados grupos de imigrantes e estrangeiros residentes no país.

Trata-se de uma iniciativa lançada pela Direção Geral da Imigração (DGI) em 2019, e que a recém-criada Alta Autoridade para a Imigração - AAI, I.P dá continuidade, estando, claramente, inserida no quadro da implementação do IIº Plano de Ação da Imigração e Inclusão Social de Imigrantes.

A AAI – que sucede a extinta DGI - é um instituto público que tem como missão coordenar e implementar políticas e medidas no domínio da imigração, com foco especial na instalação e monitoramento de um sistema integrado, a nível nacional, para o acolhimento e integração de imigrantes em Cabo Verde.

A publicação deste número 2 da 'Série Comunidades Estrangeiras e Imigrantes em Cabo Verde', dedicado à *Imigração da Guiné Bissau em Cabo Verde*, resulta da boa relação institucional da Alta Autoridade para a Imigração com a Universidade de Cabo Verde – UNICV, através do Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) e do Mestrado em Integração Regional (MIRA), traduzindo-se numa publicação conjunta de artigos resultantes de pesquisas de investigadores, professores e estudantes dessa universidade, sobre a imigração e os imigrantes provenientes da Guiné Bissau.

Se atendermos a variáveis como a origem geográfica e a nacionalidade – que foram, na verdade, os critérios de generalização considerados e o maior traço comum de todos os textos desta coletânea - a imigração e os imigrantes originários e nacionais da Guiné Bissau, para além de constituírem, em termos numéricos, o maior grupo de imigrantes residentes em Cabo Verde – e o que tem sido alvo de maior atenção por parte de pesquisas e estudos - colocam em evidência a natureza da relação profunda e umbilical entre estes dois países, desafiando, em certa medida, abordagens essencialmente centradas nos efeitos socioeconómicos das lógicas de atração e repulsão dos fluxos migratórios, o que, por

inerência e consequência, faz interpelar políticas migratórias e medidas para a integração social.

Se é verdade que os fluxos migratórios entre Cabo Verde e Guiné Bissau (e vice-versa) são tão (ou mais) antigos quanto o reconhecimento da existência destes dois povos, também é verdade que a presença dos bissau-guineenses em Cabo Verde é permeada de dinâmicas várias que, de algum modo, testemunham esta relação histórica. São exemplos medidas de promoção da regularização (via processos extraordinários, inclusive, dirigidos somente a cidadãos da Guiné Bissau), os níveis de acesso à educação, formação, segurança social, nacionalidade, que são superiores a outras comunidades. A estes aspetos se junta, ainda, a intensa, pioneira, e não tão recente, dinâmica associativa, cultural, recreativa e de solidariedade no seio dos imigrantes bissau-guineenses, traduzindo-se na implementação de projetos vários no domínio da educação, formação profissional, desenvolvimento de pequenos negócios, e sensibilização e informação, que tem contribuído para uma melhor integração.

Contudo, nem a antiguidade, nem a profundidade da relação entre estes dois países, garante, de forma natural e imediata, um percurso migratório bem-sucedido dos cidadãos da Guiné Bissau em Cabo Verde. Em vários domínios e setores de integração, continuam-se ainda a colocar vários desafios, exigindo atenção e adequação em termos de políticas e ações. De forma transversal, coloca-se a necessidade de maior conhecimento e informação, para prevenir e combater a criação de estereótipos e atitudes discriminatórias em relação a populações imigrantes e estrangeiras residentes no país.

Este constitui, também, o propósito desta publicação, permitir o acesso e melhorar o conhecimento sobre a diversidade... diversidade de histórias, perfis, características, trajetórias, percursos, motivações dos imigrantes da Guiné Bissau em Cabo Verde e que, conjuntamente a muitas outras nacionalidades/comunidades, completam os ricos e mais variados grupos das Comunidades Estrangeiras e Imigrantes em Cabo Verde.

A Presidente da AAI

Carmem L. Teixeira Barros Furtado

NOTA DOS ORGANIZADORES

O segundo número da "Série Comunidades Estrangeiras e Imigrantes em Cabo Verde" é dedicado à imigração proveniente da Guiné Bissau. Deste modo, a AAI, em parceria com a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), particularmente com o Programa de Mestrado em Integração Regional Africana (MIRA) e o Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF), apresentam uma publicação que reúne um conjunto de artigos, que tem por base pesquisas académicas sobre diferentes vertentes e dimensões da imigração daquele Estado em Cabo Verde.

Para além da garantia conferida em termos de rigor científico e qualidade académica, esta parceria com o MIRA e CIGEF contribui para o reforço do pilar da pesquisa na Uni-CV e, em simultâneo, o teor pedagógico da obra irá contribuir para compreensão local dos processos de integração regional africana no domínio das migrações. Sendo que esta última constitui uma das áreas estratégicas para Cabo Verde, a estruturação do programa do MIRA tem a preocupação de entrelaçar elementos globais próprios de qualquer tarefa científica com o contexto regional e nacional, onde os conhecimentos produzidos no âmbito desta obra serão em princípio aplicados.

A aposta na investigação científica de alta qualidade tem sido constante no MIRA e no CIGEF e esta obra sobre a imigração bissau-guineense em Cabo Verde insere-se nesta política proporcionando, numa perspetiva didática, elementos de estudo não só para os atuais e futuros estudantes do MIRA como para o público em geral.

O Programa MIRA já tem um número considerável de Mestres formados desde a sua abertura em 2017. Sendo um programa pioneiro no campo de estudos da integração regional não só no país como na região ocidental do continente africano, a parceria no mesmo na edição desta obra reveste-se de um significado profundo não só por se traduzir no reconhecimento do contributo que os novos mestres locais podem trazer para a pesquisa em diversos sectores, nomeadamente o das migrações, mas também por "inaugurar" um processo interno de recolha e de produção de conhecimentos na mencionada área visando a endogeneização do referido processo e, por conseguinte, proceder à descolonização das migrações e/ou à sua descolonialidade (Barros-Varela, 2017).

O pioneirismo do MIRA adquire maior importância tendo em vista que o curso implantado tem um formato, em certa medida, inovador ao englobar, também, estudantes e professores oriundos do estrangeiro e de ser lecionado nas três línguas oficiais (Português, Inglês e Francês) da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Esta singularidade permite elevar o nível de formação e qualificação dos mestrandos e reforçar a parceria entre as universidades estrangeiras mediante a mobilidade de docentes e dos estudantes e, também, alargar o perfil de saída dos futuros mestres em integração regional, que poderão exercer a sua especialidade a diversos níveis, para além do estritamente local e nacional.

A presente coletânea procura, de forma geral, analisar algumas dimensões da imigração bissau-guineense em Cabo Verde, tendo em atenção as continuidades, mudanças, ruturas e (des) continuidades verificadas nas mesmas, não descurando, ainda, um olhar autocrítico sobre as principais dinâmicas e tendências que subjazem à estruturação desta imigração. Trata-se de um projecto editorial inovador que intenta aferir o panorama da produção académica em Cabo Verde sobre a imigração bissau-guineense no arquipélago. Para o prosseguimento dessa agenda epistemológica e prover aos leitores uma visão englobante e contextualizada desse processo migratório, subdividiu-se a obra em 8 capítulos.

O primeiro capítulo, *Percurso Histórico das Mobilidades entre Guiné-Bissau e Cabo Verde*, da autoria de Davidson Arrumo Gomes, analisa o percurso histórico das mobilidades dos guineenses para Cabo Verde, do período colonial até à atualidade. Esse capítulo encontra-se dividido em dois momentos, em que no primeiro são analisadas de forma sucinta as mobilidades na época colonial, para melhor compreensão do contexto em que se observaram algumas mobilidades de guineenses para Cabo Verde. Enquanto o segundo momento do mesmo versa sobre as migrações guineenses para Cabo Verde no pós-independência e são estudadas as causas de imigração, os processos de integração social com realce da situação socioprofissional dos imigrantes guineenses enquanto segmentos ou grupos sociais, culturais e étnicos dentro da sociedade de acolhimento.

Seguindo um pouco o olhar sócio-histórico do seu antecessor, por seu turno, o artigo de Paulino Oliveira do Canto, *Desafios no percurso migratório de bissau-guineenses para Cabo Verde (1990-2020*), incide na análise das diversas configurações que têm tomado a migração de guineenses para Cabo Verde, registando novas dinâmicas tanto no processo da travessia das fronteiras cabo-verdianas como no processo da integração social. Atualmente, como país de origem, destino e trânsito, as políticas de migração/mobilidade ganharam outros desafios para o Estado/Governo com destaque para o processo de (in)admissibilidade de pessoas no território nacional e na gestão do processo da integração social, neste trabalho com enfoque nos guineenses que emigram e residem em Cabo Verde. Com base na pesquisa bibliográfica e documental, o artigo busca refletir sobre os desafios que se inscrevem no percurso migratório de guineenses para/em Cabo Verde, privilegiando discussões teóricas, metodológicas e epistemológicas africanas. Os resultados mostram que, apesar da relação histórica entre estes dois países, das proximidades socioculturais, dos esforços institucionais, particularmente em termos documentais, os desafios persistem no percurso migratório de guineenses para Cabo Verde, colocando-se essencialmente na decisão de emigrar, na travessia das fronteiras cabo-verdianas e no processo de integração social.

No seu artigo, *Imigrantes Bissau-Guineenses em Cabo Verde – estratégias e desafios da inserção no mercado Laboral*, Clementina Baptista de Jesus Furtado, mostra como, particularmente a partir dos finais da década de 1990, a imigração dos bissau-guineenses "coincide" com o desenvolvimento do setor do turismo em Cabo Verde o que favorecia a vinda e fixação de estrangeiros, na medida em que o país carecia de mão-de-obra bastante procurada, principalmente na ilha da Boavista. Consequentemente, o número de estrangeiros era cada vez maior, com destaque para os bissau-guineenses, com perfil bastante heterogéneo, incluindo quadros altamente qualificados. A maioria acabou por inserir-se no setor laboral, particularmente na construção civil e obras públicas, hotelaria e restauração e atividades informais, mais concretamente venda ambulante. Este trabalho tem como base as pesquisas realizadas no âmbito da tese de Doutoramento apresentada em 2012 e tem como objetivo fundamental analisar o processo de inserção dos imigrantes da Guiné-Bissau no mercado de trabalho nacional, analisando as suas estratégias e os desafios de inserção no mercado laboral, verificar as suas condições de trabalho em comparação com os nacionais.

O quarto capítulo da obra, *As Narrativas dos Bissau-Guineenses Face às Políticas de Acesso ao Ensino Superior em Cabo Verde: o Caso da Cidade da Praia*, de Euclides Fernandes Correia, procede a uma análise, acerca do aumento, principalmente após 2008, da presença de imigrantes provenientes da Guiné Bissau nas instituições de

ensino superior em Cabo Verde. A pesquisa demonstra que a maioria desses imigrantes tinha encetado uma migração laboral, mas acabaram por dar continuidade aos seus estudos superiores no país. Na visão do autor, a presença dessa população universitária heterogénea, irá levar ao questionamento da universidade no seu todo, não só dos regulamentos internos e as políticas académicas, mas também do currículo superior (conteúdos de ensino, programas da disciplina e de cursos), ou seja, implica uma democratização do acesso para uma maior democratização da sociedade e do aprofundamento da justiça social. O estudo defende que atualmente o Estado e as instituições de ensino superior não dispõem de uma política académica ativa de ação afirmativa para os imigrantes, mormente, para os Bissau-Guineenses e estes têm enfrentado constrangimentos de várias ordens: linguísticos, curriculares, discriminatórios e financeiros que lhes entravam o acesso e permanência neste nível de ensino. Perante o cenário, aparentam uma atitude de "rebeldes camuflados", o que torna cada vez mais apática a luta por reconhecimento social no cenário de competição por recursos escassos, nomeadamente na vertente do emprego.

No capítulo seguinte, o autor Idrissa Djoló, no estudo *As escolas corânicas na África Ocidental: introdução ao ensino islâmico em Cabo Verde*, apresenta uma análise das escolas corânicas no contexto socioeducativo da Africa Ocidental, particularmente em Cabo Verde, com reflexões sobre a origem, as caraterísticas e as diferentes formas de influência social e comunitária da classe intelectual das *madrasa* e *majalis*. Assim, faz uma incursão pela origem e evolução do ensino corânico no continente africano, nomeadamente na África Ocidental, com realce na introdução das escolas corânicas, nomeadamente pelos imigrantes da Guiné-Bissau, no contexto socioeducativo Cabo-verdiano e o seu lugar no sistema de ensino em Cabo Verde.

O capítulo *Relações Interculturais Múltiplas – Adaptações e Negociações. O caso d@s muçulman@s em Santa Cruz*, da autoria de Maria Sábado Ramos Semedo Tavares, averigua como é que a chegada, de forma mais sistemática, de fluxos dos cidadãos da sub-região africana e de outras origens geográficas, nas últimas décadas, tem permitido a renovação da paisagem demográfica e sociocultural cabo-verdiana bem como o surgimento de manifestações culturais híbridas, com destaque para as transformações que ocorrem ao nível da conjugalidade. Essas transformações ganham maior expressividade pela influência do campo religioso, particularmente quando se trata de uma tradição cultural e religiosa que exerce um controlo rigoroso sobre os seus membros e que, pela conversão, os crentes incorporam novas formas de vivência da fé. O trabalho mostra como as práticas religiosas e culturais distintas das da sociedade hospedeira, introduzidas pelos cidadãos da sub-região africana, são interiorizadas pelas cabo-verdianas que se convertem ao islamismo em decorrência de casamentos com cônjuges muçulmanos, numa perspetiva de articulação dos seus elementos com traços culturais experienciados anteriormente. Assim, a pesquisa discorre sobre as novas formas de sociabilidades que se tecem no processo de construção das relações interculturais entre mulheres cabo-verdianas e homens muçulmanos provenientes da Guiné-Bissau; as constantes negociações e fusões que ocorrem nesse contexto, sem perder de vista as tensões e os conflitos, as aproximações e distanciamentos entre tradições culturais distintas e, porque não, divergentes que têm propiciado o surgimento de manifestações culturais híbridas e que permeiam a complexidade das relações entre as duas culturas. Intenta-se, deste modo, descortinar a formação e transformação da identidade das cabo-verdianas muçulmanas que atualmente estão imersas numa estrutura religiosa e cultural que prescreve novos modelos de conduta e comportamento e dos Bissau-guineenses muçulmanos, atualmente inseridos num sistema religioso e cultural distinto e onde são minoria.

Em o capítulo, *A Imigração Bissau-Guineense em Cabo Verde: Entre o Estigma e a Racialização?*, a autora Eufémia Vicente Rocha estuda os impactos despertados na estrutura social cabo-verdiana da presença dos imigrantes oriundos da Guiné-Bissau a partir da década de 1990 que, por serem os mais expressivos e a sua presença constante e diária, despontam processos de estranhamento tanto para os cabo-verdianos como para os bissau-guineenses. O diálogo com esta imigração em específico, neste momento, permitiu à autora tomar o desafio de (re)problematizar os dados qualitativos que foi recolhendo ao longos dos anos e os escritos decorrentes, deixando-os serem atravessados por momentos distintos e as transformações que os acompanharam, tanto na Guiné-Bissau como em Cabo Verde, mormente a partir das independências. A partir desta perspetiva, o ensaio procura explorar narrativas de bissau-guineenses acerca do seu papel, enquanto imigrantes e/ou estrangeiros, nas relações sociais que estruturam esta sociedade e que apontam para diferentes cenários de produção do estigma e identificação de mecanismos de racialização consoante os diversos contextos imigratórios e trajetórias desenvolvidos.

O livro encerra com o capítulo da autoria de Odair Barros-Varela e de Carlos Elias Barbosa intitulado *A Ação Solidária Bissau-Guineense em Cabo Verde*. Este artigo procura, primeiramente contextualizar as migrações dos bissau-guineenses no conjunto de questões que caracterizam os atuais processos de globalização. Por conseguinte, existem grandes clivagens, quer em termos da repartição dos recursos, bem como as dimensões de representação das comunidades imigradas. A nação cabo-verdiana não foge à regra em relação às reconstruções que caracterizam o "estrangeiro", na maioria das vezes confinados às paredes das diferenças culturais, sociais, económicas e dos constrangimentos legais. É nesse sentido que a pesquisa propõe-se apresentar as experiências do associativismo bissau-guineense nas ilhas de Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente, como tentativas de caminhada rumo a uma melhor integração dos membros dessa comunidade em Cabo Verde. Consequentemente, a centralidade da ação associativa bissau-guineense nas ilhas onde a presença dessa comunidade é mais significativa tem rumado sob a bússola da solidariedade social como ferramenta para minimização dos entraves encontrados na imigração.

Do ponto de vista da sua estrutura funcional e metodológica a obra confere ao leitor uma sequência lógica. Para tal os dois primeiros capítulos incidem sobre a análise sócio-histórica da imigração bissau-guineense e os seguintes centram-se sobre os diferentes aspetos da integração destes imigrantes: económico-laboral, educativo, sócio-cultural e religioso, e associativo.

Em resumo, a edição deste livro obedece, sobretudo ao propósito de proporcionar o conhecimento mais aprofundado sobre a comunidade imigrante bissau-guineense residente em Cabo Verde. Trata-se de uma obra dirigida ao público em geral, sendo, todavia, de incontornável utilidade não só para os técnicos que trabalham no domínio das migrações internacionais, mas também para estudantes, docentes, investigadores nacionais e estrangeiros, que realizam os seus projectos de pesquisa não apenas no âmbito do referido campo de estudos, mas também nas demais áreas das Ciências Sociais e Humanas.

Os organizadores:

Odair Barros-Varela, Diretor Académico do MIRA

Clementina Furtado, Diretora do CIGEF

PREFÁCIO

Um olhar sobre a Comunidade Guineense residente em Cabo Verde

A convite da Senhora Presidente da Alta Autoridade para a Imigração, I.P, Dra. Carmem Barros, venho, enquanto Embaixador da República da Guiné-Bissau em Cabo Verde, congratular-me com a criação da Alta Autoridade para a Imigração, I.P pelo Governo de Cabo Verde em 2020. As atividades desenvolvidas por esta instituição governamental no decorrer do seu mandato têm sido positivamente apreciadas por nós e, em particular, pela comunidade imigrada, principalmente no que concerne à sua aproximação às diversas organizações representativas da comunidade guineense, com o intuito de criar condições para a construção de um novo paradigma - *"futuro partilhado"*.

A construção de um futuro partilhado, em nosso entender, significa criar condições reais para uma integração social, participativa e programada da nossa comunidade no seio da sociedade acolhedora, sem quaisquer constrangimentos políticos e sociais, eliminando progressivamente as barreiras entre "Nós e Outros", que persistem em qualquer sociedade de destino de imigrantes onde predomina a referida dicotomia.

É-me difícil, num curto espaço editorial, tratar da relação entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, países umbilicalmente unidos pelos laços de consanguinidade, de histórias e de relações sociais intensas, forjada no processo dos descobrimentos e consolidada com as movimentações das populações de Cabo Verde para Guiné e vice-versa.

A movimentação populacional dos cabo-verdianos para a então Guiné Portuguesa, acima referida, conheceu várias fases, se tivermos em consideração o processo de descobrimentos e a fixação forçada dos naturais de Cabo Verde nos rios da Guiné. Seguida de uma fase posterior de procura em massa com a intenção de procurar melhores condições de vida, o que acabou por fixar muitos cabo-verdianos na Guiné – *"Terra de boa gente"* -, os pioneiros encontraram terras férteis para o cultivo de arroz e outros cereais. É de salientar um marco importante no percurso histórico de emigração dos naturais de Cabo Verde para a Guiné, embora não seja considerado rigorosamente processo migratório, havendo uma certa dificuldade em precisar um período temporal exato, por ser considerado como processo sucessivo de construção e extensão da administração colonial na Guiné.

Alguns estudiosos apontam que a partir de 18 de março de 1879, ano de autonomia administrava da Guiné em relação a Cabo Verde, embora alguns admitam que o processo de *"chamamento em massa"* dos cidadãos, na sua maioria jovens com o ensino liceal completo oriundos do arquipélago de Cabo Verde, teve início depois da guerra de pacificação de 1913 e 1915. Este argumento focaliza a componente profissional que servia para o preenchimento da administração colonial na Guiné Portuguesa. Em consequência do processo migratório, os imigrantes cabo-verdianos formaram famílias, do entrosamento social com os(as) nativos(as) criaram uma sociedade marcada por *"uma simbiose cultural"* prevalecente nas principais cidades da Guiné-Bissau.

A relação intrínseca entre os dois povos não constitui objeto desta nossa mensagem, mas serve para uma visão situada e fundamentada, para melhor percebermos o processo de integração comunitária diferenciada da comunidade guineense residente Cabo Verde em relação às outras estruturas migratórias residentes nessas ilhas.

Com o processo de Luta de Libertação Nacional dirigido pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (de 1963 a 1974, o início da Luta armada na Guiné-Bissau e o reconhecimento de Portugal à Independência do nosso país e, consequentemente, de Cabo Verde em 1975), no período pós-colonial politicamente não se podia falar de imigrantes nos dois espaços territoriais, eram verdades recalcadas e com direito *"à sanção de traição à pátria"*. Mas no íntimo social entendia-se que existiam alguns estereótipos sociais e preconceitos, que com a exaltação das identidades acabam por sobressair, mas que em boa verdade não passam de teorização social suave de *"Nós e Outros"*, por conveniência circunstancial.

A primeira vaga dos imigrantes oriundos da Guiné-Bissau para Cabo Verde, aconteceu nos anos 80 do século passado. Esta corrente migratória não se enquadra numa reflexão pura do termo imigração, mas sim numa emigração política forçada devido ao golpe de estado de 14 de novembro 1980 em Bissau. Este grupo de *"guineenses – cabo-verdianos"* são, na sua maioria, técnicos de Administração Pública que, por razão de natureza de dupla identidade nacional partilhada e familiarmente vivenciada, *"guineense e cabo-verdiana"*, levou alguns a optarem por viver em Cabo Verde e outros a emigrarem para Portugal.

Rigorosamente, podemos falar em emigração dos guineenses para as ilhas de Cabo Verde a partir dos meados dos anos de 1986, com a aplicação do programa de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Cabo Verde serviu de um polo de atração dos professores formados na Escola Normal Superior "Tchico Té" de Bissau e na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ambas criadas em 1979/80), e os referidos professores foram importantes na formação dos jovens do ensino básico e secundário nas ilhas de Cabo Verde.

Os ventos favoráveis da imigração, aliados ao processo de acolhimento social dos professores nas diversas ilhas de Cabo Verde, fez com que os pioneiros deste percurso migratório criassem uma corrente de *"chamamento migratório"* dos seus pares que se encontravam na sociedade de origem em condições desfavoráveis quer a nível financeiro, bem como no que se refere à progressão profissional.

Em consequência do conflito político militar de 1998-1999, podemos considerar um outro período migratório, enquadrado numa vaga migratória sem precedentes dos imigrantes oriundos da Guiné-Bissau para Cabo Verde, na sua maioria provenientes do Leste da Guiné-Bissau, concretamente das regiões de Bafatá e Gabu.

Com base no fluxo migratório acima referido, podemos periodizar as seguintes etapas de emigração dos guineenses para Cabo Verde: 1ª fase - 1980 a 1986; 2ª fase - 1986 a 1998; 3ª fase - 1998 à data presente. A terceira etapa provocou a alteração da composição social dos guineenses residentes em Cabo Verde, quer em termos numéricos como em termos da percentagem religiosa, passando a ser constituída por uma maioria religiosa muçulmana, que coabita pacificamente e em segurança num país maioritariamente cristão.

Segundo a estimativa da Organização Internacional para as Migrações (OIM), vivem em Cabo Verde aproximadamente 10.000 guineenses, mas as fontes estatísticas variam de instituições para instituições, depende de variáveis estatísticas utilizadas por cada uma delas. Os dados da nossa Embaixada apontam para 6.778 inscritos, os censos apontam para um número inferior aos registados pela nossa Instituição Diplomática, 4.212 guineenses residentes em Cabo Verde (In Inquérito Multi–Objetivo Contínuo 2014 – Estatística das Migrações - Instituto Nacional das Estatísticas - INE-CV). A Direção de Estrangeiros e Fronteiras - DEF- aponta para mais de 3.000 guineenses que se encontram em situação regular, e outros

por regularizar. Os dados do recenseamento eleitoral para as eleições Legislativas e Presidenciais na Guiné-Bissau – em termos da participação da diáspora guineense residente em Cabo Verde, em 2014 – apresentavam um total geral de 4.549 eleitores contra 1.974 recenseados em 2019. Os dados da participação política da comunidade guineense em Cabo Verde entre os dois atos eleitorais supra referenciados – Presidenciais e Legislativas na Guiné-Bissau -, são relevantes para uma aproximação às outras fontes estatísticas disponíveis, embora reconheçamos a existência de variáveis que influenciam o nível de participação da nossa comunidade na vida política do país de origem.

Todos estes dados pecam por defeito, tendo em consideração fatores tais como a sazonalidade migratória, meios financeiros para custear a Inscrição Consular na Embaixada, fuga de institucionalização pública por parte dos nossos imigrantes, estereotipada pelo medo, o que acaba por constituir um processo de "exclusão social" dos mesmos.

Estes e outros fatores conjugados, levam a acreditar que estejam a viver em Cabo Verde, aproximadamente entre 7.000 a 10.000 guineenses, que constituem a maior comunidade imigrada residente neste arquipélago. De acordo com o Censo são repartidos sobretudo nas seguintes ilhas: Santiago, Boa Vista, Sal e S. Vicente.

A comunidade guineense trabalha, na sua maioria, na construção civil, restauração (nas ilhas do Sal e da Boa Vista), comércio informal (Cidade da Praia – Rabidantes do Sucupira), segurança privada (ilha de Santiago, Cidade da Praia). No entanto, reconhece-se uma percentagem, embora reduzidíssima, de quadros na Administração Pública, com maior incidência dos professores de Ensino Secundário e outros profissionais que acabam por ter impacto no retrato da composição social dos guineenses residentes em Cabo Verde.

As dificuldades

A maioria dos guineenses residentes em Cabo Verde, estão numa situação irregular, estima-se que estejam a viver nesta condição de irregularidade documental mais de 60% dos imigrantes oriundos da Guiné-Bissau. A situação de irregularidade documental prejudica gravemente a sua integração plena e constituiu barreiras no aceso à habitação, ao emprego, votados ao vínculo precário em termos laborais. Apesar de todas as dificuldades documentais, vivem em segurança, numa terra que os acolheu, trabalham e formam famílias.

É uma comunidade bem integrada socialmente, sem problemas de criminalidade. A título de exemplo, apesar de ser a maior comunidade imigrada em Cabo Verde, em termos de reclusão é a menor população estrangeira, sendo que os que se encontram em regime de reclusão nos estabelecimentos prisionais de Cabo Verde são, na sua maioria, os não residentes. A envolvência comunitária nos bairros sociais, contribuem significativamente para uma avaliação positiva da nossa comunidade em Cabo Verde.

No que concerne às políticas públicas para uma melhor integração dos imigrantes guineenses residentes em Cabo Verde, podemos afirmar que os sucessivos governos da Guiné-Bissau, apesar da instabilidade politica e governativa, consideram a diáspora guineense como *"um ativo essencial e indispensável"* no processo de desenvolvimento social e económico do país.

No caso concreto de Cabo Verde, dadas as dificuldades em responder às preocupações causadas pela vaga migratória de 1998 – 1999, e ciclos migratórios subsequentes, foi criado o Consulado Geral da Guiné-Bissau em Cabo Verde em 2011, que teve um papel preponderante na melhoria de condições dos imigrantes guineenses, quer na aquisição documental, como na sua representatividade política junto das autoridades cabo-verdianas, desta forma reduzindo drasticamente o sacrifício dos mesmos.

Considerando as relações históricas entre os dois países, aliado a um imperativo permanente de concertação política e diplomática a nível bilateral e multilateral, e uma crescente participação ativa da comunidade guineense residente em Cabo Verde no processo de democratização e de desenvolvimento socio-económico do país de origem, através de envio de remessas às famílias nas regiões de origem, o Governo guineense elevou o nível de representação, criando uma Embaixada. Assim, foi nomeado o Primeiro Embaixador Residente em Cabo Verde em novembro de 2017, com entrega das cartas credenciais junto do Presidente da República de Cabo Verde no dia 22 de fevereiro de 2018. O ato em si, para além de ser simbólico e histórico, permitiu a separação da estrutura de acreditação múltipla – do Embaixador da Guiné-Bissau no Senegal com a jurisdição sobre Cabo Verde. Em jeito de reciprocidade o Governo de Cabo Verde insti-

tui a sua Embaixada em Bissau em 2021, tendo o Embaixador entregue as cartas que o acreditam como representante do Estado cabo-verdiano, ao Presidente da República da Guiné-Bissau, a 5 de fevereiro de 2021.

Reconhecemos as preocupações de ambos os Governos, da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, na construção de melhores condições para os guineenses que escolheram esta terra para viverem. Esta manifestação de vontade foi demonstrada pelas autoridades cabo-verdianas através dos processos de regularização extraordinária dos imigrantes em 2011, exclusivamente para os imigrantes guineenses, e em 2015 extensivo a todos os imigrantes residentes no país.

No diálogo atento e permanente com as diversas associações representativas da nossa comunidade, principalmente com as personalidades ligadas aos referidos processos, consta que a intenção de regularizar os imigrantes em situação irregular ficou aquém da expetativa, e apontam fatores tais como:

a) A falta de concertação entre os Governos da Guiné-Bissau e Cabo Verde no sentido de facilitar a aquisição dos documentos essenciais e indispensáveis para a materialização dos objetivos preconizados;

b) Falta de uma articulação intra-institucional;

c) Passividade das organizações de sociedade civil, principalmente as associações dos imigrantes na prossecução do processo de regularização dos imigrantes;

d) Desinteresse do próprio imigrante, aliado à falta de informação e publicitação sobre o processo;

e) Falta de colaboração das entidades patronais, entre outros fatores não ajudaram na concretização do referido processo.

Nós, enquanto representantes do Estado guineense, compreendemos o alcance das preocupações da nossa comunidade em Cabo Verde. Neste particular, temos desenvolvido uma estratégia de comunicação permanente, rompendo as barreiras tradicionais de contacto com os nossos imigrantes, criando assim condições para uma proximidade institucional, individual e associativa, por forma a superar as dificuldades e melhorar as suas condições de vida, através de emissão em tempo útil de documentações que constituem peças fundamentais para uma boa integração.

A nível institucional, promovemos contactos permanentes com as diversas estruturas estatais e municipais em Cabo Verde que lidam no dia-a-dia com a problemática dos nossos concidadãos.

No país de origem, temos desenvolvido uma Diplomacia para a nossa diáspora, que visa essencialmente colocar os problemas dos nossos emigrantes na agenda política e diplomática dos dois países.

Imbuídos nesta tarefa árdua de construção de *"Um futuro partilhado"*, acreditamos que a eficácia das políticas públicas para a melhor integração da nossa comunidade em Cabo Verde, terá que se assentar num *"projeto holístico"*, em que os atores governamentais (os Governos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde), a sociedade acolhedora através das estruturas sociais, e o próprio imigrante integrado nas organizações sociais, quer em associações de imigrantes como nas diversas associações da sociedade de acolhimento, terão um papel preponderante na mudança do paradigma atual, com vista a uma integração plena, almejada por todos e que seja cada vez mais inclusiva.

Pode-se concluir que no *"espírito social"* da esmagadora maioria dos guineenses que residem e trabalham em Cabo Verde, reina o seguinte:

"Enquanto o processo de retorno à pátria mãe é pensado a longo prazo, cada dia que passa esta terra de morabeza continua sendo também a sua terra e o espaço da luz para os seus filhos".

M Bála Alfredo Fernandes

Muito obrigado

Praia, 7 de junho de 2021

PERCURSO HISTÓRICO DAS MOBILIDADES ENTRE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

Davidson Arrumo Gomes

Universidade de Cabo Verde / CIGEF

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar o percurso histórico das mobilidades dos guineenses para Cabo Verde, desde o período colonial até a fase atual. Este trabalho encontra-se dividido em dois momentos, em que no primeiro serão analisadas de forma sucinta as mobilidades na época colonial, para melhor compreensão do contexto em que se observaram algumas mobilidades de guineenses para Cabo Verde.

Enquanto o segundo momento do mesmo irá versar sobre as migrações guineenses para Cabo Verde no pós-independência e serão analisadas as causas de imigração, os processos de integração social com realce da situação socioprofissional dos imigrantes guineenses enquanto segmentos ou grupos sociais, culturais e étnicos dentro da sociedade de acolhimento.

Importa referir que as mobilidades entre estes dois territórios se desenvolveram em diferentes contextos temporais, observando-se assim uma forte tradição migratória (seja ela consentida ou forçada), que marcou o período da colonização, em que na atualidade adquiriu novos significados a ponto de se confundir a história das migrações entre os dois países com a sua história política.

1. PERÍODO COLONIAL

A mobilidade migratória dos guineenses processou-se desde a colonização, principalmente na vigência de Administração Portuguesa em que a igreja católica tinha exclusivamente a missão de evangelizar através de educação cristã. Este fato levou alguns guineenses a se deslocarem para Cabo Verde a fim de prosseguir os estudos eclesiásticos, segundo padre João Vicente, apontando que *dois filhos do rei Becampolo Có*[1] *de Bissau (fim de século XVII), um deles chamado Francisco foram ordenados em (…) Cabo Verde.* (…). (V. Lopes, 1993, p.103-4).

Entre 1866-1894 a Guiné Portuguesa era o território que tinha maior representatividade dos alunos que vinham exclusivamente para frequentar o ensino em Cabo Verde, em relação aos territórios das ex-colónias, com cerca de *189 alunos (88,3%) o que, todavia, significa apenas 5% do total dos alunos do Seminário liceu de São Nicolau na altura* (Neves, 2008, p.185).

De salientar que o Seminário São Nicolau serviu como a válvula influenciadora do espírito emancipacionista e reivindicador dos naturais das ex-colónias concretamente de Cabo Verde e Guiné, onde por coincidência passaram os progenitores de alguns fundadores e altos dirigentes do movimento político PAIGC de origem cabo-verdiana como o caso do pai de Rafael Barbosa[2], Juvenal Cabral, pai de Amílcar Cabral (Líder e fundador do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) e de Luís Cabral (primeiro Presidente da Guiné-Bissau - 1974 -1980), Aristides Pereira (primeiro Presidente de Cabo Verde) e dos irmãos Abílio Duarte e Dulce Almada Duarte, estes três últimos filhos de sacerdotes que tiveram instrução no Seminário liceu (Neves, 2008; V. Lopes, 2002).

De acordo com Vítor Barros: *Durante catorze anos (1960-1974), passaram pelo campo de trabalho de Chão Bom mais de duas centenas de presos políticos dos quais, 102 eram guineenses* (2009, p.162).

1 Rei papel da ilha de Bissau, que se converteu pelo cristianismo no dia 4 de fevereiro 1696 através do batismo em Cacheu adquirindo o nome de D. Pedro, faleceu a 05/02/1696 e foi substituído por seu irmão Tôrô Có (Recheado, 2010).
2 Rafael Barbosa é o Primeiro Presidente de Comité Central do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde, cujo pai e mãe são descendentes de cabo-verdianos. O seu verdadeiro nome é Patrício, nome do irmão do pai. Por razões de divergências na resistência (na altura não havia partidos, nem movimentos), contra o Teixeira Pinto, pai (…) chateou - se com irmão Patrício, que foi aliar se a outro grupo e abandonou tudo e foi para sua propriedade, em Bigimita, lá no interior. Foi aí que, antes de morrer, o pai resolveu mudar-lhe o nome de Patrício para Rafael (Carvalho, 2020, p. 312).

2. PERÍODO PÓS-COLONIAL

2.1 O PERÍODO DA GOVERNAÇÃO DO PAIGC NOS DOIS PAÍSES

Já no período pós-independência, concretamente após o 25 de Abril, a lógica fundamental subjacente aos fluxos migratórios com origem na Guiné-Bissau tiveram um carácter sobretudo político (Sangreman et al., 2012, p.59) que se enquadrava *no quadro das afinidades políticas e ideológicas* (Machado, 1998, p. 20) em que um grupo de guineenses, na sua maioria jovens, vieram para Cabo Verde, por mecanismos de identificação cultural e de afinidade histórica e na edificação do Estado Cabo-verdiano. Entre esses guineenses, havia estudantes, recém-formados, quadros das Forças Armadas, desportistas, etc. (Lopes, 2002).

Segundo Valentim Sanca:

> *A maior parte dos que deslocavam para Cabo Verde na altura eram jovens provenientes de Bissau, na qual eram partilhados entre os descendentes de cabo-verdianos (Júlio Herbert, Manuel Marta, Ramiro Morgado ex Arbitro, Quinzinho Tavares ex guarda-redes de Sporting de Bissau e Praia, Maria João Burgo, os irmãos Filinto e Carlos Carvalho), e os naturais da Guiné que vinham frequentar o curso de formação e eram repartidos entre estudantes e altos oficiais das Forças Armadas que vinham estudar no quadro das Forças Armadas (Yafai Camara e Arsénio Baldé), mas também havia pessoas que estavam em missão de serviço (Entrevista com Valentim Sanca - Cidade da Praia, abril de 2013).*

Na ótica de Júlio Herbert[3], um dos descendentes de cabo-verdianos que também veio para Cabo Verde neste período, os guineenses eram residuais. Eventualmente partilhando da mesma opinião com Valentim Sanca, acrescentou que:

> *Alguns jovens vinham frequentar o curso de marinha mercante em São Vicente, na extinta ISEMAR agora DECMAR[4], FECM e UTA (2020) no quadro de cooperação entre a Guiné e Cabo Verde, onde no fruto deste acordo veio Dionísio Simões Pereira[5] e os colegas (Daniel Reis, Vítor Siga e Álvaro) em 1979, através de uma bolsa de estudos para frequentarem o curso de bacharelato na escola de formação dos professores de Ensino Básico, que era uma parceria recíproca a qual Cabo Verde enviava estudantes a Guiné, para frequentarem o curso de Direito em Bissau e o governo comprometia-se com alojamento dos estudantes (Entrevista com Júlio Herbert, Cidade da Praia, abril de 2013).*

3 Falecido Ministro-adjunto de Integração Regional (2019), antigo diplomata, que desempenhou funções de Assessor e Conselheiro diplomático do Presidente, foi Diretor de Centro de Estudos e Estratégicos, de Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades, nasceu na Guiné-Bissau.
4 Departamento de Ciências do Mar (campus de Ribeira de Julião afeto a Universidade de Cabo Verde em Mindelo).
5 Coordenador das Aldeias SOS de Cabo Verde.

De acordo com Simões Pereira, que também veio no quadro de cooperação para frequentar o curso em Cabo Verde:

> *Não existiam deslocações em grande massa para Cabo Verde, porque o país não tinha nada de atratividade para procurar melhores condições de vida e nem se podia falar da imigração, muito embora vinham pessoas para cá, principalmente jovens que se encontravam na faixa etária entre os 18 a 20 anos de idade e que tinham uma ocupação específica, como atletas de futebol[6] e alguns militares que eram altos oficiais e que ocupavam altas funções no seio das Forças Armadas naquela altura, que é o caso de Marcelino Correia, Humberto Gomes que era segurança do Primeiro-Ministro na altura, N´Famara Cassama, Paulo Malú, pessoas que vieram já no início da independência, isto é, na fase transitória entre o governo colonial e o PAIGC (Entrevista com Dionísio Simões Pereira, Cidade da Praia, Ilha de Santiago - Cabo Verde, maio de 2013).*

Mais tarde vieram outros militares para frequentarem o curso no CENFA, Afonso Té do tribunal Militar de Bissau, Malam Camara e Arsénio Baldé[7], que vieram no quadro de Unidade Guiné - Cabo Verde[8]. Neste quadro, foram feitos vários encontros de trabalho e celebrados acordos bilaterais e de cooperação[9] entre os dois Estados.

2.2 GOLPE DE ESTADO DE 1980

O ato de golpe de Estado foi o mote para o fim do sonho de Amílcar Cabral que pretendia unir estes dois povos, através do projeto político e ideológico Unidade Guiné- Cabo Verde, o qual veio a ser o marco principal da desunião política entre os dois. Sob pretexto de má gestão de políticas públicas, desvios económicos, penúria, e repressão associada a arbitrariedade nas leis constitucionais dos dois países que conferia aos cabo-verdianos mais direitos e limitava os guineenses[10], vinculado a uma situação sintomática que decorreu anteriormente no que diz

6 É o caso de Valentim Sanca (falecido) que veio representar o Académica de Mindelo, Quecuto que também veio exclusivamente para jogar futebol.
7 Arsénio Baldé, Ex Porta-voz de Forças Armadas em 2011 deposto pelo golpe de Estado de abril, foi jogador de futebol em Cabo Verde, representou a equipa do Desportivo da Praia nos finais dos anos setenta e os inícios de oitenta.
8 Entrevista de Dionísio Simões Pereira em julho de 2012.
9 De referir que o primeiro encontro da Reunião Mista Interministerial dos Negócios Estrangeiros entre Cabo Verde e Guiné-Bissau decorreu entre 7 e 8 de dezembro em 1977 na Praia, seguida de outra reunião Mista que aconteceu em Bissau a 26 de maio de 1979, tendo como os Secretários Gerais Alexandre Nunes Correia da parte de Guiné-Bissau, e para Cabo Verde Jorge Carlos Fonseca, que por coincidência histórica e simbólica foi quem concedeu a acreditação do primeiro Embaixador da República da Guiné Bissau em Cabo Verde a 23 de fevereiro de 2018, já neste caso enquanto o Presidente da República de Cabo Verde. De acordo com Fernandes (2007), ainda sobre o referido encontro, teve como proposta de ordem dia pela parte de Cabo Verde e que foi aprovada: A Cooperação no domínio consular, bem como a criação das Embaixadas em comum. De reportar que os dois países já tinham partilhado embaixadas em comum em 4 países (Argel, Cairo, Conacri e Luanda) (Fernandes, 2007).
10 O golpe foi justificado pela personalização do poder na perspetiva do Movimento Reajustador e negação de igualdade de direitos ao povo guineense, porque em Cabo Verde a constituição não permite a um guineense ser presidente, o texto da Guiné foi elaborado de forma a permitir que um cabo-verdiano seja presidente e permitia a pena de morte na Guiné e não em Cabo Verde (Fernandes, 2007, p. 93).

respeito a introdução às patentes das Forças Armadas em 1979 aos jovens cabo-verdianos recém-chegados de Portugal e Cabo Verde em detrimento dos antigos combatentes (Sangreman et. al., 2006).

Estas foram reivindicações do movimento reajustador de 14 de Novembro que derrubou Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral) do poder, por um lado. Por outro lado, os dirigentes de Cabo Verde interpretaram o ato como uma traição aos fundamentos da luta de libertação e os ideais da Unidade Guiné-Cabo Verde associado a um sentimento de ódio e racismo face aos cabo-verdianos por terem sidos colaboradores e agentes do poder colonial, clima que já tinha as suas imbricações no processo de unidade entre os dois povos e que permaneceu ao longo da luta armada pela independência e que vieram a ser reabertas nas suas relações nos períodos pós-independência entre os atores políticos dos mesmos (Fernandes, 2007; Coutinho, 2017)

Este elemento foi um dos fatores impulsionadores da imigração e regresso para Cabo Verde, tanto de alguns guineenses como de alguns cabo-verdianos que se encontravam na Guiné-Bissau, que operavam num quadro específico de unidade entre os dois países, provocando a *debandada dos quadros técnicos, sobretudo de origem cabo-verdiana* (Ferreira, 2012, p.7) para Cabo Verde.

De reportar que a maior parte das saídas de alguns altos funcionários da Guiné-Bissau para Cabo Verde naquela altura, foram motivadas quer pelos riscos de hostilidades aos indivíduos de nacionalidade cabo-verdiana quer pelo afastamento desses segmentos no partido e no aparelho de Estado (Sangreman et al, 2012; Silva, 2003), como alguns dirigentes guineenses próximos do regime deposto, é o caso do comandante Úmaro Djaló, na altura Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e um dos Vice-Presidentes do Conselho do Estado. De constatar que alguns guineenses que na altura estavam a prestar auxílio em Cabo Verde acabaram por ficar, é o caso do comandante Bobo Keita que na altura era responsável da logística do Estado-Maior das FARP, Comandante Lúcio Soares que ocupava as funções de Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, e os comandantes Abdulai Bari e Júlio de Carvalho (Lopes, 2002; Carvalho, 2011). É neste período que começa a surgir paulatinamente uma nova fase migratória guineense, que considero moderna[11] dos Guineenses com destino a Cabo Verde, a par do primeiro núcleo residual de imigrantes resultantes das causas políticas ou profissionais.

11 É constituída pela maioria esmagadora dos jovens recém-formados nos países de antigo bloco socialista sobretudo de Cuba e da antiga União Soviética, que se encontravam na faixa etária entre os 25 e os 37 anos, a maior parte oriundos de diversos estratos e contextos sociais e geográficos partilhando a condição de militantes de estrutura de massas juvenis (JAAC) e filhos de antigos combatentes.

Tendo em conta o cenário político ora narrado as relações foram cortadas, onde o governo de Cabo Verde decidiu trilhar os seus caminhos e em 1981, na sua primeira sessão de assembleia geral realizada na Praia, decidiram mudar a sigla do partido - em vez de PAIGC, passou para PAICV.

2.3 LIBERALIZAÇÃO ECONÓMICA À LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA

No caso da Guiné-Bissau, a aceitação por parte do poder nacional dos programas de ajustamento estrutural e de estabilização económica preconizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial nos inícios da segunda metade dos anos oitenta, teve como consequências imediatas a perda gradual da capacidade de decisão autónoma do Estado guineense na definição de política económica e social. Este processo condicionou o próprio funcionamento do aparelho de Estado que ficou reduzido a uma função essencialista, levando a um desinvestimento nos setores sociais e a consequente dispensa de quadros desses setores, como também os mais qualificados, sob o pretexto da redução dos custos que se desenvolve sobretudo a partir de 1986 (Monteiro, 1996; Sangreman et al., 2006; Barros e Rivera, 2010). Nesse interregno, muitos guineenses, sobretudo os professores, dos mais variados campos de atuação pedagógica partiram para Cabo Verde, *principalmente técnicos de ensino, professores secundários formados na escola de formação profissional e superior "Chico Té" e INEF (Instituto Nacional de Educação Física),* (Butuam Có, 2003, p. 40-41), país no qual conseguiram beneficiar de um enquadramento socioprofissional e económico compatível com a sua formação e dignidade laboral. Para alguns deles as ilhas acabaram por se constituir como um trampolim para o continente europeu, e para outros países como os EUA.

Importa dizer que segundo alguns estudiosos dos processos migratórios dos guineenses, esta etapa ficou marcada *pelo auge da migração laboral guineense* (Sangreman et al., 2012, p. 59; Machado, 2002) com destino ao exterior, tendo apresentado uma diversidade de perfis a par dos primeiros períodos pós-independência, constituída por pessoas de centros urbanos ou oriundas de sociedade crioulas (Sangreman et al., 2012).

Segundo os dados do Censo de noventa[12], os guineenses em Cabo Verde estavam contabilizados num total de 307 indivíduos, onde os homens representavam a maior fatia dos imigrantes com cerca de 178 efetivos a par das mulheres que eram de 129 efetivos, posicionando-se no segundo país africano com maior número de imigrantes residentes em Cabo Verde, atrás de Angola com cerca de 919 efetivos, num total de 2844 efetivos dos imigrantes do continente africano residentes no país.

Estas deslocações foram movidas pelas crises económicas que ocorreram entre 1983 e 1986, onde:

> *Défice orçamental e da balança de pagamento pioraram rapidamente, adicionado ao crescimento demográfico.*
>
> *O aumento do crédito interno contribuiu para aumentar a inflação. O aumento do crédito externo para cobrir os défices orçamentais levou ao aumento da dívida externa e das obrigações com o serviço da dívida. Por exemplo, enquanto em 1980 o total da dívida externa ascendia a 134 milhões de dólares, em 1985 atingia mais do dobro, 307 milhões de dólares; e enquanto em 1980 o serviço da dívida ascendia a 4,6 milhões, cinco anos mais tarde tinha passado para 9,0 milhões de dólares (Mendy, 1996, p. 41), como demonstra o quadro seguinte.*

Quadro 2: Volume da Dívida entre 1985 – 1990 (em milhões de dólares)

Ano	PNB	Dívida Total	Serviço da Dívida	DT/PNB (%)	SD/PNB
1985	155,9	307,8	9,0	197,4	5,8
1986	124,6	336,0	6,0	269,4	4,8
1987	160,1	437,3	10,2	273,2	6,8
1988	151,0	455,0	7,2	301,3	4,8
1989	167,0	498,4	12,2	298,4	7,3
1990	184,5	592,8	8,7	321,3	4,8

Fonte: Word Bank, World Dedt Tables, 1991. In Mendy, Pe. Koudawo, F. (Coord.) (1996) Pluralismo Politico na Guiné-Bissau - Uma Transição em Curso Coordenação, INEP, Bissau p. 44.

Esta derrapagem económica, bem como as disfuncionalidades no sistema de produção, vieram trazer consequências negativas com o efeito do falhanço de programa de ajustamento estrutural implementado pelo FMI em 1987, provocando a saída de muitos jovens licenciados para Cabo Verde à procura do primeiro emprego.

Adepodju (2009) corrobora esta tese, advogando que estas saídas vêm *constituir uma tentativa racional para mitigar os efeitos dramáticos dos programas de ajustamento estrutural sobre as famílias*, como também Castels, (2005, p.54) ao afirmar que estes programas originam muitas das vezes cortes *nos sistemas de educação, de saúde e a redução das oportunidades de emprego, tornando a emigração num mecanismo de adaptação de último recurso*, por um lado.

Por outro, o fator demográfico acima referenciado vem constituir um dos segmentos repulsivos dessa migração para o exterior, pelo que registou um crescimento populacional principalmente entre:

> *1979 e 1992 a população guineense aumentou mais de 30%, passando de cerca de 770 mil para mais de um Milhão habitante. A taxa de fecundidade, que era em 1992, de 6,0 filhos por mulher, estava no escalão mais elevado dos países africanos e acima da generalidade dos países asiáticos. Por outro lado, paralelamente ao crescimento populacional e em estreita articulação com o progressivo êxodo rural, o índice de urbanização elevou-se rapidamente. A cidade de Bissau vê a população duplicar nesse mesmo intervalo subindo de cerca de 100.000 para mais de 200.000 pessoas e de 13% para 20% do total de residentes no país (Machado, 2002, p. 80).*

Deste modo, a abertura política na Guiné-Bissau, isto é a fase de transição democrática, foi condicionada pela então conjuntura internacional e num contexto interno do Estado reduzido a uma condição minimalista e de fragilidade.

No entanto, verificou-se um movimento migrante interessante nos dois sentidos: a criação e por conseguinte legalização de vários partidos políticos, tendo em conta a queda do 4º Artigo da Constituição[13] de 1984, que fazia do PAIGC a força política dirigente da sociedade e do Estado. Contexto que foi semelhante em Cabo verde, que motivou o regresso de vários quadros guineenses mobilizados em partidos de oposição, mas também os riscos de derrapagem e a insegurança dos quadros que aderiram à oposição levou mais uma vez a saída de alguns quadros do país, num momento em que estavam ainda patentes as perseguições políticas de que foram vítimas do grupo 121[14].

Foi nesse contexto que em janeiro de1997 o país entrou para a UEMOA (União Económica e Monetária Oeste Africana), adotando o franco CFA como moeda e que provocou a perda da soberania financeira, que na perspetiva de Sangreman:

12 CENSOS 90, 2º Recenseamento Geral da População Habitação/Direção Geral de Estatísticas.p.49.

13 Recorda-se que a primeira Constituição da Guiné Bissau e de Cabo Verde, foi a obra do Professor Universitário Wladimir Brito, Natural da Guiné e antigo Advogado de Rafael Barbosa, considerado o pai das duas constituições (De Carvalho, 2020, p. 222).

14 Popularizada através de uma carta assinada por 121 quadros e militantes do PAIGC que exigiam a renovação interna do partido, o qual foi tornado público em junho de 1991, que provocou a saída desses intelectuais tanto para outros partidos assim como para o exterior principalmente Cabo Verde e Portugal.

> *O que se pensava ser uma medida que permitiria uma maior estabilidade monetária e a criação de um ambiente mais atrativo para o investimento externo, veio a revelar-se uma medida desastrosa ao nível económico e social, porque não foi acompanhada de medidas macroeconómicas sólidas capazes de sustentar o desenvolvimento, levando assim a um aumento da pressão externa, nomeadamente dos Estados francófonos vizinhos, principalmente do Senegal, e a uma consequente descapitalização do país (Sangreman et al., 2006, p. 17).*

Assim, no que respeita à situação económica *"cerca de noventa por cento da guineense continuava a viver com menos de um dólar americano por dia"* (Jao, 2000, p. 108) o que mostra a situação de penúria em que vivia a população guineense, sendo que a maior parte não conseguia ter mais do que uma refeição por dia. Nessa altura, era corrente ironizar na Guiné-Bissau, dizendo que a população vivia sob o regime de *um tiro* ou seja, com capacidade para desfrutar de apenas uma refeição por dia.

Dentro do tecido social, as grandes diferenças de rendimento impunham uma clara estratificação social, que se estendia até no acesso à saúde e ao ensino, fazendo com que o sistema no seu todo fosse ruindo, com consequências graves para a qualidade de saúde da população, sem descurar de visíveis desequilíbrios regionais em termos de assistência médica e hospitalar. O que terá igualmente contribuído para alargar e aumentar o fosso das disparidades sociais, registando-se inclusive situações de gritante injustiça, ao abrigo de um quadro manifestamente pesaroso, onde camadas sociais mais privilegiadas recorrem a hospitais no exterior, designadamente em Dakar, Lisboa e Paris a fim de se tratarem, enquanto as restantes são abandonadas à sua sorte; e para o nível de escolaridade da população, que sendo manifestamente baixo, mercê da deficiente estruturação do ensino e do contínuo abandono escolar, tende a repercutir na vida dos professores (vítimas de sistemáticos atrasos no pagamento dos salários) e dos jovens, que, sem grandes esperanças no ensino e sem a necessária qualidade de vida mínima que lhe assegure a regularidade presencial na escola, acabam por abandonar ou adiar o seu projeto de vida estudantil, abraçando em alternativa a emigração ou então outras atividades socialmente desvalorizadas.

As difíceis possibilidades e os riscos da ação política[15], associados às sufocantes condições de vida em que se encontravam as populações e, ainda a forte pressão demográfica nos centros urbanos, tinham como ressonância nos quadros afetos ao aparelho administrativo e aos recém-formados, que para a sua sobrevivência, a emigração era uma solução, sobretudo para contextos de maior proximidade cultural, identitária e com laços já firmados, como é o caso de Cabo Verde e Portugal.

15 Caso João da Costa

2.4 DO CONFLITO POLÍTICO MILITAR DE 1998 À ATUALIDADE

Os onze meses do conflito político-militar que o país viveu (1998/99), *resultado de um impasse político no seio do PAIGC* (Sangreman et al., 2006, p. 17) e de uma ligação íntima entre a crise política do PAIGC e a crise no seio das Forças Armadas (Koudawo, 2001), mergulhou o país num ciclo de violência de origens complexas, reforçando o papel e o poder dos militares na vida política da Guiné-Bissau.

Como consequência, assistiu-se a uma saída massiva de muitos guineenses (para o interior e exterior), provavelmente a mais importante em tão curto espaço de tempo, inaugurando uma nova fase de um tipo de migração (deslocados de guerra/refugiados), como também na assunção de diásporas quer na Europa como em África. Este estádio e condição da diáspora deve-se, não só à ideia de organização e expressividade da presença dos guineenses em países considerados tradicionais do roteiro migratório dos mesmos, mas também pela visibilidade de comunidades organizadas em outros contextos como Espanha, EUA, Reino Unido, Brasil, e pelo papel atuante que os migrantes guineenses passam a ter na economia nacional com envio das remessas regulares[16].

Durante o conflito, Cabo Verde foi um dos quatro países (a par do Senegal, Guiné Conacri e de Portugal) que acolheu grandes contingentes de refugiados guineenses, estimando-se que tenham desembarcado no arquipélago cerca de 680 pessoas (Direção Geral das Comunidades de Cabo Verde, 2011), tendo não só uma boa parte ficado a residir (estudantes, trabalhadores e descendentes de cabo-verdianos) nesse país, como também a rota Bissau-Dakar-Praia passou a ganhar maior dinamismo devido a sua (re) descoberta pelos então refugiados, seus familiares e pelos novos candidatos à imigração laboral.

Esta nova vaga acentuou-se ao longo da década de 2000 com as primeiras eleições gerais (multipartidárias e presidenciais) pós-conflito vencidas por Kumba Yalá e o Partido da Renovação Social (PRS) por si liderado tendo a sua primeira transição democrática, marcada por retrocessos a nível da cultura democrática por ter violado a liberdade dos cidadãos em vários contextos.

16 Em 2009, a Guiné-Bissau estava no top 10 dos países com maior percentagem do PIB em envio de remessas (5,4%). Para mais informação ver: WORLD BANK (2011), Migration and Remittances, Factbook 2011, Washington, World Bank. Publisher.

Principalmente as pressões perpetradas por agentes de segurança contra dirigentes políticos, defensores dos direitos humanos e jornalista (PNUD,2004) considerado por Cardoso (2007) como uma *transição de abertura à apertura*.

Neste contexto, o aumento significativo dos imigrantes guineenses em Cabo Verde seguiu numa trajetória ascendente do ponto de vista numérico, ocupando a terceira posição dum total de 46% da população estrangeira com cerca de 691 efetivos (INE, 2000)[17]. Atualmente Cabo Verde tem sido um destino privilegiado ao nível de todas as sensibilidades sociais, culturais e perfis a destacar dos vários grupos culturais e classes sociais, contribuindo para que os guineenses a ser a comunidade com maior expressão numérica, com cerca de 5.544 mil efetivos (INE, 2010)[18].

Importa assinalar o surgimento crescente nos últimos anos da migração feminina[19], sobretudo entre os anos 2006-2009, que vem conferir uma nova dimensão a essa imigração sendo que a maior parte delas atua como *bideras*[20] de produtos agroalimentares e silvícolas, como a calabaceira[21].

Nesta fase, uma das características da migração dos guineenses para Cabo Verde, tem sido através do reagrupamento familiar, em particular das mulheres que vêm *normalmente, ao encontro dos maridos e se dedicam ao comércio informal* (Correia, 2009, p. 3). De uma forma geral, essas mulheres migrantes se concentram na cidade da Praia. Muito embora se desconheça os dados estatísticos a esse respeito, as opiniões convergem no sentido de que essa migração feminina permanece ainda em número inferior à dos homens. Por conseguinte, estes fluxos migratórios femininos permitiram aumentos demográficos, constituição de novas famílias e sedentarização das migrações guineenses. Fenómeno que marca o início da consolidação dessa migração graças a presença feminina e mudança de projeto migratório com pertinentes impactos na diminuição da população masculina migrante principalmente nos principais centros urbanos em Cabo Verde e, por conseguinte, vem dar uma nova configuração social, cultural, económica e espacial na sociedade Cabo-verdiana.

Esta tendência migratória no espaço cabo-verdiano é também verificada junto das outras nacionalidades principalmente as africanas, oriundas de países da CEDEAO que *são confrontados por conflitos armados que geram uma grande instabilidade sociopolítica regional, guerra e guerrilhas e as elevadas taxas de desemprego* (Furtado, 2012, p. 2)

Em relação ao assunto (Barbosa, 2010; Furtado, 2011) sustentam, que esses migrantes aproveitam a teia de liberdades em matéria de circulação de pessoas e bens no espaço sub-regional, associada ao fenómeno de globalização (transportes e comunicação), fatores que facilitam a circulação e movimentação de pessoas no espaço sub-regional especificamente com destino a Cabo Verde. Adicionalmente, a posição geográfica que Cabo Verde ocupa no atlântico, vem servir como um trampolim ou um polo de trânsito para atingir outras paragens, como Europa e América, o que não deixa de ser um dos fatores influenciadores para a deslocação dos imigrantes (Carvalho, 2009; Furtado, 2011).

No que diz respeito aos imigrantes da Guiné-Bissau a pretensão por Cabo Verde prende-se com a existência de laços de afinidades culturais, históricas e linguísticas que ligam estes países ao longo dos séculos, conforme (Portes, 1999) as dinâmicas internas e internacionais têm assumido um carácter social, que se amplifica ainda mais, quando há um cordão umbilical no passado ou um passado comum de ligação entre os dois povos (Guiné-Cabo Verde). Na qual o crioulo vem constituir um dos primeiros segmentos de ligação cultural e ao mesmo tempo elemento facilitador para a inserção e posteriormente a integração dos guineenses na sociedade Cabo-verdiana, como importante veículo de comunicação para o imigrante guineense dentro da esfera social que se encontra inserido.

De constatar que estes fatores, associados à existência de pequenos núcleos residuais de guineenses que residem há muito tempo em Cabo Verde, que ainda mantém as ligações com a Guiné-Bissau principalmente no contexto familiar,

17 Ver o Gráfico nº5 - Da Distribuição Percentual dos Imigrantes de PALOP em Cabo Verde, Censo, 2000. Subsídio Para a Política Nacional de Imigração (Relatório Final, 2010, p.131).
18 Instituto Nacional de Estatísticas. Dados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH, 2010).
19 Em relação a este segmento, constatei que tem sido pouco reportado nos contextos académicos nacionais principalmente com relação as mulheres guineenses com exceção dos trabalhos de Rocha e Miranda, 2017. Ao realizarmos uma leitura sociológica de inspiração Weberiana dos tipos sociais, podemos constatar que elas são provenientes de diferentes contextos sociais, partilhadas entre zonas urbanas e rurais, na qual é possível observar e constatar através de interação entre as mesmas, a presença de um demarcador por meio de estratificação social dentro do ciclo destas relações entre as mesmas e que são popularmente designados por sociedades de praça, termo usado para distinguir os que são provenientes das zonas urbanas e rurais, segmento que remonta a colonização.
20 O termo resulta da palavra "bida", em português, significa vida. Categoria social semelhante ao de Rabidante. Aplica-se às mulheres que desenvolvem atividades comerciais de uma forma independente, por conta própria. Este processo é interessante para a compreensão das relações económicas, familiares e sociais, acerca das formas como recorrem às diferentes representações que existem do «moderno» e do «tradicional», e como gerem os recursos sociais e económicos, de um modo fluído e informal, segundo as circunstâncias e as conveniências.
21 Fruto tropical oeste africano com uma importante fonte nutricional utilizada na gastronomia e de inúmeras e relevantes aplicações terapêuticas.

vieram facilitar a formação de redes solidárias de acolhimento dos conterrâneos, que chegam pela primeira vez em Cabo Verde (Machado, 2002).

Contexto, que vem propiciar a criação de laços de solidariedade através de aproximações vinculadas nos valores identitários, relacionamento social e afetivas através de partilha dos mesmos credos religiosos e de relações de intercomunicações mais próximas, observados principalmente em alguns espaços ocasionais de sociabilidades ou de convívios (bares, supermercados, escolas, emprego, igrejas, cerimónias, eventos desportivos ou outros lugares de lazer). Estes laços ou redes de sociabilidades constituem os primeiros segmentos de inserção socioeconómica e espacial, designadas de Associações.

3. INSERÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

A comunidade imigrada da Guiné-Bissau em Cabo Verde está dispersa praticamente por todos os concelhos, embora com especificidades diferentes condicionadas em parte por condições de vida, e pela oportunidade do emprego tendo como um dos indicadores da situação socioprofissional e da integração social por conseguinte das mobilidades sociais, o que não irá constituir objeto de debate neste trabalho.

Atualmente é a comunidade estrangeira com maior expressão numérica em Cabo Verde, com cerca de 31,3% do total dos 14.347 estrangeiros em Cabo Verde (INE, 2019). No entanto, os residentes na Praia são considerados como os mais os significativos em termos numéricos com cerca de 2.181[22], seguido de Sal com 1.337 e Boavista com cerca de 1.266. De notar que a Praia alberga a maior parte da comunidade da Guiné-Bissau residente em Cabo Verde, que se tem dedicado às atividades de construção civil e obras públicas, comércio, segurança noturna. Num plano de inserção diferenciada no mercado de trabalho, existem também alguns quadros superiores e docentes, prestando serviço na função pública.

Esta dispersão é condicionada pelos núcleos de acolhimento estabelecidos nos diferentes locais de residência (redes solidárias baseadas nos parentescos) para além de constatarmos que esses centros urbanos são locais de maior concentração de bens e serviços, de empregabilidade, comércio, construção civil e obras públicas. Por outro lado, a localização dos potenciais postos de trabalho constitui também um dos maiores fatores impulsionadores que determina o estabelecimento ou a fixação de residência dos imigrantes guineenses. Um outro fator tem a ver com a busca de proximidade com outros imigrantes, de modo a facilitar ações de solidariedade ou a criação de redes solidárias (Associações[23]), que estão na base da sua autodefesa.

Constata-se que a fixação da residência dos imigrantes guineenses na ilha de Santiago principalmente na Praia, é determinada pelo segmento económico. Isto é, pelo emprego compatível aos salários e com os níveis de renda de casa, tendo em conta que uma parte dos rendimentos ou poupanças se destina a ser remetida para o país de origem, como remessas. Quanto aos atrativos, figuram-se entre a oferta e a procura de mão-de-obra no mercado de trabalho, principalmente na construção civil e obras públicas, na construção de infraestruturas hoteleiras e turísticas e com um potencial na imobiliária, que aconteceram nos anos 2005 e 2007 nas ilhas do Sal e da Boavista, sem descurar os casos de artesanato e comércio, que foram os elementos propiciadores para se transformar num polo atrativo dos cidadãos provenientes destes países que procuraram Cabo Verde.

Também a atração por Cabo Verde se deve por ser um:

> *País em franco crescimento, oferece-lhes uma estabilidade económica, política e social, beneficia de uma parceria especial com a U.E. (União Europeia) desde 2008 e encontra-se no nível dos países de desenvolvimento médio, com o PIB per capita superior a todos os Estados-membros[24] (3400 em 2009) (Furtado, 2011, p. 2).*

4. CONCLUSÃO

Em linhas gerais, vimos que a história das mobilidades entre Guiné e Cabo Verde marcou um percurso do relacionamento em todos os domínios a ponto que é impossível desassociá-los e confundir com as histórias das migrações devido às grandes mobilidades que operaram sempre entre estes dois povos irmãos.

Uma mobilidade migratória que foi forçada nos seus primórdios pela colonização, tendo como mote a educação e relações administrativas colonias, contextos que nortearam as relações familiares entre os dois segmentos

22 Instituto Nacional de Estatísticas. Dedos de Estrangeiros CEDEAO por nacionalidade e por concelho de Residência- Dados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH, 2010).

23 De acordo com os levantamentos dos dados no terreno, constatamos que existem mais de 30 associações de cariz nacional, regional, comunitário/étnico, cultural e socioprofissional, nas diferentes ilhas, onde se encontram resididos.
24 Estados Membros da Sub- região ocidental africana.

sociais (cabo-verdianos e guineenses) e que influenciaram a sociedade guineense na sua recomposição social e cultural.

E por outro lado, esse período foi marcado pela influência da igreja católica que levou muitos guineenses a se deslocarem para Cabo Verde com o objetivo de estudar no liceu-seminário, que aliás serviu de válvula para génese de movimentos nacionalistas destes dois territórios. Este fato permitiu que os mesmos ampliassem as suas relações com o mundo exterior tendo em conta a conjuntura internacional que se vivia na época, na qual estes dois povos comungaram sob uma única causa e direção com a criação de PAIGC, que sob a sua ação a Guiné e Cabo Verde ascenderam as suas respetivas independências em 1973 e 1975.

Já no decorrer deste período, as deslocações para ambos os sentidos continuaram, sob o argumento de edificação dos dois Estados binacional, em que vieram para Cabo Verde muitos quadros técnicos superiores de vários ramos, principalmente da sociedade castrense, projeto de unidade que mais tarde veio a ter o seu desfecho, através do golpe de Estado em 1980.

As sucessivas crises políticas, económicas e sociais que assolaram a Guiné-Bissau, no período pós-independência, secundadas por levantamentos político-militares, em que se assistiu em épocas distintas um verdadeiro processo de sangria na sociedade guineense, protagonizada principalmente pelos mais jovens, que levaram à procura de melhores condições de vida, tendo Cabo Verde como destino privilegiado.

Importa referir que estas preferências foram influenciadas pelo crescimento económico e estabilidade de Cabo Verde, associado à melhoria de condições de vida através de empregabilidade e pelas relações de afinidades históricas-culturais, linguísticas e familiares que estiveram na origem dos fluxos migratórios guineenses para Cabo Verde.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEPOJU, Aderanti. Migration Management in West Africa within the Context of ECOWAS Protocol on Free Movement of Persons and the Common Approach on Migration: Challenges and Prospects. In: Marie Trémolières (ed.), Regional Challenges of West African Migration. African and European Perspectives, OECD/SWAC. P.17- 47. 2009.

BARBOSA, Elias Carlos. O Arquipélago de Cabo Verde do Colonialismo Pós-Colonial: Um Ponto No Tráfego Migratório Regional. In: Cabo Verde da Independência a hoje Estudos Pós – Colonial, Editora - Aviani & Aviani, S/ Local de Edição, P.183-201. 2011.

BARROS, Vítor. Campos de Concentração em Cabo Verde, As Ilhas Como Espaços de Deportação e de Prisão No Estado Novo, Edição Imprensa da Universidade de Coimbra. 2009.

BARROS, M.& RIVERA, O. A Re) construção do Estado no Contexto dos Estados Frágeis: O caso da Guiné-Bissau. In: Actas do IIº Congresso África-Ocidente- Corresponsabilidad en el Dessarollo, Vol,II, Huelva, Fundación Europea Para la Cooperación Norte-Sur,P.603-619. 2010.

BRITO, Wladimir. Cacheu, Ponto de Partida Para a Instalação Da Administração Colonial Na Guiné. In: Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio, Carlos Lopes (Coord.), Actas do Colóquio «Cacheu, Cidade Antiga» Edição INEP, Bissau, Guiné – Bissau, P.250-274. 1993.

CABO VERDE. B.O. nº16 de República de Cabo Verde, 26 de Abril de, I Série.2010.

CASTLES, Stephen. Globalização Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios, Fim de Século, Edições Sociedade Unipessoal, LDA, S/local. 2005.

CARDOSO, Carlos. Da abertura à apertura: Os desafios da transição política na Guiné-Bissau, Codesria, Senegal. 2007.

C. Formação e Recomposição da Elite Política Moderna na Guiné – Bissau : continuidades e Rupturas (1910 – 1999). In: Texto Provisório Da Comunicação Apresentado no VIII, Congresso Luso – Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004, elaborado com o apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.p.1-19.

CARDOSO, Fernando Leonardo. Migrações No Espaço e No Tempo, Subsídios Para os Estudos dos Movimentos Migratórios na Guiné – Bissau. In: Soronda, Revista de Estudos Guineenses, Bissau, Nova Série nº3, Edição INEP, Janeiro,P.37- 48. 2002.

CARVALHO, Francisco. Migração em Cabo Verde. Perfil Nacional, Praia, Cabo Verde. 2009.

CENSO. Migrações, Instituto Nacional de Estatística, República de Cabo-Verde, Editora: Gabinete do Censo. 2000.

CÓ, João Ribeiro Butuam. Migração Guineense de Retorno: Um Mito ou uma Realidade Desencorajada? Dissertação de Mestrado Apresentado na Universidade Técnica de Lisboa. 2003.

CORREIA, Karina. Imigração Africana Entre a Marginalização e a Exploração, Jornal A NAÇÃO, Nº 109, 7 de Outubro, Praia. 2009.

DA SILVA, Fernando Delfim. Guiné-Bissau Páginas de História Política, Rumos Da Democracia, Firguidja Editora, Bissau. 2003.

DE CARVALHO, T. Norberto. De Campo em Campo, Conversas com Comandante Bobo Keita,1ªEdição,Editora:Uniarte Gráfica, S.A. Porto-Portugal. 2011.

DE CARVALHO, Inácio Soares. Memórias da Luta Clandestina. (Coord.) Carlos de Carvalho, Felino de Carvalho.2020.

EVORA, Iolanda, GRASSI, Marzia. Género e Migrações Cabo – Verdianas,1ª Edição, Estudos e Investigações, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, junho. 2007.

ESTEVÃO, João. Cabo Verde. In: Nova História Da Expansão Portuguesa, Coordenação de Valentim Alexandre e Jil Dias, Vol. X, Editora: Editorial Estampa, Lda.1ªEdição – Lisboa,P.167-208.1998.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. Guiné-Bissau e Cabo Verde: Da Unidade à Separação, Dissertação de Mestrado apresentado na Faculdade de Letras de Universidade de Porto – Centros de Estudos Africanos, Porto-Portugal. 2007.

FERREIRA, Armindo. As Crises Político-Militares Na Guiné-Bissau: Causas, Problemas E Soluções. In: Jornal Expresso das Ilha Nº 546 - Especial Guiné-Bissau, 16 de Maio-Praia. 2012.

FURTADO, Clementina Baptista de Jesus. Imigração e Mercado de Trabalho em Cabo Verde: Atitudes e Representações Recíprocas, IX Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, UNICV/ULB, Universidade Federal da Baia, agosto, Salvador - Brasil. 2011.

GOMES DE JESUS, Bernardo. Manjacos da Guiné-Bissau: Sobre Discursos, Cultura, Saberes e Tradições no Período Colonial e Pós-Colonial, Monografia Apresentado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Humanas da Universidade Federal de Rio Grande de Sul, Porta Alegre. 2018.

INE (Instituto Nacional de Estatística).Atividade Económica. Gabinete do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), Resultados definitivos, Praia, 2011. 2010.

INE (Instituto Nacional de Estatística), Migração, Dados Estatísticos em Cabo Verde.2019.

JAO, Mamadú. Uma Leitura do Conflito Guineense. In:Soronda Revista de Estudos Guineenses, Número Especial 7 de Junho, Edição: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Bissau, dezembro, P.105-125. 2000.

KOUDAWO, Fafali. Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária À Democracia Liberal, Bissau, INEP, Kacu Martel, Serie Ciências Sociais, nº14. 2001.

LOPES, José Vicente. Cabo Verde, Os Bastidores da Intendência, Praia, Spleen edições, 2ª Edição. 2002.

LOPES, Carlos. Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio, Coordenação, Atas do Coloquio «Cacheu, Cidade Antiga» Edição INEP, Bissau, Guiné - Bissau. 1993.

Desafios Contemporâneos da África, O legado de Amílcar Cabral, (Org), Fundação Editora da UNESP (FEU), São Paulo. 2011.

Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e integração dos Guineenses em Portugal.1ª Edição-Oeiras: Celta, Abril. 2002.

MAUSS, M. Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. V. II. São Paulo: Edusp. 1974 [1923-24].

MIRANDA, Carmem Borges. Relação Cabo Verde "Guiné Portuguesa": os cabo-verdianos na colonização da "Guiné Portuguesa" Monografia, Apresentado no Instituto Superior de Educação (ISE), Cabo Verde, Praia-dezembro.2006.

MENDY, Peter e KOUDAWO, Fafali. Pluralismo Político Na Guine – Bissau, Uma Transição em Curso Coordenação, Bissau, Edição: INEP, outubro. 1996.

PEREIRA, Aristides. O Meu Testemunho: Uma Luta, Um Partido, Dois Países, Editorial Notícias, Lisboa. 2003.

PORTES, Alejandro. Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação, Celta Editora, Oeiras.1999.

ROCHA, Eufémia Vicente e MIRANDA, Maria Salomé B.É., Mulheres Bissau- Guineenses na Imigração em Cabo Verde. In: Eufémia Vicente Rocha; Miriam Steffen Vieira (Org.), Mobilidade Acadêmica e Deslocamentos de Perspetivas: Brasil/Cabo Verde, 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Vol. Nº 6, P. 83 - 112. 2016

ROCHEADO, Carlene. As Missões Franciscanas Na Guiné (Século XVII). Dissertação Apresentado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade Nova de Lisboa, setembro.2010.

SANGREMAN, Carlos, SOUSA JR, Fernando, ZEVERINO, Guilherme, BARROS, Miguel. A Evolução política na Guiné – Bissau, As eleições Presidências de 2005, os Conflitos, o Desenvolvimento, A Sociedade Civil, CEsA, Lisboa.2006.

SANGREMAN Carlos, ABREU, Alexandre, SOUSA JR., Fernando, ESTEVÃO, João, CARREIRO, Maria João. Perfil Da Diáspora Guineense em Portugal e França, Guiné - Bissau, França, Portugal, OIM, CEsA, Lisboa./PDF. 2012.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. Guiné Bissau: historias, culturas sociedade e literatura. Belo horizonte: Nadyala, 2010.

SOARES, Baltazar Neves. O Seminário Liceu de São Nicolau, contributos para a História do Ensino de Cabo Verde, Dissertação de Mestrado Apresentado no Centro de Estudos Africanos na Universidade de Porto (CEAUP), Porto. 2008.

VALENTIM, Alexandre e DIAS, Jil. Nova História da Expansão Portuguesa (Volume X) O Império Africano (1825 – 1890),1ª Edição, Editora: Editorial Estampa Lda., Lisboa, outubro.1998.

VICENTE, João. Quatro Seculos de Vida Cristã Em Cacheu. In: Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio, coordenação (Carlos Cardoso), Actas do Colóquio «Cacheu, Cidade Antiga» Edição INEP, Bissau, Guiné - Bissau, Bissau, P.101-169. 1993

DESAFIOS NO PERCURSO MIGRATÓRIO DE GUINEENSES PARA CABO VERDE (1990-2020)

Paulino Oliveira do Canto

Universidade de Cabo Verde / CIGEF

RESUMO

A migração de guineenses para Cabo Verde tem tomado configurações diversas, registando novas dinâmicas tanto no processo da travessia das fronteiras cabo-verdianas como no processo da integração social. Atualmente, como país de origem, destino e trânsito, as políticas de migração/mobilidade ganharam outros desafios para o Estado/Governo com destaque para o processo de (in) admissibilidade de pessoas no território nacional e na gestão do processo da integração social, neste trabalho com enfoque nos guineenses que emigram e residem em Cabo Verde. Com base na pesquisa bibliográfica e documental, este artigo busca refletir sobre os desafios que se inscrevem no percurso migratório de guineenses para/em Cabo Verde, privilegiando discussões teóricas, metodológicas e epistemológicas africanas. Os resultados mostram que, apesar da relação histórica entre estes dois países, das proximidades socioculturais, dos esforços institucionais, particularmente em termos documentais, os desafios persistem no percurso migratório de guineenses para Cabo Verde, colocando-se essencialmente na decisão de emigrar, na travessia das fronteiras cabo-verdianas e no processo de integração social.

Palavras-chaves: migração; guineenses; percurso migratório; processo de integração social.

BREVE HISTORIAL DE MIGRAÇÃO DE GUINEENSES PARA CABO VERDE

A migração/mobilidade de guineenses para/em Cabo Verde remonta à história do povoamento do arquipélago e da própria formação da sociedade cabo-verdiana. O povoamento de Cabo Verde foi na base do fenómeno migratório, ainda que forçado, de essencialmente alguns grupos étnicos guineenses, nomeadamente Fulas, Jalofos e Mandigas, que se concentraram maioritariamente nas ilhas de Sotavento (Santiago, Maio, Fogo e Brava) (CARREIRA, 2000). A relação histórica entre estes dois países sucede da colonização, com proximidades socioculturais construídas ao longo desses tempos e é muito peculiar e relativamente antiga, uma vez que também há registos de cabo-verdianos que, ainda no regime colonial, se mudaram para trabalhar na Guiné-Bissau. Contudo, a partir da década de 1990, Cabo Verde passou a confrontar-se com uma nova dinâmica da migração. Essa vaga migratória trouxe novos desafios para Cabo Verde, com números de imigrantes de países diferentes, sendo a maioria provenientes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), onde guineenses sobressaem por ser a maior comunidade africana imigrada em Cabo Verde (ROCHA, 2009).

A partir da década de 90, muitos guineenses lançaram-se na migração, muito por causa da instabilidade político-militar que tem persistido ao longo desses anos e pela crise social e económica, com destaque para a guerra civil de 1998, data da entrada massiva de guineenses no país[1]. A afinidade socio-histórica aproximou povos de Guiné-Bissau e Cabo Verde, sobretudo por terem partilhado um projeto comum de libertação e da independência, com registos de entrada, em início de anos oitenta, de fluxo considerável de imigrantes maioritariamente jovens, entre os quais estudantes e quadros recém-formados de diversas áreas profissionais, que se foram integrando na sociedade cabo-verdiana e, até hoje, dando um forte contributo no processo de desenvolvimento deste país (GOMES, 2010).

Cabo Verde vem se afigurando como destino preferencial para guineenses devido a um conjunto de fatores que engendraram valores de uma sociedade democrática inculcados na boa governação, a estabilidade social e política e o crescimento económico (BARBOSA, 2014; ROCHA, 2006, 2013). Adicionalmente, por ser Estado membro da CEDEAO, que estabelece o protocolo da livre circulação de pessoas, bens, capitais e serviços e por ser membro da Comunidade dos Países

1 A imigração de guineenses com o deflagrar da guerra civil de 1998 "assistiu a uma massiva entrada de guineenses em Cabo Verde, ocorrida essencialmente a pretexto do socorro humanitário" (GOMES, 2010, p.12).

de Língua Portuguesa (CPLP), que também incentiva a livre mobilidade entre os cidadãos lusófonos (CANTO, 2016). Não menos importante realçar o seu posicionamento estratégico para se chegar a outros destinos, com particular destaque para a Europa e Brasil. Grosso modo, Cabo Verde é visto como um espaço de permeabilidade social que favorece a mobilidade ascendente. Contudo, acentuamos que a forte relação histórica de uma luta comum pela independência e de proximidades culturais é um importante fator, quiçá o mais importante, para o fluxo da migração/mobilidade de guineenses para/em Cabo Verde.

Cabo Verde tem sido, de facto, um palco preferencial da migração de guineenses que vem aumentando e associado às questões laborais, mormente pela maioria serem jovens que se fixam no comércio informal e oferecem uma mão-de-obra acessível para a construção civil, a procura de melhores condições de vida (GOMES, 2010, 2015). Todavia, entre 2006-2009, notou-se uma imigração expressivamente feminina de guineenses que, por razões de reagrupamento familiar e, outras de forma voluntária, acabaram por permanecer em Cabo Verde (GOMES, 2010). Por vezes, devido ao persistente clima de instabilidade social e de insegurança, os guineenses emigram para Cabo Verde, por este país oferecer possibilidades de relativa maior liberdade quanto à participação, a um certo nível, na vida política[2] e para até ter mais tranquilidade social.

Grosso modo, o percurso migratório de guineenses para Cabo Verde iniciou-se no contexto da colonização, tratando-se de uma migração forçada devido à escravatura e exploração de mão-de-obra de escravos e, também, de mediadores das negociatas entre a metrópole e as colónias portuguesas, que supostamente livres, vinham acompanhados dos representantes para uma mediação política e económica (CARREIRA, 2000). Já no período pós-independência, e mais especificamente a partir da década de 80, o ensino afigurou-se como uma das principais razões da migração de guineenses para Cabo Verde, não obstante alguns quadros que tenham vindo à procura de um enquadramento socioprofissional (GOMES, 2010).

Este percurso histórico marcado pelas dinâmicas migratórias de vagas diferentes entre estes dois países permitiu-nos contextualizar a nossa discussão, visando compreender, de seguida, os principais desafios que persistem no percurso migratório de guineenses para Cabo Verde.

2 Recordando que os "estrangeiros e apátridas" com mais de 3 anos de residência podem exercer o direito ao sufrágio universal nas eleições autárquicas (LEI N.º 56/VII/2010, artigo 418.2). Igualmente, elegíveis para os órgãos dos municípios, desde que estejam com residência legal e habitual no arquipélago há mais de cinco anos. (LEI N.º 56/VII/2010, artigo 419.1).

DESAFIOS DA MIGRAÇÃO/MOBILIDADE DE GUINEENSES PARA/EM CABO VERDE

A relação estável entre Cabo Verde e Guiné-Bissau graças aos vínculos socio-históricos, políticos e culturais que vêm sendo construídos, não inibe alguns desafios que se inscrevem nos percursos migratórios de guineenses para Cabo Verde, fortemente marcados pela instabilidade político-militar que o país foi atravessando. Guiné-Bissau até hoje atravessa dificuldades para se organizar politicamente devido às sagas de clivagens políticas e golpes de Estado (1980; 1998-1999; 2012) que têm provocado derrapagem económica e disparidades sociais, afetando negativamente as condições de vida das populações que continuam a privilegiar o caminho da migração para a sua sobrevivência.

São desafios de ordens diversas que, desde logo, se iniciam com a decisão de guineenses em migrar para Cabo Verde e que não se encerram com o atravessar das fronteiras cabo-verdianas. Pois, acompanha-os no quotidiano através de estigmas sociais, outras vezes, de discriminação, conforme diferentes estudos têm mostrado (ROCHA, 2009; GOMES, 2010, 2015; FURTADO, 2011; BARROS & FURTADO, 2014; CANTO, 2016). Os cidadãos da CEDEAO, entre os quais os guineenses que são a maioria em Cabo Verde, enfrentam um conjunto de desafios que interferem nos seus percursos migratórios para/em Cabo Verde. Pois, além das situações internas, como a contínua instabilidade socioeconómica e política que o país (a Guiné Bissau) tem atravessado, os aspetos administrativos da relativa burocracia no país de chegada, o tratamento nas fronteiras cabo-verdianas[3], os aspetos técnicos da gestão migratória e das fronteiras no contexto regional, como a falta da instalação de cabines de imigração para cidadãos da CEDEAO e a criação de centros de informação nas fronteiras[4], constituem desafios que

3 A burocracia e o tratamento nas fronteiras com base na discriminação são fatores que há muito vêm constituindo principais barreiras no percurso dos oeste-africanos, nomeadamente os guineenses (ROCHA, 2009, 2013; GOMES, 2010; BARROS & FURTADO, 2014; COUTINHO & CANTO, 2018; RODRIGUES, COUTINHO; CANTO, 2018, 2021). Aliás, o estudo do perfil nacional da migração em Cabo Verde de 2009 apontava que "o mais mencionado é a dificuldade de regularização da situação em Cabo Verde, referindo-se à existência de processos que aguardam deferimento há mais de cinco anos. Surgem também queixas de discriminação e humilhação, sobretudo nas entrevistas realizadas no momento da entrada nos aeroportos" (CARVALHO, 2010, p.45). E, no estudo de diagnóstico conduzido por Barros e Furtado (2014), ficou patente que o maior entrave da entrada, regularização e, consequentemente integração social dos imigrantes prende-se com o setor dos serviços institucionais.
4 Vide o exemplo do Mercosul, no qual foi afirmado o acordo complementar do Acordo de Recife em matéria de migração (MERCOSUL/CMC/DEC N.º 18/14: art.º 1). Disponível em: <http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/oldAssets/uploads/DEC_018-2014_PT_Acdo%20Compl%20Acdo%20Recife%20Mat%20Migrat.pdf> Acesso em 20/11/2020.

condicionam o processo da (in)admissibilidade de guineenses no território cabo-verdiano (STYP-REKOWSKA, 2013; CANTO, 2021).

Ademais, os aspetos jurídico-políticos no contexto regional, entre os quais se destacam a resistência para a partilha gradual da soberania dos Estados, a não ratificação do protocolo de passaporte comum biométrico, a Convenção da Abordagem Comum em matéria da Migração na CEDEAO (2008) por parte de alguns Estados membros, entre os quais Cabo Verde, e a não implementação da terceira fase (o direito do estabelecimento) do Protocolo A/P.1/5/79 sobre a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, estão entre os principais constrangimentos que influenciam o percurso migratório de guineenses para Cabo Verde (ADEPOJU et al., 2007; CANTO, 2020).

Ao longo destes anos, face às limitações que persistem ainda no contexto da migração/mobilidade regional, os guineenses têm reinventado formas diversificadas para chegar a Cabo Verde. Inicialmente, quando não se fazia ligação aérea direta entre estes dois países, deslocavam-se obrigatoriamente até Dakar para chegar ao país (GOMES, 2015). Nesse contexto, Dakar afigurava-se como um ponto obrigatório de trânsito e imprescindível no percurso da migração de guineenses para o arquipélago. Não só como ponto de ligação para Cabo Verde, mas porque implicava outras dinâmicas n(d)as fronteiras internacionais, como é o caso do papel dos "agentes ou intermediários" que eram responsáveis pela negociação com agentes policiais das fronteiras sobre a situação do cidadão guineense candidato a emigrar para Cabo Verde.

> *As pessoas entregam ao intermediário dinheiro que normalmente é do candidato à imigração, este por sua vez vai providenciar de entregar a polícia a parte dele e tira a sua parte, assim que o viajante chegar a fronteira, não vai ser impedido de passar a fronteira ao qual o seu nome vai estar registrado sem ser interpelado pela polícia sobre a sua situação no país de acolhimento (GOMES, 2015, p.63).*

Efetivamente, as fronteiras africanas são arbitrárias, artificiais e porosas, porém, não diferentes das dos outros continentes (CANTO, 2020). Entende-se necessário compreender que, às vezes, por estarem (os oeste-africanos, com destaque para os guineenses) minimamente cientes dessas dinâmicas que, no geral, marcam a travessia das fronteiras africanas, particularmente quanto à forma de tratamento, sujeitas ao assédio, a pagamentos ilícitos e estresse, sentem-se influenciados a reinventar outras vias para atravessar as fronteiras, tais como a falsificação de documentos e o suborno. Portanto, são aspetos que regulam suas possibilidades de migração/mobilidade (MBEMBE, 2000; TEYE, et al., 2015; CANTO, 2021).

Igualmente, é fundamental perceber que os seus percursos migratórios e de mobilidade para Cabo Verde são significativamente influenciados por familiares que, quando veem na emigração uma oportunidade de investimento, confiam seus parcos recursos financeiros, ou na sua ausência, prosseguem a endividamento e, em alguns casos, até de apenhoramento de bens para a concretização do projeto migratório (GOMES, 2010). No fundo, trata-se de uma forma de investimento carregada de expetativas, que a longo prazo espera-se realizar com êxito, ou através de remessas financeiras a serem enviadas ou através de redes migratórias que podem ser desenvolvidas a ponto de posteriormente implicar o reagrupamento familiar.

> *Existem pessoas que, com problemas de liquidez, recorrem à venda do seu gado como forma de amealhar dinheiro. Outras fazem penhora de terrenos de cultivo a fim obter os meios financeiros para efetuar a viagem. Algumas famílias procedem de forma diferente, recorrendo a um dos valores tradicionais de união (Djunta Mom), quais sejam as redes de solidariedade existentes nas tabancas (aldeias) (GOMES, 2010, p.30).*

As questões intrafamiliares fazem-se presentes durante todo o percurso migratório de guineenses para o arquipélago e, em particular nesse processo inicial em que os responsáveis familiares deixam seus filhos ou cônjuges para trás à procura de melhores condições de vida ou até confiar suas responsabilidades parentais aos familiares mais próximos para aventurar na migração para Cabo Verde, que é de uma relativa incerteza.

As redes migratórias são fundamentais para esse percurso migratório. Muitas vezes, são feitos "empréstimos" ou "aluguer de dinheiro" ou "dinheiro no bolso", isto é, dinheiros que são enviados por conterrâneos residentes em Cabo Verde com o único objetivo de servir como comprovativo do meio de subsistência equivalente aos dias que pretende ficar em Cabo Verde[5] para a travessia das fronteiras cabo-verdianas, neste caso da fronteira internacional Nelson Mandela (CANTO, 2020).

5 A fixação do preço dos meios económicos suficientes para a entrada do estrangeiro no território nacional e a forma de prova da sua posse são estabelecidos por portaria do membro do Governo responsável pela área de Administração Interna (Lei n.º 66/VIII/2014, Art.º 12). A Portaria n.º 16/2015, de 27 de março, no seu artigo 4.º no número 1 aponta que "para entrada e permanência temporária de cidadãos titulares de visto de trânsito ou visto de turismo, ou isento de visto, estes devem dispor ou estar em condições de adquirir legalmente, em meios de pagamento, per capita, do equivalente: a) 20.000$00, por cada entrada; b) 10.000$00, por cada dia de permanência". Para maior conhecimento do respetivo documento, consultar o Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 21, de 27 de março. Disponível em: <https://sniac.cv/wp-content/uploads/2018/03/Portaria-n%C2%BA-16-2015-de-27-de-mar%C3%A7o-meios-de-subsist%C3%AAncias-exigido-ao-estrangeiro.pdf> Acesso aos 27/06/2021.

De facto, os guineenses enfrentam um conjunto de desafios para atravessar as fronteiras cabo-verdianas, que começou a fazer-se mais presente a partir de 2005[6], não obstante seu estatuto do cidadão da CEDEAO[7] (CANTO, 2020). Geralmente, os guineenses são vistos como "os mais coitados, iletrados e inocentes" a ponto de deixarem ser enganados (CANTO, 2020, p.26). A desconfiança é um critério que interfere no processo da (in)admissibilidade dos guineenses em território cabo-verdiano, especialmente, por se entender que a migração é um projeto político que vem do Estado/Governo cabo-verdiano[8], onde a seleção de guineenses é influenciada pela subjetividade de agentes de fronteiras.

Com base no trabalho de campo entre 2018-2020, nota-se que o processo da admissibilidade dos africanos no território cabo-verdiano depende além dos requisitos estipulados pela Lei n.º 66/VIII/2014, de 17 de julho, que regula a entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território cabo-verdiano, mas, também depende da própria subjetividade de agentes de fronteira. Isto é, não basta ter os documentos, mas sim estar incorporado nos critérios de admissibilidade que também podem ser percebidos pela subjetividade e corporificados pelos agentes da fronteira com o principal objetivo de "avaliar" o cidadão da CEDEAO candidato a atravessar a fronteira cabo-verdiana (CANTO, 2020, p.69).

Contudo, é essencial considerar dois fatores que direta ou indiretamente estão ligados a esta problemática, o que também marca de forma expressiva os desafios que enfrentam na decisão de emigrar, na travessia das fronteiras cabo-verdianas e no processo de integração social. Primeiro, o nível de instrução que por parte da(s) comunidade(s) guineense(s) tende a ser relativamente mais baixo[9], interferindo igualmente no processo de integração social, uma vez que os coloca em setores de informalidade, onde as condições são desfavoráveis para uma integração efetiva, ligado às questões do processo de regularização e do estatuto de residência (BARROS & FURTADO, 2014). Segundo, o suporte institucional, que, entretanto, não é uma questão que deve estar afeta exclusivamente ao país de origem, mas também ao próprio país de acolhimento. Entende-se que se trata de um aspeto que pode ser trabalhado a diferentes níveis, bilaterais, multilaterais ou dentro do quadro regional, e que poderá ter um papel crucial neste processo.

De facto, a "insuficiência de conhecimento" deve ser visto como um fator que influencia o percurso migratório de guineenses para/em Cabo Verde e, efetivamente, tudo isso, tem tornado o processo de (in)admissibilidade mais doloroso e relativamente difícil (CANTO, 2020, p.91).

Não obstante, a história comum que estes dois países partilham, em que os guineenses são sujeitos indispensáveis nas narrativas fundamentais n(d)a história de Cabo Verde, efetivamente essenciais na formação da sociedade e na construção da identidade cabo-verdiana, nos dias de hoje, quando compreendida no contexto da migração ou mobilidade a partir n(d)as dinâmicas fronteiriças, como espaços favoritos de sociabilidade e, também, de desencontros que envolvem as diversidades socioculturais, os guineenses afiguram-se ao mesmo tempo "tão perto e tão longe" de Cabo Verde (LOBO, 2012).

Os guineenses enfrentam no dia-a-dia em Cabo Verde um conjunto de desafios que se colocam não somente em ambiente laboral, mas também a nível institucional, no qual o guineense, que nos é "tão perto e tão longe", é estigmatizado, em parte, por conta da representação social que os cabo-verdianos têm sobre a

6 Data que os imigrantes apontam sentir maiores constrangimentos na travessia de fronteiras cabo-verdianas. Entende-se que a partir da VIª Legislatura da Governação de Cabo Verde (2001-2005) intensificou-se um novo ciclo de dinâmicas n(d) as fronteiras cabo-verdianas no âmbito da migração/mobilidade internacional no contexto da CEDEAO. Data, também que países como Senegal, Marrocos, Mauritânia e Cabo Verde começam a sentir a pressão da União Europeia para a gestão de fronteiras e migratória devido à entrada de fluxos consideráveis de imigrantes e refugiados no Espaço Schengen e, neste sentido, desenvolvem um conjunto de programas com vista à externalização das fronteiras da União Europeia, como a Abordagem Global da Migração para desenvolver operações conjuntas de controlo da mobilidade africana, essencialmente, através do Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD) e da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX) (CANTO, 2020).

7 Protocolo A/P.1/5/79 relativo a Livre Circulação de Pessoas, o Direito de Residência e de Estabelecimento, aprovado pela Lei n.º 18/II/82, de 30 de março. Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Suplemento, 7 de maio de 1982, pp. 4-8. A sua ratificação deu o direito aos nacionais de qualquer Estado da CEDEAO a possibilidade de entrar no território nacional por um período máximo de 90 dias sem necessidade de visto de entrada (art.º 3.2). Porém, ainda este quesito dependente, além da vontade soberana dos Estados Membros para admissão dos cidadãos da comunidade no território nacional, também da sólida implementação dos direitos de residência e de estabelecimento (ADEPOJU et al., 2007).

8 É preciso deixar bem claro que o processo da (in)admissibilidade segue diretrizes jurídico-políticos regulamentadas pelo Governo/Estado. Pois, neste caso de defendermos que a migração é um projeto político que vem do Governo/Estado cabo-verdiano, sobretudo quando procuramos perceber o processo da (in)admissibilidade dos africanos através da fronteira internacional Nelson Mandela no contexto da livre circulação da CEDEAO, anotamos que a governamentalidade das migrações nos remete para tecnologias de precisão, lógicas jurídico-administrativas que vem do Estado/Governo, mas também significativamente influenciadas pela subjetividade que se impõem nas narrativas produzidas entre os(as) agentes de fronteiras, no qual anotamos presença de uma lógica de segurança civil, social e de sanidade pública, embora a partir de um foco situacional, que também nos permitiu ter uma representação/perceção de Cabo Verde (ainda que desde as fronteiras) como um espaço de circunscrição aonde pode-se avaliar positiva e negativamente as pessoas que por ela passam/entram (ou não) e o próprio projeto político de que é pilar essas mesmas fronteiras e toda a sua panóplia tecnológica. Grosso modo, na fronteira do aeroporto internacional Nelson Mandela manifestam-se aspetos migratórios que, em dinâmicas, não se esgotam em tecnologias de governamentalidade e nem nos procedimentos e ferramentas jurídico-administrativas. Ali se jogam dinâmicas sociais dando muitas vezes novos sentidos às próprias ações administrativas que, além de corporificarem as lógicas pré-existentes do Estado/Governo cabo-verdiano sobre as migrações ditas africanas, conseguem dar uma certa visibilidade aos aspetos que antes não constituíam temáticas de debate, com especial destaque para a inadmissibilidade dos africanos na fronteira Nelson Mandela, um assunto cada vez mais presente na esfera pública cabo-verdiana (JARDIM, 2017; CANTO, 2020).

9 75% dos cidadãos da CEDEAO tem o nível de ensino básico, sendo que a maior comunidade é guineense (BARROS & FURTADO, 2014).

"África" e os "africanos" [10], ou então, se preferir "*mandjaku*[11]". Uma África que, no contexto das migrações/mobilidade regional, Cabo Verde procura se distanciar, apesar da sua história estar intrinsecamente ligada aos fenómenos migratórios e, igualmente, pelas narrativas que se reproduzem sobre as dificuldades que passam as comunidades cabo-verdianas emigradas, com uma diáspora relativamente maior do que a população local. E, os "africanos" como o "outro" diferente de "nós", isto é, o *mandjaku* que é depreciativamente homogeneizada, como "os mais difíceis. Não só são mais difíceis como também por constituírem uma ameaça à nossa estabilidade" (CANTO, 2020, p.72).

Pois, a forma como são estigmatizados influencia o processo da integração social de guineenses, quer a nível institucional quer a nível das relações sociais, produzindo espaços de exclusão preferencialmente sobre duas variáveis, quiçá, mais importante para o processo da integração destes em Cabo Verde, emprego/trabalho e habitação (CANTO, 2016).

DESAFIOS NO PROCESSO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL DE GUINEENSES EM CABO VERDE: EMPREGO/TRABALHO E HABITAÇÃO

Vários estudos sobre o fenómeno migratório em Cabo Verde (ROCHA, 2009; GOMES, 2010; CARVALHO, 2010; FURTADO, 2011, 2016; BARROS & FURTADO, 2014; CANTO, 2016, 2017) demonstraram que prevalecem, ainda, alguns desafios a nível do processo da integração social das comunidades africanas imigradas, essencialmente as provenientes da CEDEAO com destaque para a comunidade guineense.

O processo da integração social de guineenses em Cabo Verde coloca-se essencialmente em termos documentais, a que se pode denominar de uma integração documental, no qual são fundamentais medidas políticas a nível institucional que promovam a regularização das suas residências e estabelecimento em Cabo Verde, que se prendem com as situações do emprego/trabalho e da habitação. Neste sentido, nota-se a falta de prioridade nas agendas institucionais para a matéria da imigração e, também sua incoerência quanto à articulação particularmente as questões relacionadas com a regularização da residência, não obstante a iniciativa do Governo/Estado em criar a Alta Autoridade para Imigração, I.P[12] (BARROS & FURTADO, 2014; GOMES, 2015; CANTO, 2016).

Grosso modo, a falta de documentação de guineenses residentes em Cabo Verde continua a ser uma realidade devido a um conjunto de desafios, entre os quais se destacam a falta de condições financeiras, a falta de articulação institucional e as dificuldades em lidarem com as questões de imigração perpetuadas pela burocracia que, igualmente, tem implicado a desmotivação em querer regularizar a residência no arquipélago (BARROS & FURTADO, 2014; CANTO, 2017, 2020). Esta "informalidade das migrações", consequentemente tem implicado que, em termos laborais, os guineenses abdiquem das condições essenciais para um trabalho digno, com contrato determinado, salário digno e direito à providência social (BARBOSA, 2014).

Em Cabo Verde, a informalidade continua a ser um setor em expansão no qual grande parte de guineenses se insere, com destaque para a construção civil, guardas noturnos e no comércio informal com situação complexa e desprovida de cobertura legal e de acesso ao sistema de proteção social (ROCHA, 2009; ALMEIDA, 2010; GOMES, 2010, 2015; CANTO, 2016).

> *A situação dos trabalhadores imigrantes, particularmente os que se encontram na construção civil é precária, não possuindo muitos deles contratos de trabalho, com salários mais baixos do que os praticados para os cidadãos nacionais, sem cobertura de proteção social e, por vezes, com uma jornada de trabalho diário e semanal que ultrapassa o que a legislação dispõe (CNDHC, 2010, p.110).*

Embora Cabo Verde tenha ratificado a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas famílias, a situação laboral de guineenses e, no geral, dos imigrantes oeste-africanos é relativamente difícil e o trabalho das instituições responsáveis para responder estes desafios tem sido insuficiente (CANTO, 2016). Neste contexto, acabam por

10 Para, no geral, referirem "aos indivíduos de traços fenotípicos preto, vindos d'África, burros e, ao mesmo tempo, 'intiligentis', malcriados, que vendem 'farinha' (drogas), traficantes, que falsificam documentos, ou seja, um conjunto subjetividades pejorativas que os descrevem como persona non grata, que vêm para aumentar a população, a criminalidade, pobreza, com problemas de saúde, ou então para emigrar para a Europa ou as Américas" (CANTO, 2020; Cf. CANTO, 2021, p.92).

11 Manjaco é uma etnia da Guiné-Bissau e que concorreu com outras no povoamento de Cabo Verde, em cujo contexto, atualmente, mandjaku foi transformado numa categoria de estigmatização para definir todos os imigrantes africanos de cor negra, independentemente de sua efetiva origem étnica e, por vezes, racial (CANTO, 2020, p.49). Como definida por ROCHA (2009) na sua tese de dissertação: "Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde" (ROCHA, 2009).

12 Criou-se, por Decreto-lei n.º 55/2020 de 6 de julho, com a natureza de instituto público de regime especial, a Alta Autoridade para Imigração - AAI, I.P, com a missão de coordenar e implementar políticas e medidas no domínio da Imigração e foco especial na instalação e monitoramento de um sistema integrado, a nível nacional, para o acolhimento e integração dos imigrantes em Cabo Verde. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Série I, n.º 79, de 06 de junho de 2020. Disponível em: <https://kiosk.incv.cv/V/2020/7/6/1.1.79.3302/p1605> Acesso aos 24/06/2021. A nosso ver trata-se do fortalecimento institucional e a solidificação da relação com as comunidades imigradas em Cabo Verde, aliás, foi o então Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Elísio Freire, que reiterou que "o segundo plano para a inclusão e imigração aprovado em 2019 dizia, claramente, que era preciso uma instituição pivot que cuidasse da relação entre o Executivo e os imigrantes, ou seja, uma entidade que fizesse a intermediação dos imigrantes com as várias estruturas e serviços do Estado, e, acima de tudo, reforçar as políticas de integração, permitindo, assim, uma maior proximidade à referida comunidade". Consultado de: <https://www.governo.cv/governo-cria-alta-autoridade-para-a-imigracao-e-aprova-os-respetivos-estatutos/> Acesso aos 24/06/2021.

aceitar trabalhar nas condições menos favoráveis, visando conseguir algum rendimento para o autossustento, contudo, uma situação também influenciada pelo baixo nível de instrução (FURTADO, 2011).

O contexto atual da pandemia Covid-19 alterou completamente as situações laborais de guineenses em Cabo Verde. O agravamento foi visível devido às medidas iniciais de proteção tomadas pelas autoridades sanitárias e do Governo de Cabo Verde, como o encerramento dos mercados, em especial o mercado Sucupira onde ocorre a maior dinâmica socioeconómica dos imigrantes residentes em Cabo Verde, a suspensão da venda ambulante e as medidas de confinamento e isolamento social através de três Estado de Emergência seguidos, equivalente a cerca de 60 dias. Nesse contexto, muitos ficaram desempregados e sem qualquer atividade laboral para gerar rendas que servem de sustento familiar.

Ademais, vem agravando a questão da Segurança Social, uma vez que a maioria se encontra na economia informal e sem qualquer regularização junto do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). Portanto, se antes da pandemia a maioria dos trabalhadores imigrantes não se encontravam inscritos no INPS, com este contexto os desafios tornaram-se mais complexos, impossibilitando o acesso às principais medidas tomadas pelo Governo[13], nomeadamente o *lay-off*. Igualmente, boa parte dos guineenses ficaram de fora do programa Rendimento Solidário (RSO)[14], que atribuiu apoio financeiro às famílias vulneráveis devido, em parte, à não inscrição no Cadastro Social Único (CSU)[15]a própria informalidade nas atividades económicas e aos outros critérios que constituíam desafios para este grupo, como o número da conta bancária e número de documento da identificação válido[16].

13 Neste sentido, sobressai a intervenção do Presidente da Plataforma das Comunidades Africanas reivindicando que, embora o Governo tenha anunciado um conjunto de medidas de apoio social às famílias com maior dificuldade em rendimento, essas medidas não chegaram às comunidades imigrantes africanas. O mesmo defendeu a urgência para a adoção de uma estratégia que seja efetivamente articulada para mitigar o sofrimento dos imigrantes, uma vez que "temos pessoas muito próxima do risco da forme, mesmo a beira do colapso". Jornal Inforpress, cidade da Praia, 15 de Abril de 2020. Disponível em: <https://inforpress.cv/covid-19plataforma-das-comunidade-africanas-pede-intervencao-urgente-no-apoio-aos-imigrantes/> Acesso aos 20/11/2020.
14 O Programa de Rendimento Solidário foi criado pela Resolução nº 58/2020, em abril de 2020, que aprova as medidas dirigidas às famílias e à proteção do rendimento destinado aos trabalhadores do setor informal, que perderam o rendimento pela pandemia.
15 É um sistema de informação que compreende a identificação, o registo, a operacionalização e a atualização de informação, a classificação socioeconómica dos agregados e seus membros em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade, para beneficiar dos programas de proteção social a nível da rede de segurança, com vista à mitigação da pobreza e da desigualdade (DECRETO REGULAMENTAR N.º 7/2018, art.º 3).
16 DECRETO-LEI N.º 58/2020). Disponível em: https://www.inps.cv/rendimento-solidario-resolucao-no-58-2020/ Acesso em 05/01/2021.

Por conseguinte, entende-se fundamental esclarecer que o Governo no relatório das medidas adoptadas na vigência da declaração do Estado de Emergência publicado em junho de 2021 reconhece que, de facto, houve vários constrangimentos na implementação do RSO, o que obrigou maior articulação e adequação de procedimentos para agilizar a sua execução.

> *Os procedimentos que têm exigido maior esforço são o de bancarização, e o de validação dos documentos de identificação. A articulação com o Registo Nacional de Notariado, a Direção de Tecnologia e Comunicação e o INPS, tem sido o mecanismo utilizado para diminuir a margem de erro na seleção, e consequentemente no pagamento e evitar burlas e aproveitamento indevido dos benefícios.*[17]

Além disso, sobressai a parceria público-privado, tanto entre as instituições governamentais a nível central e local como das organizações do setor privado, como bancos comerciais na abertura de conta e verificação da informação bancária, e as próprias Organizações Não-Governamentais (ONG) na identificação dos trabalhadores do setor informal. Adicionalmente, a colaboração dos Correios de Cabo Verde no pagamento de beneficiários sem conta bancária, conforme apontado pelo Relatório das medidas adotadas na vigência da Declaração do Estado de Emergência (junho de 2020).

Um outro aspeto essencial que os coloca numa situação vulnerável trata-se da tendência dos guineenses trabalharem nos mesmos nichos do mercado de trabalho, neste caso maioritariamente no setor informal e, naturalmente, em posições de menor qualificação como em construção civil e guardas de segurança (GOMES, 2010; DEVILLARD et al., 2016). Essa tendência também é percetível quanto aos locais onde se fixam na sociedade cabo-verdiana, que geralmente são lugares de maiores vulnerabilidades onde se acentuam os desafios relativos ao acesso à habitação, mas, sobretudo, que têm a ver com as qualidades que o mesmo oferece (CANTO, 2016).

O direito à habitação em Cabo Verde é um direito presente na Constituição da República reconhecido na alínea a) do artigo 71º (Constituição da República de Cabo Verde, 2010, p.27). Porém, com os seus desafios que se fazem sentir inerentes ao próprio ordenamento do território, saneamento e gestão ambiental, como elementos potenciais de segregação de espaços urbanos. A proliferação do fenómeno da compra de terreno ilegal e consequentes construções de forma informal ou

17 Relatório das medidas adotadas na vigência da Declaração do Estado de Emergência (2020, p.17). Disponível em: <https://www.governo.cv/documentos/vf-relatorio-medidas-adotadas-durante-a-vigencia-do-ee/> Acesso aos 24/06/2021.

clandestina, especificamente, na cidade da Praia, contribuiu de certa forma para responder às necessidades residenciais e um incremento da acessibilidade à habitação por parte dos imigrantes e seus agregados familiares (CANTO, 2016).

Muito embora o acesso à habitação seja uma condição *sine qua non* para a integração social, infelizmente, é "um direito largamente negligenciado em Cabo Verde e um sector em que o país demonstra mais dificuldades" (CNDHC, 2010, p.63). O défice habitacional afeta de forma particular o processo da integração de guineenses e, no geral, os imigrantes oeste-africanos em Cabo Verde. Embora, uma percentagem significativa (78%) dos imigrantes reside em alojamentos com instalações sanitárias, ainda 22% dos imigrantes vivem em alojamentos que não possuem nem vaso sanitário/retrete e nem latrina (INE, 2015).

Os oeste-africanos têm vindo a conviver com um défice habitacional bem exposto, chegando a ponto de ter situação menos favorável e até com um número excessivo de pessoas vivendo numa mesma casa que, por vezes, não oferece as mínimas condições de habitabilidade (BARROS & FURTADO, 2014). Aliás, em 2014, "44% dos imigrantes dormem entre 3 e 4 pessoas por quarto de dormir e 9,1% dormem 5 ou mais pessoas por quarto de dormir" (INE, 2014, p.28). Contudo, a situação tem melhorado consideravelmente ao longo desses anos, e, mais recentemente, mostrando que "99,9% dos imigrantes cabo-verdianos vivem em alojamentos clássicos, principalmente, os designados como moradias independentes (63,2%), com 3,2 divisões, em média, onde 1,8, são utilizadas para dormir, o que significa uma densidade por divisão de dormir[18] 1 de 1,8 pessoas" (INE, 2019, p.25).

A nível nacional, o défice habitacional tem reduzido conforme aponta os dados do Anuário Estatístico do Instituto Nacional da Estatística de 2018, estimando que entre 2014 e 2018 a proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas, isto é, com sanita, latrina ou retrete, progrediu a um ritmo médio anual de 2,3%, atingindo, em 2018, os 82,9% (INE, 2020). Porém, entende-se que entre as comunidades de imigrantes residentes em Cabo Verde pode existir uma situação, visivelmente, de maior precariedade para os imigrantes oeste-africanos, cuja maioria são guineenses (BARROS & FURTADO, 2014; INE, 2014).

18 O Instituto Nacional de Estatística explica que a "densidade por divisão consiste no número de pessoas por divisão de dormir e é obtida através do cálculo do tamanho do agregado sobre o número de divisões utilizados para dormir" (INE, 2019, p.25).

Consequentemente tem constituído enormes desafios no processo da regularização de guineenses, especialmente no contexto das visitas que os agentes de fronteiras fazem às moradias para a avaliação das condições de habitação[19]. Pois,

> *De referir ainda que parte da comunidade imigrada da CEDEAO enfrenta dificuldades no processo de regularização de sua permanência resultantes, em parte, da aplicação de critérios auto-excludentes. Senão, vejamos: para ter direito à regularização precisa fazer prova de que trabalha legalmente e para trabalhar legalmente precisa estar regularizado. Outras vezes, a inserção no mercado de trabalho é feita mediante a abdicação daquelas condições que, na verdade, são pré-requisitos para a sua permanência–contrato de trabalho e salário digno. Eis por que parte da comunidade imigrada africana não consegue cumprir todos os requisitos exidos pela DEF no processo de regularização de sua estadia (BARROS & FURTADO, 2014, p.5-6).*

Devido à condição das moradias, os guineenses sentem-se limitados para requerer documentos essenciais no processo da regularização, nomeadamente comprovativo do contrato de arrendamento válido, uma vez que "muitas habitações não estão registadas, nem nas Finanças nem na Câmara Municipal (o caso particular da Boavista é mais gritante)", o que acaba por constituir um constrangimento no processo de integração (BARROS & FURTADO, 2014, p.40).

> *Os trabalhadores imigrantes convivem, para além do problema dos contratos escritos de trabalho, também com o de alojamento com efeitos negativos imediatos no não cumprimento dos requisitos para a regularização do estatuto de permanência no país.*

Ademais, o fenómeno de défice habitacional atinge em particular os principais centros urbanos do país, Praia e Mindelo, e as ilhas mais turísticas, designadamente Sal e Boavista que, coincidentemente, são locais onde há maior concentração da comunidade guineense e, no geral, das comunidades africanas imigradas em Cabo Verde (INE, 2014; CNDHC, 2010). A proliferação do fenómeno da compra de terreno ilegal e consequentes construções de forma informal ou clandestina, especificamente, na cidade da Praia e na localidade Bairro Boa Esperança, comummente conhecido por "Barraca" na ilha Boa Vista, contribuiu de certa forma para responder às necessidades residenciais e um incremento da acessibilidade à habitação por parte de imigrantes e seus agregados familiares, em particular dos guineenses residentes em Cabo Verde.

19 De recordar que para o pedido de concessão ou renovação de autorização, o requerente tem que apresentar um conjunto de documentos, entre os quais "documentos comprovativos das condições de alojamento em Cabo Verde, designadamente a certidão matricial e certidão de registo predial, comprovativas da propriedade de habitação própria ou contrato de arrendamento válido" (LEI N.º 66/VIII/ 2014, Art.º 43, alínea e).

Geralmente, os guineenses fixam-se nos bairros das periferias das cidades e, frequentemente, estes bairros são estigmatizados por não terem quaisquer condições de moradia acabando por constituir, desta forma, um processo delimitador da interação social e, naturalmente, um obstáculo para o processo da integração social dos mesmos. Do mesmo modo, são nestes locais onde predominam uma maior precariedade do ordenamento do território e de saneamento. Logo, apesar dos riscos que podem correr ligados à segurança, à saúde física e mental, em regra, os guineenses fixam-se nestes lugares por ser de mais fácil acesso e pela acessibilidade dos preços do arrendamento que são relativamente mais baixos permitindo-lhes fazer poupanças. Acontece que quando não conseguem ter um rendimento que lhes permita assegurar as rendas e alimentar ao mesmo tempo ficam obrigados a dormir com amigos ou companheiros e em situações de maior vulnerabilidade refugiam-se nos locais de trabalho, particularmente nas casas em construção.

Como acima visto, os imigrantes estão entre os grupos com maiores vulnerabilidades em termos de habitação, não obstante o seu enquadramento jurídico-legal assegurado no art.º 43 da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990) internamente aprovado para ratificação pela Resolução n.º46/V/97 (de 17 de Junho), relativamente à igualdade de tratamento em matéria de habitação. Assim,

> *Os trabalhadores migrantes beneficiam de tratamento igual ao que é concedido aos nacionais do Estado de emprego em matéria de (...) d) Acesso à habitação, incluindo os programas de habitação social, e proteção contra a exploração em matéria de arrendamento (RESOLUÇÃO N.º 45/158, 1990, p.14).*

Trata-se de uma situação que com o contexto da crise do mercado imobiliário, as condições de acesso à habitação ganharam novos contornos, especialmente com as obrigações relativas às rendas que têm efeitos diretos para as famílias mais vulneráveis que se encontram deslocadas ou que se lançam para/na migração (CANTO, 2016). Contudo, os guineenses para driblar esses desafios vão construindo novas formas ou estratégias do seu percurso migratório, como a partilha de habitação por vários indivíduos, de modo a reduzir as despesas e gerir poupanças para as remessas financeiras, que representa 5,1% do Produto Interno Bruto da Guiné-Bissau (DEVILLARD et al., 2016).

Atualmente, com a situação da pandemia Covid-19, as suas condições de habitação e de habitabilidade agravaram-se. Neste contexto, constata-se famílias guineenses que vivem juntas e dividem habitações pequenas e insalubres, que muitas vezes servem simultaneamente da moradia e de trabalho, como é o caso dos guardas noturnos, que têm efeitos mais gritantes para as crianças e as mulheres que requerem cuidados higiénicos específicos. Portanto, essas condições tornam quase impossível seguir as recomendações básicas das autoridades sanitárias, como deixar os ambientes arejados e limpos e evitar aglomerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o percurso da migração de guineenses para Cabo Verde não é um fenómeno que se limita a causas económicas acentuadas nos fatores de repulsão e atração. Antes acredita-se que os fatores socio-históricos, vulgarmente partilhados na premissa Crioula Guineense *"sangui ki bai, sangui ki bem"*, têm motivado a migração/mobilidade de guineenses para/em Cabo Verde. Até porque a primeira vaga migratória que se deu para Cabo Verde, logo após a independência foi motivada essencialmente pelo contexto da mobilização de apoio de recursos humanos para a máquina administrativa crioula, não obstante a instabilidade político-militar ser uma das razões fundamental e contínua da emigração de guineenses para Cabo Verde.

Os desafios inerentes aos percursos migratórios de guineenses fizeram-se sempre presentes nas diferentes vagas migratórias para Cabo Verde. Contudo, não são exclusivos aos cidadãos guineenses que emigram e residem em Cabo Verde. Percebe-se que efetivamente a comunidade de guineenses em Cabo Verde tende a gerar a confluência de valores culturais, económicos e políticos, consequentes das diversas formas de sociabilidades que dão sentidos próprios aos seus percursos migratórios.

Portanto, os desafios de migração de guineenses para Cabo Verde remontam à história das ilhas, num contexto ainda de colonização. Dir-se-ia que a comunidade guineense foi, se calhar, a mais importante na configuração da sociedade cabo-verdiana e construção da identidade crioula. Os guineenses vêm atravessando desafios diversos marcados por tempos diferentes, lançando-se ora de forma voluntária ora de forma forçada na emigração. Uma migração que ao longo dos

tempos foi basicamente de incerteza e que outrora custou a própria vida para a construção da nação crioula que, atualmente tende a distanciar-se da sua narrativa histórica.

Finalmente, são desafios que submergem num contexto migratório de incerteza, que entre fardos e expetativas dos seus percursos, desde os aspetos íntimos e familiares potencializadores da desestruturação da família que fica, a sujeição da avaliação essencialmente subjetiva no processo da (in)admissibilidade na travessia das fronteiras cabo-verdianas, atravessando os aspetos mais específicos, como empréstimos de conterrâneos nos países de destino, que à sorte, posteriormente submete a um trabalho quase de escravo para tentar liquidar o custo desse percurso migratório. Trata-se de um custo que perpetua neste percurso e que os persegue no processo de integração social em Cabo Verde através de fronteiras que continuam a atravessá-los nas mais diversas formas. Um preço que se paga pela história de um povo que se narra "irmão", entretanto, nos é, simultaneamente "tão perto e tão longe", sobretudo pela representação social que se tem construído sobre os *africanos e/ou mandjaku*, influenciando os seus percursos migratórios.

REFERÊNCIAS

ADEPOJU, Aderanti; BOULTON, Alistair; LEVIN, Mariah. Promoting Integration through Mobility: Free Movement under ECOWAS. New Issues in Refugee Research. N.º 150. Genebra, 2007. Disponível em: <http://www.unhcr.org/49e479c811.pdf> Acesso em 10/10/2020.

ALMEIDA, Joelma. A cultura migratória da África Ocidental: continuidades e rupturas no Pós-Independência. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa: CEA, 2010. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2415/1/CIEA7_22_ALMEIDA_A%20Cultura%20Migrat%C3%B3ria%20da%20%C3%81frica%20Ocidental.pdf> Acesso em 09/10/2020.

BARROS, Crisanto e FURTADO, Clementina. Estudo diagnóstico: Identificação das necessidades dos imigrantes no processo de integração social em Cabo Verde. Praia, 2014.

BARBOSA, Carlos Elias Monteiro. Trânsitos no Atlântico: Experiências Migratórias no Arquipélago de Cabo Verde. Portugal: Coimbra, p. 39-155, 2014. (Tese de Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra).

CANTO, Oliveira Paulino Do. Imigrantes Oeste-africanos, Emprego e Habitação: Uma Política d(e) Integração Coerente(s) em Cabo Verde?. 2016. 78 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais - Vertente Ciência Política) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2016.

CANTO, Paulino Oliveira Do. Imigrantes Oeste-africanos: (in)coerência político-institucional na imigração em Cabo Verde?. Cadernos de Resumos V Encontro Internacional de Reflexão e Investigação. Universidade de Cabo Verde, 11-12 de maio, 2017.

CANTO, Oliveira Paulino Do. Mobilidades, Fronteiras e Integração Regional: livre circulação de pessoas na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental? O caso de Cabo Verde. Praia: Uni-CV, 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em Integração Regional Africana) - Universidade de Cabo Verde, Praia, 2020.

CANTO, Paulino O. Do. As fronteiras insulares no contexto da mobilidade/migrações internacionais: o caso de Cabo Verde (África). Revista Alamedas, V. 9, n.º 1, p.76-97, 2021.

CARREIRA, António. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (2460-1878). 3ª Ed. Praia: IPC, 2000.

CARVALHO, Francisco Avelino. Migração em Cabo Verde: Perfil Nacional 2009. Génebra, Suiça. Edição: Organização Internacional para as Migrações, 2010. Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/free/Cape_Verde_Profile_2009.pdf> Acesso em 20/11/2020.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA (CNDHC). I relatório nacional de Direitos Humanos. Praia, 2010.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE. 2ª Revisão Ordinária. Boletim Oficial, I Série, n.º 17, de 3 de maio de 2010 (Retificado pelo Boletim Oficial n.º 28 de 26 de julho de 2010, I Serie). Assembleia Nacional. 4ª Edição. Praia, 2010.

COUTINHO, Kathleen Rocheteau Gomes; CANTO, Paulino Oliveira Do. Os desafios da política de integração regional e a governação multinível na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Dossiê Democracia Global e Instituições Internacionais. V. 7, N.º 13, p.116-143, janeiro-junho, 2018.

DEVILLARD, Alexandre; BACCHI, Alessia and NOACK, Marion. Estudo sobre as Políticas de Migração na África Ocidental. Segunda Edição. Dacar e Viena: ICMPD e OIM, 2016.

DECRETO-LEI N.º 55/2020, de 6 de julho. Cria a Alta Autoridade para a Imigração e aprova os respetivos Estatutos. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Série I, n.º 79, de 06 de junho de 2020. Disponível em: Disponível em: <https://kiosk.incv.cv/V/2020/7/6/1.1.79.3302/p1605> Acesso aos 24/06/2021.

DECRETO-LEI N.º 58/2020, 30 de março de 2020. Aprova um conjunto de medidas dirigidas à proteção social das famílias e à proteção do rendimento dos que operam no setor informal da economia e que ficam afetados pelas medidas restritivas de combate ao novo coronavírus, o COVID-19. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 39. Disponível em: <https://kiosk.incv.cv/V/2020/3/30/1.1.39.3188/p1016> Acesso aos 24/06/2021.

DECRETO-LEI N.º 13/2010, de 26 de abril. Estabelece um processo especial da situação dos cidadãos originários da Guiné-Bissau que se encontrem no território nacional sem autorização legal de permanência. Consultado de: <https://kiosk.incv.cv/V/2010/4/26/1.1.16.188/p382> Acesso aos 10/08/2021.

FURTADO, Clementina Barros Jesus de. Imigração e mercado de trabalho em cabo verde: atitudes e representações recíprocas. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades de (Des)Igualdades. UFBA: Salvador, 2011.

GOMES, Davidson Arrumo. Integração da Comunidade da Guiné-Bissau em Cabo Verde: O Caso da Cidade da Praia. Praia: Uni-CV, 2010. 121 f. Monografia (Licenciatura em Ensino de História) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2010.

GOMES, Davidson Arrumo. Integração Profissional dos Imigrantes Guineenses (Guiné-Bissau) no Mercado Laboral Em Cabo Verde: Estudo de caso dos Carpinteiros na Praia. Praia: Uni-CV, 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Cabo Verde, Praia, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Inquérito Multi-objectivo contínuo 2013: Estatísticas das migrações. Praia, maio, 2014. Disponível em: <https://ine.cv/wp-content/uploads/2016/10/IMC-2013-Migracoes.pdf> Acesso em 20/06/2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Inquérito Multi-objectivo contínuo 2014: Estatísticas das migrações. Praia, julho, 2015. Disponível em: <https://ine.cv/wp-content/uploads/2016/10/Migracoes2014_Rev1.pdf> Acesso em 20/06/2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Estatísticas da Imigração: Pobreza e condições de vida 2015 e 2018. Praia, junho, 2019. Disponível em: <https://ine.cv/wp-content/uploads/2021/01/estatisticas-da-migracao-2018.pdf> Acesso em 20/06/2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Anuário Estatístico 2018. Praia, outubro, 2020. Disponível em: <http://ine.cv/publicacoes/anuario-estatistico-cabo-verde-2018/> Acesso em 20/06/2021.

LEI N.º 66/VIII/2014, de 17 de Julho. Define o regime jurídico de entrada, permanência, saída e a expulsão de estrangeiros do território cabo-verdiano, bem como a sua situação jurídica. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 43. Disponível em: <https://sniac.cv/wp-content/uploads/2018/03/Lei-n%C2%BA-66-VIII-2014-de-17-de-julho-Regime-Juridico-de-Entrada-Pernmanencia-e-Saida-de-Estrangeiros.pdf> Acesso em 23/11/2020.

LEI N.º 56/VII/2010, de 09 de março. Altera o Código Eleitoral. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 9. Disponível em: <https://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Cape%20Verde_Law%2056-VII%20Amending%201999%20Electoral%20Code_2010_pt.pdf> Acesso em 09/08/2021.

LOBO, Andréa Souza de. Vidas em Movimento. Sobre mobilidade infantil e Emigração em Cabo Verde. In LOBO, Andréa Souza de e DIAS, Juliana B. (Orgs.). África em Movimento. Brasília: ABA Publicações, 2012.

MBEMBE, Achile. At the edge of the World: Boundaries, Territoriality, and Sovereignty in Africa. Public Culture. vol. 12. N.º 1. p.259-284, 2000.

MERCOSUL/CMC/DEC N.º 18/14. Acordo complementar do Acordo de Recife em matéria de migração. Disponível em: <http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/oldAssets/uploads/DEC_018-2014_PT_Acdo%20Compl%20Acdo%20Recife%20Mat%20Migrat.pdf> Acesso em 20/11/2020.

PROTOCOL A/P.1/5/79. Relating to free Movement of Persons, Residence and Establishment. Abuja: ECOWAS.

PORTARIA N.º 16/2015. Estabelece a natureza e o quantitativo dos meios de subsistência de que devem dispor os cidadãos estrangeiros para a entrada e permanência em território nacional, para a concessão de vistos e autorizações de residência e sua prorrogação, e os casos de dispensa ou substituição por termo de responsabilidade. Boletim Oficial, I Série, n.º 21, de 27 de março de 2021. Disponível em: <https://sniac.cv/wp-content/uploads/2018/03/Portaria-n%C2%BA-16-2015-de-27-de-mar%C3%A7o-meios-de-subsist%C3%AAncias-exigido-ao-estrangeiro.pdf> Acesso em 27/06/2021.

PÁGINA OFICIAL DO GOVERNO. Governo cria Alta Autoridade para a Imigração e aprova os respetivos Estatutos. Disponível em: <https://www.governo.cv/governo-cria-alta-autoridade-para-a-imigracao-e-aprova-os-respetivos-estatutos/> Acesso aos 24/06/2021.

PÁGINA OFICIAL DO GOVERNO. Relatório das medidas adotadas na vigência da declaração do estado de emergência. Disponível em: <https://www.governo.cv/documentos/vf-relatorio-medidas-adotadas-durante-a-vigencia-do-ee/> Acesso aos 24/06/2021.

PÁGINA OFICIAL DO INSTITUTO NACIONAL DA PROVIDÊNCIA SOCIAL. Rendimento Solidário Resolução n.º 58/2020. Disponível em: <https://www.inps.cv/rendimento-solidario-resolucao-no-58-2020/> Acesso em 05/01/2021.

RESOLUÇÃO N.º 45/158/90. Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Assembleia Geral da ONU. Art.º 43, p. 14, em 18 de dezembro, 1990.
RESOLUÇÃO N.º 46/V/97, de 17 de junho de 97. Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde – I Série, n.º 23. Ratifica a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Adotada pela Resolução 45/158 da Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro, 1990.
RESOLUÇÃO N.º 3/2012, de 23 de janeiro. Estratégia Nacional de Imigração (ENI). Boletim Oficial, I Série, n.º 3, de 23 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://kiosk.incv.cv/V/2012/1/23/1.1.3.1464/p78> Acesso em 27/06/2021.
ROCHA, Eufémia Vicente. Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde. Praia, 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.
ROCHA, Eufémia Vicente. Migração na África Ocidental e Cabo Verde: uma relação recente?. Ciências Sociais Unisinos, N.º 49(1), p. 12-19, janeiro/abril, 2013.
RODRIGUES, Nancy L.; COUTINHO, Kathleen R. G; CANTO, Paulino Oliveira Do. People and Society in the Economic Community of West African States, with a Special Focus on Cabo Verde. The Journal of Pan African Studies (JPAS). Vol. 11, n.º 10, p.32-50 August, 2018.
STYP-REKOWSKA, Livia. Apoio à Livre Circulação das Pessoas e Migração na África Ocidental: Gestão da imigração e das fronteiras. OIM, 2013. Disponível em: https://fmmwestafrica.org/wp-content/uploads/2017/02/pt-IBM-Baseline-Assessment-Report.pdf> Acesso em 20/10/2020.
TEYE, Joseph Kofi; AWUMBILA, Mariama, and BENNEH, Yaw. Intraregional Migration in the ECOWAS Region: Trends and Emerging Challenges. In AKOUTOU, Ablam Benjamin; SOHN, Rike; YEBOAH, Daniel (Eds.). Migration and Civil Society as Development Drivers - a Regional Perspective. WAI-ZEI Paper. N.º 23: 103-130, 2015.

IMIGRANTES BISSAU-GUINEENSES EM CABO VERDE – ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DA INSERÇÃO NO MERCADO LABORAL

Clementina Baptista de Jesus Furtado

Universidade de Cabo Verde / CIGEF

RESUMO

Cabo Verde é um país que acolhe, sem dúvida nenhuma, cidadãos maioritariamente oriundos da CEDEAO, sendo que os Bissau-guineenses constituem a nacionalidade predominante. A Guerra Civil desencadeada a 7 de Junho de 1998, contribuiu para a saída de muitos nacionais para outros países da sub-região, entre os quais o arquipélago cabo-verdiano. Concretamente a 11 de Junho de 1998 desembarcariam mais de uma centena de refugiados da Guiné-Bissau no Porto da Praia. Se uma parte regressou à Guiné-Bissau, houve quem ficasse. Paralelamente o país estava no auge do desenvolvimento do setor do turismo que favorecia a vinda e fixação de estrangeiros, na medida em que carecia de mão-de-obra bastante procurada, principalmente na ilha da Boavista. Consequentemente, o número de estrangeiros era cada vez maior, com destaque para os Bissau-guineenses, com perfil bastante heterogéneo, incluindo quadros altamente qualificados. A maioria acabou por inserir-se no setor laboral, particularmente na construção civil e obras públicas, hotelaria e restauração e atividades informais, mais concretamente venda ambulante. A proposta para este trabalho surge na sequência da realização das pesquisas que culminaram com a tese de Doutoramento apresentada em 2012 e tem como objetivo fundamental analisar o processo de inserção dos imigrantes da Guiné-Bissau no mercado de trabalho nacional, analisando as suas estratégias e os desafios de inserção no mercado laboral, verificar as suas condições de trabalho em comparação com os nacionais. A metodologia é essencialmente qualitativa, com recurso à pesquisa bibliográfica e análise de entrevistas realizadas junto de imigrantes de origem Bissau-guineense residentes na Boavista e que se dedicam às atividades do setor informal e da construção civil, complementada com entrevistas a alguns nacionais. Convém realçar que para uma melhor compreensão do fenómeno são trazidos para esta reflexão alguns dados estatísticos referentes ao fenómeno migratório cabo-verdiano. Em termos teóricos, sustentar-se-á sobre a teoria de atração-repulsão de Ravenstein, a teoria Capital Humano, a teorias do mercado de trabalho de Harris e Todaro (1970), Todaro (1976) e Borjas (1989, 1990) e a Teoria do Mercado Dual e segmentado de Trabalho de Piore (1979), Doeringer e Piore (1971), onde se destaca a segmentação do mercado laboral.

Palavras-chave: imigração, Guiné-Bissau, mercado de trabalho, inserção laboral

INTRODUÇÃO

A partir da década de 90 do século XX, Cabo Verde passou a ser destino preferencial de muitos estrangeiros, principalmente os continentais da CEDEAO (Comunidade do Estados Económicos da África Ocidental). Isso deveu-se, por um lado, à entrada em vigor do *Protocolo da Livre Circulação de Pessoas e do Direito de Residência e de Estabelecimento dos nacionais da comunidade, assinado em Dakar em 25/05/1079 e ratificado por Cabo Verde em 1982 (Lei nº18/II/82)*[1], e, por outro, a fatores de ordem interna na origem. Assim, o país começou passou a ser simultaneamente um estado de emigração e imigração.

Até aos inícios de 90 Cabo Verde era procurado por pessoas altamente qualificadas que vinham por vias diplomáticas, cooperação e/ou investimentos; esta situação alterou-se com a entrada e a livre circulação dos cidadãos da CEDEAO (Furtado, 2012). Os Bissau-guineenses, em particular, procuravam o país por causa da situação de instabilidade que se vivia na origem, mas também pelas oportunidades de emprego (na sequência do crescimento do turismo), bem como a proximidade cultural e linguística, existência de uma base histórica comum, ligada ao processo de independência dos dois países e possibilidades de atingir outros destinos, nomeadamente países europeus. Isso pode ser explicado pela teoria de Ravenstein de 1885, o *push-pull model*[2]. A instabilidade sociopolítica e militar no país, com reflexos em altas taxas de desemprego, pobreza e falta de oportunidades, fez com que imigrantes, qualificados ou não, procurassem destinos onde reinava estabilidade económica, política e social, e que serviriam de potencial trampolim para a Europa e a América do Norte. Por isso, Furtado (2012), considera que a teoria de Ravenstein teria mais sentido neste contexto, se fosse pensada no sentido inverso, ou seja, *pull-push* (repulsão-atração).

O período de crise na Guiné-Bissau coincidiu com o processo de negociação da parceria especial de Cabo Verde com a UE (União Europeia) aprovada em 19 de Novembro de 2007[3]. A maioria dos que chegaram fixou residência em Cabo Verde, tendo um peso bastante importante no crescimento populacional na Boavista.

1 Protocolo A/A1/5/79 publicado em 7/06/1982, Lei n.º18/II/82. (B.O. n. º18,4e Suplemento). (Direito de Estabelecimento (CEDEAO, Definições-Suplementar-A-SP2-5-90.pdf).
2 Cf. Furtado, 2012. Atração (destino) -repulsão (origem). Este estatístico alemão, deu os primeiros passos na tentativa de explicar o fenómeno migratório.
3 Aprovada pelo Conselho Europeu dos Assuntos Gerais e Relações Externas e assinada no mesmo ano e que vigora desde 2008. Esta parceria estima-se, está na origem da vinda de muitas pessoas para Cabo Verde na esperança de conseguirem um visto para entrarem na Europa depois de devidamente legalizados.

A ilha foi a que mais cresceu nas últimas décadas. A população passou de 4209 para 9162 habitantes de 2000 para 2010, tendo tido uma taxa de crescimento natural na ordem dos 7,8% contra 1,2% a nível nacional (Instituto Nacional de Estatísticas, INE, 2010). Dessas 9162 pessoas, 3738 eram mulheres (40,8%). Mais de metade residia em Sal-Rei (5778, isto é, cerca de 63,06%).

De acordo com a fonte supracitada, 14.373 da população era de origem estrangeira, (2,9% da população nacional). Destes, 10.306 (71,7%) eram africanos (8.783 da CEDEAO -61,1%). Os naturais da Guiné-Bissau encontravam-se em maior número (5.544 efetivos, representando 38,8% dos estrangeiros, 28,6% do total de origem africana e 61,3% da CEDEAO). Na Boavista residiam 1461 pessoas originárias da CEDEAO, o que representa cerca de 15,9% da população da ilha (a maioria era Bissau-guineense).

Boavista, juntamente com Sal, estava em franco crescimento devido ao *boom* que se verificava no setor do turismo e afins e construção civil, com grandes demandas de mão-de-obra (Furtado, 2012). Assim, muitos Bissau-guineenses dirigiram-se para a ilha e conseguiram ingressar no mercado de trabalho boavistense, preenchendo um segmento de mercado que procura pessoas pouco ou não qualificadas, ou então de origem imigrante, que, independente do grau de escolarização e da posição que ocupavam no país de origem, têm poucas ou nenhumas oportunidades de ingressar no mercado de trabalho primário (falaremos disso mais adiante).

Este trabalho tem como objetivo fundamental analisar o processo de inserção dos imigrantes da Guiné-Bissau no mercado de trabalho nacional, analisando as suas estratégias e os desafios de inserção no mercado laboral, verificar as suas condições de trabalho em comparação com os nacionais e sua relação com a integração no país. A metodologia é essencialmente qualitativa, com recurso à pesquisa bibliográfica e análise de entrevistas e focus group realizadas junto de imigrantes de origem Bissau-guineense residentes na Boavista e que se dedicam às atividades de construção civil e do setor informal, complementada com algumas entrevistas aos residentes e análise documental e estatística. Foram analisadas 12 entrevistas (maioria registada em áudio) aplicadas ao grupo dos imigrantes (7 homens e 5 mulheres) e complementadas com entrevistas a 7 nacionais (5 homens e 2 mulheres) e observação direta. De entre os nacionais, incluem-se representantes das instituições, nomeadamente Polícia Nacional, Instituto Nacional de Previdência Nacional (INPS) e um líder religioso. Fez-se uma análise de conteúdo das entrevistas e, no fim, o cruzamento e análise das respostas.

PERFIL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

De acordo com os dados do INE (2010), cerca de 5.544 Bissau-guineenses residiam em Cabo Verde. Trata-se de um grupo com idades relativamente jovens, a maioria com idades entre os 20 e 44 anos e do género masculino, pese embora o aumento gradual do número de mulheres ao longo dos últimos anos, seja ligado ao processo de reagrupamento familiar, seja por motivos individuais, seguindo as tendências migratórias internacionais da feminização das migrações. Relativamente às pessoas entrevistadas, constatamos que também eram jovens, sobretudo homens e que o grosso se encontrava na construção civil, lugar também ocupado pela maioria de migrantes nacionais provenientes de Santiago. Possuíam, quase todos, baixa escolarização, com idades entre os 25 e os 51 anos de idade. A maioria era solteira.

O caráter jovem deste grupo resulta em grandes desafios a todos os níveis, particularmente no setor laboral. De acordo com os dados disponíveis a maioria dos imigrantes tem baixas qualificações (Furtado, 2012), pelo que ocupam os setores dos mais baixos das hierarquias sociais no mercado de trabalho e são sujeitos a explorações (mercado secundário[4]). Os homens encontram-se sobretudo nos sectores de construção civil[5] e obras públicas (grandes projetos de infraestruturação do país: construção de estradas, aeroportos, hotéis, etc.), uma parte considerável está no comércio informal e nos serviços de hotelaria e restauração, mas também trabalhos domésticos (mulheres)[6]. Contudo, ocupam também outros setores, nomeadamente serviços de segurança, principalmente nas principais cidades do país[7], no setor agrícola, particularmente no interior de Santiago, mas também a função pública (pese embora um número bastante reduzido). As mulheres estão principalmente nos hotéis.

4 Teoria do Mercado Dual de Trabalho (Piore, 1979; Doeringer e Piore, 1971): mercado primário e mercado secundário. Como em todos os mercados da imigração, em Cabo Verde os imigrantes não estão apenas no setor secundário. Uma pequena porção encontra-se nos setores mais qualificados (saúde, educação), principalmente os que já estão cá há bastante tempo.
5 De entre os imigrantes estrangeiros, eles são predominantes no setor da construção civil.
6 Além daqueles que integram os serviços de segurança privada, homens também encontram-se nos serviços domésticos, particularmente serviços de jardineiros, guardas diurnos e noturnos, e jardinagem.
7 Segurança (guardas-noturnos). Uma das principais razões desta imigração é expansão do emprego no sector secundário turismo (hotelaria e restauração) acompanhada da do sector de construção civil.

Muitos deles, senão a maioria, têm dificuldades de legalização e, estando em situação irregular, acabam por inserir-se no mercado secundário de trabalho, nos empregos mais instáveis e pior remunerados, o que faz com que a sua situação seja de extrema vulnerabilidade. De realçar que alguns deles possuem diploma do ensino superior, inclusive, ocupavam altos cargos públicos na Guiné-Bissau antes da crise política. Porém, chegando aqui, dificilmente conseguem ingressar no segmento primário do mercado:

> *Alguns deles tinham a vida boa. Eu tenho um por exemplo, um caso de um que vende aqui, ele era funcionário público na Guiné. Teve que vir porque ficou sem salário, famílias estão cá, ele tem filhos a estudar em Portugal, teve que deixar para vir para Cabo Verde. Mas, notas que é um senhor distinto, no falar, no vestir e...teve a sua vida bem, teve que deixar para vir e foi morar na Barraca agora! (...) estão aqui pessoas que eram professores. Por exemplo há um jovem que é professor na Guiné, que abandonou para vir para cá para vir trabalhar na construção civil. Há meninos que eram bombeiros, meninos que eram tropas ... (Líder religioso, masculino, casado, Boavista, 2009)*

Este e outros testemunhos dos nossos entrevistados demonstravam que as dificuldades em conseguir um emprego digno eram enormes. Deste modo, pergunta-se, quais são os desafios e as estratégias de inserção no mercado laboral dos Bissau-guineenses e quais as suas condições de trabalho em comparação com os nacionais? Que impactos isso tem no seu processo de integração? Isso é o que iremos tentar ver de seguida.

IMIGRAÇÃO BISSAU-GUINEENSE E MERCADO DE TRABALHO: ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO LABORAL

Tendo chegado à Boavista em Agosto de 2009 pela primeira vez, fui logo à Barraca (atualmente Bairro de Boa Esperança), o lugar de concentração de migrantes estrangeiros e nacionais. As notícias que chegavam até nós eram muito estereotipadas, dando conta de um lugar desorganizado, marcado por conflitos sociais e atividades ilícitas. Um dos primeiros impactos que eu tive quando cheguei tem a ver com a organização. O traçado inicial era bastante regular, apesar da dimensão reduzida das habitações. As construções eram feitas de blocos e cobertas de betão armado. Contudo, havia uma parte com construções desorganizadas, com traçados bastante irregulares, construídas e cobertas com chapas de bidões e papelão. Fiquei a saber que inicialmente foram traçadas as ruas e distribuídos pequenos lotes aos potenciais moradores. Eles tiveram ainda materiais oferecidos pela Câmara Municipal para construção. Contudo, com o aumento do número de migrantes e de procura e a falta de espaços, começou-se a ocupação desordenada do terreno que se encontrava disponível. Daí, a diferença constatada.

O bairro tinha muitas habitações bem acabadas. Porém, tal como outros bairros informais, havia o problema de saneamento básico e energia: não havia eletricidade nem água canalizada, nem rede de esgotos. Alguns privados ofereciam energia elétrica aos moradores, a um preço elevadíssimo e durante algumas horas por dia (a partir das 16h até por volta das 22h se bem me lembro). A água era procurada no chafariz, isso quando havia e, quando não havia, iam à vila, por exemplo. À falta de condições, associava-se o preço elevado de aluguer de quartos minúsculos, onde várias pessoas coabitavam ao mesmo tempo, como é o caso de imigrantes da Guiné-Bissau. Nenhum residente da Barraca possuía titularidade das propriedades, apesar de se considerarem proprietários.

Seguindo as tendências nacionais e, de acordo com a pesquisa realizada, os Bissau-guineenses representavam o principal grupo de estrangeiros em termos numéricos no bairro. Furtado (2012), concluiu que ocupavam o setor de construção civil, juntamente com cabo-verdianos, sobretudo originários de Santiago. Por isso mesmo, esta análise concentra-se muito na relação estabelecida neste setor. As mulheres, em particular, pelo menos as que foram entrevistadas na Boavista, estavam na hotelaria/restauração e mini-mercados.

CONDIÇÕES DE ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

As condições de acesso ao mercado de trabalho na Boavista até 2008 eram relativamente fáceis devido às necessidades de mão-de-obra verificadas na altura. Muitos chegavam à Praia (principal ponto de entrada), tendo a Boavista como destino imediato:

> *Naquela altura era mais fácil o emprego. Pronto...era normal. Tanto faz, outros sentavam durante um mês, no seguinte conseguiam trabalho, outros sentavam uma semana e conseguiam trabalho, outros sentavam duas semanas, outros dois meses...depende da sorte de cada um. Outros chegam aqui um dia e no seguinte conseguem trabalho. Quando tem um irmão aqui antes de chegar dá-lhe expediente... (Focus group, 2010, todos homens, maioria desempregados)*

A facilidade de conseguir emprego na Boavista fazia com que chegassem à Praia e partissem logo. Os contatos eram estabelecidos previamente e os empregos tratados antecipadamente:

> *Boavista mesmo, 2 anos. 2 anos? Vieste para a Praia? Vim para a Praia. Ficaste lá quanto tempo? Duas semanas. Fiz duas semanas lá, saí e vim para a Boavista. (Entrevistado 11, masculino, quase 3 anos em Cabo Verde, em situação irregular, desempregado, trabalha na canalização nas obras, 2009)*

> *Também não vieste diretamente para Boavista? Não. Praia. Praia/Boavista. Quanto tempo ficaste na Praia? Fiquei sete dias. Sempre foi tua intenção vir para a Boavista? Sim. Porque é que escolheste vir para Cabo Verde? Cabo Verde? Pelas histórias que ouvia contar do país, deu-me vontade de vir para cá. (Entrevistado 1, masculino, solteiro, 11º ano, 31 anos, comerciante, anteriormente trabalhador de construção civil, 2009)*

Estes testemunhos podem ser explicados à luz da teoria das redes sociais (cf. Furtado, 2012), sendo de se destacar o importante papel das famílias, amigos e imigrantes da mesma origem étnica na inserção laboral dos recém-chegados. Isto é, são chamados pelos próprios conterrâneos, que, inclusive, se responsabilizam pelos custos das passagens e de estadia nos primeiros meses, o que minimizava os riscos para os recém-chegados:

> *Eh, o meu primo é que me disse para vir para cá. Mas eu…bom, não tinha esperanças, nunca foi algo que sonhei. Nunca sonhei em vir para Cabo Verde. … o meu primo disse-me para vir e eu vim. Ele pagou-me o bilhete de avião…tinha os meus documentos todos preparados, antes. (focus group)*

Portanto, a solidariedade entre pessoas da mesma origem constitui aqui um recurso importante à inserção laboral dos Bissau-guineenses. Além dos que vieram diretamente para a Boavista, muitos que tinham fixado residência na Praia algum tempo depois resolveram mudar-se para ali, ou por iniciativa própria ou então por sugestão de outros que lá estavam (conterrâneos e/ou empregadores). Os meios de comunicação também constituíram importantes veiculadores das informações sobre as oportunidades de trabalho que se ofereciam na Boavista. Falamos, neste caso, das informações via rádio e televisão que, para alguns dos entrevistados, passavam informações sobre as oportunidades de emprego em Cabo Verde. Aos pioneiros seguiram-se familiares, amigos, vizinhos. A maioria disse ter vindo devido às oportunidades de emprego. Porém, outros há que disseram ter vindo com a intenção de atingir a Europa. Para eles, não existem tantas diferenças entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau no que se refere às oportunidades de emprego. As dificuldades, segundo diziam, eram de ter um trabalho remunerado. Afirmavam que não faltava trabalho na agricultura, por exemplo. Contudo, enfrentavam obstáculos no escoamento dos produtos o que não lhes permitia ter um rendimento monetário. Daí que procuravam os destinos onde isso fosse possível:

> *Não há país que não tenha trabalho. As pessoas vêm para cá para conhecer uma vida diferente. Falta de trabalho o meu colega disse mesmo, mas a parte documental, eu não sei, eu se não tiver trabalho e se tivesse documento e conseguisse expediente passava para outra terra. FALTA DE TRABALHO, NÃO HÁ TERRA QUE NÃO TENHA TRABALHO! Cabo-verdianos, dizem que não há trabalho e vão trabalhar na obra em Portugal. Claro. Agora não digas que não há trabalho na Guiné. (Entrevistado 3, masculino, indocumentado, ambulante, 4 anos em Cabo Verde, revoltado, quer ir para a Europa, 25 anos, mostra-se triste e revoltado. Já trabalhou na construção civil mas hoje é vendedor ambulante e aspira alcançar a Europa; esteve em Espanha num barco clandestino e foi imediatamente deportado. 2009).*

Eles reforçam ainda que, apesar de não haver trabalho remunerado para todos, produtos agrícolas como arroz e frutas eram mais acessíveis, na medida em que eles mesmos produziam ou então vizinhos partilhavam consigo. Pelo contrário, na Boavista era muito caro e pouco acessível. Esta ideia de atingir a Europa manifestada pelo entrevistado 3 mostra claramente que, para ele (e muitos outros), Cabo Verde não era um destino final, mas, sim, era apenas uma etapa entre a África e a Europa. Uma ideia reforçada pelo entrevistado 1

> *Aqui é só teres residência entras na Europa facilmente. Basta teres residência para entrares em qualquer país da Europa? Sim. Se tiveres nacionalidade já podes entrar em qualquer país do mundo porque o documento dos cabo-verdianos é respeitado em todas as partes do mundo.*

Isso é interessante porque é como se estando em Cabo Verde se sentissem mais próximos da Europa. Daí o sentimento de revolta do entrevistado 3, pois, depois de 4 anos residindo em Cabo Verde, ainda não tinha conseguido regularizar a sua situação para concretizar o seu objetivo. Com o início da crise na Zona Euro em 2008, a situação tornou-se ainda mais difícil. Esta crise afetou bastante os investimentos em Cabo Verde, particularmente nas ilhas do Sal e da Boavista, onde muitos empreendimentos dependiam do financiamento europeu. Deste modo, o desemprego e o subemprego eram uma realidade na ilha, e tanto os nacionais, como os imigrantes eram afetados. Ao mesmo tempo que muitas construções foram paralisadas, e diminuíam as oportunidades de emprego, continuava a

registar-se a entrada massiva de mão-de-obra. Consequentemente, surgiram problemas associados à exploração laboral. Ao contrário do que vinha acontecendo, tornou-se muito difícil aos recém-chegados ingressar no mercado laboral, ao mesmo tempo que muitos estavam perdendo o emprego.

OCUPAÇÃO DO MERCADO DE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

O excesso de mão-de-obra na Boavista em 2009 superava as demandas do mercado de trabalho, com impactos diretos numa desvalorização da mão-de-obra, seja ela nacional ou estrangeira. Particularmente no caso dos Bissau-guineenses, a sua situação agrava-se uma vez que a maioria encontrava-se em situação irregular. A legalização era e continua sendo um dos principais desafios da comunidade. Na Boavista, em particular, o problema era tão complexo que foi preciso uma articulação entre algumas instituições-chave em busca de soluções. Para conseguirem a sua regularização, precisavam de um contrato de trabalho e vice-versa[8]. Isto é, exigiam-lhes documentação para a contratação por um lado e, quando iam pedir a documentação, era-lhes exigido um contrato de trabalho. Tratava-se de "um impasse, de acordo com o então Comandante da Polícia da Boavista, pois, segundo ele, "o patronato não lhes dava contrato de trabalho" sem apresentarem documentação legal e sem contrato não conseguiam se legalizar. Daí que, segundo este entrevistado,

> *Havia um atirar um contra o outro e ninguém desbloqueava o processo. Pessoalmente estivemos a falar com a Direção Geral do Trabalho, discutimos o problema onde tentamos desbloquear este processo… porque geralmente quando pedem visto é quando têm um emprego bom… já os aceitamos. Damos-lhes vistos numa primeira fase, por exemplo de 3 meses com um visto de curta duração podem obter emprego e a partir daquele momento podemos pedir-lhes então que solicitem um visto de permanência de longa duração …desde que justifique a razão da sua permanência no território nacional, nós recebemos o seu processo e reencaminhamos para o Sal e para a Praia, conforme as circunstâncias. Não rejeitamos nenhum desde que entreguem documentos que justifiquem a sua presença na ilha. (…) nós vamos normalizando. Qualquer pessoa que está na Boavista ilegal que quer estar legal. Porquê? Ele tem direito, desde que esteja a trabalhar a pedir visto de permanência. (2009)*

Quando se resolvia um problema, outro surgia. Por exemplo, eles tinham dificuldades de trazer documentação do país de origem. Era difícil conseguir alguém para trazer, sendo que, muitas vezes, quando chegavam já estavam com a data de validade vencida, como disse o Comandante: "é no processo de documentação é que eles têm dificuldades. Porque têm que trazer documentos do seu território, do seu país para juntar ao seu processo de legalização". Aqui, uma vez mais, é de se destacar o papel das instituições competentes, juntamente com as associações dos imigrantes na busca de soluções. Os imigrantes também precisavam de um contrato de arrendamento ou atestado de residência. Porém, a situação precária em que viviam incluía também a falta de um documento formal de arrendamento:

> *Uns ou outros problemas que têm, que é grave, é a questão da habitação. Portanto, exige-se contrato de arrendamento ou de registo de propriedade. Ou pagas renda ou tens registo de propriedade. Ora, não têm nem uma coisa nem outra. Nem arrendamento nem propriedade. Porque moram naquela zona da barraca, se pagam renda, é clandestino, as casas da barraca não são nenhuma delas registadas. Como não são registadas não haverá registo de propriedade. Se pagam renda e vivem dez num cubículo, quem os tem alugado não lhes dá documento porque não quer problema com as finanças. Então …este assunto esteve a ser discutido na altura, estivemos junto da Direção Nacional…tivemos que alargar à própria Direção do Trabalho porque tínhamos outro problema que é a questão do contrato de trabalho. Na questão de residência tentamos superar… porque estavam a trabalhar, a situação é precária, obrigava a que fosse assim, e não os podíamos manter na ilegalidade porque no fundo, no fundo, estamos a perder também. Porque temos que organizar. Hoje vão à Câmara, por questões habitacionais vão tirar um atestado de residência, a gente junta ao seu processo e conseguimos-lhes vistos (Comandante, 2009).*

Quando regressei em 2010 disseram-me que este problema tinha sido resolvido. Porém, era uma solução um tanto quanto provisória, na medida em que o visto era de curta duração (3 meses, 1 ano) e, no processo de renovação, praticamente tudo se repetia. Era como se fosse um círculo vicioso:

> *Então aquela situação da habitação e do contrato de trabalho já está ultrapassada? Mais ou menos ultrapassada, pelo menos nós na habitação juntamos aquele processo. Quanto ao contrato de trabalho, também temos estado a tentar superá-lo, só que, quer dizer, esta é uma matéria que não depende só de nós. Porque nós temos discutido, discutimos com o Sal na altura ficou aceite. Como é uma questão caricata tentamos junto da Direção Nacional, Serviços de Fronteiras também, de forma que fosse possível avançar estes dois métodos, porque se não desbloquearmos… senão não te desbloqueias nunca. Alguém tem que dar pontapé para ceder. Se não cederes estás a criar um bloqueio que estás a dificultá-los na sua vida. E não podemos estar a dificultar-lhes. (Comandante, 2010)*

Afora estes problemas mais de ordem institucional, na opinião de alguns entrevistados, os próprios imigrantes tinham algum desinteresse e descuido quando se tratava de procurar regularizar a sua situação, pois, para não faltar um dia de trabalho (às vezes com medo de perder emprego), simplesmente não

8 De realçar que ainda hoje em 2020, este continua sendo um dos problemas centrais desta comunidade, juntamente com cidadãos de outros países da sub-região.

procuravam esses serviços ou então davam entrada com o pedido de legalização e nunca mais regressavam para conhecer o despacho. Por conta disso, muitos trabalhavam no informal, eram explorados pelos seus patrões, incluindo os seus próprios conterrâneos, muitos deles subempreiteiros. Eles são sujeitos a contratos de trabalhos precários, despedimentos sem os seus direitos, condições de trabalho precárias e praticamente nenhuma possibilidade de progressão laboral, horas prolongadas de trabalho, rendimentos inferiores à média nacional, descontos para a segurança social que nunca chegavam aos cofres do Estado[9]. Além disso, alguns nacionais acusam-nos de "roubar emprego".

Os contratos de trabalhos eram precários ou praticamente inexistentes, chegando a ter renovações mensais. Consequentemente a vulnerabilidade aos despedimentos era enorme. Como os mesmos disseram, "se trabalhas hoje, amanhã não sabes":

> *Então este já, já está. Já está em casa? (risos) em casa…terminei 28 deste mês. Depois não sabemos onde devemos ir… (ele lê a carta) Vimos por este meio, levar-lhe conhecimento que o contrato de trabalho com a vossa excelência em 1 de Julho de 2009 não será prorrogado a partir de 28 …, cumprindo-se o pré-aviso definido por lei. Mas não dizem porquê. Dizem que… Não, aqui não dizem porquê. Mas lá, dentro do contrato de trabalho dizem que agora cada mês temos que assinar contrato. Cada mês? Cada mês. Se tens sorte e trabalhas um mês e no segundo não te derem carta-branca, logo o chefe renova-te o contrato. Continuas…não sabes…o dia que te vão parar. Dão-te carta-branca e nem te avisam. Agora, se é uma coisa que te avisam antes… Sim porque isso foi avisado dia 10 e dia 28 já não tinha…18 dias. E trabalho aviso mínimo é um mês. Agora lá é um lugar privado, já eles fazem o que entendem. Se houver trabalho fazem isso? Não fazem. É ISSO QUE DIGO! (Focus Group)*

Além da sua vulnerabilidade aos despedimentos, as condições de trabalho não eram das melhores. Isso enquadra-se na teoria do mercado de trabalho dual ou segmentado (cf. Furtado, 2012), pois, eles inserem-se no segmento secundário do mercado de trabalho e são sujeitos a uma extrema precariedade e vulnerabilidade laboral. Despedimentos sem justa causa também se verificam em casos de faltas por doenças ou falecimentos de familiares para imigrantes sem contratos ou com contratos precários como é o caso que se segue:

> *Eu estava no RIU, trabalhava desde começo da limpeza de mosaicos até à abertura do hotel… trabalhava como camareira, entrava às 7 e meia da tarde e saía à 4h da madrugada. Mas, nos últimos tempos, como estava doente … não fui ao trabalho durante uma semana, mandaram-me carta (…), não discuti, não falei nada. (…) tentei falar com as pessoas do hotel até me perguntaram se precisava de férias, disse-lhes que não que já estava melhor, disseram-me que não, para tomar 2 dias de férias, para tomar 2 dias de descanso em casa e que depois ia trabalhar. Fiquei aqueles 2 dias em casa e no 3º dia fui trabalhar. Fiquei assim até passar o fim do ano. Depois de passar o fim do ano, no dia 5 de Janeiro deram-me carta. (…) consegui trabalho na Delma. Trabalhei aquele trabalho 3 meses, como a minha mãe veio a falecer fiquei assim parada, bem eu disse que não vale a pena sentar na Boavista. Saí e fui à Praia… Em 1 ano na Praia, nada. Procurei, a gente procura trabalho e nada. (E 10, sexo feminino, 26 meses em Cabo Verde, desempregada, 27 anos, solteira, vive com o irmão na Boavista, 2009)*

Apesar desta situação por que passou a nossa entrevistada, constatamos que quanto maior era o tempo de permanência, maiores eram as probabilidades de estarem inseridas no mercado laboral e que a taxa de desemprego era inferior à dos homens. Também, as mulheres casadas, cujos cônjuges[10] já estavam a residir em Cabo Verde há mais tempo e estavam em situação regular conseguiam emprego com maior rapidez. A ausência de contratos fazia com que o vínculo laboral fosse precário causasse dificuldades de progressão no mercado de trabalho e este testemunho mostra-nos que a rotatividade era uma constante, tanto dentro de um mesmo setor como entre setores diferentes, com alguns a transitarem entre vários empregos:

> *Minha primeira chegada aqui trabalhei no CVC, em 2007. Depois do CVC, fui para OÁSIS, saí de OÁSIS, fui pra RIU, saí do RIU, depois, para o antigo VENTA. (focus group)/ Trabalhei trabalho de pedreiro quase 1 ano. Depois, saí e fui conseguir trabalho na canalização. Trabalhei também lá 1 ano. Até agora sou canalizador. (E11, solteiro, masculino, 2 anos em Cabo Verde, era mecânico na Guiné-Bissau, desempregado há 5 meses, vive com o irmão, tem 29 anos, casado, com mulher e filhos na Guiné-Bissau, indocumentado, 2009).*

Esses discursos dão a perceber que uma das estratégias para driblar o desemprego consiste em adaptar-se às ofertas do mercado de trabalho. Alguns nacionais criticam-nos, dizendo que eles forjam profissões só para os poderem *roubar emprego*. Outros entendem que isso é uma alternativa para conseguir o emprego e sair da situação de penúria em que vivem. Contudo, mesmo com esta estratégia, o desemprego era uma realidade, pelo que alguns chegaram mesmo a regressar à Guiné-Bissau segundo disseram, inclusive com ajuda dos familiares que lá estavam, já que nem dinheiro para comprar passagens eles tinham:

> *Eu estou em casa há 1 ano e 2 meses sem trabalho. (…) E quando estão sem trabalho encontram algum biscate para fazer? Nenhum biscate. Família junta e põe dinheiro e comemos. Apanhamos 14 meses quase. (…) Se tiveres trabalho contribuis. Mas se não tiveres trabalho,*

9 O que vai contra os compromissos assumidos por Cabo Verde, em relação à Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (Assinado em Junho de 2003).

10 Constatamos que não eram muitas na altura e que a maioria veio no âmbito do reagrupamento familiar. Porém, tem aumentado o número de mulheres consideravelmente, tanto no seio dos Bissau-guineenses como na Comunidade imigrante em geral (36,6% do total de imigrantes, de acordo com o INE, 2019)

os que estão a trabalhar põem dinheiro e comes. Trabalho não há. Precisamos de trabalho para termos dinheiro e irmos para a nossa terra. Mas trabalho não há, não temos como ir. Eu preciso ir-me embora mas estamos empatados. Não há trabalho. Queres ir à Guiné para ficar ou para voltar de novo? Eu se for para a Guiné, não volto mais. Mas, e se conseguires trabalho? Se conseguir trabalho, vou na mesma. Vou e não volto mais. (Focus Group)

Apesar do retorno de alguns, a maioria ficou e viviam em grande número numa situação de grande precariedade, com muitas dificuldades. A situação era de tal maneira complicada que, o desespero de uns é visível, quando afirmam que preferiam ser expatriados para a Guiné-Bissau (focus group):

O que está pior aqui é trabalho. Se trabalharmos podes fazer as coisas todas. Mas se não trabalhas não podes fazer nada, nada, nada. As gentes estão mal, mal aqui na Barraca. Mal mesmo. Preciso ir-me embora e, não vejo. Prefiro que peguem aqui na rua e me levem embora daqui. Estou pronto para ir (risos) Ah, se a polícia chegar e disser, tu não tens documento, vou mandar-te… SIM, SIM. MAS EU TENHO OS MEUS DOCUMENTOS TODOS. Mas como tens o documento em ordem não te vão mandar. SE ME APANHAREM NA RUA ESCONDO O MEU DOCUMENTO E DIGO QUE NÃO TENHO. Se ouvir dizer que estão na vila a apanhar as pessoas e mandar para a terra deles vou à vila. IMAGINAS VAIS BUSCAR NA TERRA DOS OUTROS FICAS UM ANO E TAL SEM TRABALHAR. SE NÃO DIVIDEM CONTIGO, NÃO CONSEGUES NADA. ISSO É DIFICULDADE GRANDE./…ele disse que quer ir à Guiné mas que não pode ir. Para o ajudares que ele precisa ir. Para ajudares a conseguir trabalho.

Alguns chegavam, inclusive, a afirmar que viviam tantas privações que chegava a faltar-lhes o que comer. Situação que pude verificar *in loco*, numa das casas visitadas

Está difícil para conseguires o que comer. As coisas estão complicadas todas. As coisas estão mal aqui, estão magras mesmo. Complicadas como, trabalho ou quê? Muita gente que está aqui, famílias que estão na Guiné compram bilhete e mandam para ir de volta. Ah, família compra e manda. Sim. Vens e ficas aqui mais um ano também sem conseguir trabalho o que fazes? Não é para mandar pedir família para mandar buscar-te daqui? Famílias mandam dinheiro ou compram bilhete na Guiné e levantas aqui. Se não tens condições a família não tem na Guiné, ficas aqui, sem trabalho e sem nada. Não há uma associação ou uma coisa que pode ajudar? Associação há mas das pessoas que fazem parte da associação mais de vinte não se encontra a trabalhar./ Comi dinheiro e acabou tudo na barriga. Agora não estou a trabalhar. Desde que saí da Guiné em 2008, vim para cá e trabalhei só 4 meses, parei o trabalho até então. Em 2009 nem um mês trabalhei até então. Então estás cá há quase 2 anos. Quase. No mês de Agosto. Então para ti quais são as dificuldades aqui em Cabo Verde? É trabalho. Se trabalhamos, estamos bem, estamos à vontade. Mas se não estamos no trabalho…pensamos muitas coisas. Mas não há jeito… /Quando tem um irmão aqui, antes de chegar ele dá-lhe expediente… este já está cá há um ano e não conseguiu trabalho (…) Tem a sua família… (Focus group)

Comparando o tempo de desemprego com a média nacional, constatei que a duração média do desemprego em 2009 (Inquérito ao Emprego, INE, 2009) em Cabo Verde era de cerca 16,4 meses (16,6 urbano e 16 rural). Com esta observação poderíamos dizer que a média desses imigrantes era inferior à nacional. Contudo, a complexidade é maior, na medida em que eles acabavam por aceitar qualquer emprego, já que para eles era importante estar inseridos no mercado de trabalho. Consequentemente, as condições de trabalho eram precárias. Fala-se da precariedade principalmente a nível da segurança nos transportes no local de trabalho: os 3Ds (*Dirty, Dangerous and Demanding*: sujo, perigoso e mal pago)[11]. Neste caso, as opiniões são unânimes. Uma das nossas entrevistadas disse-nos que eram transportados "como latas de sardinha" e em condições más e perigosas de transporte que, inclusive, chegaram a provocar alguns acidentes, além de desmaios e outros problemas:

(…) há uns camiões aqui que trabalham e vêm tomar pessoas aqui para levá-los, eles vão como sacos de arroz. (…) vão uns em cima dos outros assim, desmaiam, e vêm para o hospital a sangrar pelo nariz, e pela boca, quase a morrer". (Nacional 6, Mulher, rabidante, de Santiago e vive em união de facto com um Bissau-guineense)

Um outro entrevistado afirmou que muitos deles trabalhavam sem as condições de segurança mínimas necessárias, nomeadamente botas especiais e capacetes, o que fazia com que tivessem contato direto com cimento e betão, que são prejudiciais à saúde.

Eles não escolhem preço, podem explorá-los até onde querem, como aqui, exploram-nos muito, sabes? Eles fazem trabalho que mesmo um cabo-verdiano é difícil fazer, não encontravam um cabo-verdiano que fizesse aqueles trabalhos. (…) Como nos betões, têm lá uns para cortar sacos de cimentos. Todos os dias sempre havia problemas, porque não havia nenhumas condições nem nada para proteger. Via-os a passar o dia inteiro, roupas todas cheias de cimento. Cimento ele é químico! (opinião do nacional 1, casado, 12º ano, formado em informática, da Boavista, trabalha no hotel, área comercial, 29 anos, 2010)

De facto, os colegas de trabalho cabo-verdianos foram peremptórios em afirmar que em tais condições, jamais trabalhariam. Apesar de todos estes problemas, ao que tudo indica, não reclamavam, com medo de perder emprego. Nas palavras deste entrevistado, "(…) trabalham muito e pagam-nos pouco. (…) Exploram-nos muito, sabes? Tudo o que fazem, como dizer…eles têm que fazer sabes, têm medo para não perder trabalho, nisso eu posso entendê-los". As horas prolongadas de

11 Conferir OLIVEIRA, Catarina e REIS, Cláudia. 2010.

trabalho constituíam outro problema. Por exemplo, muitos deles trabalhavam fora da cidade, na construção de grandes hotéis, nas localidades de Chaves e de Santa Mónica e, para isso, precisavam deslocar-se bem cedo para irem trabalhar e só regressavam à noite. Aos sábados regressam por volta das 5h da tarde. Só descansavam aos domingos. E, no dizer de uma das nossas entrevistadas, "muitos não tinham sábado, nem domingo, nem feriados". A Entrevistada 10 relata-nos a sua experiência em relação a isso:

> *Cosmos lá da Assomada, que é na Assomada que estava, vim começar a trabalhar lá, mas só que o homem era daqueles que estava sempre em cima das pessoas, também entrava no trabalho de manhã e saías só às 4h da madrugada. Eu vi mesmo que aquilo não dava, não me ajudava, deixei aquele trabalho e logo resolvi fazer a minha informática. Estava aqui mas não trabalhava e nem fazia nada. Mas …a minha família mandava-me dinheiro e eu pagava a escola e comia (E10, feminino, desempregada, solteira, cerca de 1 ano e meio na Boavista, veio porque lhe apeteceu, 7º ano, estudo de línguas, informática, fez um ano na Praia, irmão vive na Boavista).*

Este horário incluía, muitas vezes, horas-extras, não lhes sobrando nem tempo para convívio, um importante mecanismo de integração. Consequentemente, o vínculo familiar era penalizado como refere o testemunho seguinte:

> *(…) no lugar de trabalho, família principal que tens são colegas de trabalho. Quando sais, sais às 6h da manhã e vais à obra, 6h ou 7h, até às 6h da tarde. Agora, 6h às 6h, alguém com quem mais convives de perto são os colegas de trabalho. Agora, é da família que ficas mais distante. Ou seja, a minha mulher e os meus filhos vêm-me só às 7h. Ás 7h, poucos minutos depois já nos deitamos até à manhã seguinte. Só fim-de-semana, domingo. (E9, casado, subempreiteiro, 10 anos em Cabo Verde, documentado, viveu 2 anos no Sal, com uma filha, 2009)*

As horas-extras também se justificavam, por causa dos salários que eram relativamente baixos comparados com a média nacional, ao mesmo tempo que não correspondiam ao trabalho realizado como podemos ver através da fala dos entrevistados 1 e 9:

> *Cheguei a Cabo Verde numa altura um bocado difícil. Foi numa altura que não havia muito trabalho e as coisas estavam um bocado difícil. Procurava emprego e nada. Depois consegui um emprego com um subempreiteiro, 15 dias depois ele veio pagar-me um dinheiro e logo vi que não, aquele dinheiro não valia o meu trabalho notei que isso era só canseira (…) (Entrevistado 1)*

> *Era pedreiro mas sou da construção civil e…sou mestre de obra, a partir daí vim trabalhar na empresa Figueiredo (…) Figueiredo Soares, no Aeroporto, na construção do aeroporto, até à sua conclusão, mandaram-me para uma zona aqui, Rotchinha, daí pedi aumento do salário, eles não aumentaram e outra empresa contratou-me. Outra empresa contratou-me …trabalhei com 0, X tempo e pedi-lhes aumento, porque, não vens trabalhar num único salário, um único salário durante muitos anos e eles…se uma pessoa for valente, eles têm que aumentar o salário. Eles não me aumentaram o salário e disse então, ok, como sou empreiteiro, saio hoje e paro trabalho para ir fazer o meu trabalho de subempreiteiro. Daí parei, tomo obras, consegui uma obra… (Entrevistado 9)*

O caso desses dois entrevistados é excecional, pois, eles, tiveram a coragem de recusar a oferta e procurar alternativas. Contudo, a maioria submete-se a este tipo de exploração. É justamente pelo facto de aceitarem trabalhar para qualquer salário que eram explorados pelos patrões e acusados por alguns nacionais por estarem a roubar empregos. Mas porque aceitavam trabalhar por pouco dinheiro? Talvez porque a maioria vivia em situação de irregularidade e tinham medo de perder emprego. Também, segundo diziam, o dinheiro de Cabo Verde tem *muito peso* nos países deles, e então, seria melhor ter pouco do que nada. Consequentemente, eles eram responsabilizados por muitos pela baixa de salários por alguns, enquanto outros consideravam que a culpa era dos patrões sem escrúpulos que exploravam os imigrantes pagando-lhes um valor abaixo do valor do mercado.

> *Trabalham muito e pagam-nos pouco. Estraga às vezes também o preço e as pessoas daqui não aceitam mesmo. (…) tratam-nos mal, falam mal com eles, isso já…nós não admitimos. (nacional 1)*

> *No trabalho, todos fazemos a proposta de um preço e eles aceitam outro (…) Há dias acertamos 250$00 cada metro e eles ofereceram-se por 150$00. É claro que vão-lhes escolher a eles (Nacional 2, 2010, trabalhador da construção civil natural de Santa Cruz, tem 50 anos e vive há cerca de 13 na Boavista)*

> *(…) há muitos que ficaram prejudicados. Muitos; bastante. Muitos ficaram sem conseguir um dia de trabalho. (…) se custa 1.000$00 e eles disserem que cobram 400$00, já preferem trabalhar com eles. (…). Eles preferem ganhar pouco a ter que ficar parado. Mas cabo-verdiano já não quer mesmo ficando no trabalho e ganhar pouco o dinheiro porque não dá para nada. (Nacional 3, masculino, casado, subempreiteiro, 2010, 15 anos na Boavista)*

Esta descida nos salários consiste na lei da oferta e da procura (excesso da oferta de mão-de-obra). Os teóricos do mercado de trabalho (BORJAS, 1990) já tinham referido esta questão. Quando a procura excede a oferta, a tendência é para a desvalorização dos salários. Como tal, muitas vezes os imigrantes acabam sendo culpabilizados por esta situação por uma boa parte dos nativos, sobretudo aqueles com quem disputam os mesmos setores do segmento do mercado de tra-

balho. Podemos ver isso no testemunho seguinte, sendo que o entrevistado não considera de todo ter perdido o emprego. Contudo, diz que antes as condições eram melhores:

> *Quando eu vim, o trabalho era bom sem manha (à vontade)! Éramos só badios12 (…) trabalhava como subempreiteiro (…) agora trabalho é qualquer um, quando conseguir. Biscate (…) pronto, mas é quando aparecer. Muitos não conseguiam nem um dia de trabalho. Porque trabalho que ficas a pensar que, se um dia de trabalho custa mil escudos, eles cobram 400 escudos, já preferem trabalhar com eles. (…) (…) Mas a vinda deles provocou a baixa do salário? Provocaram baixa de salário sim. Trabalho mesmo ficou pouco. Alguém virou muito também. Eles saem e procuram e aceitam qualquer dinheiro. Cabo-verdiano acho que não aceita qualquer bagatela de dinheiro. Eu graças a Deus, sempre trabalhei bem e nunca me tiraram. (Nacional 2)*

> *Antes de terem vindo os badios tinham mais trabalho. Tinham. E mais dinheiro também. Porque hoje já não têm trabalho e o dinheiro desceu no chão. Porque baixaram o preço. Eu o meu marido é pintor mas há vários anos não trabalha um dia, porque o salário deles é diferente. Então além da falta de trabalho, as pessoas passaram a receber menos? Isso agora é verdade, porque tudo são eles que baixaram os preços. Porque eles não deixam nenhum cabo-verdiano conseguir emprego mais. Já cabo-verdianos estão muitos…homens já, encontras a maioria parada. (nacional 7, feminino, 13 anos na Boavista, comerciante, 2010)*

Portanto, alguns atribuíam culpa aos imigrantes. Esta situação é observável na teoria de capital humano (Furtado, 2012) onde os imigrantes são acusados de se apoderarem do emprego dos nativos e de baixarem os preços dos salários e os nacionais pedem a intervenção do Estado para resolver esta situação (curiosamente o Entrevistado Nacional 2 disse-me que tinham enviado um abaixo-assinado ao Governo Central a pedir a sua intervenção).

De realçar também que houve uma reestruturação das empresas na sequência da crise mundial, tendo surgido muitos empreiteiros de origem imigrante à semelhança dos nacionais. Assim, os trabalhadores trabalhavam diretamente com os subempreiteiros, alguns seus conterrâneos que também os submetiam às explorações devido aos contratos precários.

Além de salários baixos, muitas vezes os descontos eram retidos sem que tivessem acesso aos benefícios de segurança social, já que esta está condicionada ao vínculo laboral e não havia um vínculo direto com os grandes empregadores. Os descontos que alegadamente se faziam eram descontos fantasmas, pois, nunca eram contabilizados na segurança social, até porque nem sequer estavam inscritos. Por isso, nunca usufruíam disso enquanto trabalhadores. Muitos trabalham convictos de estarem abrangidos pela segurança social. Como custa-lhes faltar um dia de emprego para tratar deste assunto, grande parte só tem conhecimento da sua real situação quando precisa dos benefícios pontuais, como por exemplo em casos de doença. Foi possível confirmar junto de um representante do INPS que muitos não usufruíam descontos sem que o soubessem:

> *Muitos deles são inscritos e não usufruem de nada disto (descontos). São explorados principalmente pelas empresas estrangeiras, que os fazem descontos, mas não os inscrevem. Nem os dão os 8% que é da lei e eles nem sabem o que fazer. Isto tudo acontece porque não temos representação da delegação do trabalho aqui na ilha da Boa Vista. (…). Olha, estes imigrantes trabalham mais na construção civil e também nos hotéis, são bases do problema, nestes sectores trabalham são descontados, não são inscritos e não usufruem dos descontos. A fiscalização deixa muita falta aqui. Precisamos da representação da Delegação Geral do Trabalho. As pessoas da costa africana, como emigrantes (…) os cabo-verdianos também. Mas o problema com os estrangeiros é mais gritante, trabalham e depois são descartados, não são pagos, tudo isto às vezes por falta da documentação. A fiscalização é fundamental para travar estas questões. Quando vêm a Boa Vista, passam uma semana a fazer trabalho pedagógico e depois vão. (…) Há muita coisa que precisa ser feita. Houve uma senhora da Guiné-Bissau que estava mal e precisava ser evacuada o mais depressa possível e pediu atestado médico para isto; depois pediu para não ser evacuada por não ter nenhuma pessoa nesta ilha, Sal, São Vicente e Santiago. Empresas estrangeiras são as que mais infringem. (…) A Delegação da Direção Geral do Trabalho precisa fazer valer os direitos destes trabalhadores. Não há fiscalização, MC já mudou de nomes umas tantas vezes, como forma de driblar as finanças e o INPS.*

De facto, um dos problemas sérios na altura tinha a ver com a mudança de nomes das empresas. Segundo me disseram, as empresas declaravam falência num dia e no outro abriam com um nome diferente. E, neste caso, não eram obrigados a pagar os funcionários. Para quem está em situação irregular, então muito menos. Quanto aos inspetores residentes, os poucos que haviam no país deslocavam-se pontualmente para a Boavista e isso não era suficiente. Ainda que não seja suficiente, hoje já temos inspetores residentes no Sal, com jurisdição sobre a Boavista, anúncio que foi feito há cerca de um ano e meio, o que de certa forma, vem responder à reivindicação há tanto desejada nessas ilhas.[13] Não podemos dizer que sejam suficientes, devido às demandas, porém, consideramos que é um grande passo, tendo em conta as violações dos direitos dos imigrantes ali verificados. Existe a possibilidade de adesão por conta própria à segurança social, no entanto,

12 Badios é um apelido atribuído aos nativos da ilha de Santiago.

13 Delegação da DGT Sal/Boa Vista passa a ter 4 Inspetores do Trabalho residentes: http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=86266. Data de 20 de Dezembro de 2019 (Delegação Regional do Sal e da Boavista)

de acordo com o nosso entrevistado do INPS, é muito residual. Inclusive, há situações em que consideram que os próprios imigrantes é que são coniventes com a não realização dos descontos: "sempre digo a muitos dos meus trabalhadores, pago-te os seguros…ah, o meu dinheiro não!" Ou seja, o próprio imigrante, naquela expectativa de obter um maior rendimento líquido a curto prazo, muitas vezes dispensa a realização de contratos formais com direito a descontos e benefícios da segurança social. (Nacional 3).

Finalmente, mesmo vivendo esta situação de alguma penúria, com dificuldades de inserção laboral, diziam conseguir mandar dinheiro para os familiares sempre que possível. E aqui é importante destacar o seu contributo na geração de receitas, através do envio das remessas. Todos os entrevistados, sem exceção diziam que mandavam dinheiro através de transferência bancária (Western Union), porque não confiavam mandar em mãos, à semelhança do que costumam fazer os cabo-verdianos. Apesar de não ter uma regularidade definida, afirmaram que enviavam por remessa uma média de 10.000$00, desde que estivessem a trabalhar. Em ocasiões especiais costumavam mandar mais. Isso tem a ver com um compromisso muito forte que têm com a família na origem de quem eram responsáveis.

> *Bom, não é todos os meses. Outrora mando 10, como a minha mãe, ela estava doente eu mandei 20 mil daqui. Agora ela já está melhor. Para ela ir fazer tratamento. Sempre é para o WU que mandam? Sempre é pelo WU? Sim. Mas …nunca mandaram dinheiro com alguém? Não, nunca. Não sentem a coragem de mandar? Para mandar dinheiro com alguém? Sim, uma pessoa, por exemplo um guineense que está a ir de… Ai,ai,ai! Isso se mandares com alguém mesmo, ele chega na Guiné e abre o seu proveito lá. Só irás gastar o teu dinheiro. E quem mesmo podes mandar como eu e o meu marido se resolvermos ir eu posso dar ao meu marido. Esse é alguém de confiança mas aos vizinhos ou…irmãos? Não, eu não faço isso! Dinheiro sempre estraga a amizade. Pode vir comer o meu dinheiro e ficarmos com problemas. (risos). (Entrevistada 12, feminino, casada, trabalha num mini-mercado, 1 ano em Cabo Verde, começou logo a trabalhar quando chegou, 11º ano, era estudante na Guiné-Bissau, 26 anos, grávida do primeiro filho, a primeira vez a trabalhar, limpeza de balcões, mesas…)*

Isso tem um impacto importante na balança de pagamentos nacional. Contudo, percebi também que gera descontentamento por parte dos nacionais que consideram que quase nada do que ganham fica no país.

> *Sim, é isso. Fim do mês são vistos nos bancos. É para depositarem o seu dinheiro lá. Mandam todo o dinheiro e ficam aqui a desenrascar. Compram o seu saco de arroz, o seu sal e polpa de tomate, pronto, já está. O seu dinheiro é todo para pôr lá quando regressarem. Isso é mau! (Nacional 1)*

De facto, por mais precárias que sejam as condições, eles enviam uma parcela importante do seu salário para a origem, segundo dizem, investindo no sustento da família, mas também na geração de poupanças, com ideias de um regresso num futuro próximo, já que a ideia é de ficar pouco tempo em Cabo Verde.

Em jeito de conclusão, podemos então dizer que o início imigração Bissau-guineense coincidiu com uma altura em que Cabo Verde e, em particular a Boavista, demandava mão-de-obra para fazer face ao crescimento do turismo e construções na altura. Constituem um grupo relativamente jovem, a maioria homens, pese embora o aumento gradual das mulheres, a maioria pouco escolarizada. Trata-se de uma imigração ancorada em redes sustentadas pelas famílias e amigos fornecendo informações sobre o destino e criando condições para o acolhimento dos recém-chegados até à sua inserção no mercado laboral (redes sociais), que acabam por minimizar os riscos dos que vêm posteriormente. Contudo, com o tempo a oferta de mão-de-obra foi superando a procura e, consequentemente, estes imigrantes ficaram vulneráveis à exploração laboral. Estamos perante uma complexidade de situação, sendo que um problema arrasta o outro. A análise acima realizada, enquadrada na da teoria do mercado dual ou segmentado de trabalho, deixa claro que estes imigrantes são explorados e ocupam setores deixados vagos pelos nacionais. Daí que podemos dizer que não constituem uma ameaça ao desemprego dos cabo-verdianos, na medida são empregos sem as mínimas condições de dignidade.

A regularização é considerada a condição primária para o processo de integração dos imigrantes. Constitui uma via para que se garantam todos os outros direitos, a começar pelo emprego digno. As dificuldades de regularização dificultam a sua inserção num mercado laboral digno, o que por sua vez acaba por potenciar a sua situação de exclusão social, comprometendo a sua integração socioeconómica no país. Este constituía uma das principais reivindicações dos entrevistados[14]. Contudo, como afirmam Barros e Furtado (2014),

> *(…) se analisarmos atentamente a cadeia de causalidade que antecede a ida ao DEF[15], constatamos que os problemas de regularização são, na verdade, consequências de um conjunto de outras relações causais, que influenciam os diferentes tipos de trajectórias de imigrantes. (p.iv)*

14 E não é só dos Bissau-guineenses, é uma situação extensível a todos os imigrantes da CEDEAO
15 Direção de Estrangeiros e Fronteiras

De facto, da análise realizada, percebe-se que o problema não está apenas na DEF, é muito mais complexo. Contudo, o fato de muitos quererem transitar para a Europa, demonstra que muitas vezes o desejo de se legalizar não tem a ver muito com a integração, mas, sim, com as possibilidades de poder atingir outros destinos. Porém, independente de ser uma imigração temporária (de pretenderem ir para a Europa ou regressar para a Guiné-Bissau), convém criar as condições, já que o grosso se insere no mercado de trabalho e é importante que se sintam incluídos. Estando em situação regularizada, os imigrantes, por um lado, ficam mais protegidos, por outro, contribuem para a arrecadação de impostos, com impactos positivos na economia nacional. A sua inserção precária no mercado laboral é outro elemento que dificulta a sua devida integração, perceção que também foi constatada por Barros e Furtado que afirmam que a "percepção sobre a integração, apesar de ser muito satisfatória, estriba-se, entretanto, em factores instáveis – mercado de trabalho informal e precário, estatuto de permanência incerta – com menor potencial de sustentabilidade." (2014, p.110). Mesmo os autores concluíram que o grosso se considerava integrado, e, apesar das dificuldades de regularização e da sua situação perante o desemprego, consideraram-se bem acolhidos em Cabo Verde, algo que também é reforçado no trabalho de Gomes (2010).

Para finalizar, diríamos que uma boa gestão da imigração em Cabo Verde seria fundamental para o processo de integração dos imigrantes e, consequentemente a sua contribuição tanto para a economia nacional, como para a economia dos seus países de origem. A aposta deve ser feita numa boa gestão dos fluxos e as políticas migratórias devem ser pensadas numa perspetiva de igualdade de género, tendo em conta que o número de mulheres imigrantes é cada vez maior e, consequentemente a sua inserção no mercado laboral. Por isso, a política de imigração sensível ao género com medidas inclusivas permitirá reduzir a sua vulnerabilidade socioeconómica, contribuindo, assim, para a economia nacional.

REFERÊNCIAS

Barros e Furtado (2014). IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DOS IMIGRANTES NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL EM CABO VERDE. Estudo Diagnóstico. Unidade de Coordenação de Imigração (UCI) e OFFI II

BORJAS, George (1990) Friends or Strangers, New York: Basic Books.

Cabo Verde. Protocolo A/A1/5/79 publicado em 7/06/1982, Lei n.º18/II/82. (B.O. n. º18,4e Suplemento) que facilita a mobilidade na região. Foi revisto em 1993 e entrou em vigor em 1995.

(2003). Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (Assinado em Junho de 2003).

Cabo Verde/União Europeia (2008a): Declaração Comum sobre uma Parceria para a Mobilidade entre a União Europeia e Cabo Verde: http://www.governo.cv/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=96&Itemid=89.

(2008b): Parceria Especial Cabo Verde – EU Quadro Orientador para a Implementação, praia, Governo de Cabo Verde.

DOERINGER, P., PIORE M. (1971) Internal Labour Markets and Manpower Analysis, Lexington, Heath Lexington Books.

Furtado, Clementina (2012). AS MIGRAÇÕES DA ÁFRICA OCIDENTAL EM CABO VERDE: Atitudes e representações. Tese de Doutoramento. Uni-CV/ULB

Gomes, Davidson A (2010). Integração da Comunidade de Guiné-Bissau em Cabo Verde: O Caso da Praia. Licenciatura em Ensino de História. Uni-CV

INE (2009). Inquérito ao Emprego 2009. Considerações sobre a nova abordagem da Medição do Emprego em Cabo Verde. 2009

(2010). Relatório Dos Resultados Preliminares do RGPH 2010. Setembro, 2010.

(IMC 2013-2018). Estatísticas da Migração. Evolução da População Imigrante.

OLIVEIRA, Catarina e PIRES, Cláudia. Imigração e sustentabilidade laboral. Observatório da Imigração, ACIDI, 2010

PIORE, M. J. (1979) Birds of Passage: Migrant Labour and Industrial Societies, Cambridge: Cambridge University Press.

Delegação da DGT Sal/Boa Vista passa a ter 4 Inspetores do Trabalho residentes: http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=86266. Data de 20 de Dezembro de 2019 (Delegação Regional do Sal e da Boavista)

AS NARRATIVAS DOS BISSAU-GUINEENSES FACE ÀS POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE: O CASO DA CIDADE DA PRAIA

Euclides Fernandes Correia

Centro de Produção e Promoção de Conhecimentos (CeProK)

RESUMO

Após 2008, tem-se denotado, nas instituições de ensino superior em Cabo Verde, o aumento diversificado da população universitária, dado também ao aumento da presença de imigrantes procedentes dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, sobretudo, dos Bissau-Guineenses. A maioria desses imigrantes, viajou no âmbito da migração laboral e acabaram por estudar e darem continuidade aos seus estudos superiores no país. Têm idades compreendidas entre os 24 e os 45 anos e são descendentes de famílias com fraco capital cultural e económico (residentes em bairros mais vulneráveis da Guiné-Bissau). A presença dessa população universitária heterogénea, vai questionar a universidade no seu todo, não só os regulamentos internos e as políticas académicas, mas também o currículo superior (conteúdos de ensino, programas da disciplina e de cursos), ou seja, implica uma democratização do acesso para uma maior democratização da sociedade e do aprofundamento da justiça social.

Hoje percebe-se que o Estado e as instituições de ensino superior não dispõem de uma política académica ativa de ação afirmativa para os imigrantes, mormente, para os Bissau-Guineenses e estes têm enfrentado constrangimentos de várias ordens: linguísticos, curriculares, discriminatórios e financeiros que lhes entravam o acesso e permanência neste nível de ensino. Perante o cenário, aparentam uma atitude de "rebeldes camuflados", o que torna cada vez mais apática a luta por reconhecimento social no cenário de competição por recursos escassos, nomeadamente na vertente do emprego.

O artigo visa abordar a fisionomia do ensino superior em África; a problemática do acesso dos imigrantes a esse nível de ensino, a partir das narrativas dos Bissau-Guineenses mediante às políticas do acesso ao ensino superior em Cabo Verde. Este artigo fundamenta-se teórica e empiricamente, em entrevistas semi-diretivas e conversas informais analisadas à luz da análise de conteúdo.

Palavras-chave: As narrativas dos Bissau-Guineenses, Políticas de acesso, Ensino superior, Bissau-Guineenses, Reconhecimento social

INTRODUÇÃO

A cidade da Praia tem sido vista atualmente como arena dos imigrantes concentrando 43,5% do total de imigrantes estabelecidos no país. Os Bissau-Guineenses representam 31,3% a nível nacional (INE, 2019). Por isso, quanto à delimitação do universo de sujeitos a serem entrevistados tendo em conta a perspetiva de Duarte (2004), numa metodologia de cunho qualitativo, dificilmente se decide o número exato de sujeitos a serem entrevistados, uma vez que tudo depende da qualidade das informações recolhidas em cada depoimento, da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações.

No que se refere ao número de sujeitos de pesquisa a serem entrevistados, o autor anteriormente citado, considera que os procedimentos têm demonstrado que o ideal seria dar início e prosseguir com as entrevistas. Se bem que, comumente a prática tenha privilegiado no mínimo de 20, todavia, isso varia consoante o sujeito e o universo da investigação, até que o material recolhido permita uma análise mais ou menos densa das relações estabelecidas, e uma compreensão dos significados (simbólicos, valores, atitudes). Sendo assim, no início de 2015 a Abril de 2017 foram feitas mais do que 25 entrevistas abertas ou semi-diretivas aos Bissau-Guineenses residentes na cidade da Praia, ao dirigente da Direção Geral de Ensino Superior, ao dirigente da Direção Geral de Imigração[1] e demais dirigentes das Instituições de Ensino Superior sedeadas na cidade da Praia.

As entrevistas foram dissecadas à luz da análise de conteúdo que permite ao investigador uma leitura que vai além do senso comum. Essa metodologia, conforme Moraes (1999), *faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se bem mais do que uma simples técnica de análise de dados*, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (p.2). Esse artigo encontra-se alicerçado teórica e empiricamente em entrevistas semi-diretivas, conversas informais dissecadas com base em análise de conteúdo e visa abordar a fisionomia do ensino superior em África e a problemática do acesso dos imigrantes a esse nível de ensino, tendo em conta as narrativas dos Bissau-Guineenses face às políticas do acesso ao ensino superior em Cabo Verde.

1 Em Agosto de 2020 foi levada à categoria da Alta Autoridade para a Imigração em Cabo Verde com plena autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O ENSINO SUPERIOR EM ÁFRICA E A PROBLEMÁTICA DO ACESSO DOS IMIGRANTES: UM BREVE OLHAR SOBRE CABO VERDE

O Ensino Superior em África, apesar das suas potencialidades- um quadro docente em crescimento, o emergir de alguns centros de pesquisa-tem estado impotente nos seguintes aspetos: universidade como centro de disputas do poder político, (SIMALA, 2014); debilidade da autonomia universitária, (guerra contra a liberdade académica na Serra Leoa em 2016); acesso diferenciado às instituições de ensino superior, lutas de interesses e do poder no circuito universitário, défice de pesquisas ou pesquisas com visões eurocêntricas (BARROS VARELA, 2008 & VARELA, & 2015). No contexto cabo-verdiano, tem sido uma prática as instituições de ensino superior fazerem recrutamentos os quadros constituintes da administração pública e com pouco mérito cientifico (a nível de publicações/ investigações científicas e sem qualquer experiência a nível de docência). Além disso, tornou-se também uma prática a transferência de quadros administrativos[2] para as instituições de ensino superior. Esta prática gerou controvérsias no seio dos académicos, principalmente, e consideram que se trata de mais um caso de corrupção política inadmissível. Essas práticas, põem em causa não só produção de conhecimentos gerado no seio da academia, mas também o nível de docência que se ambiciona ter e por conseguinte a democratização universitária (inclusive a democratização do acesso).

Quando se fala da democratização universitária implica também a democratização de acesso, uma vez que Cabo-Verde nas últimas duas décadas tem-se tornado uma sociedade cada vez mais multicultural o que norteia as instituições de ensino superior estarem preparadas para o acolhimento de uma população universitária bastante heterógena.

Nas palavras de Polydoro; Schleich & Santos (2006) tem-se constatado na realidade brasileira aumento da população universitária heterogénea e uma massificação de ensino superior. Na realidade cabo-verdiana tem-se reparado, sobretudo a partir de 2008, um aumento significativo dos estudantes no ensino superior (Guineenses, Moçambicanos, Santomenses, Nigerianos, Timorenses, Angolanos, Quenianos, Camaronenses, Latino-americanos, Brasileiros e Portugueses, tendo as três últimas comunidades menor expressividade). Observa-se, assim, um aumento da população universitária e com particularidades abundantemente heterogéneas nomeadamente: classe social, género, objetivos, expectativas, trajetória académica anterior, faixa etária, etnias, período laboral e opção pelo turno, isto por um lado. Por outro lado, as demandas desta população universitária bastante heterogénea tem revelado a necessidade de,

> *as instituições reorganizarem para melhor atendê-la concebendo programas e serviços propícios para apoiar no aumento da eficácia do processo educacional e em simultâneo uma vivência bem-sucedida em várias dimensões: cognitiva, vocacional, pessoal, cultural e social (Ibidem, p.34).*

Tem-se ainda presenciado uma massificação de ensino superior ou seja, uma expansão notável do sistema educacional superior, com a existência de oito instituições privadas de ensino superior e uma pública.

De acordo com o estudo do Banco Mundial (2012), o número de alunos matriculados no ensino superior em Cabo Verde, mais do que triplicou entre 2009 e 2012, passando de 3.247 para 11.000 inscritos em 2012 (p.28). O ensino superior privado é responsável por cerca de 60% das inscrições e a taxa de acesso ao ensino superior no país representa cerca de 24 %, sendo a mais alta da África Subsariana. Mesmo que a expansão das matrículas esteja no centro da democratização da educação superior, porém Dias Sobrinho (2010) advoga que existem outras medidas que visam ampliar a inclusão social, sem necessariamente concebermos novas vagas. Trata-se pois, daquilo que normalmente se costuma apelidar de ações afirmativas[3] ou discriminação positiva.

A crescente expansão da educação superior pela via privada, ou a questão da massificação e liberalização de ensino superior de tão apologizada pela sociedade cabo-verdiana não acompanhou a qualidade do ensino em Cabo Verde, já que, conforme Varela (2013), *os documentos curriculares, uma vez importados, nem sempre são objeto de atualização, para acompanhar as evoluções e atualizações que vão conhecendo os currículos das instituições estrangeiras que lhes deram*

2 Despacho conjunto do Ministro do Ensino Superior Ciência e Inovação e da Ministra da Educação e Desporto, publicado na segunda -feira 14 de Dezembro de 2015 no Boletim Oficial n.61, II Série, de 14 de Dezembro. O deputado é transferido por interesse e conveniência de serviço para o Ex Instituto Universitário da Educação. Disponível em http://jornaliberal.com/noticias/politica/2015/12/16julio-correia-passa-a-professor-universitario . Acesso 16 de Dezembro de 2015. Ver ainda, o despacho de técnico superior sénior nível III da Administração Pública que foi transferido para o quadro do Instituto Universitário da Educação. Disponível em http://inforpress.publ.cv/agenda/130847-governo-revoga-despacho-de-transferencia-de-romeu-modesto-para-o-instituto-universitario-de-educacao . Acesso dia 30 de Novembro de 2016.

3 Tem particular interesse na população afrodescendente, dos pobres e de todos aqueles que, de uma forma ou de outra se encontram sob égide da geografia de exclusão, que torna difícil o acesso ao mercado de trabalho, universidades e posições de poder.

origem, acabando por reproduzir um conhecimento desfasado dos avanços que as ciências têm conhecido a ritmo galopante.

Essa expansão da educação pela via privada insta as instituições de ensino superior numa nova aposta da educação superior alicerçada na qualidade, levando em consideração atualização curricular que vá de encontro com o contexto endógeno do continente e do país (ciente de que está-se perante uma sociedade de imigrantes) o que implica a democratização do acesso. É preciso aclarar, desde logo que, a questão da democratização da educação superior não se circunscreve apenas no alargamento das oportunidades de acesso e criação de mais vagas.

Assim, para além da criação de mais vagas nas instituições de ensino superior é fundamental uma maior inclusão social dos jovens imigrantes, que de uma forma ou de outra abandonaram os seus estudos por causa das condições económicas, financeiras. As bolsas de estudos, enquanto uma comparticipação nos encargos tidos com a frequência do ensino superior serão uma forma de ajudar a custear os estudos destinadas particularmente aos nacionais.

O problema, tem a ver não só com o acesso, mas também a permanência e qualidade do ensino e, de acordo com Dias Sobrinho, (2010), é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos (Idem, p.4). Ressalta, deste modo, o mesmo autor que o acesso e a permanência constituem dois aspetos substanciais do processo mais amplo da democratização.

Esses aspectos inerentes ao processo da democratização acabam por questionar o próprio perfil da educação oferecida aos cidadãos nacionais, e sobretudo àqueles que escolheram ou foram obrigados a escolher[4] Cabo Verde não só como um país de transição para outras paragens do atlântico (Canárias como trampolim para Espanha, Itália), mas também um país residencial. Geralmente, as migrações internacionais africanas têm como principais destinos a Europa ou os Estados Unidos de América. Todavia, na década de 90 do século passado, houve mobilidade de populações oeste-africanas para Cabo Verde, sobretudo dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), sendo, na sua maioria jovem, assim enuncia Furtado (2011). *No início, esses imigrantes eram pessoas altamente qualificadas e vinham por vias diplomáticas, cooperação e/ou investimento, mas não competiam com os nacionais no mercado de trabalho*, (Idem). Posteriormente, a comunidade de imigrantes em Cabo Verde foi-se progredindo com a chegada de outras nacionalidades estrangeiras: os Europeus, e Asiáticos.

Hoje, o Instituto Nacional de Estatística (INE) tem mostrado que em Cabo Verde, nota-se uma a conjuntura desfavorável com uma taxa de desemprego de 11 % no seio dos nacionais e a comunidade imigrante com uma taxa de desemprego de 7 % (população de 15 anos de idade ou mais), pois, vê-se cada vez mais, disputas pelos recursos escassos em períodos de recessão económica e isso poderá ter sido um dos motivos para a diminuição dos imigrantes no país. Os dados do INE divulgados em 2019 apontam que a população imigrante constituiu 14.347 indivíduos em 2018, representando 3 % da população. A população imigrante tem estado a diminuir no país, passando de 17.899 em 2016, para 15.396 em 2017. A maioria de imigrantes (56%) é residente na ilha de Santiago, mais concretamente na cidade da Praia (43%), seguindo-se as ilhas da Boavista, São Vicente e Sal (13%, 11% e 11% respetivamente). Em termos de nacionalidade, 36% desses imigrantes detêm nacionalidade cabo-verdiana e 47 % têm nacionalidade estrangeira. Ainda, o INE (2019) reporta que, 46% migraram para Cabo Verde após 2005, e 48% da população imigrante tem idades compreendidas entre os 25 e 44 anos e apenas 3% têm mais 65 anos. Se antes de 2018, a população Bissau-Guineense representava 22%, hoje passou a 31,3% e percebe-se que esta comunidade continua aumentando gradativamente. A comunidade de São Tomé e Príncipe representa 22%, enquanto que, Angola contabiliza 12%, e Portugal 7%; 5% são provenientes do Senegal; 3% do Brasil e 15% de outros países.

Quanto à situação perante o mercado de trabalho, 6,9% dos imigrantes encontram-se desempregados e desses, 3,4% são jovens com idade compreendida entre os 14 e os 24 anos.

Relativamente à taxa de alfabetização de população imigrante com mais de 15 anos de idade atinge os 89, 5% (aproximadamente 12. 840 indivíduos). E quanto ao nível de instrução no seio dos imigrantes, 9 % não sabem ler e nem escrever; 27 % possuem ensino básico; 45 % possuem o ensino secundário e 17% nível pós-secundário.

4 Em Cabo Verde temos aqueles imigrantes que escolheram o país como destino para iniciarem e darem continuidade os seus estudos superiores, isto por um lado. Por outro, temos aqueles que de uma certa forma, sentiram-se obrigados abandonar o país de origem à procura de melhores condições de vida (no âmbito da migração laboral) e por conseguinte deram início e continuaram os seus estudos superiores no país.

Os trabalhos empíricos realizados de 2014 a 2017, sustentados em entrevistas semi-diretivas e conversas informais com a comunidade Bissau-Guineense residente na cidade da Praia, estimam que existiam nas instituições de ensino superior mais de uma centena de estudantes oriundos desta comunidade, distribuídos por diferentes estabelecimentos de ensino sedeados na Praia. A Universidade Jean Piaget e a Universidade de Cabo Verde albergam mais de 50 % dos estudantes Bissau-Guineenses, mormente os do sexo masculino.

O fato do inquérito[5] do INE ser mais de carácter quantitativo e não qualitativo acaba por não conseguir compreender a vivência e a situação atual dos imigrantes africanos, europeus, americanos asiáticos e pode causar implicações na implementação das políticas migratórias. Entende-se que este inquérito possa não ser capaz de apoiar o Governo na definição de medidas de políticas, visando uma integração mais harmoniosa dos imigrantes.

A entrada notória dos imigrantes da CEDEAO em Cabo Verde na década de 90, particularmente o ingresso dos Bissau-Guineenses no ensino superior e os que ambicionam acedê-lo, pressupõe não só o seu acolhimento, mas também conhecê-los e reconhecê-los como grupos minoritários e que precisam de um suporte social, definido como sendo *a existência ou disponibilidade de pessoas em quem se pode confiar, pessoas que nos mostram que se preocupam connosco, nos valorizam e gostam de nós* (SARASON, et al.; 1983, p.127). Cobb (1976), define suporte social como sendo uma informação referente a uma de três classes: informação que conduz o sujeito a acreditar que ele é amado e que as pessoas se preocupam com ele; informação que conduz o sujeito em admitir que ele é estimado e que tem valor; informação que o leva a acreditar que, pertence a uma rede de comunicação e de obrigações recíprocas. Dunst & Trivette (1990) sustentam que o suporte social se refere aos recursos colocados à disposição dos sujeitos e unidades sociais (tais como a família) acabando por responder às solicitações de ajuda e assistência. O suporte social pode ser facultado através de informação, emoção, ou material, e relativamente de quem o faculta, pode ser pessoal ou interpessoal, fornecido através de amigos, conhecidos. Ainda pode ser relativamente formal, neste caso facultado por organizações, associações, grupos religiosos e organizações não-governamentais de cariz comunitário, ideia sustentada por

5 Inclusive o inquérito multi-objetivo-2014 referente às estatísticas das migrações publicado em 2015. Este inquérito visa sobretudo, caracterizar alguns indicadores das condições de vida dos imigrantes e disponibilizar as informações do fenómeno migratório às autoridades, às associações e aos utilizadores em geral, por forma a ter uma sociedade civil mais informada e atualizada a respeito desta problemática.

alguns teóricos como Singer & Lord (1984). Logo, podemos entender a questão da acessibilidade como resultado do suporte social, colocado à disposição dos Bissau-Guineenses logo após a chegada ao país de acolhimento. Porém, isso não significa a instauração do Estado Assistencialista, fazendo o uso indeterminado do capital social, em prol desses imigrantes residentes no país. Sendo assim, percebe-se que, mais do que permitir o suporte social e acessibilidade dos Bissau-Guineenses ao ensino superior o desafio maior após a conclusão do curso, depara-se com o reconhecimento social, que conforme Honneth (2003) *o sujeito precisa ter em vista não mais produzir o seu ser aí, mas seu saber de si, isto é, tornar-se reconhecido* (p.92), num país em que o cenário é competição por recursos escassos (MARCELINO, 2013).

Cabo Verde sendo um país perpassado pela escassez de financiamentos no acesso ao ensino superior, é imprescindível a promoção do acesso equitativo a esses, tanto para os nacionais como os imigrantes como forma de prosseguirem com sucesso os seus estudos. Ao fazer uma releitura dos pensamentos de Cabrito & Jacob (2011), para o contexto Cabo-verdiano pode-se constatar o seguinte: apesar de ter havido oportunidades diversas (lado das ofertas formativas) e grandes aspirações (lado da procura no acesso a essas ofertas), no entanto o financiamento ao ensino superior não acompanhou o tal ritmo.

Na perspetiva dos autores anteriormente citados, uma das aspirações dos Bissau-Guineenses tem a ver não só com a obtenção de um grau académico, que o ensino tenha qualidade (conteúdos de ensino, programas da disciplina e de cursos estejam em consonância com os aspetos socioculturais do continente), mas também serem reconhecidos socialmente.

Neste caso, a acessibilidade ao ensino superior pode, pois, ser vista, subjectivamente, por dois ângulos. *Um, que diz respeito à capacidade genérica para frequentar o ensino superior, e outro, que perspectiva a capacidade financeira de pagar os custos inerentes à frequência do ensino superior* (Ibidem, p.152). Assim sendo, para além dessas duas perspetivas para se perceber a questão da acessibilidade ao ensino superior Ristoff & Sevegnani (Orgs.2005), enunciaram uma outra perspetiva que analisa a questão de acesso relacionada com formação prévia dos ingressantes e o modo em que essa condição afeta a qualidade da educação superior (p.15). De acordo com Aguiar (2010), a acessibilidade encon-

tra-se intimamente atrelada e relacionada a fatores referentes ao conforto e à segurança. Ao falar da acessibilidade, logo vem à tona a educação inclusiva, isto é, proporcionado a primeira, simultaneamente está-se a proporcionar a segunda, que conforme MC Williams (2004) implica uma filosofia de ativação que é dos cidadãos tendo em vista a sua autonomia e participação, e simultaneamente das instituições, propiciando-lhe condições para a capacitação dos cidadãos (p.10).

Ao perscrutar em torno de acessibilidade de acordo com Cabrito & Jacob (2011) pode-se ter duas interpretações permissíveis, uma que mede o número de lugares disponíveis no que concerne à participação (taxa de participação e taxa de graduação) e uma segunda que leva em consideração a origem social dos estudantes inscritos no ensino superior (índice de equidade educacional e índice de paridade do género).

Portanto, esse artigo que ora se traduz analisa o acesso ao ensino superior dos imigrantes em Cabo Verde (os Bissau-Guineenses), a partir da capacidade genérica que têm em frequentar o ensino superior (acesso ao ensino superior, que o ensino tenha qualidade, obtenção do grau académico e serem reconhecidos socialmente), por um lado. Por outro, a capacidade financeira no pagamento dos custos inerentes à frequência de ensino superior (Ibidem, p.152), partindo da ideia de que as políticas de expansão da escolaridade e, particularmente, de ampliação das matrículas na educação superior, constituem aspectos que deveriam ser considerados importantes, não simplesmente do ponto de vista dos interesses económicos, mas, sobretudo, da democratização da sociedade e do aprofundamento da justiça social, assim advoga Dias Sobrinho (2010, p.10). Em relação à educação superior, é importante observar que as políticas de expansão do acesso só se efetivarão plenamente, no caso de haver existido uma cobertura completa e com qualidade nos níveis educacionais precedentes, a começar pela pré-escola. (Idem, p.20).

Ademais, esse artigo baseia-se sobretudo no Modelo dos “4As” reconhecido internacionalmente e proposto pelas Nações Unidas - em inglês: *available, accessible, acceptable, adaptable* dado que a sua utilização consiste em verificar a realização desse direito educativo. Esse modelo foi declarado em 1999 através da Observação Geral n° 13 - Direito à Educação, o Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC). O artigo faz um diálogo e fundamenta-se mormente, na perspetiva da Psicologia Crítica Africana; nos trabalhos de Varela (questões do ensino superior); na perspetiva freiriana trazendo algumas obras, Política e Educação (2001) e Educação e Mudança (1979).

Tendo em conta algumas discussões nos meandros do acesso e permanência dos Bissau-Guineenses ao e no ensino superior no país, inquieta-nos saber:

Até que ponto a universalização do ensino superior em Cabo Verde permite uma maior acessibilidade dos Bissau-Guineenses ao ensino superior? E até que ponto a massificação de ensino superior em Cabo Verde permite uma maior democratização do acesso/permanência ao ensino superior dos Bissau-Guineenses no país?

Para responder a essas duas inquietações, insta compreender as narrativas da comunidade Bissau-Guineense mediante as políticas de imigração (no tocante ao acesso à educação) coordenadas pela Direção Geral de Imigração[6] e demais organizações, atores institucionais que de uma certa forma estão apoquentados com uma maior inclusão social dos imigrantes em Cabo Verde.

AS NARRATIVAS DOS BISSAU-GUINEENSES FACE ÀS POLÍTICAS DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: NOTAS DA CIDADE DA PRAIA

Após 2008, as instituições de ensino superior (IES) cabo-verdianas têm deparado com uma população universitária bastante heterogénea de imigrantes, sobretudo os da CEDEAO, dos países da África central, sudeste do continente africano, e do sudeste asiático que escolheram ou foram obrigados a escolher Cabo Verde como destino para realizarem os seus projetos de vida, se qualificando no país (CORREIA, 2018, p.47). Esses imigrantes são provenientes particularmente da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Leste. E a cidade da Praia, ilha de Santiago tem acolhido uma maior percentagem 43,5% do total da população (INE, 2018).

6 Atualmente renomada a Alta Autoridade para Imigração em Cabo Verde. Esta instituição deu seguimento com o II Plano de Acão um documento que decorre diretamente das orientações da Estratégia Nacional de Imigração (Resolução 3/2012 de 23 de Janeiro). O Plano de Ação se constituiu como um instrumento de trabalho comum para orientação da actuação de serviços, organizações e actores institucionais no domínio da imigração em Cabo Verde no período compreendido de 2018 a 2020.

Hoje, cada vez mais nos estudos pós-coloniais são sobrevalorizados os segmentos sociais que se encontram em situação de marginalização por isso, são atribuídos vez e voz, como forma de se sentirem mais incluídos nas diversas esferas sociais, económicas, políticas e culturais. E, sendo Cabo Verde sendo um país onde a presença dos imigrantes é cada vez mais notória, logo é fundamental pensar na materialização dos direitos da terceira geração. Por esta razão, que este artigo ancorado numa perspetiva da Psicologia Crítica Africana[7] reconhece humanamente as narrativas dos Bissau-Guineenses face às políticas de imigração. E já agora, segue as narrativas dos Bissau- Guineenses após terem chegado a Cabo Verde:

> *Na altura quando migrei para Cabo Verde enfrentei algumas dificuldades: uma vez tratando-se de uma terra desconhecida, deparando-se com povos com culturas, basicamente diferentes, sem deixar de lado, a metodologia de ensino que difere daquela em que a universidade Jean Piaget Bissau tinha adoptado (Entrevista nº1). Muitas vezes, sinto- me constrangido quando me chamam de mandjaco.*

Ao chegarem num país de acolhimento, os imigrantes podem defrontar-se com barreiras de várias ordens: diferenças de meio físico e social, choque de culturas, estilos de vida, barreiras linguísticas e sistemas legais distintos, entre outros (VON MÜHLEN, DEWES e LEITE, 2010). O acolhimento da realidade cabo-verdiana, permite afirmar que o processo adaptativo é bastante complexo, para os Bissau-Guineenses, porque os nacionais discriminam-nos e os reconhece pejorativamente, atribui-lhes o termo *mandjaco* - que segundo Rocha (2009) *são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm da África* (p.95). Mas a realidade, tem mostrado também que este conceito ganhou significado pejorativo – imigrante desqualificado, sem oportunidades de vida se compararmos com outros, oriundos de outros continentes (os europeus, americanos e chineses) em que há uma categorização positiva que a própria sociedade lhes atribui. Vê-se um certo desconhecimento da realidade guineense por parte dos autóctones, porque neste país, existem várias etnias, mas a etnia *mandjaca* foi a primeira a emigrar e a mais conhecida pelos cabo-verdianos. Entretanto, mesmo aqueles que pertencem a essa etnia, muitas vezes recusam de serem chamados desta forma (*mandjacos*), devido ao significado pejorativo que a própria categoria vem ganhando (Idem, p.54).

Parafraseando Freire (2001), para gozar de respeito e atenção não precisamos encapotar a nossa condição de judeus, de árabes, de alemães, de suecos, de norte-americanos, de brasileiros, de africanos, de latino-americano de origem hispânica, de indígenas seja lá qual for a origem social e geográfica, de negros, de louros, de homossexuais, de crentes, de ateus, de progressistas, ou de conservadores. As narrativas dos Bissau-Guineenses evidenciam outro constrangimento discriminatório que vai para além daquele baseado muitas vezes na cor da pele, que tem a ver com a segregação das oportunidades (no acesso à concorrência para as bolsas de estudos; no acesso ao mercado de trabalho; trabalho assalariado e aos estágios profissionais).

A língua nativa historicamente sempre constitui um dos constrangimentos com que os imigrantes se têm deparado ao chegarem num estabelecimento de ensino num país que os acolhe. O agravamento dos constrangimentos linguísticos é mais expressivo quando há diferenças linguísticas (as gírias, os sotaques) regionais, que se constituem como um entrave comunicativo.

Em Cabo Verde, há dois blocos regionais em que há assimetrias linguísticas, o do Sotavento e do Barlavento e os estudantes Bissau-Guineenses consideram-nas como um estorvo na sala de aula, quando o professor distancia um pouco da língua oficial para estabelecer diálogo, expressando os crioulos. O depoimento abaixo evidencia a situação linguística dos Bissau-Guineenses nas IES no país:

> *Um dos constrangimentos é a dificuldade em compreender os crioulos cabo-verdiano (da ilha de Santiago, São Vicente, São Nicolau, Fogo, Brava, enfim), logo na sala de aula tinha dificuldades no relacionamento com os colegas e não só, todavia aos poucos fui-me acostumando e aprendendo. (E. nº3, Uni Piaget).*

A situação linguística (o fato de lidarem com várias variantes da língua crioula) de acordo com as narrativas relatadas pelos Bissau-Guineenses influencia no processo adaptativo, ou seja, no estabelecimento das relações interpessoais e isso pode interferir no próprio rendimento académico. Nas palavras de Silveira (2017) ainda que vários estudos tenham evidenciado o papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento psicossocial, no rendimento académico e na

7 É uma Psicologia tão antiga e milenar quanto a própria história da humanidade que permanece viva nas premissas filosóficas ou comunalidades culturais no continente e na diáspora. Ela é mais antiga do que a própria Psicologia tradicional euro-americana, cuja história de origem está relacionada à Grécia Antiga. O psicólogo Nobles um dos fundadores da psicologia crítica africana, sustenta que tanto para a psicologia latino-americana da libertação como para a psicologia crítica africana urge: a tarefa de descolonizar a própria psicologia e contribuir para a libertação, emancipação, e descolonização de pessoas e povos latino-americanos e africanos, mediante uma postura política e crítica voltada para mudança social e a produção de uma ciência de carácter aplicado (Nogueira, 2014, p.5).

adaptação dos estudantes à universidade, no caso de Cabo Verde, não obstante ter havido um incremento da presença dos imigrantes (sobretudo, os procedentes dos países da CEDEAO) nas instituições de ensino superior, no entanto, constata-se uma inexistência de pesquisas sistemáticas com enfoque na adaptação dos imigrantes à educação superior. Na sua ótica, o acolhimento dos imigrantes, pressupõe, portanto, repensar as instituições quer na sua conceptualização, organização, quer na definição das suas regras, uma vez que a discriminação muitas vezes a ela associada deve-se ao fato de não terem domínio da língua nativa.

Portanto, convém, ouvir e escutar profundamente, os depoimentos dos Bissau-Guineenses (e dirigentes universitários) no que concerne às políticas de acolhimento dos imigrantes nas instituições de ensino superior para promoção do acesso:

> *Sendo uma instituição privada, a mesma é de livre acesso para qualquer imigrante, inclusive existe uma residência estudantil (E. nº 1 Dirigente da Universidade Jean Piaget).*
>
> *Na universidade onde estudo, um dos problemas que enfrento neste momento (Universidade Jean Piaget) é falta de recursos financeiros para cobrir as despesas na residencial (nomeadamente alimentação). Tudo se tornaria mais fácil se Guiné-Bissau e Cabo Verde tivessem assinado protocolos de cooperação, que ajudaria a mim e demais colegas a cursarem aqui (E. nº4)*
>
> *A Uni-CV não tem reservado vagas específicas para os imigrantes, ou seja, não faz discriminação positiva, porém está de portas abertas a todos e todas. Por isso, os benefícios atribuídos pela universidade são destinados a todos os estudantes que frequentam este estabelecimento. (E. nº 12 Dirigente da UniCV).*
>
> *Duvido que as instituições do ensino superior Cabo-verdianas tenham deixado vagas para os imigrantes (E. nº 13).*

As narrativas dos entrevistados evidenciam que as instituições de ensino superior não entravam o acesso a esse nível de ensino, todavia insistem que a acessibilidade faça parte de uma das políticas da realidade académica. Só assim, sentirão cidadãos respeitados num Estado de direito democrático.

Ainda, de acordo com as narrativas dos entrevistados, equivale afirmar que as IES não dispõem, por enquanto, de uma política ativa de imigração apesar de algumas instituições como a Universidade de Cabo Verde ter estado a promover feiras interculturais para fomentar e conscientizar os estudantes acerca das diversidades culturais e diálogo interculturais (através de danças tradicionais de diversas nacionalidades, feiras gastronómicas). Além disso, a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, possui uma residencial estudantil, onde alberga estudantes de várias regiões e nacionalidades, ocupada maioritariamente pelos Bissau-Guineenses. Entretanto, isto não significa que Cabo Verde dispõe de uma política de ação afirmativa, que no entendimento de Silveira (2017), refere-se a um conjunto de políticas para salvaguardar os direitos das minorias que estão sendo discriminados e continuam sendo numa determinada sociedade. Na mesma senda, assegura que essas políticas são aplicáveis em diversas esferas, sejam elas: económicas, políticas, educacionais, na saúde.

Ainda que a Universidade Jean Piaget tenha acolhido estudantes de diversas nacionalidades e a Universidade de Cabo Verde promova o diálogo intercultural, não faz sentido nesse contexto, falar das cotas sociais e muito menos das cotas raciais, num país onde os estudos que versam sobre as políticas de imigração saídos das instituições de ensino superior muitas vezes são concebidos prematuramente e de carácter institucional.

Tendo em conta a narrativa do entrevistado nº4, pode-se afirmar que o acesso e permanência ao e no ensino superior dos Bissau-Guineenses em Cabo Verde, à luz de Dias Sobrinho (2010), não pode ser visto tão-somente sob o ponto de vista dos interesses económicos, mas sobretudo, por uma questão da democratização da sociedade e do aprofundamento da justiça social.

Agora o meu problema é conseguir um estágio e depois será o emprego, - assim afirmam os Bissau-Guineenses. Para os que ambicionam ou frequentam as IES em Cabo Verde, torna-se cada vez mais delicada a luta por reconhecimento social. A procura de um emprego, num cenário de desemprego, afeta não só os nacionais, mas também os imigrantes, podendo-se concluir que muitas pessoas não dispõem nem sequer de uma oportunidade para verem reconhecidas as suas habilidades, muito menos podendo conceber-se como sócios contribuintes da sociedade (HONNETH, 2003). Após esse cenário, pode-se esperar cada vez mais lutas por reconhecimento norteadas pelo alargamento do conceito trabalho, dignificação dos trabalhos exercidos pelos imigrantes (reconhecidos socialmente e institucionalizados) salvaguardando os seus direitos trabalhistas. Essa "rebeldia camuflada" testemunhada pela comunidade Bissau- Guineense pode

ser revertida apenas com uma educação conscientizadora que norteia uma "ação já"[8], caso contrário, espera-se menos lutas por reconhecimento, ao invés de, mais lutas por reconhecimento.

CONCLUSÃO

O ensino superior em África, apesar das suas potencialidades - um quadro docente em crescimento, o emergir de alguns centros de pesquisa- tem estado impotente nos seguintes aspetos: universidade como centro de disputas do poder político, debilidade da autonomia universitária, acesso diferenciado às instituições do ensino superior, lutas de interesses e do poder no circuito universitário, défice de pesquisas. Tem sido uma prática em Cabo Verde a transferência de quadros administrativos para exercerem cargos de docência e muitas vezes ignoram o meritismo (experiência a nível de docência, pouca relevância às publicações cientificas). Pois, trata-se de um recrutamento por conveniência de serviço e isso compromete a autonomia universitária, a produção de conhecimentos concebido no seio académico e a própria democratização do acesso, numa sociedade cada vez mais multicultural.

Após 2008, tem-se constatado nas IES em Cabo Verde uma população universitária bastante heterogénea oriunda de várias nacionalidades (Guineense, Senegalesa, Nigeriana, Santomense, Queniana, Moçambicana, Timorense e demais outras com menor expressividade portuguesa, e latino-americana).

No caso dos Bissau-Guineenses que frequentam as instituições do ensino superior na cidade da Praia, têm idades compreendidas entre 24 a 45 anos e são descendentes de famílias com fraco capital cultural e económico (residentes em bairros mais vulneráveis da Guiné-Bissau). Atualmente, os Bissau-Guineenses residem nos bairros da cidade da Praia (Várzea, Tira-Chapéu, Terra Branca, Bela Vista, Palmarejo Novo[9]) e outros encontram-se na residência estudantil da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Os dados empíricos recolhidos de 2014 a 2017 através de entrevistas semi-diretivas e conversas informais com os Bissau-Guineenses residentes na cidade da Praia, demonstram que hodiernamente, existe mais do que uma centena de estudantes desta comunidade distribuídos em diferentes instituições de ensino superior sedeadas na capital do país, sendo a maioria do sexo masculino.

Ademais a presença dessa população universitária heterogénea, vai questionar a universidade no seu todo, não só os regulamentos internos, políticas académicas, mas acima de tudo o Currículo (conteúdos de ensino, programas da disciplina, e de cursos), ou seja, implica mormente, uma democratização do acesso. Pois, tem enfrentado constrangimentos de várias ordens: linguísticos, curriculares, discriminatórios, económicos e financeiros que lhes entravam o acesso e permanência neste nível de ensino. Esse constrangimento discriminatório, que muitas vezes transcende aquele associado na cor da pele, e reporta-se à segregação das oportunidades no mercado de trabalho endógeno. Por isso, a questão do acesso ao ensino superior deve ser vista não só, por questões de ordens económicas ou financeiras, mas também para uma maior democratização da sociedade e do aprofundamento da justiça social. Percebe-se ainda que, a educação superior em Cabo Verde está Disponível, já que há uma massificação das IES, ou seja, há uma diversidade de programas de ensino (aproximadamente 10 IES). O ensino superior não é Acessível, uma vez que, muitos Bissau-Guineenses têm estado a enfrentar problemas económicos para poderem permanecer e terminar os seus cursos com sucesso, sem deixar de lado, os atos discriminatórios de que são alvo frequentemente.

A língua constitui um dos entraves comunicativo após chegada a Cabo Verde e nas IES têm encontrado as diferenças linguísticas (gírias, sotaques) de diferentes blocos regionais (o do Sotavento e do Barlavento) o que lhes dificultam o diálogo permanente na sala de aula, isto por um lado. Por outro, o Estado, as IES em Cabo Verde, não dispõem de uma política ativa de imigração (vagas reservadas aos imigrantes nas IES), apesar de algumas universidades terem desenvolvido ações que promovam o diálogo intercultural, (o caso da Universidade de Cabo Verde, foram promovidas feiras gastronómicas, apresentação de danças tradicionais de estudantes de diferentes nacionalidades). A Universidade Jean Piaget possui uma residência estudantil que hospeda estudantes oriundos de várias nacionalidades. Porém, isto não quer dizer que Cabo Verde usufrui de uma política de ação afirmativa, que nas palavras de Silveira (2017), reporta-se a um conjunto de políticas para resguardar os direitos das minorias que estão sendo discriminados e continuam sendo numa dada sociedade. Os estudantes Bissau-Guineenses

8 Segundo Paulo Freire, implica uma inserção crítica na história, a pessoa enquanto sujeito capaz de transformar o mundo.
9 Raramente encontramos os estudantes universitários Bissau-Guineenses a residerem nos bairros distantes aonde ficam sedeados as instituições de ensino superior. Basta vermos, a localização geográfica dessas instituições na cidade da Praia.

têm enfrentado barreiras para conseguirem um estágio e um emprego, numa conjuntura demarcada pela competição por recursos escassos, segundo Marcelino (2013), o emprego, o que torna cada vez mais indolente, a luta por reconhecimento social, apesar de Honneth (2003) ter acreditado no incremento nessas lutas. A perceção e atitude de rebeldia camuflada demonstrada por eles, só serão contornadas mediante o processo da conscientização que norteia uma ação já, segundo a perspetiva freiriana. Percebe-se também que, o cenário das IES no país não é aceitável devido às críticas severas quanto à qualidade do ensino. E por último, o currículo das IES em Cabo Verde não está Adaptável nem para os nacionais quanto mais para os Bissau-Guineenses (uma vez que não há uma flexibilidade capaz de corresponder às reais necessidades desses), nos diversos contextos sociais e culturais. O currículo (conteúdos de ensino, programas de disciplina e dos cursos), não refletem nem sequer os contextos (sociais, económicos, políticos e culturais da realidade cabo-verdiana) e muito menos a realidade migratória. Portanto, a pedagogia oferecida tanto aos nacionais como aos imigrantes (Bissau-Guineenses, particularmente), está a contribuir para uma proliferação dos "rebeldes camuflados" destituídos de uma perspetiva inclusiva, reflexiva e libertária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Fabíola de Oliveira. Acessibilidade relativa dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade. Tese de doutoramento apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos. 2010.

ASSIE-LUMUMBA, Thérèse N'Dri. Higher education in Africa, crises, reforms and transformation. Dakar: CODESRIA. 2006.

BANCO MUNDIAL. Construindo o futuro: como é que o ensino superior pode contribuir para agenda de transformação económica e social de Cabo Verde. 2012. Disponível em https://www.google.cv/#q=Estudo+banco+mundial+2012+ensino+superior+cabo +verde.

CABRITO, Belmiro Gil & JACOB, Vera Lúcia (Orgs.) Políticas de financiamento e acesso da educação superior no Brasil e em Portugal: tendências atuais, 1ª edição, Lisboa: Editora Educa. 2011.

COBBE, Sidney. Social support as a moderator of life stress. Psychosomatic Medicine, 38(5), 300–314. 1976. Disponível em https:// https://doi.org/10.1097/00006842-197609000-

CORREIA, Euclides. A mulher guineense e a sua inserção no mercado de trabalho em Cabo Verde: o caso da Cidade da Praia (trabalho monográfico apresentado na Universidade de Cabo Verde, Cidade de Assomada, Fevereiro) 2014.

CORREIA, Euclides. O Acesso ao ensino superior dos bissau-guineenses em Cabo Verde: o caso da Cidade da Praia. In Revista de Estudos Cabo-Verdianos (REC) Número Especial/Atas EIRI, Edições da Universidade de Cabo Verde (UniCV), Praia, Novembro de 2018.

CORREIA, Euclides. À procura da terra prometida. Os imigrantes no ensino superior em Cabo Verde: o caso dos bissau-guineenses na Cidade da Praia. In Programa Intercâmbio Universidadi Nhanha Bongolon & University of Rhode Island. Centro de Intervenção Comunitário, Fonton, Praia. 2018. Disponível em http://kulnhanhabongolon.blogspot.com/2018/08/.

CORREIA, Euclides. O acesso ao ensino superior dos imigrantes em Cabo Verde: o caso da comunidade bissau guineense na Cidade da Praia. Novas Edições Acadêmicas, Riga, Letónia, 2018.

DUNST, Caroline; TRIVETTE, C. Assessment of social support in early intervention programs. In: MEISLS e SHONKOFF (Edts). Handbook of early childhood intervention.pp326-349. New York: Cambridge University Press, 1990.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização e crise da educação superior faces da exclusão e limites da inclusão. Edu. Soc., Campinas, 31 (113), pp.1223-1245, out-dez. 2010. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em Pesquisas Qualitativas. Educar. Curitiba, (24), Pp.213-225, Editora UFPR. 2010.

FREIRE, Paulo. Política e educação. 5ª Edição, São Paulo: Cortez Editora. 2001.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos

sociais. São Paulo: Editora 34. 2003.
HONNETH, Axel. Reconhecimento ou Redistribuição? A mudança de perspetivas na ordem moral da sociedade.2006. In: Souza, Jesse & Mattos, Patrícia (Org). Teoria crítica no séc. XXI. São Paulo: Annablume, p. 93. 2007.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (INE). Migração: Dados Estatísticos em Cabo Verde, 2019.
II PLANO DE ACÃO. Imigração e inclusão social de imigrantes 2018 a 2020. Direção Geral de Imigração, Praia, Cabo Verde.2019. Disponível em https://www.mfis.gov.cv/index.php/documentos/send/2-documentos/19-ii-plano-de-accao-para-imigracao-e-inclusao-social-de-imigrantes
MC WILLIAMS, Christopher. Including the community in local regeneration? The case of greater pollok social inclusion partnership, local economy, 19 (3), pp.264-275. 2004.
MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre: 22 (37), pp. 7-32. 1999.
MARCELINO, Pedro Ferreira. O Novo paradigma migratório dos espaços de trânsito africanos: inclusão, exclusão, vidas precárias e competição por recursos escassos em países tampão: o caso de Cabo Verde. Cabo Verde: Ilhéu Editora. 2013.
NOGUEIRA, Simone. Psicologia crítica africana: o que é isso e para que serve? Anais do VIII. In: Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros (as), Faculdade Anhanguera Jundiaí, São Paulo, Brasil, 2014. Disponível em http://www.google.cv/#q=Simone+Gibran+-+Psicologia+Cr%C3%Adtica+Africana:+o+que+%C3%A9+isso+e+para+que+server%3F.
OBSERVAÇÃO GERAL N° 13- Direito à educação. O comité de direitos económicos, sociais e culturais (DESC) das nações unidas. 1999.
POLYDORO, Soely Aparecida Jorge; SCHLEICH, Ana Lúcia Righi & SANTOS, Acacia Aparecida Angeli dos. Escala de satisfação com experiência académica de estudantes do ensino superior. Avaliação Psicológica, Porto Alegre, v.5, n.1, p.11-20.2006.
RISTOFF, Dilvo & SEVEGNANI, Palmira. Educação superior em debate: democratização do campus.V.6; Brasília, Editora: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2006.
ROCHA, Eufémia Vicente. Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde. Dissertação (apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (UniCV), Praia, Março de 2009.
SARASON, Irwin Seymour; LEVINE, Michel et al. Assessing social support: the social support questionaire. Journal of Personality and Social Psychology, 44 (1), pp.127-139. 1983.
SILVEIRA, Márcia. Acolhimento do aluno estrangeiro. O aspeto humano na gestão. Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz. 2017. Disponível em https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/M-Silveira_Acolhimento-do-aluno-estrangeiro.pdf
SIMALA, Inyani. Deanship, leadership dilemmas and management challenges facing the social sciences in public university education in Kenya. JHEA/ RESA Vol. 12(1), Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA-2015). 2014. Disponível em http://www.codesria. org/spip.php?rubrique54&lang=en.
SINGER, Jerome Everett; LORD. The role of social support in coping with chronic of life-threanting illness. In BAUM; TAYLOR; SINGER (Edts) Handbook of psychology and health. (Vol.IV). (pp269-278). New Jersey: Laurence Erlbaum Associates, Inc., Publishers. 1984.
VARELA, Bartolomeu Lopes. O Ensino superior em África: potencialidades, desafios e perspetivas. 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/282980170_O_Ensino_Superior_em_Africa_potencialidades_desafios_e_perspetivas
VARELA, Bartolomeu Lopes. Tendências internacionais e política do ensino superior em Cabo Verde. 2013. Disponível em http://excelenciaeducativa.blogs.sapo.cv/ Tendencias-internacionais-e-politica-do-41793.
VARELA, Bartolomeu Lopes. O Ensino Superior em África: potencialidades, desafios e perspetivas. 2015. Disponível em htttps://bartvarela.wordpress.com/2015/10/19/o-ensino-superior-em-africa-potencialidades-desafios-e-perspetivas/.
VARELA, Odair Barros. O repto da 'diversidade de conhecimentos' em Cabo Verde: do colonial/moderno ao moderno/pós-colonial», e-cadernos ces [Online], 02 | 2008, colocado online no dia 01 Dezembro 2008. Disponível em: http://eces. revues.org/1332; DOI: 10.4000/eces.1332.
VON-MÜHLEN, Bruna Krimberg; DEWES, Diego & LEITE, José de Carvalho. Stress e processo de adaptação em pessoas que mudam de país: uma revisão de literatura. Ciência em Movimento - Biociências e Saúde, (24), pp.59-67. 2010.

AS ESCOLAS CORÂNICAS NA ÁFRICA OCIDENTAL: INTRODUÇÃO AO ENSINO ISLÂMICO EM CABO VERDE

Idrissa Djoló

Universidade de Cabo Verde

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise das escolas corânicas no contexto socioeducativo da Africa Ocidental, particularmente em Cabo Verde, com reflexões sobre a origem, as caraterísticas e as diferentes formas de influência social e comunitária da classe intelectual das *madrasa e majalis*.

Palavras-chave: Escolas corânicas, origem, caraterísticas, classe intelectual e influência sociocomunitária.

1. A ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ENSINO CORÂNICO NO CONTINENTE AFRICANO

A chegada do Islão à África saariana e subsaariana no século XI abriu a era de atividades intelectuais, culturais e económicas na história africana. Graças à língua e ao alfabeto árabes, utilizados nos sistemas do ensino corânico, os africanos adaptaram-se ao estudo do *al-Qur'ãn*[1] (Alcorão) e das ciências. Eles transcreveram suas visões e suas concepções do mundo visível e invisível através da prosa e poesia, música, ciências e artes em árabe e também em línguas berberes, songai, mouro, fula, mandinga e hausa.

Depois da morte do Profeta Maomé foram fundadas no seio dos muçulmanos sunitas quatro escolas de jurisprudência. São elas a escola Hanafi (fundada por Imame Abu Hanifa), a escola Maliki (pelo Malik ibn Anas), a escola Shafi'i (fundada pelo imame Abu Abdullah ash-Shafi`i, discípulo de Malik e Abu Hanifa) e a escola Hambali (fundada pelo imame Ahmad ibn Hanbal, que estudou com Shafi`i). Entre os muçulmanos xiitas foram destacadas a escola Zaidi (fundada pelo imame Zayd ibn Ali) e a escola Ja'fari (fundada pelo imame Ja'far al-Sadiq).

A escola jurisprudência Islâmica Maliki ou *Malikiyyah*, do Malik ibn Anas, conhecido nas comunidades muçulmanas por Imame Malik, congregava muitos discípulos no norte da África. Ele, sendo um estudioso de Medina (na Arábia Saudita), baseou seus estudos no Alcorão, nas tradições (*hadith*) do Profeta Maomé, no consenso (*ijma*), e na analogia (*qiyas*). Imame Malik privilegiava a narração de hadith e a discussão de seus significados no contexto dos problemas da época, compilado no seu livro *hadit al-Muwatta*. Em África as escolas malikitas predominam no Egipto, Sudão, Tunísia, Argélia, Marrocos, Chade e na África Ocidental (Mali, Nigéria, Mauritânia, Senegal, Guiné-Bissau, Guine-Conacri, Gâmbia). Os malikitas tiveram discípulos bem conhecidos, como o teólogo berbere Abdallâh Ibn Yassin.

Abdallâh Ibn Yassin, proveniente de Marrocos, pertencia a tribo de Guezula, uma subtribo Sanhaja, estudou a jurisprudência de Maliki no *Ribat* (convento) de Waggag ibn Zallu al-Lamti, designado por Dar *al-Murabitin*, localizado na vila de Aglu (perto da atual Tiznit em Marrocos). Ele foi convidado para promulgar os ensinamentos religiosos islâmicos entre os berberes do Adrar (atual Mauritânia), nomeadamente

1 Livro Sagrado dos muçulmanos

entre a tribo Sanhaja, a convite do chefe Gudala Yahya Ibn Ibrahim. Naquela altura os membros da tribo Sanhaja estavam islamizados, mas ainda se apegavam a muitas práticas pagãs. Abdallâh Ibn Yassin instalou-se na antiga «Awdagost», atual Mauritânia, provavelmente em 1046 e pregou para os Sanhaja um sunismo ortodoxo baseado nos ensinamentos malikitas (*Malikiyyah*).

À luz dos ensinamentos corânicos, Abdallâh Ibn Yassin e seus discípulos, conhecidos por almorávidas (em árabe, *al-Murabi-tun*), crentes muçulmanos saídos de grupos nómadas provenientes do Sahara Ocidental, expandiram-se para sul, destruíram e islamizaram o império do Gana, no século XI, pela força e persuasão, constituindo dois grandes bairros com doze mesquitas e uma classe académica diversificada. Os almorávidas dominaram grandes regiões islamizadas e formaram, entre os séculos XI e XII, um grande império (dinastia almorávidas) que se estendeu para as regiões da atual Mauritânia, Sahara Ocidental, Marrocos e a metade sul da Península Ibérica.

Portanto, as escolas de jurisprudência islâmicas e a expansão dos almorávidas desempenharam um papel fundamental na origem, expansão e consolidação do ensino corânico no continente africano.

2. OS CONVENTOS COMO CLUSTERS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM NO ISLÃO

Antes dos almorávidas e através do comércio transariano que começou no tempo do califa *Omíad Addel Malick* (685-705), o Império do Gana começou a sentir a presença e a influência dos comerciantes muçulmanos. Esta presença culminou com a introdução do Islão ao sul de Sahara, provavelmente nas margens do Alto-Níger, designadas por «Guiné» e que contou também com a campanha islâmica dos almorávidas nesta região a partir do século XI. Segundo Benjamin Pinto Bull (1989) supunha-se que a palavra «Guiné» tivesse designado uma aldeia fundada em 1040 nas margens do Alto-Níger, e pela sua situação geográfica tornou-se a encruzilhada das caravanas de mercadores árabes onde se fazia *comércio do Sudão e da África meridional com os Mandingas e os árabes do Norte* (BULL, 1989, p. 31), do qual os mercadores teriam atingido os países europeus. Durante este período, sobretudo nos séculos XI e XII, sentia-se a presença e o domínio dos almorávidas que construíram conventos fortificados (Ribat), no Magreb e nas grandes regiões islamizadas que integravam a atual Mauritânia, Gana, Sahara Ocidental, Marrocos e Mali.

Os conventos (*Ribat*) integravam mesquitas, pátios com quartos pórticos, *iwan* (um corredor que dá acesso ao centro), habitações, armazéns e as escolas para retiro e oração. Estes edifícios interligados possibilitavam as interações sociais. Eram lugares educativos comparáveis aos *clusters* em inglês definido por Richard Florida (2004) como lugares onde se desenvolvem várias formas de criatividade. Para o mesmo autor os «clusters» *são centros onde as pessoas gostam de viver. Lugares, como estes, estimulavam às pessoas a prosseguirem o desenvolvimento de atividades científicas, filosóficas, culturais e económicas resultantes de uma forte interação humana* (FLORIDA , 2004).

Os *clusters são considerados pela UNESCO (1972) de «Cidade Educativa» onde todos os integrantes são simultaneamente educadores e educandos vivendo processo de inter educação e, desde logo, um processo de educação permanente e comunitária* (DA CONCEIÇÃO & ANTUNES, 2001, p. 56). Nestas comunidades todas as pessoas dão e recebem ao mesmo tempo várias formas de saber. Os clusters islâmicos ou *Ribat* ofereciam clima para as atividades criativas humanas, com lugares diversos e multidimensionais para o ensino e aprendizagem nas diferentes comunidades islâmicas.

Os *clusters* da antiguidade contribuíram para o desenvolvimento espiritual e material nos continentes asiático, europeu e africano. Na civilização islâmica o primeiro cluster localizava-se nas cidades de Meca e Medina durante os primeiros anos do Islão, isto é, durante a época do Profeta Maomé e dos primeiros califas. Depois alargou-se para Bagdade (atual Iraque) no século IX, durante a época dos Califas *Abassidas*, o segundo *cluster*. De seguida o de Córdova (Espanha), Egipto (Cidade de Cairo), com a Dinastia de Fatimé, cluster de Tombuctu, Chinguetti e Ouadane (na atual Mauritânia) com os almorávidas e, provavelmente o de Império de Gabu, onde se desenvolveu o último império da África Ocidental.

Na época dos Califas Abassidas AL Ma'mum, no século IX, o *cluster* de Bagdad tornou-se centro de tradução de muitas obras da antiguidade. Este facto tornou-se uma realidade graças à fundação de uma biblioteca por Harum Ar Rachid pai de Al Ma'mum onde se traduzia e se reunia a grande variedade das obras de antiguidade. Várias obras científicas foram traduzidas e muitas outras foram conservadas e desenvolvidas.

3. O ENSINO CORÂNICO NO CONTEXTO DA ÁFRICA OCIDENTAL

O ensino corânico no contexto da nossa sub-região africana é desenvolvido nas escolas corânicas tradicionais designadas por *majalis* em árabe (ou *majlis* no singular) e ainda nas escolas corânicas modernas, designadas por *madrasa* (no plural) ou uma *madaris* (no singular).

As *majalis* são espaços abertos de ensino e aprendizagem que funcionaram durante o período da expansão islâmica como espaços de encontros destinados à consolidação dos ensinamentos do Islão. Estes espaços foram transformados a partir do século XII como centros de ensino e aprendizagem dos ensinamentos do Livro Sagrado Alcorão e do alfabeto árabe em vários países da África Ocidental. As *majalis* têm muita expressão na Costa Ocidental Africana, particularmente na Guiné-Bissau, no Senegal, Gâmbia e na República da Guiné-Conacri.

Nas *majalis* o ensino em algumas comunidades islamizadas na Costa Ocidental, começa com a alfabetização em línguas maternas e, pouco a pouco, os mestres introduzem de forma mescla a língua materna à língua árabe. Em muitos casos as letras são ensinadas em árabe, mas a leitura e a fonética misturam-se com o sotaque das línguas locais. O processo começa com o ensino do alfabeto, em seguida a leitura das palavras, frases simples do *al-Qurʾān* (Alcorão) e alguns textos simples até terminar todo o livro. Na segunda fase o aluno é ensinado a memorizar os versículos estudados, e a releitura dos trechos aprendidos na primeira fase, no mínimo três vezes. Na terceira fase, o aluno é ensinado a traduzir os textos corânicos estudados; na quarta fase, ele é ensinado a compreender os principais versículos do Alcorão através do estudo dos textos de descodificação dos escritos sagrados, traduzidos em Ditos (*Hadith*) do Profeta Maomé e outros textos como *lacdari* (textos de interpretação dos escritos sagrados); na quinta fase, são ensinados os livros da jurisprudência, a *sharia* (leis e direitos islâmicos) e, na última fase, os estudantes aprendem tradicionalmente os mistérios existentes no Alcorão para uma eventual saída profissional.

O desenvolvimento dos estudos corânicos e a cooperação com os países árabes, criaram condições para o surgimento de escolas corânicas modernas - as *madrasa*. Estas escolas são centros educativos com objetos de estudo diversificados, novos objetivos com suportes metodólogos modernos. As *madrasa* possuem estruturas escolares modernas, com órgãos de gestão, planos curriculares formais e professores para as diferentes áreas e níveis de ensino.

As madrasa funcionam ao lado das majalis e têm muita expressão em muitas comunidades tradicionais da Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia e da República da Guiné-Conacri. Mas, no Mali e na Mauritânia, as *majalis* correspondem às escolas familiares onde as crianças são preparadas para os estudos avançados nas madrasa. Em Tombuctu, por exemplo, *on étudiait toutes les disciplines de la science islamique, la tradition prophétique ou sunna, le dogme ou tahwud, jurisprudence ou figh et la mystique ou tassouf.* (GAUDIO, 2000, p. 47). Ainda se ensinava a Gramática (*nahu*), Prosódia ou *Aroud*, a Stystique ou *Bayan*, a Lógica ou *Nantiq*, a Dialéctica ou *Mutakallin*, as «Matemáticas» ou *Algabr* e a Astronomia ou *Altanjin*.

No contexto educativo atual da África Ocidental, as madrasa são enquadradas e integradas no sistema do ensino oficial em alguns países. No Senegal e Guiné-Conacri as madrasa funcionam como escolas mistas, como por exemplo «Franco-Árabe», e na Gâmbia, as escolas «Anglo-Arábico». No Mali e na Mauritânia nas madrasa os alunos prosseguem os estudos corânicos mais avançados. Na Guiné-Bissau as madrasa, denominadas localmente por «*madrassas* corânicas» funcionam de forma autónoma e não estão integradas ao sistema de ensino oficial. Em Cabo Verde o ensino corânico é ainda desconhecido por muitos cabo-verdianos e só funcionam as escolas do tipo madrasa nas mesquitas e nos lares dos seus promotores.

4. ESCRITA E LÍNGUA ÁRABES NO ENSINO DAS ESCOLAS CORÂNICAS

A língua e a escrita árabes são os principais recursos linguísticos utilizados no processo de ensino e aprendizagem tanto nas majalis como nas madrasa. A escrita árabe é uma escrita inicialmente cuneiforme e que se aperfeiçoou pouco a pouco até atingir a sua forma atual. O alfabeto árabe foi oficializado em 786 por *Khalil ibn Ahmad al Farahidi*, chefe dos escribas autorizado por Maomé para compilar o Livro Sagrado Alcorão.

A escrita árabe é de origem fenícia, possui alfabeto próprio constituído por vinte e oito letras, e se escreve da direita para a esquerda. As letras possuem formas cursivas, unindo-se numa mesma palavra e, assim, assumindo formas levemente

distintas, dependendo da sua posição inicial. Desde a escrita cuneiforme, as letras eram destacadas umas das outras. As letras árabes foram juntadas umas às outras, de modo que num único vislumbre se conseguisse ler toda a palavra, ou frase. A escrita árabe facilita não só a leitura das palavras como também a entoação da mesma. Muitos estilos de escrita árabe foram desenvolvidos tanto para o Livro Sagrado *al-Qur'ãn* (Alcorão) quanto para outros livros e inscrições arquitetónicas e decorativas.

Figura 1 Alfabeto árabe com fonética

Fonte: (Leitao, 2020)

O alfabeto árabe é usado para representar a língua árabe e também para o ensino nas *majalis* e também nas *madrasa*. A sua grande difusão, sobretudo nas comunidades islâmicas, deveu-se principalmente ao facto de o Livro Sagrado Alcorão estar escrito em alfabeto árabe. Na escrita árabe cada letra pode por si só formar o som de uma sílaba. Este facto, faz o alfabeto árabe de *abjad*, isto é, cada letra pode por si só possuir o som de uma sílaba.

Por cerca de oito séculos (711-1492) os muçulmanos permaneceram na península ibérica, e a grande parte dos habitantes dessas regiões converteu-se ao Islão, os quais escreviam e falavam árabe, deste modo, aceitavam os costumes muçulmanos. Esse domínio árabe deixou vestígios nas línguas europeias e nas ciências, sobretudo durante o período da idade média.

A escrita árabe foi utilizada em vários livros de referência como «Contos das Mil e Uma Noites», uma obra-prima universal, traduzida pela primeira vez pelo francês *Galland*, em 1704, onde se encontra coleção de *califas*, *vizires*, escravos, génios, lâmpadas e acontecimentos que constituíram uma grande parte de repertórios de palavras e imagens utilizadas pelos europeus para compreender o 'mundo islâmico' e a realidade da Idade Média. Destacam-se ainda vários escritores, como Ahmed Arrazi que escreveu sobre Lisboa (durante a Idade Média) e vários outros autores que escreveram sobre Portugal e a península ibérica, como é o caso do Ibn-Said que compôs sete livros onde descreveu o sul e o ocidente dessa península.

No contexto africano, para além dos escritores Ahmad Baba Al-Timbouctou (1556-1627) que escreveu obras abordando a filosofia, teologia, obras jurídicas e História; Mohamed Bagayogo (1523-1644), foi autor de várias obras sobre a Cidade de Tombuctu. Na atualidade destacaram-se vários outros escritores não lusófonos como Amadou Hampaté Bá que escreveu várias obras, Thierno Boccar com algumas obras filosóficas entre outras e, ainda, podemos destacar o Tahar Benjalhoun, Ibrahim Al-Koni, Amin Maalouf, Massa Makan Diabaté, Moussa Konaté, Mamadou Bani Diallo, Aminata Dramane, com conhecimentos da escrita e da língua árabes, seja nas *majalis*, como também nas *madrasa*.

Na língua portuguesa muitos vocábulos são contributos da língua árabe ao léxico português. Essas palavras existem na medicina, na matemática, na filosofia e nas outras áreas. De igual modo acontece no crioulo da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de Casamansa. Muitas palavras como café, garrafa, sofá, álcool, limão, tapete, açúcar entre outras são de origem árabe.

5. FORMAÇÃO DA CLASSE INTELECTUAL NAS ESCOLAS CORÂNICAS

Muitos muçulmanos acreditam que no dia do Juízo Final os pais sejam responsabilizados perante a justiça divina pela negligência na educação dos seus filhos. Alguns pais muçulmanos liberam o seu filho varão a partir dos sete anos de idade para os cuidados educacionais e literários dos seus mestres, isto é, estudar o Livro Sagrado Alcorão, convictos de que este filho seja o guia da família tanto neste «mundo» como no «vindouro».

A aprendizagem da escrita árabe, a leitura e os preceitos morais islâmicos nas majalis são iniciados e consolidados pelos alunos, desde a tenra idade. O ensino e aprendizagem nas *majalis* continuam grandes opções educativas de muitos pais muçulmanos. Logo à nascença, a criança com uma semana de vida, é batizada durante uma cerimónia festiva tradicional e recebe um nome típico do Islão. Aos sete anos, depois da cerimónia do *fanado*[2], a criança é consagrada numa festa religiosa e confirmada a sua entrada para o campo de educação corânica ou islâmica. Na cerimónia de consagração, os *marabus* (mestres corânicos) escrevem na mão da criança o versículo *bismillah Irrahman Irrahim* (Em nome de Deus, Beneficiante e Misericordioso) e também as primeiras letras do alfabeto árabe *Alif, Lam* (A, B). Ao escrito é adicionado um pouco de sal, durante o mesmo ritual, e degustado pelo novo incipiente da literacia corânica (o futuro aluno). As mesmas leituras são escritas também numa tábua de madeira e com auxílio do mestre corânico (*marabu*) são repetidas pela criança em voz alta no meio de todos os participantes.

Esta cerimónia prepara a criança para iniciar os ensinamentos do Islão e simboliza ainda a abertura da criança à aprendizagem do *al-Qur'ān* (Alcorão), o que poderá ser comparada ao crisma no cristianismo. A partir daí a criança fica preparada e disponível para iniciar os seus estudos corânicos junto do seu mestre (*marabu*). Porém, quando a criança é do sexo feminino é permitido fazer a cerimónia de iniciação dos estudos e começar a estudar, mas, em algumas famílias tradicionais, muitas delas não são encorajadas a prosseguirem os estudos corânicos avançados. Algumas delas, após concluírem os estudos avançados exercem a maior parte de suas tarefas sociais nos lares e algumas delas são preparadas apenas para o matrimónio.

Os estudos corânicos permitiram constituir nas comunidades muçulmanas uma classe intelectual bem diversificada, reconhecida pelo seu grau de conhecimento, sua habilidade na oralidade, leitura e entoação dos escritos corânicos. Entre muitos muçulmanos da Costa Ocidental Africana é frequente falar dos intelectuais como, por exemplo, os *waliús* (sábios), *serifos, imames, marabus* e ainda os *talibés* (estudantes).

Os *waliús* são doutores nas comunidades muçulmanas, são visionários e personalidades reverenciadas com amplo nível de conhecimento espiritual e sabedoria. Para muitos muçulmanos, essas pessoas vivem uma vida exemplar e, muitas das vezes, por preverem várias situações futuras, são considerados «profetas menores» em algumas comunidades. Os *serifos* são considerados descendentes da linhagem do profeta Maomé e são credíveis conselheiros no Islão. Muitos *serifos* procuram aprofundar-se em conhecimentos corânicos. Os marabus são individualidades com conhecimento corânico e que atuam como juristas islâmicos, muitas das vezes lecionam para transmitir esse exemplo a outras pessoas. Ainda alguns marabus, como mestres corânicos, são professores voluntários que nos tempos livres ensinam com dedicação os seus alunos, designados por talibés. Os imames são conhecedores do Livro Sagrado Alcorão e com uma vida islâmica exemplar reconhecida e merecem a confiança e o crédito da comunidade onde se encontram. Os talibés são aprendizes corânicos com conhecimentos essenciais do *al-Qur'ān* (Alcorão) e podem ser responsabilizados a desempenhar pequenas tarefas dos seus mestres (marabus). Os *talibés* com conhecimentos mais avançados são delegados algumas vezes para ajudar os seus mestres na execução e supervisão de determinadas tarefas orientadas. Estes delegados podem realizar algumas tarefas mais elementares como orientar e supervisionar as aulas, controlar as tarefas definidas para os outros colegas e, muitas das vezes, admoestar se necessário. Alguns *talibés* com mais experiência podem exercer a função de secretário administrativo, ao redigirem algumas correspondências ou lições a mando do seu professor. Os velhos podem ainda constituir a classe intelectual nas comunidades muçulmanas, uma vez que são considerados como 'bibliotecas comunitárias' e consultores infalíveis a serviço dos mais novos.

No seio da classe intelectual muçulmana das escolas corânicas, emerge uma individualidade intermediária designada na Guiné-Bissau por *mouro* (curandeiro espiritual). Este especialista espiritual, conhecido em Cabo Verde por «mestre», desempenha um papel muito importante para muitas pessoas. Pensa-se que o termo em pauta provém da palavra que designa o povo da antiga «Awdagost», atual Mauritânia, «*mouro*». Os *mouros* (mestres) aprendem algumas competências transversais e místicas para suportar a sua atividade profissional. São-lhes ensinados ainda a meditação, o diagnóstico de alguns problemas, a prescrição de receitas para diferentes problemas pessoais e a magia, como também algumas disciplinas de maneira não formal e informal como o Cálculo, a Psicologia, a Astronomia e História, baseados na ciência e cultura islâmica. Os «mestres» ou *mouros* leem a sorte das pessoas e prescrevem remédios espirituais ou medicinais com base nos escritos corânicos. Em alguns casos, os *waliús, serifos, ima-*

2 Circuncisão

mes, marabus e ainda os talibés, desempenham as tarefas específicas de mouro realizando diagnósticos, prognósticos e curas por meios espirituais.

Os *mouros* prescrevem algum tipo de talismã ou ainda um protetor conhecido por *mesinho* ou mensinho nos países lusófonos da Africa Ocidental (Guiné-Bissau e Cabo Verde) e por gris-gris entre os francófonos desta sub-região. O *mesinho* pode ser colocado na cintura, no braço, no pescoço ou ainda um conteúdo literário corânico preparado e colocado num recipiente com água. Aos usuários de *mensinho* são garantidos uma maior proteção e sucesso de suas vidas.

Para Amílcar Cabral o *mensinho* é uma característica de África, considerando que os advogados que ele conhecia em outros países africanos andavam com o seu *mesinho* na cintura quando iam defender causas no Tribunal. Ele tinha afirmado ainda que pelos avanços de luta travada na Guiné, muitos camaradas de outras colónias portuguesas em guerra solicitavam-lhe *mensinhos* que lhes permitiram avançar nas suas lutas.

Muitos combatentes guineenses e cabo-verdianos do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) acreditavam nos *mensinhos* para suas proteções individuais e do grupo, como também para os progressos nos seus combates. Muito embora tenha sido desencorajado por Cabral, mas ele considerava que o *mensinho* era uma força, porque fazia com que os combatentes acreditassem além das palavras do Partido, mas também no uso do *mensinho* para dar coragem aos combatentes nos campos de combate. Por outro lado, ele considerava também que o uso do mesmo poderia ser uma fraqueza, na medida em que pudesse contribuir para que muitos combatentes que fiassem neles cometessem erros nos mesmos combates. Os pequenos livrinhos de bolso, outras imagens de proteção e diversas patentes em várias religiões podem ser considerados de *mensinhos*.

> *Os alemães, há muitos anos atrás, não iam à guerra sem mesinho. Ainda há alguns que vão com a imagem de Nossa Senhora de Fátima dentro de um livrinho, é o mesinho; a Bíblia, é o mesinho e, antes de começar combates, benzem-se. Os tugas vêm com a sua grande cruz no peito, e no momento em que o combate começa, beijam-na: é o seu mesinho. E há ainda os que fiam nos nossos mesinhos. (CABRAL, 1974, p. 25)*

Nas escolas corânicas modernas (as *madrasa*), são criadas as condições para estudos científicos e diversificados, baseados nos suportes metodólogos modernos. As *madrasa*, com suas estruturas escolares constituídas por órgãos de gestão, planos curriculares formais e professores para as diferentes áreas e níveis de ensino bem definidos, tal como acontece nos sistemas oficiais de ensino em vários países, abrem possibilidades para a formação de uma classe intelectual constituída por pessoalidades com vários domínios científicos e competências socioprofissionais.

6. A FORMAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS SOCIAIS E PROFISSIONAIS NAS ESCOLAS CORÂNICAS

Nas diferentes sociedades islâmicas existem oradores públicos, artistas, músicos tradicionais e tantas outras individualidades formais e não formais, com habilitações académicas resultantes das escolas corânicas. Nas *majalis*, tal como referenciamos anteriormente, muitas personalidades islâmicas aprendem sem observância de planos curriculares formais oficiais para aprenderem o Cálculo, Lógica, Astrologia, Geometria e História, com os quais conseguem realizar seus próprios projetos profissionais como também projetos sociais com fins socioeducativos e espirituais nas suas comunidades.

A solidariedade, o cooperativismo, o associativismo e interajuda são algumas das virtudes sociais ensinadas às famílias muçulmanas e são formalizadas nas escolas corânicas. Para além das virtudes sociais e alguns ensinamentos morais, aprende-se ainda nas escolas corânicas, particularmente nas majalis, algumas habilidades tais como a meditação, entoação, caligrafia, «leitura da sorte», dicção na leitura, interpretação dos textos sagrados e algumas outras competências socioprofissionais como, falar ao público, memorização, recitação, etc. Muitos intelectuais formados nas majalis, reúnem-se em várias ocasiões para lerem e entoarem as escrituras sagradas em árabe para louvar a grandeza divina, considerando o conhecimento e a sabedoria como parte essencial de suas atividades sociais. Outros intelectuais, com base nos testemunhos do *al-Qurʾān* (Alcorão), levam toda a sua vida à procura de conhecimento e sabedoria. Portanto, a aprendizagem entre muitos intelectuais das *majalis* é contínua e ocorre ao longo de toda a vida. É comum encontrar pessoas com muito conhecimento do Alcorão e do Islão, mas que ainda se reúnem sob a égide de outros mestres corânicos para aprenderem novos conhecimentos.

Ao contrário das *majalis*, nas *madrasa*, tal como foi referido anteriormente, os estudantes aprendem de forma metódica as diversas formas de conhecimentos sociais e científicos com base na observância de planos curriculares formais. Nessas escolas podem ser aprendidas formalmente as ciências, nomeadamente o Cálculo, Psicologia, Astronomia, Astrologia, Geometria e História. Através das madrasa, os estudantes obtêm certificados específicos que os permitem realizar formalmente projetos sociais de desenvolvimento nas suas comunidades.

7. PERFIL DO PROFESSOR NAS ESCOLAS CORÂNICAS

O professor das escolas corânicas, sobretudo os das majalis, acredita na recompensa divina, o que o torna um devoto servidor com uma vontade espiritual sempre presente. Ele desprende-se das remunerações financeiras dos seus *talibés* (alunos), dos pais ou encarregados de educação ou de alguma outra instituição. Mesmo assim, por causa das dificuldades económicas de alguns mestres das *majalis*, os *talibés* prestam determinados trabalhos para os seus mestres como forma de equilibrar as contas em relação aos mantimentos na escola. Muitos *talibés* são submetidos em algumas escolas corânicas tradicionais a serviços de pedintes nos centros urbanos e suburbanos. Estas realidades são objeto de várias críticas por parte de muitas organizações dos direitos humanos.

Um mestre corânico, no sistema de ensino das *majalis*, privilegia a metodologia indutiva durante todo o processo de ensino e aprendizagem. Ele orienta os seus alunos na memorização das letras do alfabeto árabe, das palavras e dos textos sagrados em língua árabe. O professor não só ensina, mas também gere todas as atividades educativas e influencia o processo de educação familiar dos seus talibés. Ele é o único órgão existente para tomar decisões conforme as leis corânicas e a sua posição influencia toda a ordem administrativa e o processo decisório nas *majalis*.

Porém, nas madrasa o professor (*Oustas*), tal como ocorre nas instituições educativas públicas, apoia nas metodologias cientificas, pedagogia e na ciência para desenvolver suas ações pedagógicas. O *Oustas* obedece as estruturas dos diferentes níveis de gestão e focaliza nas atividades curriculares com toda a formalidade. O processo de ensino e aprendizagem é desenvolvido nas estruturas escolares próprias com níveis de ensino bem evidentes e professores com formações específicas.

8. A INFLUÊNCIA SOCIAL DA CLASSE INTELECTUAL FORMADA NAS ESCOLAS CORÂNICAS

Em muitas comunidades muçulmanas tradicionais da Costa Ocidental Africana a administração política e religiosa é confiada à classe intelectual. Esta classe é muito reverenciada pelos membros da comunidade e os seus membros desempenham papéis de influência na vida sociopolítica e comunitária. Os *waliús*, por exemplo, como pessoas eruditas e genuínas da sociedade islâmica, são muito reverenciados dentro e fora dessas comunidades e os seus apelos são considerados infalíveis nas comunidades onde se encontram. Os *serifos*, por sua vez, são personalidades ainda respeitadas nas comunidades islâmicas e os seus conselhos são acatados nas comunidades onde residem.

Muitos *marabus* congregaram seus *talibés* e fundam confrarias com projeções bem reconhecidas. Eles preparam alguns discípulos para abrirem novas escolas capazes de influenciar crentes de outras comunidades. A influência dos marabus pode exceder limites comunitários, influenciando a sua comunidade e também toda esfera social adjacente. No Senegal, por exemplo, um país com mais de 70% de muçulmanos, a influência dos marabus é sentida em todos os sectores do país. Para Ndiaga Loum (2003) *a sociedade apresenta a imagem duma sociedade profundamente muçulmana, onde a grande concentração das confrarias religiosas (islâmicas) agrupava milhares de pessoas*. Estas confrarias, sobretudo os seus líderes, têm uma grande influência nas decisões políticas senegalesas. *Les leaders musulmans mobilisent plus que les leaders politique* (LOUM, Ndiaga p.158, 2003).

Na Guiné-Bissau, um país com cerca de 50% de muçulmanos e cercado de países com mais de 70% de praticantes da religião muçulmana, alguns *marabus* têm suas próprias confrarias e outros identificam-se com as confrarias religiosas internacionais com muitos seguidores. Esses seguidores têm muitas influências nas suas comunidades, e podem influenciar as decisões políticas do país. Nas últimas eleições, algumas formações políticas lideradas pelas pessoas que professam a religião islâmica foram alvo de muitas críticas dos opositores, sustentando que muitos desses políticos estavam utilizando as suas religiões para tirarem as vantagens eleitorais. Da mesma forma, alguns opositores tinham criticado a mobilização do voto étnico nas eleições anteriores na Guiné-Bissau. Os *marabus* são ainda reconhecidos pelos políticos e muitos cidadãos comuns, inde-

pendentemente da sua etnia, religião ou situação social, autênticos conselheiros espirituais. Muitos deles fazem parte das principais organizações com estruturas legais e que podem influenciar a educação e a gestão de várias organizações sociais e políticas. Da mesma forma, poderemos esperar a influência social e política dos *talibés* no seio de seus pares e nas comunidades educativas onde se encontram.

Os *imames* dirigem todas as atividades administrativas e religiosas das suas comunidades e nas mesquitas. Eles têm um papel muito importante na liderança religiosa como também na orientação da vida social nas suas comunidades. Eles são personalidades reconhecidas e confiáveis pela sociedade e pelas diferentes organizações comunitárias. Com este estatuto social inquestionável, os *imames* podem influenciar a vida social e orientar as decisões políticas e eleitorais dos seus seguidores em quaisquer comunidades.

Mesmo na atualidade os *mouros* desempenham um papel social e espiritual muito importante. São consultores e curandeiros espirituais de muitos políticos e intelectuais formados nas escolas modernas com grandes projeções académicas e sociais. Acredita-se que os *mouros* sejam capazes de ajudar os seus adeptos e muitos interessados a encontrarem algum trabalho ou a permanecerem nos seus empregos. Mesmo nos atos políticos, tal como acontece em muitas democracias africanas, os *mouros* são tidos como personalidades capazes de influenciar as vitórias eleitorais ou ainda facilitar a vitória de muitos candidatos que neles confiarem.

9. AS ESCOLAS CORÂNICAS NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO CABO-VERDIANO

O ensino corânico teve momentos de expansão progressiva nas diferentes regiões da África. Conforme foi referenciado anteriormente, na África do Norte e em algumas regiões do Sul de Sahara, o ensino corânico foi introduzido no seculo XI e na Costa Ocidental Africana entre os séculos XI e XII. De acordo com os dados, as *majalis*, conhecidas também por «escolas de marabu» na Guiné-Bissau, funcionavam na região entendida pelos colonos portugueses como a «Grande Guiné», que se tratava da *nossa Guiné do Cabo Verde* (BULL, 1989, p. 31), uma região que integrava toda a costa ocidental africana, provavelmente todo o arquipélago de Cabo Verde. Durante esse período, as *majalis* funcionavam tanto nas regiões da «Guiné do Cabo Verde» como nas da «Grande Guiné».

Os ensinamentos islâmicos foram iniciados e desenvolvidos em muitas regiões da Costa Ocidental Africana em moldes tradicionais. Foram utilizados os processos pacíficos de dominação cultural para propagar o Islão entre várias tribos que professam as crenças tradicionais na Costa Ocidental Africana. Entre os métodos utilizados destacam-se o comércio, palestras, ensino corânico e o casamento. Os estudantes corânicos, os *marabus* e os *djilas* (comerciantes ambulantes) foram determinantes não só no período da expansão do Islão, mas também na introdução e no desenvolvimento do ensino corânico nessas regiões. Através deles foram criando condições para o surgimento das escolas corânicas nos países da África Ocidental, particularmente na Guiné-Bissau, Gâmbia, Senegal, Guiné-Conacri e, provavelmente, em Cabo Verde.

Em relação a dois países lusófonos na Costa Ocidental Africana, Cabo Verde e Guiné-Bissau, o ensino corânico teve momentos históricos bem distintos. Na Guiné-Bissau, o ensino corânico baseado no sistema das majalis teve o seu início antes da ocupação portuguesa, provavelmente no século XIII, no decurso do Império de Gabu, desenvolveu-se durante todo o período da dominação colonial e continua a progredir de forma ininterrupta desde 1974 nas diferentes regiões do país. De acordo com esses dados, nas vésperas da independência da Guiné-Bissau foi registada a última escola colonial com o número 121 em Mansadjam, região de Gabu, Sector de Sonacó, numa altura em que foram registadas 286 escolas corânicas do tipo *majalis*. Em 1954, segundo Teixeira Mota (LEMOS, 2002), *cinco mil alunos frequentavam aulas nas escolas corânicas registadas*.

A primeira madaris (*madrasa*, no singular) da Guiné-Bissau, segundo Francisco Proença de Garcia, em 1974, (DE GARCIA, 2000) surgiu no sector de Quebo, a Sul do país, na região de Tombali. Nesta escola corânica se ensinava a língua árabe em moldes pedagógicos e didáticos mais modernos. Esta nova abordagem educativa introduzida pelos *marabus* responsáveis das *majalis* na localidade de Quebo no período pós-independência marcou o início da primeira *madaris* na Guiné-Bissau. *A partir de 2006 as madrasa multiplicaram-se muito rapidamente na Guiné-Bissau de forma irregular em todas as províncias do país*, (DJOLO, 2006, p. 57). De acordo com o mesmo autor, antes do conflito político militar "07 de junho" de 1998 foram registadas na Guiné-Bissau um total de 300 *madrasas*. Na atualidade guineense, as escolas corânicas predominam nas regiões de Gabu, Quinará, Bafatá e ainda no Setor Autónomo de Bissau.

Contrariamente como ocorreu nos países referenciados anteriormente, a religião Islâmica foi introduzida em Cabo Verde a partir do período da Independência pelos imigrantes provenientes da Costa Ocidental Africana, particularmente os cidadãos da Guiné-Bissau e do Senegal. Considerando a relação histórica «Guiné e Cabo Verde», sobretudo a partir de 1975, podemos ainda destacar o papel determinante dos *marabus* ou mestres corânicos guineenses na introdução da religião islâmica em Cabo Verde. Os imigrantes utilizaram os processos pacíficos de dominação cultural para a islamização em Cabo Verde, com destaque para o ensino do Alcorão, casamento e «cura espiritual». Por outro lado, as agências islâmicas e as mesquitas continuam sendo atores determinantes na expansão e consolidação do Islão, como também na introdução e no desenvolvimento do ensino corânico em Cabo Verde, particularmente na ilha de Santiago.

O ensino corânico foi introduzido em Cabo Verde em forma de madrasa a partir dos anos 90, na ilha de Santiago, com o suporte técnico e financeiro da Liga Árabe. O professor Nua, de nacionalidade guineense (Guiné-Bissau) foi o primeiro *Oustas* (professor) nomeado pelo Conselho da Mesquita de Safende para lecionar na madaris deste bairro, na Cidade da Praia, provavelmente no início dos anos 90. Em 1995, a Liga Árabe enviou para Cabo Verde *Oustases* para as duas primeiras madrasa cabo-verdianas (a madaris de Safende e a de Tira Chapéu). Em Tira Chapéu foram enviados pela Liga Árabe o *Oustas* Si e o *Oustas* Demba Diop (em 1995). Este último lecionou durante quatro anos na mesquita de Tira-Chapéu e também em Fazenda. Os professores da *madaris* de Safende e os de Tira Chapéu faziam planificações e coordenações pedagógicas juntos, o que permitiu um processo pedagógico influenciado pelo paradigma das *madrasa* da Guiné-Bissau e do Senegal. As escolas corânicas de Cabo Verde, funcionam nas Mesquitas e nos lares de alguns *marabus* ou Oustases. Na Cidade da Praia, tivemos registos das madrasa na Mesquita de Safende, Tira-Chapéu, São Filipe, Fontom, Achada Grande, na Várzea, e ainda no mercado de Sucupira.

10. O LUGAR DAS ESCOLAS CORÂNICAS NO SISTEMA DE ENSINO EM CABO VERDE

Antes de avançarmos com a nossa análise achamos imprescindível distinguir a educação formal da educação não formal. A educação formal concebe a forma de educação estrutural que contempla plano de estudo proporcionado pela escola e o papel definido para quem ensina e para quem aprende. A educação não formal contempla aquisição de certas competências que podem ser estruturadas, com planos de estudo e papel definido, mas não fixa o tempo e o local de aprendizagem.

Nas *majalis*, conforme foi referenciado, o ensino desenvolve-se em torno do *al-Qurʾān* (Alcorão) e da religião muçulmana, em moldes tradicionais. As aulas são orientadas por um professor, muitas das vezes ao ar livre, utilizando como recurso principal a transmissão dos conhecimentos em língua árabe, alternada com a língua local. Muitas dessas escolas funcionam com estruturas educativas e planos de estudo tradicionais, e em alguns casos os estudos limitam-se aos lares e não dão possibilidades aos alunos para prosseguirem os estudos nos mais variados domínios universais e científicos. Apartando das características das *majalis*, as *madrasa* podem ser parceiras para a promoção de educação formal nas diferentes comunidades cabo-verdianas. Essas escolas têm estruturas educativas bem definidas, com funções e responsabilidades dos agentes educativos, planos de estudo, tempos e locais de aprendizagem definidos e fixos para a formação dos alunos, como acontece nas escolas públicas.

Portanto, há possibilidades das *madrasa* funcionarem no quadro das Escolas Privadas em Cabo Verde, uma vez cumpridos os princípios gerais que regulam a constituição e o funcionamento dos estabelecimentos de ensino privado e cooperativo (Decreto-Lei nº 32/2007 de 3 de setembro), isto é, definir algumas condições relativas à licença, planos de estudos e conteúdos programáticos semelhantes aos que são vigentes no ensino público, e ainda a abertura para o ensino de outras matérias. De acordo com o nº3 do Art. 2º desta lei são considerados de estabelecimentos de ensino privado também as instituições criadas por organizações religiosas para ministrar o ensino coletivo privado. Porém, as *majalis*, como uma das modalidades do ensino religioso, serão difíceis de serem abrangidas na aplicação deste diploma.

CONCLUSÕES FINAIS

Concluiu-se que o ensino corânico foi introduzido em Cabo Verde após a independência pelos imigrantes da Costa Ocidental Africana, particularmente pelos imigrantes da Guiné-Bissau e do Senegal. O ensino corânico, foi desenvolvido em forma de *madrasa* na década de 90, sobretudo na ilha de Santiago, com o apoio técnico e financeiro da Liga Árabe. As primeiras madrasa funcionaram na Cidade da Praia, ilha de Santiago. Na atualidade, as *madrasa* em Cabo Verde continuam a funcionar nas mesquitas e nos lares.

Foram verificados que as *madrasa* como também as *majalis* continuam enquadradas no sistema de ensino não formal em alguns países da Costa Ocidental Africana e funcionam a margem do Sistema de Ensino Oficial nesses países. Porém, em Cabo Verde as escolas corânicas são muito pouco conhecidas pelos cabo-verdianos e as *madrasa* funcionam apenas nas comunidades muçulmanas. Estas escolas corânicas modernas, de acordo com o Sistema de Ensino Cabo-verdiano, podem adquirir o estatuto das Escolas Privadas em Cabo Verde. À luz do mesmo estatuto, as *majalis*, pelas suas caraterísticas tradicionais, podem ser consideradas como escolas confessionais em Cabo Verde.

Constatou-se ainda que o sistema de ensino vigente em alguns países da Costa Ocidental Africana não consegue integrar muitos estudantes das *madrasa* e também das *majalis* para perseguirem os estudos e nem ainda possibilitá-los o acesso à formação profissional. Da mesma forma, os imigrantes com diplomas das *madrasa* encontram muitas dificuldades para ingressarem no mercado laboral em Cabo Verde e só conseguem trabalhar nas agências islâmicas e nas embaixadas dos países árabes residentes, como tradutores de língua árabe.

Em relação à influência sociocomunitária da classe intelectual das escolas corânicas em Cabo Verde, destacam-se a influência dos «mestres». Estes profissionais trabalham por conta própria, mas são reconhecidos e considerados por muitos cabo-verdianos. Eles são tidos como individualidades que possuem poderes de proteção e de cura espiritual em Cabo Verde. Muitos cabo-verdianos continuam fiéis aos tratamentos espirituais e aos conselhos, diagnósticos e prognósticos espirituais dessas individualidades formadas nas escolas corânicas.

BIBLIOGRAFIA

Abdewahab, M. (2002). Islam, la part de l'Universel.

BENJAMINSEN , T., & BERGE , G. (2004). Une Histoire de Tombouctou. Paris: Actes Sud.

BULL, B. P. (1989). Crioulo da Guine-Bissau: filosofiaa e Sabedoria (1a ediçao ed.). Lisboa: Instituto de Cultura e Lingua Portuguesa, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guine-Bissau).

CABO VERDE, G. (3 de Setembro de 2007). Decreto-Lei nº 32/2007. diploma estaEstabelece os princípios gerais que regem a constituição e o funcionamento dos estabelecimentos de ensino privado e cooperativo.

CABRAL, A. (1974). Alguns princípios do Partido. Lisboa : Edição Seara Nova.

DA CONCEIÇÃO, M., & ANTUNES , P. (2001). Teoria e Prática Pedagógica. Lisboa : Instituto Piaget.

DE GARCIA, F. P. (5 de outubro de 2000). os movimentos independentista, o Islão e o poder português (guiné 1963-1974). Os grandes impérios islamizados sub-saharianos. O aparecimento do Islão e o "tecido" islâmico na Guiné. Fenómenos de aculturação sócio-religiosa, https://www.triplov.com/miguel_garcia/guine/index.htm. Obtido em 17 de Outuro de 2020, de Os movimentos independentistas.

DJOLO, I. (2006). Escolas corânicas no contexto moderno da Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Cabo Verde: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

FLORIDA , R. (2004). The Rise of the creative Class and how It's transforming work,. New York: Basic Books.

GAUDIO , A. (2000). Les Bibliothèques du Désert, Recherches et étudies sur un millénaire d 'écrits. Paris: L'Harmattan.

Graziano , K., & LYDON, G. (2011). The Trans-Saharan Book Trade: Manuscript Culture, Arabic Literacy and Intellectual History in Muslim Africa. USA: Librar Of Congress Cataloging in Publication Data.

GUINE-BISSAU, M. ((2003). Plano Nacional de Educação para todos (PNET) . Bissau: Ministerio da Educaçao Nacional.

KAMAYYE, M. (1997). Essai sur l'Islam. Niger: Comité d'Editions du Niger.

Leitao, J. (2020). Obtido em 22 de outubro de 2020, de www.joaoleitao.com: https://www.joaoleitao.com/nomes-arabe/alfabeto-arabe-abecedario/

LEMOS, M. M. (1999). Política Cultural Portuguesa em África, O Caso da GuinéBissau (1985-1998). Gráfica Europam, L.da.

LEMOS, M. M. (2002). https://www.triplov.com/mguel_garcia. Obtido em 17 de 10 de 2020, de https://www.triplov.com/mguel_garcia

LOUM, N. (2003). Les médias et l'Etat au Sénégal. Paris: L'Harmattan.

RELAÇÕES INTERCULTURAIS MÚLTIPLAS – ADAPTAÇÕES E NEGOCIAÇÕES

O CASO D@S MUÇULMAN@S EM SANTA CRUZ

Maria Sábado Ramos Semedo Tavares

Universidade de Cabo Verde

RESUMO

Nas sociedades atuais, as relações interculturais manifestam-se de forma processual, tal como as identidades, constroem-se e renovam-se constantemente. A chegada, de forma mais sistemática, de fluxos dos cidadãos da sub-região africana e de outras origens geográficas, nas últimas décadas, tem permitido a renovação da paisagem demográfica e sociocultural cabo-verdiana bem como o surgimento de manifestações culturais híbridas, com destaque para as transformações que ocorrem ao nível da conjugalidade. Essas transformações ganham maior expressividade pela influência do campo religioso, particularmente quando se trata de uma tradição cultural e religiosa que exerce um controlo rigoroso sobre os seus membros e que, pela conversão, os crentes incorporam novas formas de vivência da fé. Trata-se de práticas religiosas e culturais distintas das da sociedade hospedeira, introduzidas pelos cidadãos da sub-região africana e interiorizadas pelas cabo-verdianas que se convertem ao islamismo em decorrência de casamentos com cônjuges muçulmanos, numa perspetiva de articulação dos seus elementos com traços culturais experienciados anteriormente. Assim, se propõe discorrer sobre as novas formas de sociabilidades que se tecem no processo de construção das relações interculturais entre mulheres cabo-verdianas e homens muçulmanos provenientes da Guiné-Bissau; as constantes negociações e fusões que ocorrem nesse contexto, sem perder de vista as tensões e os conflitos, as aproximações e distanciamentos entre tradições culturais distintas e, porque não, divergentes que têm propiciado o surgimento de manifestações culturais híbridas e que permeiam a complexidade das relações entre as duas culturas. Intenta-se, deste modo, descortinar a formação e transformação da identidade das cabo-verdianas muçulmanas que atualmente estão imersas numa estrutura religiosa e cultural que prescreve novos modelos de conduta e comportamento e dos Bissau-guineenses muçulmanos, atualmente inseridos num sistema religioso e cultural distinto e onde são minoria.

Palavras – chave: interculturalismo, islamismo, catolicismo, sociabilidade, identidade

DIVERSIDADE CULTURAL: TENSÕES E NEGOCIAÇÕES

Nas sociedades atuais, as relações interculturais manifestam-se de forma processual, tal como as identidades, constroem-se e renovam-se constantemente. As transformações que ocorrem nas sociedades contemporâneas apresentam novos desafios à convivência entre as culturas e mostram que o diálogo, o reconhecimento e a valorização das diferenças não podem ser excluídos nas e das interações sociais.

O processo migratório, marco característico da contemporaneidade, tem permitido fluxos de valores e padrões de comportamento que não se restringem somente aos migrantes, mas aos originários do contexto de acolhimento dos primeiros. Essa mobilidade tem propiciado inúmeras transformações na estrutura da sociedade, seja a de origem, seja a de acolhimento, com destaque para as transformações ocorridas na esfera da conjugalidade (TAVARES, 2015). Cabo Verde se apresenta como um país marcado pelos eventos migratórios, tendo em conta o seu processo de formação social. Trata-se de uma sociedade que resultou do encontro entre dois grupos sociais distintos, os europeus e os africanos, que foram transportados para as ilhas e que permitiram *o fluxo de valores, práticas, saberes, crenças, instituições e símbolos, oriundos de universos sociais muito diferentes* (TRAJANO FILHO, 2015, p.27). Inicialmente, por ser *uma terra de condições físicas difíceis, desequilíbrios económicos, secas cíclicas e mortandade* (ROCHA, 2015), o recurso à emigração se apresentava como sendo a alternativa mais eficaz para minimizar os efeitos dos inúmeros problemas sociais que a afetavam. A partir de 1990, conforme sustenta Tavares (2015), houve um redimensionamento do fenómeno migratório que, aliado aos avanços tecnológicos, aos condicionalismos sociais, políticos e geográficos, têm propiciado a entrada de povos pertencentes a tradições culturais bastante distintas e que professam crenças religiosas diferenciadas, facilitando, deste modo, o pluralismo cultural e religioso, cujos desafios lançados à sociedade passam pela gestão da diversidade. Furtado (2012) reconhece que a entrada dos imigrantes da CEDEAO veio alterar o panorama migratório em Cabo Verde e acrescenta que o objetivo inicial não era fixar residência em Cabo Verde, mas sim, conseguir alcançar as fronteiras europeias que, devido aos mecanismos rigorosos do controlo, dificilmente se consegue concretizar tal objetivo. Percebe-se que, a interação entre povos e culturas sempre marcou o tecido social cabo-verdiano, transformando-o em um

espaço de acolhimento e de transição entre culturas. Num contexto marcado por uma grande heterogeneidade resultante da intensa mistura/hibridismo cultural, as mudanças nas configurações familiares são inevitáveis e se traduzem na emergência de novos arranjos familiares em que pessoas de diferentes nacionalidades mantêm e constroem relações conjugais, realçando a necessidade de proceder a uma reflexão para melhor compreender as novas dinâmicas da constituição das famílias nas sociedades contemporâneas. O casamento e as relações conjugais entre pessoas pertencentes a matrizes culturais diferenciadas não são fenómenos recentes, nem exclusivos da sociedade cabo-verdiana. Não são fenómenos resultantes apenas da modernidade tardia, mas antes se inscrevendo em processos históricos mais amplos. Não apenas na experiência das diásporas cabo-verdianas nos países do continente africano, mas também em Cabo Verde. Atualmente apresentam mais visibilidade, tendo em conta a dinâmica da imigração, tornando-se Cabo Verde também um país recetor e não apenas emissor. Contudo, privilegia-se, para esta reflexão, a análise do processo de construção das relações interculturais entre mulheres cabo-verdianas e imigrantes muçulmanos oriundos da costa ocidental africana, num contexto de conversão dessas mulheres ao islamismo. Não obstante a diversidade cultural não se constituir exclusividade dos casamentos e relações conjugais interculturais, ela faz-se presente entre todos os cônjuges, mesmo os da mesma nacionalidade, o que exige negociações, adaptações e reelaborações. Ela se torna mais explícita entre cônjuges oriundos e pertencentes a tradições religiosas distintas, como são os casos do Islamismo e Catolicismo que, além de os cônjuges terem passado por padrões de sociabilidade distintos, essas crenças religiosas colocam ênfase em aspetos de vida de forma diferenciada, agravada pela dificuldade em relativizar os seus princípios e as suas doutrinas, conforme pontua Tavares (2015). Enquanto o texto corânico legitima a prática de poligamia, sob o fundamento de defesa e proteção das mulheres, sobretudo as órfãs e viúvas, o catolicismo legitima a prática da monogamia enquanto forma de relacionamento conjugal, valorizando a fidelidade entre os cônjuges. Vicente, um muçulmano Bissau-guineense residente em Santa Cruz sustenta *que a poligamia é uma prática consagrada na religião islâmica e nós assim encontramos estipulados. Por isso, eu acho que isso depende do homem, se ele tiver condições de casar três, quatro vezes, ele pode, por isso depende dele*.

Tais pressupostos realçam que *toutes les sociétés démocratiques occidentales sont aujourd'hui confrontées au défi de la gestion de la diversité de leurs populations et donc des cultures qui les composent* (MARTINIELLO, 2012, p. 10), o que requer diálogo entre culturas distintas para compreender e anular as hierarquias que ainda persistem nas sociedades. Os desafios da diversidade cultural têm manifestado de forma plural e não são exclusivamente reflexos da mobilidade, mas estão associados às diferenças étnicas, de género, orientação sexual, religiosas, em que diferentes grupos e movimentos sociais denunciam situações de injustiça e reivindicam *igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural* (CANDAU, 2012, p. 236). De salientar que, conforme acrescenta a mesma autora, a igualdade não se refere à homogeneização, mas sim à valorização da diferença e à desconstrução da padronização enquanto procedimentos para a ressignificação dos direitos humanos. Nesta linha explicativa, Martinello (2012, p. 42) reconhece que um dos obstáculos que frequentemente ocorre nas relações interculturais consiste em *l'homogénéisation et l'essentialisation des cultures, des religions et des groupes ethniques, culturels et religieux*, sem o devido reconhecimento das especificidades de cada minoria e sem ter em devida conta que as fronteiras entre os grupos são construções sociais dinâmicas, em constante mutabilidade.

Não obstante a grande mistura cultural que se verifica atualmente em Cabo Verde com a chegada e permanência de pessoas de diferentes pontos do planeta, transportando na bagagem traços e valores culturais que lhes são próprios, a reflexão sobre a interculturalidade não tem tido visibilidade necessária, além de se verificar uma tentativa de subjugação de grupos sociais minoritários, com base em critérios de natureza fenotípica, processo corolário das práticas coloniais (Anjos, 2002). A maioria dos imigrantes que constituíram unidade de análise de um estudo anteriormente realizado tem experimentado episódios de discriminação, racismo e xenofobia. Simone, uma muçulmana cabo-verdiana que, pelo casamento com um muçulmano se converteu ao islamismo, sustenta que: *quando converti, a minha família não aceitou, tivemos algumas dificuldades de relacionamento. Criticavam-me bastante sobretudo no que tem a ver com a poligamia, com a nossa posição de oração, os vestuários e com o fato de eu ter casado com um "mandjaku"*.

Por seu lado, Paulo, um muçulmano Bissau-guineense casado com duas mulheres cabo-verdianas muçulmanas, argumenta que: *as pessoas nos chamam de mandjakus como uma forma de nos menosprezar, de achar que são superiores a nós. Só porque somos pretos, chamam-nos de mandjaku, criminosos, dizem que não gostamos de tomar banho, riem-se das nossas roupas, da nossa forma de comer...*

De igual modo, Ana afirma que *quando casei com o meu marido, que é um muçulmano e mandjaku, todos os meus amigos e familiares me criticaram. Desesperei-me (...) Pensei em desistir da minha relação porque não aguentava mais.*

Existe uma infinidade de situações que denunciam estas práticas, contudo, são maquiadas de tal forma que o discurso dominante acaba por conceber o cabo-verdiano enquanto "um povo de morabeza", "supercordial" e bastante acolhedor e, deste modo, negando a existência de preconceito na relação com o "outro", conforme denuncia Costa (2010). Analisando esses pressupostos, à luz dos argumentos apresentados por Anjos (2002, p.34), percebe-se que os juízos de hierarquia que ainda existem na relação com o "outro" são remanescentes do processo e do passado coloniais em que *concebiam de forma estanque e piramidal, a relação entre categorias de população, apresentando essa orientação geral de valor para a segregação e hierarquização da população em brancos e negros*. Tais pressupostos nos remete para o que Martiniello (2012) considera ser

> *une tendance à la fragmentation sociale, économique, ethnique, raciale et religieuse dans laquelle ces diverses dimensions peuvent se superposer. Cela donne lieu à l´expression de différentes formes d´intolérance et de pratiques discriminatoires dont souffrent surtout les populations minoritaires.*

De acordo com Barros e Furtado (2014), um número significativo de imigrantes residentes em Cabo Verde provém da Costa Ocidental Africana, particularmente da Guiné-Bissau (39%), Senegal (15%), Nigéria (5%), Europa especificamente Portugal (16%), Itália (7%), sendo 74% do sexo masculino.

Numa entrevista concedida ao Jornal "Público" em Março de 2016, a pesquisadora Eufémia Vicente Rocha chama à atenção para o fato de haver diferentes formas utilizadas para a categorização dos cidadãos não nacionais, tendo em consideração que os costa-ocidentais são considerados imigrantes enquanto os da origem europeia ou norte americana são considerados cooperantes e/ou colaboradores nos projetos de desenvolvimento local. Tal pressuposto nos remete à questão que tem merecido algumas reflexões nos ambientes académicos, questionando o que de forma recorrente se tem anunciado de que Cabo Verde é um país de acolhimento e de morabeza, forjando, desse modo, o seu estatuto de especificidade em relação aos demais países da África. As recolhas etnográficas feitas no decurso da realização dos trabalhos do fim de curso de graduação e pós-graduação contrariam tais afirmações e denunciam situações preconceituosas contra os cidadãos nacionais que se converteram ao islamismo e os da sub-região africana residentes em Santa Cruz. Larissa, uma muçulmana cabo-verdiana casada em situação de poligamia, acrescenta que não consigo vestir a burka para ir à mesquita porque as pessoas riem-se de mim. Por seu lado, Nilton, um muçulmano senegalês residente m Santa Cruz afirma que não consigo fazer as orações diárias se não estiver em casa porque as pessoas costumam dizer "odja modi ki mandjakus ta reza".

Numa entrevista concedida ao Jornal "A Semana Online" de 10 de Agosto de 2010, Suzano Costa denuncia o fato de:

> *O discurso legitimador comummente veiculado a propósito da representação social do cabo-verdiano redunda, quase invariavelmente, em devaneios narcisistas que prestam tributo à singularidade do "povo das ilhas", à sua morabeza, à sua excecionalidade na relação com o "outro" e a particularidades várias na "arte do bem receber".*

Trata-se de um discurso que teve a sua origem com os movimentos literários surgidos desde a época que antecede a independência nacional e que, na atualidade, ainda faz eco, o que torna necessário proceder à sua desconstrução por ser ambíguo, essencialista e contraditório, pois, o critério principal da aplicabilidade do princípio de morabeza é de natureza fenotípica, ainda que não expressa de forma manifesta. Pensar sobre a "construção social da realidade" cabo-verdiana estribada na homogeneidade e, subordinada à premissa "do funco ao sobrado" pode refletir, à luz dos argumentos de Furtado (2012, p.147), uma certa *esquizofrenia identitária*, tendo em conta *que as dinâmicas interculturais resultantes da imigração de africanos provenientes da África Ocidental fizeram emergir, no discurso e nas práticas sociais e culturais dos cabo-verdianos, comportamentos assentes na diferenciação étnica e racial.* Quando se refere aos cidadãos oriundos da costa ocidental africana, depara-se com um discurso que, por um lado, procura homogeneizar o outro *numa designação étnica única (mandjakus), legitimada*

*pela origem geográfica – continente – e por uma racialização disforme – negro (*FURTADO, 2012, p.147) e, por outro lado, procura-se privilegiar *as bases culturais diferenciadoras da nação e do homem cabo-verdiano, bem como do seu ethos específico* (Idem, p.146), colocando o cabo-verdiano num patamar superior se comparado com os demais povos africanos. A tentativa falhada dos cabo-verdianos se afastarem dos grupos sociais provenientes da sub-região africana traz a nu a pretensão de demonstrar que *"anós nu ka sima és"*, (ROCHA, 2017). Este distanciamento acaba por enaltecer grupos sociais específicos, enquanto civilizados e demonstrar que a matriz hegemónica presente no expansionismo europeu ainda se faz eco na realidade social cabo-verdiana. O que se tem amiúde, é uma tentativa dos cabo-verdianos não assumirem nem a identidade africana, nem a europeia e defendem que a identidade cabo-verdiana resulta da fusão das duas culturas, fazendo uma ponte com os argumentos de Anjos (2002), ao defender que a construção da cabo-verdianidade insere no quadro do discurso colonial português.

De notar que esta perspetiva é bastante atual e, ainda persiste na sociedade cabo-verdiana a valorização da "supercordialidade" do povo das ilhas. Contudo, trata-se de uma "construção social da realidade" que procura, à luz dos argumentos de Costa (2010), recusar a existência de preconceitos, discriminação e xenofobia, na relação com o outro originário da sub-região. Atrelado a esta linha de pensamento e, de acordo com Barros e Furtado (2014), percebe-se que as trajetórias dos cidadãos da costa ocidental africana são marcadas por um conjunto de procedimentos legalmente instituídos e auto-excludentes, que acabam por constituir um obstáculo ao processo da regularização e de acesso ao mercado de trabalho, à habitação, situações exclusivas a estes grupos sociais. Ajuda-nos a perceber esses aspetos o argumento do Paulo ao afirmar que:

> *Eu precisava arrendar um quarto para morar, um amigo meu me informou que o proprietário da casa onde morava tinha disponível um quarto para arrendamento. Fui ter com o proprietário, ele me disse que não vai arrendar quartos para "mandjakus" porque depois vão amontoar muitas pessoas no mesmo quarto o que acabaria por incomodar os vizinhos.*

Furtado (2012) chama atenção para o fato de os episódios de racismo, preconceito e outros atos de xenofobia vivenciados pelos cidadãos da costa ocidental africana serem procedimentos que demonstram a criação de estereótipos negativos imputados diretamente aos grupos de cidadãos oriundos de um contexto geográfico específico, baseados essencialmente na cor da pele e nos traços culturais que lhes são próprios. Nesta linha explicativa, Costa (2010) denuncia que a utilização da designação de "*mandjaku*", traz consigo uma carga pejorativa e estigmatizante. O mesmo autor reconhece a ausência de políticas estruturantes para o setor da imigração e os obstáculos que emergem, deliberadamente às tentativas de legalização. Inscrevem-se neste quadro, os argumentos de Rocha (2015; p. 81) ao sustentar que:

> *A denominação de "mandjaku" entronca-se num plano mais genérico de estigmatização que se baseia numa generalização de modo a se mascarar na sua diversidade aqueles que são alvos de estigma; engendramos ou impingimos uma determinada forma de agrupá-los e identificá-los, todos são mandjakus como forma de diferençar.*

Além disso, estes procedimentos demonstram o não reconhecimento do contributo da imigração para a sociedade cabo-verdiana e, um certo esquecimento de que o processo migratório marca a trajetória de todos os cabo-verdianos que, em contextos de acolhimento, poderão ter passado por situações idênticas, conforme argumenta Rocha (2013). Esse esforço improdutivo do cabo-verdiano se tentar colocar num patamar superior, encoberto pelo discurso de ser acolhedor e especial, além de subalternizar grupos sociais provenientes de um contexto geográfico e categorizá-los de forma pejorativa e estigmatizante, acaba por ilustrar a configuração específica que esta problemática assume no contexto social cabo-verdiano. Com base em critérios fenótipos, se define o imigrante enquanto negro proveniente da costa ocidental africana e, num polo oposto, define-se o turista ou cooperante de procedência europeia ou americana (COSTA 2010) e é branco, necessariamente. Essa perspetiva racializada acaba por definir a forma como são percecionados os grupos de cidadãos da sub-região e se reflete diretamente na forma como são acolhidos e integrados na sociedade. Tais constatações realçam ainda, a necessidade de articulação entre a igualdade e a diferença cultural em todos os contextos marcados pelo hibridismo cultural, sem esquecer as tendências contraditórias que poderão ocorrer, sendo certo que a coesão social e política está intimamente ligada à implementação de medidas que promovam relações interculturais sólidas, pois, a coesão social pela assimilação de grupos subalternizados não oferece condições equitativas para o empoderamento das minorias inferiorizadas e, muito menos, a construção de uma sociedade democrática e igualitária (Candau, 2012). Relativamente a Cabo Verde pode-se admitir, ainda que por hipótese, que a não assunção de um posicionamento efe-

tivo em relação a essa demanda poderá estar atrelada à discussão proposta por Furtado (2012, p.144) que, numa reflexão sobre a ausência dos conceitos de classes sociais, raça e etnia nas produções de Ciências Sociais em Cabo Verde, sustenta que *as fronteiras e os mutantes marcadores identitários, por um lado, e a sublimação e/ou negação de valências identitárias não hegemónicas, por outro, são cruciais para o entendimento desse silêncio, das omissões ou das transmutações conceituais*. Assim, a negação da existência de episódios de racismo, discriminação e demais atitudes xenofóbicas do cabo-verdiano na relação com o "outro" da sub-região ou com os conterrâneos acabam por anular os fundamentos que justificam tais reflexões, sob a falsa premissa de que todos somos iguais.

Por seu lado, os "*mandjakus*", além de serem pejorativamente agrupados, são marginalizados, desprezados e, nalguns casos, são associados às várias atividades ilícitas e criminosas. Nilton afirma que num *certo dia, estava numa rua à frente do local onde trabalho, parou um carro de polícia que abordou um jovem que caminhava na rua, ouvi alguém afirmar "é debi sta ta bendi droga certo. Amigus gosta de dinheru"*. Ilusoriamente, parece haver uma certa aproximação entre os cabo-verdianos e os cidadãos da sub-região africana, quando, nas interações sociais, os categorizam de "amigos". Contudo, Costa (2010) chama atenção para o fato de:

> *A evolução da nomenclatura de "mandjaku" para "amigo" [que se afigura nas relações sociais estabelecidas com o cabo-verdiano], é meramente retórica, nominal e transitória, emergindo apenas em contextos de interação económica e comercial. Além de ilusória – uma vez que encobre uma pretensa relação de proximidade, encapota situações de exploração económica protagonizadas pelo ilhéu ao regatear o preço dos produtos comercializados.*

Fica evidente o carácter fluído e subtil que configura os preconceitos impregnados nas relações sociais com os cidadãos da sub-região, realçando a necessidade de desvelar e questionar esta falsa aproximação que mais não é do que a tentativa de tirar benefícios próprios nas relações comerciais que estabelecem através da deflação dos preços dos produtos que comercializam. Trata-se de uma situação específica destes grupos sociais, tendo em conta que, em relação aos comerciantes chineses, dificilmente se discute o preço aplicado aos seus produtos e, muito menos, estipular quanto o cliente quer pagar pela aquisição do mesmo, como acontece com os cidadãos da sub-região.

Martiniello (2012, p.43), ao refletir sobre os problemas e obstáculos para a promoção das relações interculturais coesivas, questiona o fato de:

> *En se centrant sur la culture, la religion et le dialogue interculturel et interreligieux, on tend parfois à oublier que le processus de formation et d'affirmation des identités culturelles et religieuses et les processus de marginalisation, d'exclusion, voire d'exploitation économique sont intimement liés.*

O fato de os cidadãos da costa ocidental africana, residentes em Santa Cruz praticarem a crença islâmica agrava ainda mais os atos preconceituosos, estigma e discriminação, tendo por base as manifestações religiosas e culturais que lhes são específicas. De igual modo, as muçulmanas cabo-verdianas são discriminadas, tendo em conta a nova religião adotada, a forma como se vestem para ir à mesquita, as relações afetivo-conjugais estabelecidas, de entre outros aspetos específicos deste grupo social. Marta, uma muçulmana Bissau-guineense residente em Santa Cruz há mais de dez anos afirma que:

> *Quando cheguei do meu país, até os cães se estranharam com a forma como eu vestia! Saí para ir rezar com os amigos porque na altura não havia Mesquita aqui em Santa Cruz, um cão se estranhou tanto comigo porque usava a burka que acabou por rasgar a minha roupa, tive que voltar para casa para vestir uma roupa normal. As pessoas olhavam curiosas e riam sem parar. Umas diziam: "catxor spanta ku kes kuzas ki es ta usa pes bai reza la".*

Por sua vez, Vicente acrescenta que *na minha terra, comer com a mão é tão normal quanto comer com uma colher aqui em Cabo Verde mas aqui não como com a mão porque as pessoas consideram ser falta de higiene*.

Essa insistente recusa da existência de racismo e atos preconceituosos na relação com o "outro" da sub-região na sociedade cabo-verdiana, acaba por não conceber espaço para que diferentes identidades culturais se manifestem, por um lado, e criar condições para que haja sobreposição de matrizes culturais. Além disso, essa negação permite que este esquema de desvalorização da diferença encontre formas cada vez mais subtis de se expressar e de se tornar cada vez mais invisível na sociedade, desviando o foco para outras direções.

Torna-se necessário criar espaços para que diferentes manifestações culturais se expressem, num mesmo contexto, sem que haja sobreposição de culturas e de forma que os diferentes grupos socioculturais mantenham suas *matrizes culturais*

de base, (Candau, 2012) e que nenhuma tradição cultural se posicione enquanto detentora da verdade absoluta. Para a operacionalização desses princípios, parece ser necessário assumir nos discursos quotidianos e nos espaços públicos que existem preconceitos, discriminação e atos xenofóbicos que, de forma muito fluída e subtil, permeiam não somente as relações sociais estabelecidas com os cidadãos da costa ocidental africana, como também se encontram impregnados ao nível institucional e legal e que se refletem diretamente na definição e implementação de políticas públicas homogeneizantes que não levam em conta a pluralidade cultural que marca o contexto atual cabo-verdiano. Ajuda-nos a clarificar tais constatações, as análises de Rocha (2017, p.9) que, ao refletir sobre o processo de integração dos cidadãos da costa ocidental africana em Cabo Verde, reconhece que *há necessidade de maiores articulações entre as diferentes instituições que lidam com a imigração e o desencadear de ações mais sistemáticas*, podendo significar que os mecanismos legais adotados não estão dando conta dessa temática na sua complexidade

Nesta lógica argumentativa, percebe-se que a interculturalidade se constitui enquanto ferramenta importante para a redução e/ou eliminação de diferentes formas de intolerância e práticas discriminatórias a que diferentes grupos sociais minoritários são vítimas. Atrelada à linha de argumentação de Martiniello (2012), pode-se considerar que as construções estereotipadas advindas de abordagens reducionistas e etnocêntricas sobre os muçulmanos, anulam as características culturais heterogéneas desse grupo, deixando de considerar que os contornos da identidade muçulmana e as suas fronteiras estão em constante mutação, resultantes, por um lado, da negociação e das lutas de poder que ocorrem dentro do próprio grupo e, por outro lado, das influências externas resultantes do contato e da convivência com outros grupos em interação. Assim, o mesmo autor adverte sobre o risco que *"réduit l'identité des ressortissants (légaux ou d'origine) de pays où domine l'Islam à sa seule dimension religieuse"* (Idem, p.43), esquecendo-se que o processo de formação e afirmação das identidades culturais e religiosas e o processo de marginalização e exclusão são indissociáveis.

Se, por um lado, a chegada dos imigrantes provoca alterações nas estruturas sociais do contexto de acolhimento, desde os padrões de conjugalidade, às relações de parentesco, de entre outras, por outro lado, o contexto de acolhimento acaba por exercer uma forte influência no quotidiano dos imigrantes que se veem impelidos a negociar a construção da sua nova identidade num contexto onde são minoria. Nilton afirma que *quando eu vivia no Senegal, conseguia rezar, conforme manda o Corão. Rezava cinco vezes ao dia, independentemente do lugar onde me encontrava. Quando for o horário especifico das orações, cada um se posiciona e começa a sua prece a Allah. Aqui isso não é possível, mas juntamos todas as orações e rezamos a noite*.

Neste quadro, os argumentos de Lucchinni (2012, p. 106) esclarecem que *les cultures ne sont pas figées une fois pour toutes, elles ne sont pas immuables; elles sont faites d'une part de stabilité et d'une part de variation, d'adaptation continue à l'environnement et d'évolution en fonction des situations et des interactions multiples*. *Por seu lado, Ana acrescenta que como não sei rezar em árabe, o meu marido me ensina o significado das palavras, escrevo-o em crioulo para ajudar-me na compreensão das orações*.

Grupos étnicos distintos, em interação e inter-relação, promovem intercâmbio de traços culturais específicos de cada um, o que exige uma filtragem de novos elementos socioculturais e um esforço de articulação entre os vários elementos, sob o forte peso da formação religiosa e cultural. Com base nisso, percebe-se que, à luz dos argumentos de Hall (1997, p.17), *as sociedades modernas não têm nenhum núcleo identitário supostamente fixo, coerente e estável*, realçando, deste modo, a flexibilidade e a mutabilidade das categorias identitárias e o intenso hibridismo cultural, marco característico da contemporaneidade. Quando não se está no contexto cultural próprio, torna-se necessário compreender o diferente e recriar estratégias que permitam adaptar-se aos novos contextos. Paulo descreve que:

> *Uma pessoa não pode ir na terra estrangeira para impor o que considerar o mais correto, por isso eu uso roupas que se vestem aqui, embora no meu país se vista diferente, caso contrário então eu deveria ficar no meu país. Eu não posso dizer não eu não vou vestir isso ou não se deve vestir isso eu estaria a arranjar problemas. Eu vou vestir como os cabo-verdianos se vestem eu estou de bermuda e t-shirt porque é assim que os cabo-verdianos se vestem (...) como somos jovens, somente na hora de ir à igreja é que uso roupas grandes (thoub ou a jalabiyah) e quando eu voltar, tiro e guardo e uso roupas normais como as usadas aqui.*

Isto demonstra, por um lado, que a cultura tem a capacidade de moldar o comportamento dos indivíduos cujas normas influenciam os sentimentos, as formas de sociabilidade, as funções que homens e mulheres desempenham na sociedade, de entre outros e, por outro lado, realça as constantes mutações, adaptações,

reinterpretações e reconstruções resultantes da coexistência, dentro do mesmo espaço social, de elementos socioculturais de origens diferenciadas. De notar que as constantes mutações e reconfigurações que ocorrem nas práticas culturais, não resultam exclusivamente do contato entre culturas distintas, mas também, no interior da mesma cultura e, neste caso específico, acabam por provocar reinterpretação das tradições étnico-religiosas. Enquanto Vicente um dos elementos da primeira geração de muçulmanos imigrantes chegados em Santa Cruz sustenta que *o Corão estipula que o lugar da mulher é em casa para cuidar do marido e dos filhos*, Nilton considera que *essa prescrição não tem fundamentos religiosos e que se trata de uma estratégia do homem manter a mulher afastada da vida pública*. Ajuda-nos a compreender esses dissensos entre diferentes gerações de muçulmanos, os argumentos de Luchini (2012, p.107) ao considerar que:

> *Les pratiques culturelles (autrement dit les agissements des groupements humains) évoluent à l'intérieur d'une même culture, qui n'est pas un ensemble homogène, des différences existant[es] en son sein selon les caractéristiques sociologiques de ses membres, telles que l'âge, le genre et l'appartenance socioéconomique ou géographique.*

Percebe-se uma certa resistência no seio dos muçulmanos da primeira geração em aceitar uma interpretação diferenciada dos versículos corânicos, enquanto os da segunda geração que, estando em contato com padrões culturais de outras sociedades, procuram construir uma interpretação que garanta uma maior igualdade de distribuição de papéis entre os fiéis, independentemente de serem homem ou mulher, pois, acreditam que a flexibilização e conciliação dos preceitos corânicos é uma condição básica para a sua integração na comunidade de acolhimento.

PROCESSOS, ESTRUTURAS E NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE QUE RECONFIGURAM A IDENTIDADE DAS MULHERES CABO-VERDIANAS MUÇULMANAS

As culturas islâmica e ocidental judaico-cristã possuem bases e estruturas diferenciadas, atribuindo significados distintos às várias dimensões da vida. Trata-se de duas realidades distintas, marcadas por uma grande diversidade cultural que varia desde a forma de se vestir, de praticar os cultos religiosos, à posição que a mulher ocupa na família, na sociedade, a sua autoafirmação na música, na dança, na gastronomia, no contato corporal, dentre outros, de acordo com o que sublinha Tavares (2015). A religião e cultura muçulmanas exercem uma profunda e abrangente influência no quotidiano dos seus fiéis e as atitudes e condutas de comportamento tendem a seguir rigorosamente os preceitos religiosos islâmicos. Contudo, deve se ter em devida conta as contradições inter e intrageracionais existentes no seio da comunidade muçulmana, o que exige negociações e articulação das diferenças, tendo em conta os valores predominantes no contexto de acolhimento.

Ao adotarem o Islão como opção religiosa as cabo-verdianas se esforçam em reformatar as suas perceções, emoções, sentimentos, condutas e procedimentos, inscrevendo-se, para tal, nos preceitos religiosos e nas práticas da tradição islâmica que lhes conferem uma nova forma de ser e de estar na comunidade. Simone faz a ablução antes de entrar na mesquita, coloca o lenço que cobre o cabelo e se estende até as mãos, usa vestidos grandes que chegam aos pés e faz girar o rosário (*masbaha*) entre os dedos. Sozinha, na mesquita, antes do início do culto, ela coloca os joelhos no chão, estende as mãos e reza em voz baixa. Por três vezes, bate com a testa no chão, cospe nas mãos e passa no rosto[1].

Muda-se da religião e, consequentemente, a vivência da fé. Trata-se de procedimentos adquiridos na nova religião, resultantes da interação com cidadãos da sub-região africana e que enforma a atuação da Simone num espaço sagrado e reservado, onde ela pode expressar a sua fé, sob a aprovação do grupo. Ajuda-nos a compreender esta passagem, os argumentos de Mahmood (2006, p.142) que, ao reformular o conceito de habitus, sustenta que *refere-se a um esforço consciente para a reorientação da vontade, motivada pela concordância entre motivações internas, ações externas e estados emocionais através da prática repetida de atos virtuosos*. Na verdade, Simone se esforça em adquirir competências em relação aos preceitos corânicos que se traduzem na aprendizagem, memorização e exteriorização de diferentes procedimentos ao longo do culto onde o corpo, a mente e as emoções são treinados para este fim.

As práticas da tradição islâmica estipulam que a mulher deve vestir-se de forma discreta, ser modesta na forma como anda, não expor a sua beleza para o homem que não seja o marido, manter uma certa distância de homens que não fazem parte do seu círculo familiar, de entre outras obrigações.

1 Descrição do diário de campo, 19 de janeiro de 2018 - Mesquita

Se na mesquita, elas evidenciam traços característicos da cultura islâmica através das performances dos rituais, das orações e do uso do *hijab*, nas comunidades onde estão inseridas evidenciam traços caraterísticos da cultura local. Simone usa saia acima do joelho, blusas de alça fina e não usa lenço, nem na hora de preparar o grelhado, o que seria recomendável por questões higiénicas. As experiências de vida adquiridas antes da conversão e as redes de amizade estabelecidas refletem diretamente na forma como essas mulheres interpretam a realidade social, enquanto o processo de conversão é visto como uma possibilidade de articular interesses pessoais com os ensinamentos religiosos.

A comunidade onde essas muçulmanas se encontram inseridas e onde são minoria, exerce um peso muito grande no seu quotidiano, seja as imigrantes, seja as convertidas, o que reflete diretamente na forma como estruturam as práticas relacionadas com o comportamento, particularmente quando estão na rua. Simone argumenta que *eu não faço as orações quando estou fora de casa porque a performance do culto chama atenção das pessoas nas ruas e sei que vou ser alvo de desprezo por partes dessas pessoas*[2].

Simone já vivenciou situações de manifestação de racismo e preconceitos que acabaram por impedi-la de vivenciar a sua nova fé num espaço público, obrigando-a a usar estratégias para salvaguardar aspetos típicos da sua nova religião.

Apesar de Simone ser cabo-verdiana, o fato de ela ser casada com um cidadão da costa ocidental africana acaba por legitimar práticas racistas protagonizadas por cabo-verdianos, ampliando ainda mais, o alcance dos aspetos que configuram preconceitos e discriminação na sociedade, para com os cidadãos da sub-região. Quando vai à Mesquita, Simone costuma vestir uma "roupa apropriada", em alguns dias, leva essas roupas na mala e muda na hora do culto e, quando o culto termina, ela tira e coloca na mala de novo e volta para casa com roupa "normal". Na maioria das vezes, Simone usa vestidos, de cores neutras, tradicionalmente conhecidos por "*bubú*", não usa maquiagem, mas, costuma colocar esmalte nas unhas dos pés e leva sapatos rasos e, nalgumas vezes, coloca cabelos artificiais. Na mesquita, ela coloca um lenço grande que cobre o cabelo, os ombros e os braços, deixando de fora somente as mãos que seguram o rosário (*mashaba*). Usa um pano grande amarrado à cintura que cobre até os pés. Quando vai à venda, leva calças jeans, t-shirts iguais a qualquer menina da mesma idade e que mostram a feição corporal. Não demonstra nenhuma preocupação em cobrir os braços, os ombros, os joelhos ou o cabelo. Simone muda os elementos da sua aparência em função da informação que pretende transmitir sobre a sua nova identidade assumida. Na mesquita, é muçulmana, identificada através do modelo do vestuário que utiliza e pelos gestos que executa ao longo do culto, nas ruas de Pedra Badejo, ela é uma mulher igual a qualquer outra da sua idade que não pertence a este modelo cultural. Ao falar com ela sobre este aspeto, ela argumenta que:

> *O meu marido disse que, no dia-a-dia, devemos usar as roupas iguais as usadas por outras pessoas, para que não sejamos tratados como sendo diferentes. Se vestir as roupas grandes, todos os dias, até os clientes vão me estranhar porque não estão habituados a este tipo de vestuário aqui. Nalguns casos, as pessoas ficam a criticar, então eu prefiro não ser diferente, desde que uso roupas com respeito e moderação.* [3]

Nenhuma das cabo-verdianas muçulmanas cumpre integralmente as restrições que o código moral e religioso islâmico impõe. Tendo em conta que são minoria, não conseguem concentrar a sua vida social na comunidade muçulmana. Às sextas-feiras algumas frequentam a mesquita, mas, no dia-a-dia, dividem os mesmos espaços com os não-muçulmanos e isto demonstra a coexistência de diferentes modelos culturais, o que proporciona a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais, assim como chama a atenção ao risco de uma visão essencializada de sua constituição conforme sustenta Candau (2012). Apoiado nessa linha de argumentação pode-se ver que Simone faz uso de diferentes recursos culturais postos à sua disposição para potencializar os processos de empoderamento, enquanto grupo minoritário e, nalguns casos inferiorizados, para construir a sua autoestima, a sua autonomia num horizonte de emancipação social. Simone adota uma nova trajetória de vida que, associada a uma identidade religiosa, acaba por propiciar uma reinterpretação da vida. Por outro lado, e porque o marido disse que assim é que deve ser, percebe-se como se encontram estruturadas as relações de género num contexto mais restrito e o peso que Simone atribui à fala do marido. Se o marido disser que ela pode vestir igual a qualquer mulher não muçulmana, ela veste e não tem erro nisso. O mesmo acontece com a Larissa. Nestes casos, a perceção do marido relativamente ao vestuário se sobrepõe ao que se encontra prescrito na doutrina corânica e noutros normativos e acaba por condicionar a forma como as esposas definem as práticas relacionadas com o vestuário e o modo como elas mesmas se apresentam na sociedade.

2 Descrição de diário de campo, março de 2017

3 Descrição do diário de campo, 12 de outubro de 2017 – Local de venda de Simone

Assim, as práticas da tradição islâmica constituem um conjunto de disposições que enformam o modo de ser e de estar das cabo-verdianas muçulmanas que se expressam através da forma como se vestem em determinados momentos e lugares, a performance corporal no momento da realização das orações na Mesquita, a forma como constroem as novas redes de sociabilidade, o exercício de determinadas profissões, a forma como se alimentam, de entre outras.

Enquanto mulher e casada com um muçulmano existe algum cuidado que se deve ter em conta quanto ao tipo de relações sociais que se estabelece com os vizinhos, familiares e amigos. Larissa argumenta *que a vida de casada com um muçulmano é igual a qualquer outra porque o meu marido me respeita e respeita os meus filhos, a religião muçulmana diz que eu não posso falar com um homem a sós e nem pegar nas mãos dele, se não for o meu marido porque não se pode fazer, temos que aguentar*. Larissa reconhece a necessidade de "aguentar" uma restrição que afeta diretamente o seu relacionamento com as pessoas que a cercam, sem se questionar e muito menos contrariar a situação que o marido explicou que a religião proíbe.

Nas idas ao local de trabalho da Simone, em nenhum momento pude perceber alguma atitude ou expressão que remeta à vivência da nova fé religiosa. Não consegui ver nenhuma mudança em termos de comportamento, na forma como ela se relaciona com as demais pessoas que não fazem parte do seu círculo familiar, o trabalho que ela executa todos os dias, a forma como ela se veste e arruma o cabelo, o que sugere que, não obstante a religião e a cultura islâmicas exerçam uma grande influência no quotidiano dos crentes, essa influência é negociada e readaptada, de tal forma que não altera visivelmente a aparência dos seus fiéis nesta comunidade. Aparentemente, ninguém consegue identificar essas mulheres como sendo muçulmanas. Para elas, a preocupação maior, além de não desapontar o marido, é salvaguardar a essência da religião. Fazer sempre o bem ao próximo e respeitar as outras religiões.

Nalguns espaços domésticos, a vivência da fé e das práticas da tradição islâmica ganha maior expressividade. No interior da casa da Simone e do Paulo, deparamos com fotos dos grandes líderes religiosos, livros de oração, terços (*masbaha*) pendurados na sala e peças de vestuário específicas. Nas horas destinadas à realização do culto, Paulo, Simone e a filha menor colocam as roupas apropriadas para o momento, fazem a ablução, sob a orientação do Paulo e começam a oração na língua árabe, segundo as orientações do Paulo. Posicionam-se na mesma fila, fazem todas as performances corporais que o culto exige e, no final, se cumprimentam e a oração termina. A filha de quase 4 anos acompanha os pais na realização dos rituais, embora vez ou outra se distraia. O culto é orientado pelo marido, enquanto a esposa e filha sussurram, em voz bem baixinha que, praticamente, não se ouve[4]. Num contexto onde o Islão é uma opção religiosa da minoria, *a família assume o papel de principal espaço e instrumento de socialização e aprendizado da cultura muçulmana* (CASTRO, 2008, p.90). Percebe-se ainda, no interior da casa, uma articulação entre traços culturais específicos da cultura islâmica e da cultura cabo-verdiana, desde a ornamentação da sala, os objetos de decoração, além de existir um aparelho de televisão em que a família acompanha os programas da Televisão de Cabo Verde e outros canais, e um aparelho de rádio. Esses dados etnográficos permitem admitir que as práticas da tradição islâmica alteraram o modo de vida da Simone mas não provocaram uma rutura completa com a sua cultura de origem e a sua identidade é moldada pelos aspetos ligados à cultura islâmica e por aspetos ligados à cultura cabo-verdiana, numa perspetiva de articulação e negociação dos seus elementos. Assim, Simone afirma que *eu procuro cumprir o que o Islão ensina porque não é uma religião muito diferente da católica. É-nos ensinado a fazer o bem, a não expor o nosso corpo porque é sagrado, a não comer comidas e usar bebidas proibidas pela religião. De resto é igual com a religião que eu tinha antes.*[5]

Num contexto onde os muçulmanos são minoria, a legitimação pública das práticas religiosas e culturais, ficam bastantes condicionadas, uma vez que nenhum muçulmano faz o ritual do culto fora de casa ou da mesquita, por pensarem que poderão ser vítimas de chacota por parte da sociedade. Paulo afirmou que:

> *Quando trabalhava no mercado, fazia a primeira oração antes de ir para o trabalho, mas o momento da realização da oração das duas da tarde, encontrava-me ainda a trabalhar. Falei com o patrão e ele permitiu que tirasse não mais de cinco minutos para rezar. Ia para um espaço mais tranquilo, usava a água do trabalho para fazer a ablução e rezava. Não fazia os movimentos que fazemos na mesquita para não chamar à atenção das demais pessoas, mas rezava todos os dias. Os meus amigos que vendem no mercado atualmente procedem da mesma forma. Discretamente fazem as suas orações diárias.* [6]

4 Descrição do diário de campo, 6 de março de 2015 – casa da Simone
5 Descrição do diário de campo, 15 de janeiro de 2018 – local de venda de Simone
6 Descrição do diário de campo, 17 de dezembro de 2017 – residência do Paulo

O fato de não poderem realizar na rua os movimentos que o culto exige, sugere que o meio onde estão inseridos acaba por criar mecanismos reais e/ou simbólicos que impedem a manifestação de diferentes identidades culturais e cria condições para que haja sobreposição de matrizes culturais, numa relação assimétrica e excludente, estribada na desvalorização da diferença, pois, quando se trata da realização de cultos das religiões cristãs, a comunidade venera e concebe isso como sendo a demonstração e a vivência da fé. Este fato espelha a atitude discriminatória que se tem em relação, se não à manifestação cultural, pelo menos à vivência da fé dos cidadãos provenientes da sub-região oeste-africana, de forma particular os que professam o islamismo. As normas e práticas islâmicas influenciam a forma como as cabo-verdianas encaram e interpretam a realidade social, mas não são determinantes na reelaboração da sua identidade enquanto muçulmanas.

Cada uma das cabo-verdianas muçulmanas vivencia, incorpora e exterioriza as práticas da cultura islâmica de forma distinta e um dos eixos da reformulação da sua identidade passa pelo contato, manipulação, readaptação, negociação e transmissão dos novos símbolos, princípios e normas pertencentes a este modelo cultural. Tais procedimentos estão vinculados à forma como as mesmas são socializadas na fé religiosa, maioritariamente, pelo marido e na comunidade muçulmana onde estão inseridas.

A socialização na nova fé religiosa e nas práticas de cultura islâmica reflete diretamente na forma como esses princípios são corporificados e externalizados no dia-a-dia pelas cabo-verdianas muçulmanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sistemas culturais distintos entram em contato e os sujeitos negoceiam suas pertenças culturais adaptando-as ao contexto de acolhimento e de contato, salvaguardando os traços mais substantivos das respetivas culturas e religiões, como forma de facilitar a inter-relação entre diferentes grupos e a construção de múltiplas redes de sociabilidade. A construção das relações sociais deve pautar-se no reconhecimento, respeito e valorização das diferenças culturais, pois, a homogeneização de grupos sociais anula as especificidades de cada elemento e concebe ferramentas para a construção de uma visão estereotipada, preconceituosa, essencializada e racializada do "outro". Torna-se necessário proceder a um diagnóstico profundo sobre a incidência de atos preconceituosos e práticas discriminatórias nos diferentes contextos sociais cabo-verdianos e, deste modo, obter ferramentas que permitam descrever um quadro consolidado e que sirva de base à definição de ações que promovam a pluralidade cultural, passando necessariamente pelo reconhecimento e valorização das diferenças culturais enquanto elementos de construção da igualdade. As diferenças culturais não devem ser concebidas como sendo ameaças à cultura cabo-verdiana, mas como uma possibilidade de enriquecê-la com a incorporação de novos elementos, pois, nenhuma cultura é, por si só, autossuficiente e nem se encontra, mormente num mundo globalizado, em territórios simbólicos e físicos hermeticamente fechados. Percebe-se que as prescrições constantes nos dispositivos religioso e cultural islâmicos acabam por, via os respetivos maridos, enformar os modos de vida das cabo-verdianas muçulmanas. A vivência da fé e da cultura islâmicas é marcada pelo engajamento pessoal das mesmas, que diferem umas das outras, produzindo formas distintas de subjetividades e de interpretação dos preceitos doutrinários e, consequentemente, formas distintas de construção da sua religiosidade. Quando as mulheres cabo-verdianas muçulmanas no seu dia-a-dia usam trajes específicos da cultura cabo-verdiana, usam a língua crioula para fazerem um pedido concreto a Deus e para se comunicarem entre si e com os outros, escutam a música cabo-verdiana, dançam o batuque, usam praticamente a mesma ementa que usavam antes, com exceção de carne de porco, frequentam o culto na Mesquita, usam trajes específicos para o efeito, fazem a performance recomendada durante o culto, esforçam-se por rezar em árabe, acompanham o marido na realização do culto em casa, demonstra o carácter fluído das subjetividades e uma mudança de posicionamento em função do contexto social e cultural onde estão inseridas. Assim sendo, *elas negoceiam ambiguidades e inconsistências nos processos culturais através da articulação de desejos e de posturas sociais e políticas*, conforme pontua Barros (2013, p. 97).

Assim, a reelaboração da identidade dessas muçulmanas pode ser entendida como sendo um processo dinâmico e que se encontra em constante transformação, à medida que vão dar forma aos ensinamentos religiosos e às práticas culturais islâmicas em estreita articulação com traços culturais específicos da cultura cabo-verdiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, J. C. Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

BARROS, L. D. O que importa é a intenção: a reconfiguração do "self religioso" na conversão de mulheres o islã na mesquita da luz. Revista de Estudos da Religião, 2013 (REVER). ISSN 1677-1222, 13(1), 85-111.

CANDAU, V. M.. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade, Campinas, 2012, 33(118), 235-250.

CASTRO C.M. A construção de identidades muçulmanas no Brasil: um estudo das comunidades sunitas da cidade de Campinas e do bairro paulistano do Brás. Tese de Doutorado. São Paulo: UFSCar, 2007.

COSTA, S. Racismo, Discriminação e Xenofobia em Cabo Verde: entre a Pseudo-Morabeza, o Estigma do "Mandjaku" e a Retórica do "Amigo" Disponível em: http://afacedopreconceito.blogspot.com/2010/08/racismo-discriminacao-e-xenofobiaem.html, 2010; Consultado em 28 de Março de 2018.

FURTADO, C. As migrações da África ocidental em Cabo Verde: atitudes e representações. (Tese de Doutoramento não publicada) Universidade de Cabo Verde. Praia, 2012.

FURTADO, C. A. Raça, Classe e Etnia nos Estudos sobre e em Cabo Verde: As marcas do Silêncio, AFROASIA, Salvador, 2012.

HALL, S. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de janeiro: DP&A, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Inquérito Multi-Objetivo Contínuo - Estatísticas das Migrações, 2014.

LUCCHINI, S. - L'interculturalité comme négociation de la différence et de la ressemblance. 105 Les aspects linguistiques. Conceptions du dialogue interculturel en Wallonie et à Bruxelles, 2012, 35.

MAHMOOD, S. Politics of piety: the Islamic revival and the feminist subject. New Jersey, 2005.

MARTINIELLO, M. Promouvoir des relations interculturelles cohésives dans les villes européennes. Conceptions du dialogue interculturel en Wallonie et à Bruxelles, 2012, 35.

ROCHA, E. V. Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde. Praia, Universidade de Cabo Verde, (Tese de Doutoramento), 2009

ROCHA, E.V. Cabo-verdianos e mandjakus: experiências outras de circulação migratória. In Furtado. C. (org). Diálogos em Trânsito Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzada, 2015 (pp.79-105). Salvador: EDUFBA

ROCHA, E. V. O imigrante oeste-africano como o indesejável? Acerca do processo de racialização em Cabo Verde. MEDIAÇÕES - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 22, 2017, p. 105-129.

TAVARES, M. Género e Islão em Cabo Verde: casamentos e relações conjugais interculturais e seus impactos no quotidiano das mulheres convertidas do concelho de Santa Cruz. Trabalho do Fim de Curso de Graduação em Ciências Sociais. Departamento das Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde, 2015.

TRAJANO - FILHO. De volta ao começo: as condições da crioulização nas ilhas de Cabo Verde. In Furtado. C. (org). Diálogos em Trânsito Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzadas, 2015 (pp.25-45). Salvador: EDUFBA

A IMIGRAÇÃO BISSAU-GUINEENSE EM CABO VERDE: ENTRE O ESTIGMA E A MESTIÇAGEM

Eufémia Vicente Rocha

Universidade de Cabo Verde / CIGEF

RESUMO

Quando o contingente de imigrantes aumenta no arquipélago cabo-verdiano a partir da década de 1990, especialmente a imigração oeste-africana, constata-se que os oriundos da Guiné-Bissau são os mais expressivos e a sua presença constante e diária desponta logo processos de estranhamento tanto para os cabo-verdianos como para os bissau-guineenses. Assim sendo, os impactos despertados na estrutura social cabo-verdiana levam-nos a explorar o modo como os discursos em jogo se posicionam a partir dos olhares desses indivíduos do país da biodiversidade.

Dialogar com esta imigração em específico, neste momento, permite-nos tomar o desafio de (re)problematizar os dados qualitativos que fomos recolhendo ao longos destes anos e os escritos decorrentes e propor um ensaio que aponta para diferentes cenários de (não) produção do estigma e (não) identificação de mecanismos de racialização consoante os diversos contextos imigratórios e trajectórias desenvolvidos.

Palavras-chave: imigração bissau-guineense, estigma, racialização, Cabo Verde

NOTAS INTRODUTÓRIAS

As recentes imigrações em Cabo Verde ocuparam um lugar crucial em diferentes esferas e, por conseguinte, têm chamado a atenção dos cientistas sociais que as pensam a partir de vários ângulos nos últimos anos, mas também do próprio Estado cabo-verdiano que é desafiado a definir a sua responsabilidade e actuação em relação a esta matéria além de se preocupar com o ethos emigratório que caracteriza o país e as dinâmicas que desencadeia.

As pesquisas de cunho qualitativo e, em particular, etnográficas complementadas por técnicas como a observação participante e as entrevistas que eu venho desenvolvendo há mais de uma década a partir do campo de estudos das migrações em Cabo Verde e, especialmente, com os imigrantes provindos da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) trouxeram inúmeros questionamentos. Interessaram-me questões que remetem para discursos sobre as diferenças e, consequentemente, para o apego às identidades norteadoras de interacções sociais que vêm tomando como ilustração o encontro entre os cabo-verdianos e os imigrantes em causa: guineenses, senegaleses, nigerianos, etc. Porém, quando menciono "encontro" não tenho a intenção de afirmar que ele é novo com o reconhecimento de que o contingente de imigrantes aumenta no arquipélago cabo-verdiano a partir da década de 1990, especialmente a imigração oeste-africana.

Já em outro trabalho interrogo precisamente a novidade das circulações migratórias em Cabo Verde no contexto da África Ocidental, ou seja, a novidade não é tão recente assim se considerarmos que, historicamente, este arquipélago é fruto desses processos e que o que assistimos na contemporaneidade desta sociedade são traços, tendências e dimensões de outros exercícios (Rocha, 2013). E é justamente com base em percepções, narrativas e práticas geradas a partir das interacções dos imigrantes com as situações que acham na sociedade cabo-verdiana e com os seus indivíduos que fui conduzida à identificação de processos de racialização neste contexto imigratório[1] (Rocha, 2017).

Quando se constata que os oriundos da Guiné-Bissau estão em número mais expressivo e que a sua presença constante e diária, igualmente, desponta pro-

1 O último censo realizado pelo INE, em 2010, dá conta de 14.373 indivíduos estrangeiros residentes, num universo de 491.683, que constituem 2,9% da população. Destes 71,7% provêm do continente africano, onde a maior fatia cabe à CEDEAO com 61,1%; nos países da comunidade, os bissau-guineenses lideram com 38,6%, seguidos dos senegaleses (11,4%), nigerianos (5,1%), guineenses (3,2%) e outros (2,8%).

cessos de estranhamento surgem outras razões para se denunciar o tratamento discriminado de que são alvo, isto é, uma história de irmandade e trajectória comum. Então, centro-me nas configurações subjectivas destes imigrantes sobre Cabo Verde tanto antes como depois de o conhecerem, sobre as suas relações e interacções quotidianas com os cabo-verdianos.

Contudo, o convite da recém-constituída Alta Autoridade para a Imigração, I.P. para dialogar com esta imigração em específico, neste momento, permite-me tomar o desafio de (re)problematizar os dados qualitativos que fui recolhendo ao longos destes anos e os escritos decorrentes.

Neste ensaio, procuro conhecer mais o(s) imigrante(s) bissau-guineense(s) e todo um conjunto de diferenças que de forma multifacetada compõe a(s) sua(s) identidade(s), moldam as suas trajectórias e, deste jeito, a sua comunidade residente. Aqui, há os imigrantes e/ou os estrangeiros, nem todos eles são *mandjakus*[2] e as relações sociais que estruturam, hoje, a sociedade cabo-verdiana apontam para diferentes cenários de (não) produção do estigma e (não) identificação de mecanismos de racialização.

ENQUADRANDO AS (IN)CERTEZAS DAS IMIGRAÇÕES BISSAU-GUINEENSES EM CABO VERDE

Zaki[3] saiu da Guiné-Bissau em 1981 rumo ao Senegal, concretamente, para viver no Sul em Ziguinchor. Tinha apenas 15 anos, mas não via condições para lá ficar; decidiu ir aprender o ofício da costura e tornar-se um profissional dessa área, em vez de se dedicar à agricultura como a sua mãe. Quando criança perdeu o seu pai, natural da Guiné Conakry, e que viera engrossar os contingentes da luta armada pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde e foi criado pela sua mãe, nativa da Guiné-Bissau, da etnia Fula e muçulmana. Não frequentou o ensino formal, assim como os seus pais não tinham tido essa oportunidade.

Trabalhou arduamente em Ziguinchor e, depois de alguns anos, decidiu que era hora de tentar melhorar mais um bocado as suas condições de vida e da sua família emigrando para Angola. Muitos colegas seus tinham conseguido. Entretanto, os custos eram elevados na sua perspectiva e Cabo Verde, também, apresentava-se como um destino elegível por várias pessoas que conhecia. Sendo assim, veio para este arquipélago em novembro de 2004 sem qualquer contacto prévio ou rede de apoio. Mas, arremata que tinha dinheiro no bolso. E passados 6 meses na cidade da Praia resolveu estabelecer-se em Assomada, aonde permanece até hoje trabalhando com costura, arte que já dominava e que lhe permite manter-se e, da mesma forma, sustentar mensalmente a sua esposa, 3 filhos (2 meninas e 1 menino), que estão no sistema escolar, e demais familiares além de ter conseguido comprar um terreno na sua região, Bafatá, e construir a sua casa.

No mercado municipal de Assomada (e antes no Sucupira) paga a taxa de ocupação, a chamada "porta", diariamente no valor de 120$00 (cento e vinte escudos) à Câmara Municipal de Santa Catarina, por um pequeno canto em que tem instalada a sua máquina de costura, o seu banco e o do cliente, um cabide com algumas peças de uniforme escolar expostas e os vários sacos de plástico contendo tecidos e roupas largados no chão aos seus pés. Este trabalho deu-lhe um cartão de vendedor ambulante, documento fundamental para a renovação da sua residência. No entanto, a respeito deste processo afirma

> *Senhora, complicado, complicado. Muitos querem e não conseguem renovar, porque é muito difícil. É caro, com muitos papéis. Muitos querem e não podem renovar; não conseguem mesmo. O trabalho não te dá; queres, mas o trabalho não te permite ter isso e condições para viveres (…) alimentas-te, pagas o aluguer (…) não dá mesmo. (Zaki, 09/2020, Achada Riba - Assomada)*

Passados cinco anos da conversa com Aidis, natural da cidade de Bissau, concretamente de Pilun di Riba no bairro de Cupelum, residente em Santa Maria, na ilha do Sal, há 25 anos depois de viver os primeiros 2 anos na cidade da Praia, pertencente às etnias Balanta e Manjaca, muçulmano e naturalizado cabo-verdiano, ela afigura-se actual na medida em que Aidis igualmente expôs que a falta de documentos é a primeira e maior dificuldade dos imigrantes da Guiné-Bissau.

> *Imagina uma pessoa a trabalhar no teu país. Penso que seria bom dar a essas pessoas mínimas condições de vida no país de acolhimento; essas coisas os governantes não levam em consideração. Eles pensam assim: querem imitar Portugal, principalmente, no que diz respeito a documentos exigidos na emissão do cartão de residência. Por exemplo, pedem o contrato de arrendamento de casa que é muito difícil, visto que o dono da casa não passa o contrato porque às vezes moram 5 a 6 pessoas dentro de um quarto e o dono da casa não vai passar um contrato de arrendamento a 5 pessoas, por exemplo. É difícil, por que o contrato teria de ir para as finanças para poder ser validado e isso é difícil, por que as finanças podem tributar o dono da casa. É preciso fazer ou mostrar um gesto pelas pessoas que trabalham para o desenvolvimento do país. (Aidis, 06/2015, Santa Maria - Sal)*

2 Entendo que este termo que se usa para denominar os imigrantes oeste-africanos e, logo, os da Guiné-Bissau é uma categoria de estigmatização, ou seja, engendra um jeito reducionista e homogéneo de os tratar que se articula com um conjunto de atributos e estereótipos procedentes de representações ou juízos premeditados a ponto de se tornarem expectativas normativas. (Cf. Goffman, 1988)
3 Todos os nomes dos imigrantes/estrangeiros entrevistados são fictícios.

Na esteira do que Aidis colocou, ele acrescentou que seria necessário que os governantes conhecessem mais e melhor os problemas de fundo da comunidade bissau-guineense, bem como das outras comunidades mais vulneráveis, e estivessem mais perto para que juntos pudessem reflectir com e sobre as inúmeras situações, limitações, problemas e elaborar as leis. Portanto, reconheceu que há muitos obstáculos vivenciados pelos imigrantes bissau-guineenses neste arquipélago que mostram um descompasso entre os seus esforços e contributos para o desenvolvimento de Cabo Verde e as condições de existência digna. Daí pensar na possibilidade de uma participação mais activa e efectiva dos guineenses.

> *Se formos ver todas as construções desta ilha é graças à mão-de-obra guineense, juntamente com os cabo-verdianos. Somos a única comunidade em Cabo Verde que trabalha e que contribui para o desenvolvimento do país. Em contrapartida, o mínimo que podem fazer é disponibilizar os documentos, recenseá-los (...). Se formos ver a pobreza total desta ilha, se reparamos (...) tem uma caserna[4] ali atrás onde moram os guineenses que trabalham na construção civil e num outro lado tem uma outra caserna onde moram os guineenses e ali não têm electricidade, nem água; apenas uma cisterna, mas isso não é suficiente. Essas pessoas trabalham aqui e já construíram estradas, hotéis luxuosos e continuam a viver nesta situação, na pobreza total, e o salário que recebem não compensa e continuam a viver nessa situação. Os homens é que criam as leis e também são cumpridores da lei. (Aidis, 06/2015, Santa Maria - Sal)*

O facto de ter conseguido alcançar uma experiência de imigração mais risonha, a sua trajectória também não foi isenta de tribulações. Nos inícios de 1990, com quase 30 anos de idade, rumou para Cabo Verde por razões familiares; a morte do seu pai, a consequente disputa de bens por parte dos irmãos desse e o facto de, no final, não herdar nada precipitou a sua vinda. Ainda que em outros momentos chegou de pensar na imigração, a sua intenção nunca foi a de viajar de África para África, mas sim para a Europa. A sua ideia na altura era que este continente tinha mais dinheiro, mas o amadurecimento que as suas mais de 5 décadas de vida permitiu fez-lhe desenvolver uma outra visão. Um dos seus constrangimentos, por exemplo, foi no engajamento no mercado de trabalho. Tendo estudado apenas até ao 9º Ano de escolaridade, Aidis, assim como Zaki fez, apegou-se ao que melhor sabia fazer: o artesanato; a sua estratégia foi trabalhar num ramo com o qual já laborava em Bissau. Além disso, tinha enxergado que era uma área pouco explorada nas ilhas cabo-verdianas e decidiu associá-la ao turismo com exposições e vendas, mas o fluxo de turistas da década de 1990 era bem menor. Então, frisa que ao longo desse tempo enfrentou dias maus. Porém, prosperou e integrou-se; fez inúmeras formações em micro-empresas, informática, associativismo; construiu casa própria para albergar a sua família e até arrendar a outros; montou o seu negócio de produção de peças de artesanato e fornecimento das mesmas ao mercado turístico na ilha do Sal, em específico na praia de Santa Maria, que, também, complementa com mercadorias adquiridas em viagens ao Brasil, países africanos (Senegal, Guiné-Bissau, Gâmbia) e países europeus (Portugal e França, mormente).

4 Bairro "clandestino" por surgir espontaneamente e cujas construções são feitas de chapas de bidões.

O percurso de Aidis permitiu-lhe analisar os modos de existência na sua comunidade, remetendo-os para as sombras da pobreza e da exclusão social. O que surge na sua fala é um entendimento acerca da potência desta população imigrante no que diz respeito ao desenvolvimento de Cabo Verde, isto é, a reivindicação por um reconhecimento do seu papel desenvolvimentista sem deixar de lado o que pode ser a sua contrapartida: decisões políticas e leis mais úteis que, deveras, apoiem-nos. Assim dizendo, as leituras políticas e ajustes jurídicos considerados aqui prioritários não podem ser granjeados sem serem avaliados todo o empenho e as vozes dos imigrantes. E, neste caso, das dos bissau-guineenses a residirem cá.

> *Os programas de desenvolvimento, pois, têm de ser delineados de forma a abarcar as necessidades e aspirações dos imigrantes e das suas comunidades, ou seja, trabalhar numa adequada incorporação da imigração no desenvolvimento a partir das suas próprias cosmovisões. Reconhece-se uma ligação entre a migração e o desenvolvimento e a necessidade dos decisores políticos planearem políticas que concertem ambos os campos (Nyberg-Sorensen, 2002; Raghuram, 2007) e, consequentemente, trabalhe com um cenário onde os ganhos sejam, no mínimo, triplos. Nessa lógica, a gestão da migração implica fazer dela um estado de ganho com e para os migrantes, tanto para e com os países de proveniência como para os de destino, sabendo como orientar os movimentos de forma a beneficiar todos os envolvidos no processo.*

Na literatura sobre a imigração em Cabo Verde já está dado que as pessoas provenientes dos países da CEDEAO têm lidado com um grande constrangimento que tem a ver com a sua situação legal. A complicação de que falam Aidis, Zaki e de que vai falar Amina mais à frente, manifesta a morosidade e os obstáculos no acompanhamento do processo de regularização, dado que vários dos documentos exigidos devem vir do seu país e, na maior parte das vezes, quando chegam cá ou já estão caducados ou falharam o período aberto para a regularização daqueles a viverem em situação de indocumentação. Como afirma Furtado (2016),

> *Os cidadãos oriundos dos Estados-membros da CEDEAO, depois de instalados, têm enfrentado algumas dificuldades, nomeadamente de conseguir a documentação do país de origem para a sua legalização. Só depois de reunir todos os documentos necessários é que poderão dar entrada com o pedido de regularização/permanência. (…) há pessoas que já residem há mais de 5/6 anos em Cabo Verde e que ainda não conseguiram legalizar-se. Assim, criticam a morosidade no processo de regularização e atribuição de autorização de permanência/residência, dizendo que a lei é bastante dura o que dificulta o processo. (p. 106)*

Mas, conforme exposto acima, não é menos verdade que os próprios imigrantes têm plena consciência disso por ser a sua experiência de vida e, neste caso, os bissau-guineenses que, também, questionam esta sociedade e, especialmente, as autoridades cabo-verdianas. Como é o caso de Amina que vive cá há quase 6 anos e permanece sem documento; não que não tenha tentado legalizar-se. Passou pela experiência por duas vezes.

> *É isso que está mais difícil mesmo, porque como eles pedem-nos todos os papéis do mundo, nós os procuramos e trazemos, mas não nos dão a residência à mesma. Eu já disse que não preciso da residência, porque quando eu for embora irei de uma só vez e nunca mais voltarei (…).*
>
> *Na terra dos outros para teres estabilidade tens de ter documento. Tu estando na terra de alguém sem documento, terás estabilidade? Não tens estabilidade. Se fizerem uma rusga agora e disserem que quem não tem documento deve voltar para a sua terra, achas que ficas? Tu não ficas, tens de ir embora. Então, na minha maneira de pensar, tu já entraste num país, fizeste 1 ano, fizeste 2 anos, mereces documento ou não? Quanto mais quando fizeres 3, 4, 5. Até tens filhos dentro desta terra e mesmo assim não podes ter documento? Eu vejo injustiça nisso em Cabo Verde. Não concordo com isso. Ainda mais, eles pedem papéis, procuras todos eles e levas, mas mesmo assim não te dão. Não é suficiente. Agora, tu estás cá em Cabo Verde e os papéis que te pedem nem sabes mesmo como vais vê-los todos. Eles dizem-nos para irmos buscar os papéis e mandamos vir, mas imagina. (…) tu tens de procurar alguém que esteja a viajar para cá para trazê-los. Tirar os papéis e aguardar que uma pessoa os traga, às tantas eles caducam. E eles não os recebem, não os recebem. Eu já falei que não vou buscar mais nenhum papel; tirei uma, tirei duas, já não busco três nem quatro. Fico assim. No dia em que me for embora, vou de uma vez, não volto mais. (Amina, 09/2020, Lavadura - Assomada)*

Amina, nascida em Bissau, veio para estar com o marido, hoje com 40 anos, imigrante no país há 1 década, que é professor de Educação Física numa escola secundária e, segundo diz, trava guerra com ele todos os dias. É enfermeira de formação e exerceu essa profissão na cidade de Bissau durante 11 anos no Centro de Saúde de Cuntum-Madina até ser iludida pelo marido que lhe asseverou que ela tinha trabalho garantido como enfermeira quando viesse para Cabo Verde. Mesmo sabendo que ele não era a favor dela sair de casa e trabalhar fora já lá em Bissau, Amina arriscou quando os seus pais, um carpinteiro e uma *bidera*[5] naturais da região de Biombo, ambos sem instruções formais, da etnia Papel e residentes em Bissau, a convenceram de que essa era a decisão mais acertada; afinal, o lugar da mulher é junto do marido e dos filhos. Então, não gosta de estar cá, uma vez que o marido é muito ciumento e não lhe permite saídas. Depois de passar 4 anos e tal somente entre casa e a igreja nos fins-de-semana, dependente do marido, há quase 1 ano apoiada por outra mulher, imigrante bissau-guineense *bidera*, começou a vender comida ainda que não tendo experiência alguma com essa actividade; confecciona pratos típicos e/ou com ingredientes da sua terra: *Sigá*, Caldo de mancarra, *Tcheben*, *Padja* de mandioca, *Padja* de batata, etc. Da etnia Papel, diferentemente do marido que é Manjaco, católica, aos 37 anos é mãe de 4 filhos; o primeiro, já com 20 anos, permaneceu a viver em Bissau e é estudante de Medicina, enquanto os outros três estão cá e averbados no cartão de residência do pai. A menina de 14 anos está a estudar o 9º Ano, outro rapaz frequenta o 3º Ano e o mais novo, que nasceu cá, entrou agora no 1º Ano. Amina anseia regressar para a Guiné-Bissau, levando junto os seus filhos e todos os dias espera que o seu marido assim permita e providencie. Estar em Cabo Verde, longe dos seus pais e irmãos, a faz sentir-se desprotegida e sem forças, principalmente porque sabe que o seu marido poderia fazer com que a sua vida fosse diferente, ou seja, fazer do arquipélago a sua casa só seria possível caso estivesse a trabalhar na sua área de formação, tendo um maior controlo sobre a sua vida e estabilidade. Nem mesmo o facto de considerar que não existe morabeza[6] para com eles, comprovado primeiramente pela maior parte dos bissau-guineenses não terem a autorização de residência, e muitas vezes sentir-se ofendida com o tratamento que recebem a faria ir embora.

Quando Amina destaca a sua incompreensão perante o sistema de regularização dos imigrantes e chega à obtenção da nacionalidade, ela critica o facto das suas crianças mesmo quando nascidas em Cabo Verde não serem reconhecidas automaticamente como nacionais nativos. No seu entendimento esse passo seria o mais óbvio, em vez de serem tratados juridicamente como os seus pais e terem de atingir a maioridade para submeterem o seu pedido à nacionalidade cabo-verdiana.

5 Nome dado às mulheres comerciantes "informais" na Guiné-Bissau e que segue com elas, também, na imigração.
6 Palavra em língua cabo-verdiana, o crioulo, usada para caracterizar a disposição e/ou o sentimento peculiar dos cabo-verdianos em receber e/ou hospedar com amabilidade os estrangeiros.

Nessa questão, Noles acha que foi muito negligente. Aproximando-se de completar 26 anos a residir em Cabo Verde nunca teve problemas ou quaisquer constrangimentos na renovação da sua autorização de residência por conta dos espaços que foi ocupando e os privilégios conseguidos e, só ultimamente, apercebeu-se que deixou de solicitar atempadamente a nacionalidade cabo-verdiana, cujas condições estão reunidas há muito. Pensou somente em si e não nos filhos que ele teve cá. Pai de 5 filhos, uma rapariga (24 anos, nascida e residente em Bissau) e quatro rapazes (um de 20 anos, os gémeos de 19 anos e o caçula de 5 anos). E se hoje estes não usufruem dos mesmos direitos que qualquer outro cabo-verdiano nativo, por exemplo como terem bolsas de estudo, a responsabilidade é toda sua. Daí que Noles acentuou que a documentação é o maior problema que a sua comunidade enfrenta e partilhou que,

> *Tenho este caso pendente no Notariado. As crianças nasceram cá, foram registradas na Praia, tiveram as cédulas nacionais e nada da Guiné. O que é que aconteceu? As crianças fizeram o bilhete de identidade daqui. Então, numa altura que disseram que haveria a facilitação na obtenção do cartão de residência das pessoas que estavam aqui (...) mas, eu e a minha mulher já tínhamos. A mãe deles foi-lhes tirar o bilhete azul, por que me haviam dito que deveríamos ter. Quando lhes fizemos o bilhete azul, constou que eles já eram nacionais. E vieram a informar-me que não, que eles eram estrangeiros e que a partir daquele momento seriam removidos do sistema nacional e passariam a estar na dos estrangeiros. E perguntei como é que isso era possível e fiquei nessa desavença com a notária. Falei-lhe que isso não era possível. (...) Condicionaram-lhes todos os seus direitos. Ela disse-me que não, que agora seria assim e que as crianças iriam procurar a sua nacionalidade quando fizerem 18 anos. (...) E há crianças que nasceram depois dos meus filhos que têm a nacionalidade cabo-verdiana. (Noles, 09/2020, Lavadura - Assomada)*

Dando continuidade ao seu raciocínio acerca deste tópico, Noles entende que os sucessivos governos cabo-verdianos têm pensado que o caminho é estancar estes fluxos imigratórios e, logo, criam toda esta burocracia para que aqueles que venham não condicionem os de cá no acesso àquilo que é deles por direito. Tal é motivado pela limitação às oportunidades como a Europa tem estado a fazer. Cabo Verde, assim sendo, dá esperança, mas limitada ou condicionada. Por isso, Noles sugere que os requisitos para a atribuição da residência não sejam sempre mantidos a cada vez que se vai renovar, ou seja, à medida que os anos vão passando descarte-se o pedido de determinados papéis. Imediatamente, para os bissau-guineenses, em particular, deveria-se ter uma outra atenção por causa da nossa história comum que deveria desencadear ganhos comuns; quem sabe uma política direccionada para a comunidade ou, como manifesta, um "estatuto especial" para a Guiné-Bissau tal qual a cidade da Praia recentemente buscou para si. De todo o modo, o líder maior de ambos os países é Cabral, a luta de libertação foi travada conjuntamente e na Guiné-Bissau os cabo-verdianos têm mais abertura e facilidades e, rapidamente, são tomados como nacionais.

GUINÉ-BISSAU, CABO VERDE E AS INTERPELAÇÕES AO ANTES E AO DEPOIS

Falar de ganhos no âmbito da imigração, também, implica mencionar as desilusões sentidas pelos imigrantes a partir do que as suas percepções captam desde as suas experiências. Como é sabido, além dos imigrantes mobilizarem bens e capitais, accionam o encontro entre culturas e as interacções quotidianas, expandem ideias e (des)constroem as suas próprias leituras sobre o(s) lugar(es).

Sem demora, Amina compara a Guiné-Bissau com Cabo Verde e mostra-nos que a educação é um factor de peso para a sua representação sobre este país onde vive e as suas gentes. Ela destaca que existem diferenças enormes na maneira de estar, maneira de comportar, maneira de conversar. O abordar as pessoas de forma inadequada, o uso constante de palavras obscenas, o não respeito aos mais velhos impressionam-na.

Há 4 anos quando entrevistei Mabi, muçulmano, natural de Bambadinca, na região de Bafatá, na altura com 37 anos, costureiro desde a Guiné-Bissau de onde partira 12 anos antes e em situação irregular em Cabo Verde durante todo esse tempo, ele mencionou que o que distancia os cabo-verdianos dos bissau-guineenses, além da maneira como uns e outros posicionam-se numa situação de tensão e briga, tal e qual diz Amina, é a educação.

> *Hoje em dia vês alguém a roubar e não ousas falar. Se falares, podes tornar-te vítima dessa pessoa já que ela pode vir matar-te. Alguma coisa ela tem que te fazer. Entendes? Eu estou mais acostumado à minha terra... Hoje em dia podes ter algum problema com alguém, brigamos sim. Nós brigamos. Mas, mão à mão, sem pedras e sem nada. Mas, depois daquela hora podemos ficar amigos. Muito forte aquele momento mesmo. Sim. Quando se diz para nós evitarmos, pararmos, largamo-nos na hora. Mas, aqui não. Se tens um problema com alguém, já não acaba. Ele tem que fazer outra coisa, para te matar.*
>
> *[...] Também, hoje em dia alguém pode pisar-te os pés, mas não fala mantenha, não te cumprimenta. Tu cumprimentas alguém, mas ele não te responde. Antes de me habituar, cansava-me muito. [...] Sempre tens de ter aquela educação que deves respeitar os mais velhos. Poderá não ser o teu pai, o teu irmão, mas deves respeitar por serem mais velhos e poderem*

ocupar esse lugar. Já vi muita diferença nisso. Até a mãe e o pai não são respeitados. Um filho diz a uma mãe: "Tu não mandas!" Já vi tudo isso. (Mabi, 05/2016, Tira Chapéu - Praia)

Mabi sublinhou, outrossim, a liberdade com que se circula pelas ruas do seu país sem as autoridades estarem a toda a hora a pedir os documentos de identificação. Apesar disso, em termos de segurança Cabo Verde não ia bem. As pessoas, incluindo os imigrantes em geral e os bissau-guineenses notadamente, sentiam medo de sair à rua devido ao fenómeno da delinquência e violência que aflige Cabo Verde. Antes de ser convencido a optar por viver em Cabo Verde, a emigração não era uma possibilidade para Mabi. Contudo, um amigo e parceiro de trabalho com quem dividia uma oficina de costura, e que tinha emigrado para Cabo Verde, insistiu tanto até que, no espaço de um ano, ele acabou por vir ao seu encontro. As notícias que lhe chegavam era que, em Cabo Verde, ele poderia economizar dinheiro. Conforme Mabi esclareceu, na Guiné-Bissau as relações familiares são intrincadas e muitas vezes uma pessoa pode ter de sustentar uma família alargada inteira, isto quer dizer muitos parentes; o que acaba por não permitir fazer poupanças. Daí que se afastar fisicamente, disse ele, pôde tanto aguçar o seu sentido de responsabilidade por estar praticamente sozinho, longe desses mesmos familiares, bem como aliviar-lhe a carga em várias instâncias. Mas, acentuou que continuava a apoiar os seus familiares, irmãos, sobrinhos, primos, esporadicamente ou quando esses solicitavam-lhe por algum motivo, dado que os principais, os seus pais, eram falecidos.

E é dos familiares que Amina mais sente saudades, mesmo quando os contactos são regulares e as remessas circulam de ambas as partes; ela e o marido enviam dinheiro, enquanto os seus familiares retornam com alimentos e outros bens. Mas, ainda ela sente muita falta dos seus colegas de trabalho, de estar no ambiente de trabalho, e das suas amigas, de se sentir, deveras, acolhida.

Já Mabi referiu,

Foi à noite que cheguei cá. Por volta das 6 e tal podes dizer que é noite. Já àquela hora não consegui ver nada. Mas, quando amanheceu consegui ver o lugar de outra maneira já. Pronto... a minha terra é um chão plano. E aqui vi só subidas, muitas coisas (risos).

(Mabi, 05/2016, Tira Chapéu - Praia)

Consoante lê-se atrás, o relevo plano da Guiné-Bissau e o montanhoso de Cabo Verde chamou a atenção desse imigrante. A paisagem física é, pois, apresentada como um outro factor para se perceber os dois lugares e, sequentemente, construir-se a distinção entre ambos. Aidis, igualmente, revelou que logo que colocou os pés neste chão duvidou se era este o país para o qual tinha viajado. Na sua visão, o nome Cabo Verde, antes da sua chegada, combinava mais com beleza e desvendaria lugares lindos, partindo do princípio que iria encontrar um ambiente repleto de matas ou florestas e, por conseguinte, uma terra molhada e não seca.

Era no aeroporto velho, olhei para cima, olhei para baixo, achei o lugar seco, castanho. A Guiné, já sabes, é verde, com água. Disse: "Avé Maria, aonde me vim meter?" (Oni, 09/2020, Cutelo - Assomada)

Mabi vai mais longe, ressaltando a fertilidade do solo guineense por conta da variedade de produtos e às suas possibilidades para a alimentação, uma vez que produz mais. A qualidade da composição dos produtos é salientada uma vez que os faz ter um sabor único, diferente. Prontamente, expõe do que mais sente saudades: o arroz, a manga, a mancarra, a farroba, a calabaceira, o veludo, o cajú. Não obstante esses produtos poderem ser trazidos do seu país, o paladar nunca é o mesmo; até eles chegarem cá perdeu-se muita coisa, especialmente o seu paladar, e já não sabe a Guiné-Bissau. Algumas dimensões da segurança alimentar surgem nesse horizonte como itens que demarcam a Guiné-Bissau pela positiva quando comparada com Cabo Verde.

Comida da Guiné, só comida. Sabes, às vezes quando tenho aquela fome, por que às vezes sinto uma fome que até o meu corpo treme. Digo: "Poxa, se eu apanhar um caldo de tcheben". (...) se tiver uma grande fome (...) se apanhar um tcheben agora, um caldo de mancarra, óleo de palma, aquelas comidas assim, tem ostra. Dá-me uma saudade. (Oni, 09/2020, Cutelo - Assomada)

Logo, o arquipélago cabo-verdiano antes da vinda desses imigrantes encarna o próprio nome e representa ideais de uma paisagem física ligada à natureza e ao verde. Mas, similarmente, desponta um ideal de beleza e de bem-estar que se associa a imagens construídas, segundo os imigrantes vêm evidenciando ao longo dos anos, através de narrativas musicais cabo-verdianas que são muito escutadas em Bissau. Inclusive, os jovens com vivências urbanas acostumam-se ao crioulo de Cabo Verde, aos vestuários, etc. Similarmente, junto com a proximidade linguística, pode-se ponderar sobre a intimidade histórica. Além de convir salientar as notícias ou informações que chegam e transitam estimulando a

vinda de bissau-guineenses, mesmo quando as (con)vivências são permeadas por inúmeras complexidades, estas não são representadas como invencíveis.

Pelo menos, esse é o sentimento de Noles, muçulmano, que se considera bem integrado, uma vez que construíu esse processo batalhando muito. Nascido a 04 de agosto de 1974, sempre amou muito o desporto e veio para Cabo Verde enquadrado numa equipa de futebol, primeiramente, para participar numa competição entre 1992 e 1993 e, devido ao seu talento, recebeu um convite para vir jogar profissionalmente cá no país. Assim, decidiu vir em janeiro de 1995 e integrou a equipa do Sporting da Praia durante uma época ao mesmo tempo que prestava serviços temporários de carpintaria e marcenaria, sua área de formação, em Assomada. Entretanto, o sonho de Noles era jogar no Sporting Clube de Lisboa, por isso tinha a ideia de reunir as condições e seguir caminho para Portugal. Só que a sua vida foi tomando outros rumos. Vítima de discriminação dentro da equipa de futebol da capital cabo-verdiana, já se encontrava muito insatisfeito com o clima interno; além disso, recebeu a proposta de trabalhar a tempo inteiro em Assomada na mesma instituição, de 1995 para 1996, onde prestava serviços e auferir um salário mensal de 28.000$ (vinte e oito mil escudos) contra os 11.000$ (onze mil escudos) firmados com o Sporting e que não estavam a ser-lhe pagos há 4 ou 5 meses. Por um lado, fez amigos em Assomada que lhe pressionavam para que se mudasse para esta cidade e jogasse à bola na sua equipa e, por outro lado, viajava entre Praia e Assomada todos os dias, o que precipitou a sua mudança de residência depois de ter tido um acidente rodoviário. Isto posto, Noles tornou-se bastante conhecido por causa do seu desempenho no futebol; efectivamente, um dos melhores jogadores da altura na ilha de Santiago a ponto de ser chamado a jogar, igualmente, nos Travadores. Mas, optou por assegurar o seu contrato de trabalho depois de muitos conselhos de alguns conterrâneos seus bem estabelecidos em Cabo Verde e dado à sua experiência menos boa com a outra equipa. Noles, desde lá para cá, permaneceu trabalhando na mesma instituição e manteve-se ligado ao mundo do desporto que associou à cultura. Com o 11º ano de escolaridade, nunca desistiu de continuar os estudos para contribuir mais. Hoje, apresenta-se profissionalmente como promotor de eventos além de ser técnico de manutenção. As posições que ocupou acabaram por garantir-lhe chegar a determinados lugares, a conhecer muitas pessoas com certa influência na sociedade cabo-verdiana e a fazer boas amizades. Com isso, foi operando como mediador entre a sociedade cabo-verdiana e a comunidade bissau-guineense, principalmente, a que se constituiu em Assomada. Na sequência, reconhece que a difundida morabeza tem de ser contextualizada, dado que podemos identificar algumas excepções como, por exemplo, no respeitante aos imigrantes da sub-região oeste-africana. Assim, o acolhimento destes é feito com barreiras, diferentemente de outros como os norte-americanos ou os da Europa; estes últimos são tomados como trazendo investimento, dividendos, enquanto os africanos são vistos como aqueles que vêm à procura de trabalho/emprego. Então, a dúvida que os cabo-verdianos se colocam, e não só, diz respeito às vantagens trazidas por alguém que vem da África.

Sayad (1998), a esse respeito, esclarece que a história do fenómeno da imigração aliada à função do regulamento que se impõe aos imigrantes apoia-se na ideia de que ela só faz sentido se expuser um saldo positivo, ou seja, se trouxer "vantagens" e nenhum "custo", o trabalho funcionando aqui como um factor de peso para esse entendimento.

Adicionando a este ponto o facto de as origens vincularem-se às *fantasias dominantes da "raça" e da territorialidade* (Kilomba, 2019, p. 117), na medida em que o imigrante é atravessado por uma construção e narrativas em torno do pertencimento e questiona-se a sua posição dentro do território nacional, provocando uma incompatibilidade entre si e a nação, a nacionalidade ou cultura nacional (Kilomba, 2019).

Amina, sobre esta matéria apreende uma relação desigual em jogo no seio das interacções com os cabo-verdianos, apesar de nunca ter tido problemas. Mas, constata que lhe parece que em nenhum lugar do mundo os imigrantes conseguem estar em pé de igualdade com os *"fidju di terra"*[7], isto é, com os nacionais nativos; consoante declara, nem que seja sentindo *"dentu di bó ma ka ta izisti"*[8]. E reportou uma situação que a marcou.

> *A mais velha é que teve. Como ela é uma menina que pega no duro, é boa aluna (...). Então, a professora dizia aos seus colegas como é que eles deixavam uma "mandjaka" vinda superar-lhes, eles que eram daqui (...). Eu chateei-me e disse ao pai dela que ia lá e ele pediu-me para não ir. E acabei por ir sem ele saber. Fui dizer à professora para não chamá-la de "mandjaka", que ela é humana tanto quanto os seus colegas e que se estes não têm cabeça para entender e ela sim, que ela é ela. Por que é que ela fala aos colegas sobre deixarem-na ultrapassar-lhes? Fui lá mesmo e chateei-me com a professora. (Amina, 09/2020, Lavadura - Assomada)*

7 Filho da terra.
8 Dentro de ti não existe.

Inspirada em Grada Kilomba (2019), reconhecemos um exercício de colocar a filha de Amina para fora da nação, isto é, fazendo os seus colegas verem que aquele lugar de boa aluna é mais deles do que dela, pertence-lhes. Então, na concepção da professora, os cabo-verdianos têm o dever, o compromisso de serem os melhores alunos e, supostamente, isso pode ser um recurso para se afirmarem como autênticos cabo-verdianos. No mínimo, é o que a professora espera deles.

Situações nas instituições de ensino, e não só, como aquela que Amina retrata parecem não ser incomuns. A esposa de Aidis, Arie, da etnia Fula, igualmente muçulmana, nascida em Bafatá e criada em Bissau, com o 11º ano de escolaridade e doméstica, à altura da entrevista tinha 29 anos e vivia em Cabo Verde há 5 anos, adquirira a nacionalidade cabo-verdiana por meio do casamento, também, queixou-se a respeito.

> *Um dia a minha filha disse-me que foi chamada de "mandjaku" na escola. Fui falar com o professor que me afirmou que não estava presente e iria resolver o problema. Eu disse ao professor que "mandjaku" sou eu, mas ela não; ela nasceu cá e tem passaporte cabo-verdiano, bilhete de identidade. O meu filho, também, chamou a irmã de "mandjaku" e eu perguntei-lhe aonde é que ele tinha escutado isso. Ele respondeu-me que foi no jardim. Eles os chamam de "mandjaku" na escola. (...) estranham-na dizendo: "Olha uma pretinha bonita". E aquelas que a chamam de pretinha nem sequer têm uma cor muito clara. Isso é racismo, não é só desprezo; isso faz parte deles. (...) Questionam: "Mandjaka bonita, basofa, veste bem (...). (Arie, 06/2015, Santa Maria - Sal)*

As dinâmicas mencionadas acima são acompanhadas por fantasias coloniais (Kilomba, 2019) do que é que significa ser cabo-verdiano e ser imigrante ou estrangeiro, do que significa ser preto, africano ou mandjaku. São essas fantasias que separam os nossos corpos, racializando-os, tal como Amina coloca sobre uma conterrânea sua quando a tomam por cabo-verdiana por que ela tem cor. Nunca lhe tomam como guineense. *Eu vejo outros cabo-verdianos mais pretos do que nós, mas não falam que são "mandjaku". Mas, a nós eles chamam. Eu também não gosto disso; considero que é uma discriminação mesmo* (...). Questionada sobre o que significa ter cor, Amina refere que eles são africanos, pretos, e que os cabo-verdianos têm cor por serem misturados. Isto, não por que não saiba que, na realidade, todos nós temos cor; a grande questão, para ela, é que os cabo-verdianos não sabem disso, ou seja, ficaram congelados ou fixos no tempo. Pelo menos, que é assim que nos enxergamos e nos apresentamos. No seu entendimento, na Guiné-Bissau têm raças, ou seja, cada etnia representa uma raça. Já em Cabo Verde reconhece só duas raças, vê a existência dos badius e dos *sampadjudus*[9] que se destrinçam através da língua fazendo-lhe entender que uns são assim e outros são assado.[10]

Portanto, a forma como os bissau-guineenses são fantasiados acaba por despoletar uma certa ambivalência quando, em simultâneo, recusam e aceitam a categoria que representa o estigma. Arie expressa que

> *Por exemplo, eu fui no salão; ouvi esse termo e não fiquei satisfeita com isso quando me perguntaram de quem eu era esposa. E uma menina acabou por responder que era mulher daquele senhor "mandjaku". Reagi logo e disse que o meu marido não era "mandjaku", porque não sabia se era assim que eles nos chamavam aqui. (Arie, 06/2015, Santa Maria - Sal)*

Tanto Arie como Mabi apontaram um espanto inicial por essa rotulação dada pelos cabo-verdianos. Serem referidos como "esses *mandjakus*..." ou "esses africanos..." não lhes caía bem. Até que se acostumaram.

> *Mabi: E quando cheguei escutei mesmo um outro nome e se não estás acostumado nem.... Pronto..., se não estás acostumado ficas chateado com um nome pelo qual és chamado e que não és. Estás a ver? Depois que te acostumas, pronto. Já não ligas.*

Eufémia: Por exemplo...

> *Mabi: E quando cheguei escutei mesmo um outro nome e se não estás acostumado nem.... Pronto..., se não estás acostumado ficas chateado com um nome pelo qual és chamado e que não és. Estás a ver? Depois que te acostumas, pronto. Já não ligas.*
>
> *Eufémia: Por exemplo...*
>
> *Mabi: (...) "Mandjaku", ou outro. Entendes? Pronto..., não estás cá, não sabes, pensas nele como um desprezo. Mas, depois que entendes não ligas a nada. É assim. (Mabi, 05/2016, Tira Chapéu - Praia)*

A Guiné-Bissau, Cabo Verde e as experiências destes interlocutores permite-lhes reflectir sobre as suas construções e imagens e as dos cabo-verdianos perante a sua presença. As percepções sobre os espaços físicos, as dimensões sócio-cul-

9 [...] quando as diversas correntes da elite letrada caboverdiana como os claridosos ou os nativistas quiseram analisar como se tinham combinado no arquipélago as matrizes europeia e africana de origem, fizeram do vadio "o badio" e mesmo da ilha de Santiago um emblema da africanidade, da perenidade das raízes africanas e berço da crioulidade. Os defensores da matriz europeia, centrados na elite do Mindelo, na ilha de S. Vicente não tardaram a apelidar pejorativamente os santiaguenses de badios, designação que hoje perdura com um duplo sentido semântico positivo ou negativo. Os santiaguenses respondem com o termo depreciativo ou pelo menos condescendente de sampadjudo para designar os habitantes das ilhas do Barlavento. (SOARES, 2005, p.9-10)

10 Nos últimos anos, tenho dado maior atenção aos eventos entre os nativos da ilha de Santiago, "badios", e os "sampadjudos", nativos das ilhas do Barlavento, principalmente, para mapear e analisar as (re)configurações identitárias dos cabo-verdianos e os discursos calcados na harmonia racial deste povo crioulo por ser forjado pela mestiçagem. (Rocha, 2020)

turais e simbólicos que se cruzam no seu trajecto possibilita-lhes atribuir significados, fazer denúncias e reinvindicações. Podemos, pois, entendê-los ao jeito do que se declara em relação à pesquisa sobre os usos e apropriações da praça do Martim Moniz em Lisboa, reiterando que

> *Os significados atribuídos ao espaço público urbano, como as representações que sobre ele são produzidas, não resultam somente do controlo estatal ou da influência do poder económico, precisamente porque no processo de construção social do espaço entram em conflito distintos valores culturais, formas de uso e de apropriação do espaço, visões de ordem social e do que é um comportamento apropriado, como o próprio desenho do espaço e os diferentes significados simbólicos e afetivos que se encontram em jogo. (Menezes, 2009, p. 202-203)*

CLIVAGENS QUE FENDEM A COMUNIDADE BISSAU-GUINEENSE EM CABO VERDE

Amina considera que viver cá é mais duro, visto o nível de vida ser mais caro e o esforço para fazer poupanças ser maior quando apoiam financeiramente o seu filho e familiares que estão na cidade de Bissau. Então, em certos meses funciona em outros nem tanto. Ainda assim, ela tem um desejo que é o de ver o seu país alcançar a estabilidade e a segurança nas diversas instâncias: na educação, na saúde, no emprego/trabalho, etc., como acontece em Cabo Verde e em outras partes do mundo.

Todavia, para Noles, a Guiné-Bissau já conheceu e sentiu a estabilidade e a segurança de que fala Amina. Ainda que por um breve período. Os pais de Noles eram todos da etnia Biafada. No entanto, ele foi criado pela sua tia paterna que trabalhava com uns portugueses na área do comércio. Daí ter tido a oportunidade de crescer no bairro de Sintra, na zona de Chapa de Bissau, e estudar, porque era algo que a sua tia privilegiava. A sua família é muito mais alargada e assumi-la toda é um fardo muito pesado, na perspectiva de Noles. Assim, evidencia o impacto que a sua trajectória escolar, primeiramente, teve na sua vida permitindo-lhe ter um salário bom a partir de um contrato de trabalho com todas as regalias e que é usado para manter a sua família em Cabo Verde e a que está na Guiné-Bissau. Um ritmo que lhe desgasta por não conseguir fazer outros investimentos como, por exemplo, ter casa própria. Não obstante, a família é o seu motor e do que mais sente saudades.

Na opinião de Noles, após a independência a Guiné-Bissau começou-se a edificar seriamente; não obstante a administração ter menos quadros, a qualidade era maior. Acredita que tinha tudo para seguir; fábricas, linha de montagem de carros, escolas espalhadas, acesso à saúde, oportunidades de bolsas para estudar no exterior, água potável, produções agrícolas com vista à exportação, com infraestruturas e serviços. Mas, deu-se a ruptura e 14 de novembro de 1980[11] foi o maior desastre da história do país. A partir desse momento foi uma sucessão de desastres e o país passou a estar sem leis, sem conhecimentos, sem oportunidades; os (futuros) quadros e investidores começaram a dispersar-se por causa das instabilidades e perseguições. Inclusive muitos deles, com enfoque nos cabo-verdianos e descendentes de cabo-verdianos, vieram para Cabo Verde. E Noles acrescentou que a crise de 1998 arrematou esse processo de afundamento da Guiné-Bissau.

> *Se tu conhecesses a Guiné nos anos 70 para 80 e fores lá hoje, sentes mágoa. Pergunto-me: Porquê? É uma pena. (…) Cabo Verde não pode parar mais; tem governos que sabem administrar, acompanhar e dar oportunidades. Ao contrário da Guiné (…) as pessoas saem e não querem voltar mais, porque cada vez que recebes uma informação na tela é pior, cada vez que vês uma imagem de degradação (…). Para onde vais? Um país sem educação, um país sem saúde (…). O nosso país está parado (…). Agora temos um autoproclamado (…). (Noles, 09/2020, Lavadura - Assomada)*

Noles foi uma das pessoas que Oni mencionou-me, enfatizando que seria importante contar com o apoio dele para localizar outros imigrantes bissau-guineenses com uma trajectória de imigração mais antiga que pudessem conversar comigo e a justificativa de Oni resumia-se ao facto de que Noles conhecia bem a comunidade, devido ao seu trabalho em prol dela, o seu envolvimento no movimento associativo bem como por dedicar-se à realização de eventos desportivos e culturais. Do mesmo modo, Oni foi um dos guineenses residentes em Assomada, cuja trajectória Noles tomou para exemplificar-me sobre os ganhos que a Guiné-Bissau teria se tivesse condições para acolhê-lo, acrescentando que tinha a certeza que se não fosse pelo clima de instabilidade Oni regressaria para colaborar com o seu país.

Conquanto, Oni foi a Bissau há 29 anos, concretamente no ano de 1991 para participar nas cerimónias fúnebres da sua mãe, e deduz que quando lá voltar será

11 Primeiro golpe de estado do país perpetrado pelo, então, Comissário Principal João Bernardo Vieira, vulgo Nino Vieira, derrubando assim o presidente Luís Cabral; este estava no cargo desde 1973.

um processo de (re)conhecer de novo. Quando veio para Cabo Verde corria o ano de 1987 e tinha 18 anos de idade, um ano depois de ter completado o liceu. Nem era preciso um passaporte para viajar para Cabo Verde; simplesmente, um salvo conduto.

> *Há vários tipos de imigração. Há aquela da ilusão que às tantas as coisas podem não dar certo, há a imigração que tens que imigrar porque senão imigrares (…) quer dizer, como saída. Há também aquela imigração que (…) por que acabas por desgostar. Tipo eu. Eu acabei por desgostar daquelas coisas do regime. Havia o do Nino Vieira. Imagina que alguém é chamado para ir servir na tropa e ele põe-te lá (…) Não era aquilo que eu queria (…) vim praticamente fugido só para não ser chamado para a tropa. Com o nível de escolaridade que eu tinha, se eu fosse para a tropa ele mandaria-me para Cuba ou outros países com os quais ele tinha ligação para fazer a academia militar; ele colocaria-me ao seu lado (…) era a sua jogada pôr todas as pessoas ao seu lado para que tivesse força para mandar e desmandar. Isso não era para mim, vim-me embora. (Oni, 09/2020, Cutelo - Assomada)*

Cabo Verde pareceu a Oni a escolha mais fácil; pretendia vir, solicitar a nacionalidade e conseguir uma vaga de estudo em Portugal. Mas, as circunstâncias foram outras, esbarrou-se em muitas complicações e acabou por entrar na Escola Náutica em São Vicente, em 1991, para cursar o bacharel em Máquinas Navais e aonde passou 4 anos. Durante o tempo em que esperava o estágio, foi dar aulas de Desenho no liceu de Assomada. Mas, nem fechou o ano lectivo 1995-1996 foi chamado e passou 2 anos no mar fazendo rotas para a Europa; uma oportunidade que lhe permitiu ganhar bem e comprar tudo o que precisava para constituir família, dado que deixara a sua namorada em Cabo Verde e que pouco tempo depois se tornaria a sua esposa e mãe das suas filhas. Aqui, encontrou muita resistência da parte do seu futuro sogro, mas hoje são melhores amigos. Oni afirma que nunca se sentiu discriminado e que, nessa matéria, ao partir recebeu um conselho do seu pai que carregou para a vida: o de respeitar desde o bebé ao homem de bengala e que será retribuído. Junto com isso, pensa que, talvez, a não discriminação seja o reflexo do seu nome, um nome familiarizado com os dos cabo-verdianos, da sua cor um bocado clara em vez de escura e que muitas pessoas se assustam quando descobrem que ele é da Guiné e que isso acontece no momento em que o vêem a falar com outro guineense. A pergunta que fazem com muito espanto é: "Oni tu és da Guiné?". Porém, afirma que já presenciou outros colegas a serem discriminados e que, obviamente, o afectou. Pois, entende que se a título pessoal conhece a morabeza cabo-verdiana, já ao nível colectivo a comunidade bissau-guineense não é tratada com morabeza, isto é, enfrenta muita discriminação e mesmo racial.

Ainda, chamou a atenção o facto de num contexto de tensão a propósito da solicitação da nacionalidade, nos 5 anos após o seu estabelecimento no país, o desconforto que Oni sentiu por ele ser comparado com um compatriota que tinha cometido fraude e fora preso. À vista disso, Oni viu a necessidade de

> *Eu contei-lhe tudo, contei-lhe todo o percurso das minhas gentes, da minha família; eu disse-lhe: "Inclusive, veja o meu nome. O meu nome não é igual ao do rapaz; veja". O rapaz chama-se J. não sei o quê, aqueles nomes da Guiné, lá do interior da África. Disse-lhe para ver o meu nome, mas quando ela me falou que éramos todos iguais afirmei: "Sabe de uma coisa? Fique com a sua nacionalidade, não quero. (Oni, 09/2020, Cutelo - Assomada)*

E enquanto isso renovava a sua residência anualmente somente com a declaração do trabalho. Um processo muito fácil e indispensável, de acordo com a sua opinião. Até porque, naquele tempo, as rusgas eram frequentes. Mas, raramente era parado, porque se pensava que ele era cabo-verdiano e não era associado com a Guiné. E depois, *tinha o cabelo grande, punk, os guineenses têm o cabelo crespo, rapazinho bazofinho. Eles não me cansavam não.* (Oni, 09/2020, Cutelo - Assomada)

Oni faz questão de reforçar que,

> *Eu sou descendente de cabo-verdianos. Os meus pais nasceram lá. Mas, os meus avós são todos de cá, à excepção de uma parte da minha mãe. A sua mãe, minha avó materna, é nativa de lá, da etnia Papel. A minha mãe era boa mesmo a falar esse dialecto. Ela vem (…) e com os seus patrícios só falavam aquelas coisas e nós nada entendíamos. Até sairmos de lá, aqueles que saíram (…) mas, acredito que mesmo os que ficaram não percebem nada, porque ela não nos colocou nisso… Então, nós temos mais ou menos a cultura daqui, a cultura cabo-verdiana. A nossa casa era das poucas em que se fazia cachupa na Guiné. Lembro-me de uma vez ao mês ou assim a minha mãe a fazer cachupa, mas é daquela cachupa rica que eu não como cá. É carne salgada, tudo enquanto ela punha lá, tudo misturado, era bom. Cuscus (…) fazíamos tudo. Agora da parte do meu pai, os dois são daqui. (…) O pai do meu pai é do Maio (…) e a mãe é do Fogo. Só que o meu pai nasceu em Cacheu e a minha mãe nasceu numa zona de Bafatá, num lugar que se chama Nhacubá. O pai dela que é meu avô era de Calheta, gentes de Monte Bode; ele foi para lá, era mecânico. Então, ele estava lá e foi conhecer a mãe da minha mãe lá por aquelas zonas a andar para concertar carros. Então, a minha mãe nasceu (…). Assim, a nacionalidade que tomei não foi por causa da naturalização. A naturalização seria a partir de 5 ou 6 anos como dizia a lei. Eu tomei a partir do meu avô aqui de Flamengos, em Calheta, o pai da minha mãe. (Oni, 09/2020, Cutelo - Assomada)*

A família de Oni, católica, residia logo à entrada da cidade de Bissau, onde ficou conhecido como Chapa de Bissau. A primeira profissão do seu pai foi alfaiate, mas ele deixou e passou a trabalhar com um português que era despachante oficial. Quando se deu a independência e os portugueses foram embora, ele foi trabalhar numa empresa de pescas que tinha sido constituída como sociedade mista - União Soviética e Guiné-Bissau, a Estrela do Mar, na qualidade de director comercial; foi aonde permaneceu até à reforma. Já a sua mãe era doméstica e nunca frequentou a escola, o que a fazia lamentar muito. Dos 10 irmãos de Oni, 8 rapazes e 2 meninas, 2 rapazes faleceram; todos os seus irmãos fizeram formação superior e/ou técnica, à excepção do caçula. Depois o pai veio a ter mais uma filha fora do casamento.

> *Eu passei uma infância bonita, feliz mesmo. Bissau era bonita, mesmo bonita. Não havia construções, tipo prédios altos, mesmo com aquelas casinhas assim, vivendas, mas bonitas. Naquele tempo, antes do golpe de estado, no tempo de Luís Cabral tínhamos tudo, tinha parque infantil. Eu conheci (…) Mas, quando o Nino Vieira deu aquele golpe, eles acabaram com aquele parque e transformaram-no num terminal rodoviário. As estátuas foram derrubadas. Bonita, Bissau era bonita. Eu vejo, até ainda vejo aquela imagem. (…) Aquela rotunda da Praça do Império, aonde estava o palácio, era uma enchente aos domingos, os jovens era lá que íamos paquerar as pequenas, rodávamos, descíamos até ao cais lá abaixo no Porto de Pidjiguiti. Subíamos, uma avenida bonita, tudo bem organizado, bonito. Eu nunca tinha visto um cenário mais bonito na minha vida. Naquele tempo, eu não daria uma outra cidade mais bonita do que Bissau, era limpa, apaziguada. Mas, agora é quase um tumulto, as estradas esburacadas (…) Tenho sempre a ideia de ir, mas parece-me que não vou tão cedo. (Oni, 09/2020, Cutelo - Assomada)*

A vida de Oni e a importância que atribui ao nome, à ascendência familiar e laços de parentesco cabo-verdianos que impactam sobre o seu corpo gera uma distinção entre si e os seus patrícios.

> *Eu não convivo com eles, não convivo muito com os guineenses. Até muitos deles se queixam bastante, dizendo que eu sou fino, que não me relaciono com eles. Mas, uma coisa que quando eu estava a vir, também, pus na minha cabeça é que sair de um país, digamos, mais atrasado para ir para outro mais adiantado, eu não continuaria a viver com pessoas atrasadas. Tenho que conviver com aquele que é meu semelhante ou superior a mim. E eu vou perder tempo com os guineenses que se sentam (…) Há muitas etnias, aquelas muçulmanas, que não gostam muito de trabalhar. Gostam de se sentar em grupinhos, como por exemplo em Lisboa, no Rossio, na Praça da Figueira. Vês grupinhos de guineenses muçulmanos que gostam de sentar-se e falar na vida das pessoas, coisas assim, não gostam de trabalhar não. Então, vou perder tempo sentando e discutindo coisas banais? Eu tenho uma família para cuidar. Eles reclamam muito, reclamam muito disso. Outros já vieram falar comigo, costumam mandar-me bocas (…). (Oni, 09/2020, Cutelo - Assomada)*

Oni, em termos profissionais, optou por trabalhar em terra e deixou o mar tornando-se professor em algumas escolas, privadas e públicas. Em 2000 integrou o corpo docente da escola técnica de Assomada, aonde mantêm-se até hoje; segundo Oni, uma das maiores decisões da sua vida. Antes disso foi para o Brasil fazer o complemento de licenciatura; passou 2 anos no Rio de Janeiro e veio com um diploma de licenciado em Máquinas Navais, com especialização em Desenho Técnico. Para além dessa profissão, a sua bagagem técnica permitiu-lhe tornar-se perito de veículos numa agência de seguros.

Nem todos são *mandjakus*, no entanto. Oni não é um *mandjaku*. Ou caso alguém seja, a designação pode colocar mais do que um sentido em jogo: o desprezo ou discriminação e a identificação, na teoria de Noles. Daí que ele entenda que levando em consideração o seu percurso, ele impôs-se e conquistou um respeito da sociedade em que vive a ponto de recusar a versão do *mandjaku* enquanto desprezo ou discriminação e aceitar ao mesmo tempo. Pois, assume que no seu caso acabou por funcionar a versão do *mandjaku* em termos de identificação.

> *D. hoje por mais que lhe queiras chamar de "mandjaku", sentes receio mesmo de chamá-lo assim. Mas, porquê? Por causa do nível social que ele apresenta no país. Tens receio. Mas, dentro de ti sabes que ele é "mandjaku". Não utilizas esse termo por causa do que ele representa socialmente. Por mais que tu queiras chamá-lo assim, não chamas. Então, na verdade, deves chamá-lo por que ele é mesmo. Tu não chamas por que ele está num nível social que não deves mexer com ele nesse ponto. (Noles, 09/2020, Lavadura - Assomada)*

Sendo assim, Noles realça uma diferença emanada do âmago da comunidade bissau-guineense. Trazendo para a discussão a posição social e o *status* adquirido na sociedade cabo-verdiana e todo um conjunto de inscrições sociais dos guineenses em Cabo Verde abordados pelas trajectórias aqui expostas, colocamos em questionamento a própria pertença à comunidade. Esta é moldada pelas oportunidades alcançadas e, sequente, acesso a distintos recursos quais sejam: os económicos, culturais, políticos, familiares, de escolaridade, etc. Sem esquecer os mecanismos simbólicos que se põem em exercício e que, também, trespassam os antes citados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DE TRAJECTÓRIAS PARTICULARES A PERFIS MÚLTIPLOS

Os assuntos tratados supra demonstram circunstâncias diversas e levantam uma série de interrogações que vai desde o campo do visível ao do invisível, do dizível ao do indizível. Uma história que começou com o ser *mandjaku*, preto ou mesmo africano debatido em outro momento em que a fala de um imigrante nigeriano coube como título de uma dissertação de mestrado, *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África.* (Rocha, 2009)

No entanto, as imagens seguem sendo reconfiguradas e elas dizem respeito às pessoas e, tal-qualmente, às relações e interacções desencadeadas. Desta feita, privilegiaram-se depoimentos desses imigrantes e/ou estrangeiros no que tange a diferentes aspectos tanto pré-desenhados bem como formados em contexto de mobilidade.

Os imigrantes da Guiné-Bissau que vieram até antes de 1998 trouxeram perfis diferentes e foram recebidos de modo distinto pela sociedade cabo-verdiana. Ainda que num contexto de deterioração da situação económica e política na sociedade guineense a partir do primeiro golpe desencadeado na década de 1980, foi possível reconhecer o engajamento dos bissau-guineenses na estrutura social de Cabo Verde. Por conseguinte, denotamos uma hierarquia social interna à comunidade robustecida e ampliada a partir da crise de 1998 e degradação das condições de vida dos bissau-guineenses a vários níveis provocando, igualmente, a deterioração da imagem do seu país no cenário internacional e, consequentemente, a transformação da sua representação em Cabo Verde e para os cabo-verdianos. E se antes vinham aqueles que antes de serem *mandjakus*, eram "estrangeiros", mas irmãos, (futuramente) com formação superior, isto é, técnicos que vinham colaborar com o país e contribuir para o seu desenvolvimento, mais recentemente passaram a ser "exclusivamente" imigrantes de mão-de-obra conforme são vistos hoje e, logo, aqueles que vêm competir com os nacionais nativos pelos seus postos de trabalho (Furtado, 2012), passaram a ser *mandjakus*. Deste modo, estes são tomados como aqueles que se encontram numa posição extremamente difícil e vulnerável, que vêm à procura de melhores condições de vida, que fogem da pobreza. (Rocha, 2013)

Estamos em crer que até 1990, até aonde Cabo Verde manteve o partido único e um discurso de aproximação ao continente africano mais presente por conta da trajectória comum com a Guiné-Bissau, embora já em cisão com este país, a tentativa de identificação com os ideais pan-africanistas e possível vivacidade com que se faziam e viviam as transformações decorrentes da independência e sob os desígnios de Amílcar Cabral, os bissau-guineenses, devemos dizer que mesmo em menor número, foram relembrados como os que fizeram a luta de libertação de Cabo Verde acontecer e, assim, gozaram de um outro estatuto. Talvez, especial e do qual muito perdurou, mas de modo reservado via trajectórias que se tornaram particulares e localizadas a ponto de acabarem por se desvanecer na sociedade cabo-verdiana. Pois então, a Guiné-Bissau e os guineenses dessa época (inclusive os descendentes de cabo-verdianos), isto é, do contexto de união ou irmandade - *dus kurpu un korson*[12] - foram acolhidos, se recolheram neste país e, simplesmente, misturaram-se passando por uma "conversão em mestiços", ou seja, vieram engrossar as fileiras do povo da morabeza, tido por excelência mestiço, que em termos civilizacionais presumia-se estar acima de outros povos africanos (Cf. Anjos, 2000), como é o caso dos bissau-guineenses.

Já o mesmo processo não foi permitido aos que vieram encorpar não as fileiras acabadas de citar, mas sim outras carregadas de imagens negativas e que não conheceram muita receptividade, fundamentalmente, entrados os anos 2000.

Deste jeito, o reconhecimento de perfis múltiplos dentro da comunidade bissau-guineense implica pluralizar tanto os *sujeitos* quanto os *objectos* de estudo e, quiçá, tomar os objectos pelos *sujeitos e/ou vice-versa*.

12 Dois corpos, um coração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José Carlos dos. "Cabo Verde e a importação do ideologema brasileiro da mestiçagem". Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 6, n.14, p.177-204, 2000.

FURTADO, Clementina. "Mobilidade na CEDEAO. As condições de entrada e de regularização dos cidadãos comunitários em Cabo Verde". In: ÉVORA, Iolanda. Diáspora Cabo-verdiana: Temas em Debate. Lisboa: CEsA/ISEG, 2016.

FURTADO, Clementina. As migrações da África Ocidental em Cabo Verde: Atitudes e representações. Tese de Doutoramento, Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Cabo Verde, 2012.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GRADA, Kilomba. Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Quotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

MENEZES, Marluci. "A Praça do Martim Moniz: Etnografando Lógicas Socioculturais de Inscrição da Praça no Mapa Social de Lisboa". Horizontes Antropológicos, ano 15, n. 32, p. 301-328, 2009.

NYBERG-SORENSEN, Ninna; VAN HEAR, Nicolas; ENGBERG-PEDERSEN, Poul. "The Migration-Development Nexus: Evidence and Policy Options", International Migration, 40 (5), 2002.

RAGHURAM, Parvati. "Which Migration, What Development: Unsettling the Edifice of Migration and Development", Paper presented at the conference on Transnationalisation and Development(s), Bielefeld, Germany, 2007.

ROCHA, Eufémia Vicente. "Raça/cor e etnia em Cabo Verde: como falar de questões que (não) existem?" In: JESUS, Leandro S. B. de; BARROS, Miguel de; e FILICE, Renísia C. G. Tecendo redes antirracistas II: contracolonização e soberania intelectual. Fortaleza: UFC, 2020.

ROCHA, Eufémia Vicente. "O imigrante oeste-africano como o indesejável? Acerca do processo de racialização em Cabo Verde". Revista Mediações, Londrina, v. 22, n. 1, p. 105-129, 2017.

ROCHA, Eufémia Vicente. "Migração na África Ocidental e em Cabo Verde: uma relação recente?" Ciências Sociais Unisinos, v. 49, n. 1, janeiro-abril, p. 12-19, 2013.

ROCHA, Eufémia Vicente. "Mandjakus" são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm da África: xenofobia e racismo em Cabo Verde. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade de Cabo Verde, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EdUSP, 1998.

SOARES, Maria João. "Crioulos Indómitos e Vadios: Identidade e Crioulização em Cabo Verde – Séculos XVII-XVIII". Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: UNL/IICT, 2005.

A AÇÃO SOLIDÁRIA BISSAU-GUINEENSE EM CABO VERDE

Carlos Elias Barbosa

Universidade de Cabo Verde

Odair Barros-Varela

Universidade de Cabo Verde / MIRA

RESUMO

As migrações hoje em dia representam um conjunto de questões que caracterizam os atuais processos de globalização. Por conseguinte, existem grandes clivagens, quer em termos da repartição dos recursos, bem como as dimensões de representação das comunidades imigradas. A nação cabo-verdiana não foge à regra em relação às reconstruções que caracterizam o "estrangeiro", na maioria das vezes confinados às paredes das diferenças culturais, sociais, económicas e dos constrangimentos legais.

É nesse sentido que, neste ensaio, propomos apresentar as experiências do associativismo bissau-guineense nas ilhas de Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente, como tentativas de caminhada rumo a uma melhor integração dos membros dessa comunidade em Cabo Verde. Consequentemente, a centralidade da ação associativa bissau-guineense nas ilhas onde a presença dessa comunidade é mais significativa tem rumado sob a bússola da solidariedade social como ferramenta para minimização dos entraves encontrados na imigração.

Palavras chave: Imigração; Associativismo; Bissau-guineense; Solidariedade; Cabo Verde

1. INTRODUÇÃO

Existem dinâmicas e intercruzamento quotidiano das redes locais e translocais (Appadurai, 1996) que possibilitam o registo de complexas dinâmicas e processos mais vastos dos percursos das populações migrantes (Basch, Schiller e Blanc, 1994). Isto implica a necessidade de reconstruir e traçar as relações sociais a partir das cidades e localidades nas várias ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Daí a nossa tentativa neste ensaio de perspetivar as relações entre a comunidade bissau-guineense nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista. Uma abordagem no sentido de compreender em áreas distintas as possibilidades de atuação por parte dos elementos da comunidade no âmbito dos movimentos associativos, possibilitando a captação dos esforços para uma melhor integração dos seus elementos.

Após uma breve abordagem sobre as migrações, para este ensaio apresentamos um apanhado geral sobre a presença bissau-guineense em Cabo Verde. De seguida, mediante uma pesquisa empírica de índole qualitativa alicerçada na realização de entrevistas, apresentamos um quadro sobre o associativismo em Cabo Verde visando as suas estratégias de ação solidária no seio dos bissau-guineenses nas ilhas acima mencionadas onde a presença dessa comunidade é mais considerável.

2. UMA BREVE ABORDAGEM TEÓRICA

As migrações hoje em dia representam um conjunto de questões que fazem parte de um mundo atravessado por pungentes processos de globalização. Por conseguinte, existem grandes clivagens, quer em termos da repartição dos recursos, bem como as dimensões de representação das comunidades imigradas. A nação cabo-verdiana não foge à regra em relação às reconstruções que caracterizam o "estrangeiro", na maioria das vezes confinados às paredes das diferenças culturais, sociais, económicas e dos constrangimentos legais.

Pensar sobre os processos migratórios em Cabo Verde e o acolhimento de populações migrantes, nos direciona para uma compreensão mais abrangente das migrações no país, quer ao nível das experiências da emigração, das migrações circulares, pendulares ou de fixação, como pelos impactos perante o controlo das

migrações (Barbosa, 2017: 14), permitindo contemplar, as políticas que têm sido realçadas no âmbito do espaço Schengen, os seus reflexos sobre as populações migrantes e o que poderemos apreender a partir de uma reflexão da desterritorialização do controlo das fronteiras europeias (Mapril, 2008), em especial, as ações no Norte de África e na Costa Ocidental Africana face à imigração proveniente da África Subsariana. Nesse sentido há uma relação entre o nível do desenvolvimento económico, a formação do Estado e os padrões de mobilidade populacional (Skeldon 1997:52 *apud* Haas, 2005: 2). Noutras proporções Cabo Verde apresenta aspectos que estarão na base da relação entre o Estado, especialmente apontando para o período da transição democrática em 1991, e a abertura à economia mundial face às forças da globalização. As formas de interação social, as políticas adoptadas, as percepções e categorizações sobre os grupos migrantes têm no seu conjunto impactos no modo como se configurou o fenómeno migratório nas últimas décadas (Barros-Varela e Barbosa, 2014).

Para além do enquadramento das histórias individuais e dos percursos das pessoas enquanto migrantes, uma ligação mais abrangente de todo o processo histórico de inserção de Cabo Verde ao nível do capitalismo global conduz-nos a panoramas bastante interessantes de todo o complexo das migrações contemporâneas que cruzam este arquipélago (Barbosa, 2017). E são estas paisagens que indicam outros tipos de processos migratórios geralmente menos mencionados. Para além de dinâmicas regionais, aponta também para processos inversos às descrições convencionais (Sul/Norte), isto é, as migrações Norte/Sul e como é que, por sua vez, estas influenciaram e influenciam outras dinâmicas e outras rotas.

Este foco permite-nos alargar o horizonte do modo como o campo da imaginação dos espaços foi construído, particularmente na relação colonial, fazendo persistir os espaços idealizados que fazem despoletar o desejo de conhecer e de concretizar-se na modernidade ocidental. Daí a emigração nalguns contextos possa se traduzir na luta e no empreendimento de conquista da modernidade e das necessidades virtuais de consumo. Sem dúvida que um dos factores de decisão na emigração tem-se revelado na procura de oportunidades económicas ao nível global. Podemos interpretar essas ações direcionadas ao mercado de trabalho internacional e ao consumo como modos de afirmação de si (Lallement, 2007 *apud* Wieviorka, 2010: 23), garantindo a capacidade de agir perante condições diversas.

Ao assumir esta capacidade de agente, o migrante apresenta aquilo que é menos vezes destacado: a capacidade de construção de experiências pessoais ou coletivas e criar condições de produção de dinâmicas sociais, culturais, económicas e políticas no local onde se encontram a residir bem como em lugares distintos. É claro que esta ideia deve ser sempre enquadrada na percepção sociológica do sujeito reflectido no social; mesmo que nessa relação existam situações conflituais isso não se traduz de todo na exterioridade do sujeito. Pelo contrário, o conflito deve ser visto aqui como um processo de negociação, de produção, de estratégias de participação na modernidade. A leitura que se pode fazer destas ações é que elas correspondem a exemplos singulares de um contexto universal.

3. OS BISSAU-GUINEENSES EM CABO VERDE

Embora tenhamos grandes lacunas em termos de dados estatísticos, quanto à imigração em Cabo Verde, se apontarmos para o período após a independência já podemos contar com a presença de uma imigração bissau-guineense contemporânea no arquipélago. Essencialmente masculina e exercendo a atividade de alfaiate, vários nacionais bissau-guineenses estavam espalhados pelas ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Na última década do século XX o arquipélago de Cabo Verde assiste a uma nova vaga de imigração, em particular com origem nos países da Costa Ocidental Africana.

A estratégia política de abertura da economia cabo-verdiana ao mundo num contexto em que os meios de transporte, de comunicação e informação vão criando mais e mais possibilidades, diretamente estreitaram as relações entre lugares, dinamizando a mobilidade de bens, ideias e, obviamente, de pessoas. Contudo, não podemos deixar de lado o conjunto das relações coloniais que hoje dão lugar a novos factores e dinâmicas migratórias na região da Costa Ocidental Africana. Em combinação com outros factores, como a língua e a proximidade geográfica, esses serão os aspetos centrais para que a imigração da Guiné-Bissau em Cabo Verde se represente em maior número.

Olhando para a população de origem da Guiné-Bissau podemos considerar que se trata de uma população que representa alguma heterogeneidade cultural, religiosa, social, política e também são múltiplas as suas experiências individuais e os seus trajectos de vida na sociedade cabo-verdiana. Por isso, pode implicar diferentes noções de integração e cidadania. Globalmente, as posições sociais na sociedade cabo-verdiana continuam a estar associadas à bifurcação à chegada entre um segmento com alguma instrução, qualificado, politizado e culturalmente mais híbrido. Um outro segmento de maior dimensão, com maior diversidade de culturas e identidades locais, baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional e pouco politizado.

As diferenças entre os dois segmentos são mais visíveis em termos da proximidade do segundo segmento ao nível do mercado de trabalho não qualificado e em termos das condições habitacionais. A maioria dos bissau-guineenses deste grupo têm-se estabelecido predominantemente nas zonas periféricas da cidade da Praia, no bairro da Boa Esperança (vulgo "barraka") na Boa Vista ou nos arredores da cidade de Espargos na ilha do Sal. Podemos dizer que aos poucos os bissau-guineenses e os seus descendentes têm tornado Cabo Verde a sua casa? A esse respeito podemos atender para um conjunto de aspetos:

a) A forma como têm organizando os seus quotidianos e os seus tempos de lazer e de sociabilidade;

b) A forma como têm expressado as suas múltiplas identidades e culturas, por exemplo, se destacando o islamismo;

c) A criação das suas instituições e envolvendo-se em práticas de produção e reprodução de noções de cidadania.

Todos esses pontos não deixam de evidenciar os diferentes trajectos de vida e posições sociais na sociedade cabo-verdiana. E tal como muitos outros grupos migrantes em Cabo Verde, os bissau-guineenses não escondem a sua percepção de algum sentimento menos acolhedor e em algumas situações discriminatórias e de exclusão social que lhes vêm acompanhando na condição de "imigrante".

4. O ASSOCIATIVISMO BISSAU-GUINEENSE EM CABO VERDE

Inicialmente, a partir da independência de Cabo Verde, os bissau-guineenses residentes no país apresentavam alguma dispersão ao nível de organização de diversas associações. Devido às subjetividades carregadas de origem como as culturais, sociais, políticas, etc., acrescia o fator geográfico no destino, por ser um país arquipelágico. Contudo, nos últimos anos tem-se procurado uma convergência por meio da centralidade de interesses e uma administração também centralizada com as suas representações nas ilhas. Esse processo culminou na criação da Associação dos Guineenses Residentes em Cabo Verde (AGRCV) em 2002, que, desde o ano de 2011, procurou iniciar o processo da unificação das associações e da representação do movimento associativo bissau-guineense no país (Gomes, 2010). Assim, com sede na cidade da Praia, têm sempre um corpo de dirigentes nos outros pontos do país com uma maior expressão numérica de bissau-guineenses no arquipélago. E, neste caso concreto, estamos a falar das ilhas de Santiago, do Sal, da Boa Vista e de São Vicente.

4.1 O PAPEL NO ASSOCIATIVISMO IMIGRANTE AFRICANO. O CASO DA PLATAFORMA DAS COMUNIDADES AFRICANAS (PCA)

Para além da AGRCV, os bissau-guineenses de forma geral deram um contributo fundamental para a consolidação do associativismo imigrante em Cabo Verde que culminou na criação formal em 2009 da PCA, instituição que agrega as outras associações de imigrantes/estrangeiros africanos. Prova disso é o facto de os primeiros passos da PCA terem sido liderados pelo Sr. Lúcio, o então presidente da Associação de Solidariedade dos Guineenses (ASGUI), criada em 1991[1]. Foi este grupo fundador que solicitou, em 2001, o apoio institucional da Câmara Municipal da Praia (CMP) para a constituição da Plataforma[2].

Esta comunidade continua bastante ativa no seio da PCA tanto nas principais urbes das quatro ilhas referidas como também em outro concelhos e cidades. É o caso do concelho de Santa Catarina de Santiago onde se encontra uma Delegação da PCA bastante dinâmica graças ao contributo dos dirigentes e membros

1 Ao contrário da AGRCV, e de outros núcleos associativos como a Associação dos estudantes e investigadores da GB e a Associação Bafatá 21, a ASGUI não integra a PCA e não se encontra ativa na ilha de Santiago. Contudo, nas ilhas de Sal e Boavista depara-se com a existência de associações que surgiram a partir da ASGUI, mas que se tornaram independentes da mesma embora mantendo a sigla. Inclusive, no caso da ilha do Sal, a ASGUI local criou também a ASGUI Futebol Clube alargando as suas áreas de atividade.
2 Entrevista ao Sr. José Viana, Presidente da Plataforma das Comunidades Africanas (PCA) (Praia, 10 de março de 2020).

bissau-guineenses nela filiados. Um desses dirigentes e destacado membro é o Sr. Nelson Cassama, proprietário do "Quiosque Sofia" há já alguns anos. Este espaço foi concessionado pela Câmara Municipal de Santa Catarina (CMSCT) e se situa numa praça na zona de Cutelo em Assomada. O nome do estabelecimento foi dado em homenagem à filha que também trabalha no quiosque juntamente com a mãe.

Dado que a PCA não tem ainda uma sede no concelho apesar de a CMSCT ter feito, em 2018, a promessa de atribuição de um lugar para tal, em diversas ocasiões o Sr. Cassama realiza reuniões ou encontros relacionados com a plataforma no quiosque.

A referência a esta delegação reveste-se no facto de ela poder servir de "modelo" para as situações que foram posteriormente relatadas por outros imigrantes bissau-guineenses em outras delegações da PCA, ou seja, o caso de Santa Catarina ilumina a problemática da imigração bissau-guineense e africana para as ilhas de Cabo Verde na medida em que as opiniões, as propostas e as revindicações feitas pelos imigrantes noutros concelhos alvos de estudo (Praia, Mindelo, Sal e Boa Vista) não diferem muito das colocadas nessa delegação[3].

Por exemplo, uma das propostas constitui a necessidade de delegação de competências da Direção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF) para o concelho de Santa Catarina, tendo em consideração o número de imigrantes/estrangeiros aí residentes. Contudo, de acordo com o Sr. Cassama, a principal questão que os imigrantes colocam à delegação prende-se com o processo de renovação das Autorizações de Residências (AR). O número de documentos requeridos, as dificuldades na aquisição de alguns deles e os custos financeiros associados tornam esta empreitada extremamente penosa para os imigrantes, particularmente africanos, o que leva a que ocorram situações de insucesso na submissão, de desistência devido às dificuldades financeiras ou na aquisição de documentos e mesmo de ausência de resposta por parte das autoridades, conduzindo, assim, uma boa franja desses grupos para a ilegalidade[4].

Efetivamente, quando se estuda o caso, por exemplo, da Delegação da PCA na Boa Vista denota-se não só a semelhança de visões em relação à Delegação de Santa Catarina de Santiago mas também do peso da comunidade bissau-guineense no corpo diretivo com realce para o Presidente da delegação, o Sr. Massamba Embalo, que reside em Cabo Verde há dezassete anos, e do Sr. Armindo Correia, residente há quinze anos.

No que toca às perceções, a delegação da PCA considera que os imigrantes chegaram ao país com o sonho de fazer desenvolver o projeto migratório, encontrando-se na maioria, em particular os imigrantes de origem bissau-guineense, a trabalhar na construção civil, nos hotéis e alguns com pequenos negócios entre Cabo Verde e o país de origem[5].

Apesar de a delegação da PCA ter um projeto de recenseamento de estrangeiros de origem africana residentes na ilha, esse processo não se afigura fácil de se concretizar devido à falta de verbas e à dificuldade em se conseguir voluntários das comunidades africanas para a realização desta tarefa. Contudo, a PCA estima que o número de imigrantes africanos ronda os 1500, com os bissau-guineenses a liderarem, seguidos dos senegaleses e dos nigerianos. Na tabela abaixo apresenta-se esta estimativa discriminada por nacionalidades.

Estimativa do número de estrangeiros/imigrantes africanos residentes na Boa Vista-2019

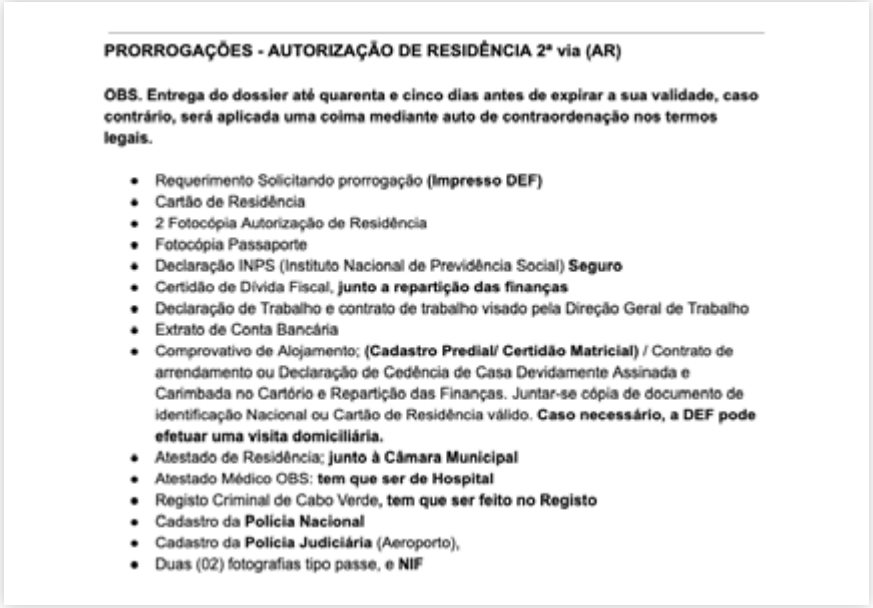
Nacionalidades	Estimativa
Guiné-Bissau	1025
Senegal	225
Nigéria	110
Guiné-Conakry	69
Gana	11
Gambia	9
Mali	9
São Tomé e Príncipe	7
Serra Leoa	4
Costa do Marfim	1
Outros	25
TOTAL	1493

Fonte: PCA – Boa Vista (2020), trabalhado pelos autores

3 Entrevista ao Sr. Nelson Cassama (Assomada, 28 de janeiro de 2020).
4 Idem.
5 Entrevista aos Senhores Massamba Embalo e Armindo Correia (Sal-Rei, 13 de fevereiro de 2020).

Tal como em Santa Catarina, de forma geral o maior problema apontado pela delegação da PCA tem sido o da regularização. A maioria da população imigrante de origem africana vive no bairro (Barraka), com grande dificuldade em obter um contrato de arrendamento. Assim, por causa das tribulações em fazer reunir outros documentos para o processo de regularização, normalmente, os pedidos acabam por ser nulos ou ficam pendentes. Conforme a opinião dos dirigentes da Plataforma, muitos casos nem chegam a ter resposta dos pedidos feitos. Efectivamente, a lista de documentos exigidos conduz os imigrantes a um ciclo vicioso, forçando a situação de irregularidade. Segue, por exemplo, a imagem da lista dos documentos requeridos para a prorrogação da AR em Cabo Verde.

Lista de documentos exigidos para a Prorrogação de Autorização de Residência (AR)



PRORROGAÇÕES - AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA 2ª via (AR)

OBS. Entrega do dossier até quarenta e cinco dias antes de expirar a sua validade, caso contrário, será aplicada uma coima mediante auto de contraordenação nos termos legais.

- Requerimento Solicitando prorrogação **(Impresso DEF)**
- Cartão de Residência
- 2 Fotocópia Autorização de Residência
- Fotocópia Passaporte
- Declaração INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) **Seguro**
- Certidão de Dívida Fiscal, **junto a repartição das finanças**
- Declaração de Trabalho e contrato de trabalho visado pela Direção Geral de Trabalho
- Extrato de Conta Bancária
- Comprovativo de Alojamento; **(Cadastro Predial/ Certidão Matricial)** / Contrato de arrendamento ou Declaração de Cedência de Casa Devidamente Assinada e Carimbada no Cartório e Repartição das Finanças. Juntar-se cópia de documento de identificação Nacional ou Cartão de Residência válido. **Caso necessário, a DEF pode efetuar uma visita domiciliária.**
- Atestado de Residência; **junto à Câmara Municipal**
- Atestado Médico OBS: **tem que ser de Hospital**
- Registo Criminal de Cabo Verde, **tem que ser feito no Registo**
- Cadastro da **Polícia Nacional**
- Cadastro da **Polícia Judiciária** (Aeroporto),
- Duas (02) fotografias tipo passe, e **NIF**

Fonte: PCA – Boa Vista (2020)

A lista *supra* é referente aos pedidos de renovação da autorização de residência temporária "para o exercício de actividade profissional subordinada" à luz do n. 2 do artigo 49 do decreto-lei n.º 46/2018[6], que regulamenta a Lei n.º 19/IX/2017[7], "que define o regime jurídico de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território cabo-verdiano, bem como a sua situação jurídica". Contudo, verifica-se que alguns dos requisitos estipulados na lista não constam do decreto e nem da lei, como são os casos dos cadastros da polícia nacional e da polícia judiciária. A alínea e) do n.º 1 do artigo n.º 49 diz que o interessado deve apresentar "certificado de registo criminal cabo-verdiano ou autorização para a consulta do registo criminal cabo-verdiano pela DEF" o que apenas corresponde ao "registro criminal" que está na lista.

A situação de muitos pedidos que ficam pendentes, e que nunca chegam a ter uma resposta, impede não só a renovação da AR de forma atempada, mas também dificulta enormemente o processo de obtenção da residência permanente[8] na medida em que a lei exige a renovação da autorização de residência seja feita de forma ininterrupta durante 5 anos e muitos desses imigrantes não conseguem renovar a autorização anualmente devido, por exemplo, à falta de algum documento ou à inoperância das autoridades. Isso leva a que se tenha situações de imigrantes que vivem há mais de 10 anos em Cabo Verde e ainda não têm a residência permanente, mas seguem, por exemplo, renovando legalmente a "residência temporária" de forma descontinuada.

Um dos documentos mais difíceis de se conseguir são os contratos de trabalho homologados e, sem esses documentos, fica bloqueado o acesso à inscrição no INPS. Portanto, constituem num conjunto de impedimentos que não deixam os imigrantes fazerem desenvolver os seus projetos. Para o caso daqueles que procuram como forma de sustento para as suas famílias através do comércio transnacional "no ir e vir buscar produtos noutros países, esse processo torna-se mais difícil". Procurando reproduzir um dizer entre muitos imigrantes em Cabo Verde o Sr. Embalo expressa-se de seguinte forma: *"Nos vida é na Sol. Kando trabadju termina fidjus di cabo-verdiano ta entra pa vive na sombra"*[9].

6 In Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 54, I Série, 13 de agosto de 2018.
7 In Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 75, I Série, 13 de dezembro de 2017.

8 Apesar de a obtenção da Residência Permanente não ser a condição principal para se obter a nacionalidade por naturalização – para tal é apenas exigido 5 anos de residência legal (ainda que com AR temporária) - a sua condição acaba por facilitar os trâmites burocráticos com vista ao acesso à mesma.
9 Entrevista aos Senhores Massamba Embalo e Armindo Correia (Idem). "O nosso trabalho é ao sol. Quando terminarmos o trabalho, os filhos dos cabo-verdianos entram para viverem à sombra". O mesmo Massamba Embalo, em entrevista à inforpress a 16 de junho de 2019, tinha referido que uma das principais consequências das dificuldades na obtenção (e renovação) da autorização de residência e/ou da nacionalidade cabo-verdiana prende-se com a integração dos filhos e crianças de pais imigrantes na medida em que estas são afetadas na obtenção da residência e "há consequentes problemas na matrícula escolar". Embalo considera também que "existe uma situação, que considera lamentável e que do seu ponto de vista tem que ser resolvida com urgência" que é "o facto de uma criança nascer em Cabo Verde, não lhe dá direito a nacionalidade cabo-verdiana, mas sim à residência" (in https://www.inforpress.cv/boa-vista-presidente-da-plataforma-diz-que-filhos-de-emigrantes-da-costa-ocidental-africana-integram-se-bem-na-ilha/, acesso a 14 de fevereiro de 2020).

4.2 UM PANORAMA GERAL DA AÇÃO ASSOCIATIVA DA COMUNIDADE BISSAU - GUINEENSE

Procurando agora caracterizar em maior detalhe o associativismo guineense nas ilhas, é de referir que a representação é marcadamente masculina. Isso acontece muito em virtude da sua presença maioritária no país. A presença feminina tem tido alguma expressão, mas de uma forma quase que residual e em situações pontuais. Contudo, o movimento associativo, no seio de todo um conjunto variado de dificuldades e perante as suas fragilidades, particularmente as financeiras, tem tido um papel importante no auxílio aos conterrâneos presentes em Cabo Verde a vários níveis.

A data de 24 de setembro tem sido o marco chave das suas atividades em geral, com o registo da proclamação da independência da Guiné Bissau nas colinas de Boé, no ano de 1973. De modo muito habitual, essa data em Cabo Verde tem sido marcada com a parceria das Câmaras Municipais nas ilhas com uma maior expressão numérica de bissau-guineenses como na cidade da Praia, na ilha do Sal e na ilha da Boa Vista. Esse dia habitualmente tem sido marcado por atividades cívicas e lúdicas procurando juntar a comunidade, celebrar a independência, mas sempre com a vertente de referencial para uma melhor aproximação com a sociedade cabo-verdiana.

Com o objetivo de promover a defesa da unidade e da solidariedade entre os bissau-guineenses em Cabo Verde os líderes das representações da AGRCV nas diferentes ilhas têm procurado cultivar o incentivo à convivialidade entre os bissau-guineenses e encetado um conjunto diverso de outras estratégias. Pode-se enumerar aqui algumas delas:

a) O estreitamento das relações sociais, culturais e humanas entre a comunidade bissau-guineense e a sociedade cabo-verdiana, bem como outras comunidades residentes no país;

d) Procura de condições para o bem-estar físico, espiritual, social e cultural dos membros da comunidade;

e) A conservação e o estreitamento dos laços afetivos entre os associados;

f) A contribuição para um melhor conhecimento da realidade sociocultural em Cabo Verde;

g) A concertação de ideias e cooperação com entidades públicas e privadas;

h) Ações de promoção cultural e social entre os bissau-guineenses;

i) A veiculação de informações que favoreçam uma melhor integração dos membros da comunidade em Cabo Verde.

Mas é certo que essas ações não ficam apenas expressas de uma forma abstrata. Elas muitas vezes são expressas através da prestação de serviços aos recém-chegados como o acesso ao alojamento e ao trabalho. Os dirigentes também têm procurado reunir esforços no sentido da regularização e de outros recursos indispensáveis ao seu estabelecimento. Uma das funções mais exercidas poderá estar virada para as ações de sociabilidades de grupo e a entreajuda nos cuidados dos filhos e nos momentos de emergência, como o desemprego, a doença ou a morte. A simplicidade de uma estrutura de laços de afetividade e partilha e a importância das necessidades que vão satisfazendo justificam a larga predominância das redes sociais informais. É nesse sentido que, neste artigo apresentam-se as experiências do associativismo bissau-guineense nas ilhas de Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente como tentativas de caminhada rumo a uma melhor integração dos membros da comunidade bissau-guineense em Cabo Verde. Consequentemente, a centralidade da ação associativa bissau-guineense nessas ilhas tem rumado sob a bússola da solidariedade social como ferramenta para minimização dos entraves encontrados na imigração.

Em termos de atividades elas são, na maior parte das vezes, fincadas nas áreas culturais, desportivas e muitas vezes na solidariedade social, por meio de distribuição de cestas básicas, que acontece muito por ocasião do 24 de setembro. Há uma preocupação no sentido de apoiar os mais desfavorecidos em termos da sua integração social. Por outro lado, existe sempre uma preocupação da promoção da amizade e da solidariedade entre os guineeses. Sendo a condição legal uma das grandes preocupações de uma forma generalizada, não fica de lado a preocupação na prestação de informações a vários níveis de modo a conduzir os membros da comunidade a possibilidade da sua inserção legal mas também social e económica. Assim, podem servir de suporte nas informações jurídicas, económicas, sociais, profissionais, educativas, comemorativas, etc.

Naturalmente tendem a definir as suas funções como agentes de apoio e mediação da integração dos seus membros em Cabo Verde. Possivelmente se inscreverão no âmbito de agentes de suporte não apenas no suporte das famílias no contexto migratório, mas também no sentido da realização de um conjunto mais vasto de projetos humanitários e cívicos (Portes *et al*. 2007). Outra importante função desempenhada tem sido a atenção quanto à preservação e atualização dos valores culturais e identitários. Em determinados momentos há a manifestação de sentimentos de pertença, fazendo sentir as diferentes subjetividades, contudo, não desfazendo os propósitos primordiais de uma melhor integração dos bissau-guineenses em Cabo Verde e da melhoria das suas condições num contexto migratório.

4.3 UM OLHAR MAIS PRÓXIMO DO ASSOCIATIVISMO BISSAU-GUINEENSE EM AÇÃO. O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE GUINEENSES RESIDENTES EM CABO VERDE (AGRCV) – BOA VISTA

Não sendo possível uma visão mais aproximada de todos concelhos já referidos, continuamos com o exemplo da Boa Vista, onde a Associação de Guineenses Residentes em Cabo Verde (AGRCV) na ilha é dirigida atualmente pelos seguintes membros: Sr. João Intodé, Presidente da Associação; Sr. Cuca, Presidente do Conselho Fiscal; e o Sr. Mário, Presidente do Conselho de Disciplina.

Com mais de quatrocentos sócios a associação tem procurado desenvolver um conjunto diversificado de atividades com o apoio da Câmara Municipal da Boa Vista (CMB). Tem efectuado a celebração da independência da Guiné Bissau que acontece a 24 de setembro, campanhas de limpeza e outras ações, tentando dar visibilidade à sua participação e inserção junto à população da ilha.

Durante a pesquisa todos os referidos dirigentes da associação colocaram a tónica no nível de dificuldades existentes ao nível dos processos de regularização e as limitações no atendimento por parte das instituições públicas, nomeadamente a Polícia de Fronteira[10]. Uma das adversidades iniciais, e uma das principais, prende-se com o custo financeiro das renovações de AR que, no momento, ascendem, no mínimo, à volta de 6 mil e 410 escudos tendo em consideração o valor de alguns dos documentos solicitados:

- Atestado médico - 2500 escudos (de acordo com os entrevistados, este documento só é disponibilizado em regime de urgência na ilha o que o encarece em demasia. O regime normal não é oferecido dado que o documento demoraria muito a estar disponível o que inviabilizaria todo processo).
- Certidão de dívida fiscal – 1000 escudos.
- Atestado de rendimento (declaração de trabalho) – 900 escudos
- Registo criminal – 550 escudos
- Atestado de residência – 560 escudos
- Cadastro da Polícia Judiciária - 500
- Cadastro da Polícia Nacional - 400 escudos.

No caso da maioria dos trabalhadores bissau-guineenses, e não só, por terem um salário cuja média ronda os 20 mil escudos mensais (o grosso trabalha na construção civil, segurança privada, hotéis, etc.) esse valor (6.410) é muito elevado para quem tem outros compromissos individuais e familiares, para além de que terão de pagar uma multa de 10 mil escudos caso os pedidos sejam submetidos fora do prazo legal. E esta situação ocorre muitas vezes devido a alguns factores:

a) Os tipos de trabalho acima referidos exigem a sua presença permanente nos locais de trabalho e detêm uma carga horária pesada (até 12 horas) o que os impede de terem tempo disponível para se deslocarem às repartições públicas nos dias e horários úteis;

b) A presença nestes locais costuma durar muitas horas devido ao excesso de burocracia ainda existente na administração pública cabo-verdiana também e isso constitui um factor inibidor pois estes trabalhadores correm o risco de perder o emprego, quanto mais se tiverem patrões pouco escrupulosos;

c) O défice de formação académica de muitos destes imigrantes trabalhadores também os impede de dominar bem as informações sobre as documentações exigidas o que os coloca num ciclo vicioso de procura das melhores informações e alvos fáceis de enganos e burlas, o que acaba emperrando o processo de renovação;

d) Por fim, o facto de, em 2015, muitos dos imigrantes bissau-guineenses, e não só, terem investido o seu tempo e escassos recursos financeiros para participarem no processo de legalização extraordinária encetada pelo governo da altura sem obter sequer um retorno até agora sobre o anda-

10 Entrevista realizada a 13 de fevereiro de 2020, em Sal-Rei (Boa vista).

mento dos pedidos, leva a que haja um grande desinteresse dos imigrantes/estrangeiros em submeterem novos pedidos na medida em que teriam de investir novamente esses recursos (inclusive para pagar novas multas) não só nessa empreitada, mas também no caso de quererem intentar alguma acção judicial.

Em relação a um dos documentos solicitados, o comprovativo de alojamento, embora a CMBV tenha assinado um memorando com a DEF nesse sentido, os membros da associação expressam que, estranhamente, a delegação local do DEF não tem aceite as Declarações de Habitação passadas pela Câmara o que deixa transparecer um certo descaso por parte da dita delegação em relação à edilidade local.

No que toca à questão do atendimento junto das autoridades públicas, nomeadamente a DEF, os relatos dos responsáveis da AGRCV deixam antever a existência de formas variadas de discriminação:

a) Episódios de mau atendimento (a forma pouco educada e grosseira que muitas vezes são atendidos pelos agentes);

b) De indiferença perante os pedidos de informação sobre o andamento dos processos;

c) Suspeitas de que possam existir casos retenção de processos na delegação da DEF e que nunca chegam aos serviços centrais na Praia e também de casos de aprovação das AR cujas informações não foram obtidas através da delegação onde os pedidos foram submetidos, mas mediante o contato direto com os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras.

Este problema levanta não questões sobre o nível de preparação profissional de alguns dos agentes da PN que são colocados nas delegações da DEF, mas também sobre o nível de preparação mental e psicológica dos mesmos em trabalhar com grupos de estrangeiros/imigrantes, na medida em que muitos dos relatos ouvidos, não só na Boa Vista mas também nas restantes ilhas alvo de estudo, demostram um resvalar para situações evidentes de xenofobia e racismo.

Um dos relatos que atestam nitidamente a existência do referido défice de preparação por parte de alguns agentes da PN prende-se com o facto de alguns destes solicitarem a apresentação de comprovativos de AR aos imigrantes de origem africana na altura em que estes realizam viagens internas nas ilhas, tanto áreas como marítimas. De acordo com os dirigentes associativos, houve situações em que a organização teve que solicitar a intervenção do comandante da polícia da Boa Vista para cobro a uma destas situações em que alguns imigrantes foram impedidos de viajar por não terem consigo as AR, apesar de estarem munidos do bilhete de viagem e do documento de identificação exigido por lei (passaporte). Estes últimos são os requisitos exigidos para se realizar as viagens inter-ilhas e não outros "inventados" por alguns agentes o que se configura na criação de fronteiras internas em flagrante violação da lei. Contudo, não se ouviram relatos de agentes que foram indiciados ou sancionados por essas e outras práticas similares.

Em termos de formação, os referidos membros da AGRCV revelam interesse e necessidade em adquirir novos conhecimentos e reforçar as técnicas nas suas áreas de atuação, por exemplo, nos domínios da eletricidade, da construção civil, da canalização, etc. Alguns membros da comunidade têm seguido para a cidade da Praia, a capital do país à procura de atualizações e formações. Contudo, não tem sido de todo fácil. Nesse seguimento muitos encontraram a oportunidade de seguir para o Brasil por ocasião da construção dos estádios para o mundial de 2018, o que reforça o quadro dinâmico daquilo que representa a complexidade das migrações internacionais.

5. NOTAS CONCLUSIVAS

Neste ensaio procurámos destacar as algumas das experiências da imigração bissau-guineense em Cabo Verde. Tentámos focar os aspetos relacionados às relações criadas em termos do associativismo, as suas relações com um conjunto de instituições na sociedade cabo-verdiana e os modos de intervenção junto à comunidade bissau-guineense. Os principais problemas enfrentados pela comunidade surgem em todos os pontos das nossas pesquisas, confluindo sempre na questão da regularização ou das Autorizações de Residência.

Todos os pontos da nossa pesquisa, Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente, acabam por apresentar características muito semelhantes, com uma ligeira excepção de São Vicente, um pouco pelas condições estruturais da ilha, levando a uma relativa dispersão em termos habitacionais. Por outro lado, procurámos aqui focar os modos como as lideranças associativas e os seus associados vão recriando as condições de produção de dinâmicas ao nível do associativismo.

São distintas as noções sobre a integração baseadas nas diferenças entre os segmentos e as suas heterogeneidades culturais, sociais e políticas. Essas diferenças revelam uma maior ou menor proximidade ao nível do mercado de trabalho e ao nível das condições habitacionais. Sem dúvida, elas evidenciam também diferentes trajetórias, experiências de vida e posições sociais na imigração em Cabo Verde. Contudo, mesmo que ao nível das condições estruturais ao nível do associativismo bissau-guineense na sociedade cabo-verdiana a grande referência se assenta na solidariedade e numa visão mais pragmática por parte dos seus membros no seu envolvimento nas atividades e enfrentando os desafios da comunidade como um todo.

BIBLIOGRAFIA

Appadurai, Arjun (1996), Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis and London: University of Minnesota Press.

Barbosa, Carlos (2017), Trânsitos no Atlântico: Experiências Migratórias no Arquipélago de Cabo Verde. Balti: Verlag/ Novas Edições Académicas.

Barros-Varela, Odair; Barbosa, Carlos Elias (2014), "Migration in Cape Verde Islands. Legal and Policy Framework", European Scientific Journal, Special Edition (May), pp. 449-466. Disponível em: http://eujournal.org/index.php/esj/article/view/3302/3084.

Basch, Linda, Glick Schiller, Nina e Blanc, Cristina S. (1994), Nation Unbound: Transnational Projects, Post-Colonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States. New York: Gordon and Breach.

Gomes, Davidson Arrumo (2010), Integração da Comunidade de Guiné-Bissau em Cabo Verde: O Caso da Praia, Monografia de Licenciatura em História. Praia: Uni-CV.

Haas, Hein de (2005), Morocco's migration transition: trends, determinants and future scenarios. Global Migration Perspectives, nº 28, Global Commission on International Migration. http://www.heindehaas.com/Publications/De%20Haas%202005%20%28MDR%203%20-20No%2009%29%20Morocco%27s%20Migration%20Transition%20-20Trends,%20Determinants%20and%20Future%20Scenarios.pdf, [13 de abril de 2009].

Mapril, José (2008), A «Modernidade» do Sacrifício Qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais: Especialidade Antropologia Social e Cultural. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Portes, Alejandro; Escobar, Cristina e Radford, Alexandria (2007), "Immigrant transnational organizations and development: a comparative study", International Migration Review, 41 (3), 789-790.

Wieviorka, Michel (2010), Nove Lições de Sociologia. Como abordar um mundo en mudança? Lisboa: Editorial Teorema.

SÉRIE COMUNIDADES ESTRANGEIRAS
IMIGRANTES EM CABO VERDE

ALTA AUTORIDADE PARA A IMIGRAÇÃO, I.P
MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
GOVERNO DE CABO VERDE A TRABALHAR PARA TODOS
UNIVERSIDADE CABO VERDE uni
cigef
Mestrado em Integração Regional Africana